1494

Stephen R. Bown

Como uma briga de família na Espanha medieval dividiu o mundo ao meio



GLOBOLIVROS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Stephen R. Bown

1494

Como uma briga de família na Espanha Medieval dividiu o mundo ao meio

Tradução: Helena Londres

GLOBOLIVROS

Copyright © 2013 by Editora Globo S. A. para a presente edição
Copyright © 2011 by Stephen R. Bown

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — por qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem a expressa autorização da editora.

Texto fixado conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº 54, de 1995).

Título original: 1494
Editor responsável: Aida Veiga
Assistente editorial: Elisa Martins
Preparação de texto: Daniela Antunes
Revisão: Alice Rejaili Augusto, Ana Tereza Clemente e Laila Guilherme
Revisão técnica: Milena Silveira
Paginação: Desígnios Editoriais
Design de capa: Andrea Vilela de Almeida
Imagens de capa: © Biblioteca Estense (mapa)
e © Danita Delimont/Gallo Images/Getty Images (reis católicos)
Mapa: Eric Leinberger
As imagens internas são de domínio público e cortesia do autor.

1ª edição, 2013
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bown, Stephen R.
1494 / Stephen R. Bown ; tradução: Helena Londres. — São Paulo : Globo, 2013.

Título original: 1494.
ISBN 978-85-250-5304-6

1. Alexandre VI, Linha de demarcação de 2. América – Descobrimento e exploração – Espanhóis 3. América – Descobrimento e exploração – Portugueses 4. Espanha – História – Fernando e Isabel, 1479-1516 5. Espanha – Reis e governantes – Relações com a família 6. Portugal – História – João II, 1481-1495 7. Portugal – Tratados – Espanha, 1494 I. Título.

12-14656 CDD-946

Índices para catálogo sistemático:
1. Espanha : História 946

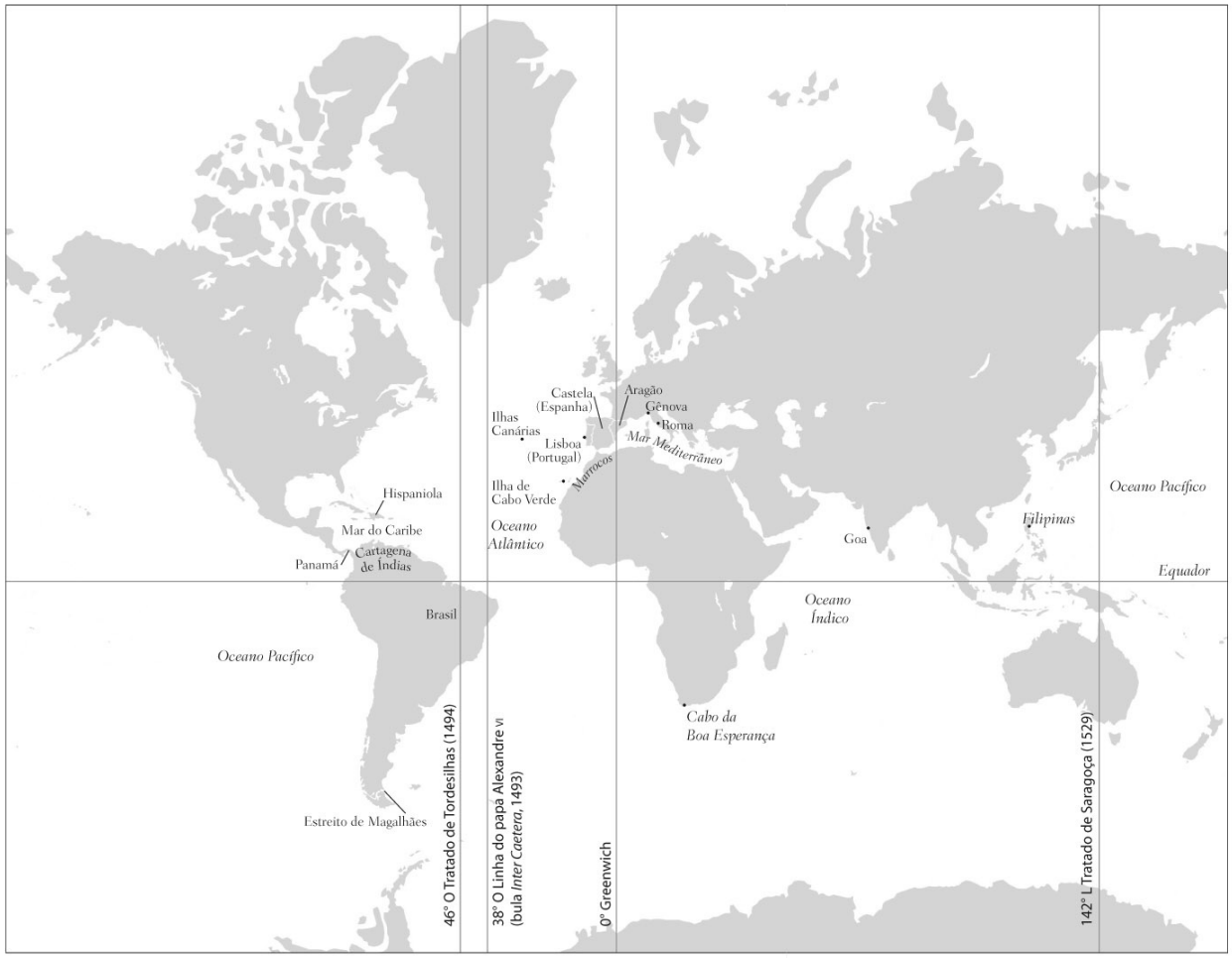
Direitos de edição em língua portuguesa para o Brasil
adquiridos por Editora Globo S.A.
Av. Jaguaré, 1.485 – 05346-002 – São Paulo – SP
www.globolivros.com.br

Índice

Capa
Folha de rosto
Créditos
Mapa
Prólogo
I. Europa
- 1. A princesa e o príncipe
- 2. O senhor dos senhores
- 3. A grande barreira
- 4. Leste pelo oeste

II. América
- 5. Almirante do Mar Oceano
- 6. O homem que dividiu o mundo
- 7. O outro lado do mundo
- 8. O comando dos mares
- 9. Os hereges
- 10. A liberdade dos mares

Epílogo
Fontes
Ainda mais leituras
Bibliografia selecionada
Cronologia
Agradecimentos
Índice remissivo
Caderno de fotos
Notas


Castela
(Espanha)
Aragão
Gênova
Roma
Ilhas
Canárias
Lisboa
(Portugal)
Mar Mediterrâneo
Marrocos
Ilha de
Cabo Verde
Oceano
Atlântico
Hispaniola
Mar do Caribe
Cartagena
de Índias
Panamá
Goa
Filipinas
Oceano Pacífico
Equador
Oceano
Índico
Brasil
Oceano Pacífico
Cabo da
Boa Esperança
Estreito de Magalhães
46° O Tratado de Tordesilhas (1494)
38° O Linha do papa Alexandre VI
(bula Inter Caetera, 1493)
0° Greenwich
142° L Tratado de Saragoça (1529)

Prólogo
Tempos interessantes

> Entre outras obras agradáveis à Divina Majestade e diletas de nosso coração, esta certamente ocupa o posto mais elevado, que, em nossa época, especialmente a fé católica e a religião cristã sejam exaltadas e estejam em todos os lugares e espalhadas, que a saúde das almas esteja sob cuidado, e que as nações bárbaras sejam subjugadas e trazidas à fé […].
> Cristóvão Colombo, […] com a ajuda divina e com a maior presteza navegando no Mar Oceano, descobriu determinadas ilhas muito remotas e até continentes, que até então não haviam sido descobertas por outros; onde habitam muitos povos que vivem em paz e, como relatado, andam sem roupas e não comem carne […].
> Nós […] damos, concedemos e destinamos a vós e a seus herdeiros e sucessores, reis de Castela e de Leão, para sempre, […] todas as ilhas e continentes encontradas ou por encontrar a oeste e ao sul, traçando-se e estabelecendo-se uma linha do polo Ártico, ou seja, do norte, ao polo Antártico, ou seja, do sul, […] e vos fazemos, nomeamos e delegamos e a vossos ditos herdeiros e sucessores senhores o poder pleno e livre, autoridade e jurisdição de todo tipo.
>
> Papa Alexandre VI, *Inter Caetera*, 4 de maio de 1493

"Essa bula papal tem sido e continua a ser devastadora para a nossa religião, as nossas culturas e a sobrevivência de nossas populações", alegou o Conselho para o Parlamento das Religiões do Mundo, organização internacional destinada a "cultivar harmonia entre as religiões e comunidades espirituais do mundo". A reivindicação foi lançada em 1994, em apoio à campanha do Indigenous Law Institute, com sede nos Estados Unidos, para fazer com que o Vaticano revogasse formalmente a bula *Inter Caetera*. A petição on-line do instituto, assinada por cerca de novecentas pessoas, apresenta, igualmente, uma linguagem forte e convicções apaixonadas. O preâmbulo afirma: "Reconhecemos que essa iniciativa seria um passo espiritualmente significativo na direção de criar um novo modo de vida e um passo para longe da cobiça e da submissão em uma história que oprimiu, explorou e destruiu inúmeros povos indígenas pelo mundo inteiro". O Vaticano reagiu a algumas dessas solicitações e assertivas em 27 de abril de 2010, durante a nona sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas.

O que explica esse interesse em um documento de quinhentos anos de idade emitido pelo chefe de uma das principais religiões do mundo? Quem já ouviu falar

da *Inter Caetera* e por que ela teria qualquer relevância em nossos dias?

A bula papal é uma forma de decreto, comando ou proclamação emitida pelo papa. Tem esse nome por causa do selo especial, de chumbo (a *bulla*), usado para estabelecer sua autenticidade. Originalmente, a bula era usada para qualquer tipo de anúncio público, mas, lá pelo século xv, ficou reservada a comunicações mais formais ou solenes, como excomunhões, dispensas ou canonizações. Exemplos de bulas papais históricas incluem *Ad Extirpanda*, de 1252, permitindo a tortura de hereges pela Inquisição medieval; *Decet Romanum Pontificem*, de 1521, excomungando Martinho Lutero; e *Inter Gravissimas*, de 1582, reconhecendo e sancionando a muito necessária reforma do calendário.

A bula *Inter Caetera* e diversas outras da mesma época formam a base do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 por Espanha e Portugal. O tratado era, entre outras coisas, um catalisador no desenvolvimento do conceito moderno de liberdade dos mares — o uso desimpedido das vias marítimas do mundo para comércio e viagens. Outros conceitos jurídicos que informam a moderna lei internacional dos mares também foram originados indiretamente do Tratado de Tordesilhas: o direito de passagem autorizada, as definições de águas territoriais e águas internas, a zona econômica exclusiva de um país e a definição de plataforma continental. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, estabelecida como convenção internacional obrigatória em 16 de novembro de 1994, deve sua origem ao conflito e a debates ocorridos durante os séculos que se seguiram ao Tratado de Tordesilhas. Embora nem todos os países signatários tivessem ratificado a convenção, apenas vinte países do mundo se recusaram a reconhecer ou assiná-lo, e é o mais perto que a comunidade internacional provavelmente chegará a um consenso sobre o domínio de parte enorme do mundo natural que é comum a praticamente todos. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é a culminação de um processo jurídico e filosófico que começou no fim do século xv, quando navegantes portugueses descobriram um caminho marítimo para a Índia e as ilhas Molucas (ilhas das Especiarias), contornando a África, e Colombo cruzou o oceano Atlântico pela primeira vez.

Quando Colombo voltou à Espanha em 1493, depois de uma viagem de sete meses, a sociedade espanhola ficou atônita com seus relatos sobre povos primitivos que habitavam ilhas bem para o oeste. Os espanhóis estavam particularmente

interessados nos ornamentos e nas joias de ouro usados pelos "índios" raptados de Cuba e Hispaniola. Ouro significava riqueza e poder. Havia, no entanto, uma complicação. O retorno bem-sucedido de Colombo enfureceu o rei João II de Portugal, que recorreu a uma série de decretos papais indicando claramente que quaisquer novas rotas de comércio para terras pagãs pertenciam somente a ele. O rei logo começou a equipar uma frota para cruzar o oceano e reclamar as "Índias" para Portugal. Na iminência da guerra, os monarcas espanhóis, Fernando e Isabel, enviaram um emissário oficial à corte papal em Roma para debater a argumentação do rei português.

O papa Alexandre VI, também chefe do famoso clã dos Bórgias, emitiu a primeira *Inter Caetera*, que proclamava, "pela autoridade do Deus Todo-Poderoso", que Fernando e Isabel e seus herdeiros deveriam ter o direito exclusivo e perpétuo a viagens e comércio com as terras recém-descobertas por Colombo, e o direito de colonizá-las. A bula proibia "todas as pessoas, não importando de que posição hierárquica, situação, grau, ordem ou condição, de ousarem, sem permissão oficial, ir, com o objetivo de comércio ou qualquer outro motivo, às citadas ilhas e países depois de eles terem sido descobertos e achados por seus enviados ou pessoas mandadas com esse propósito". Com uma assinatura, o papa criava uma linha imaginária dividindo o mundo em um eixo norte-sul no meio do oceano Atlântico. Todo território a leste da linha de demarcação seria português, e todo território a oeste seria de domínio único da Espanha. A punição por violar uma proclamação papal era a excomunhão.

Espanha e Portugal confirmaram os decretos papais da *Inter Caetera* no tratado assinado na vila espanhola de Tordesilhas, em junho de 1494. Mas mudaram a linha de demarcação entre as zonas de influência espanholas e portuguesas várias centenas de milhas para oeste. Isso pôs um ainda não descoberto Brasil na metade portuguesa do mundo, além de proteger a rota comercial africana de Portugal contra a concorrência europeia. O mundo estava agora oficialmente dividido. Embora se tivesse acreditado inicialmente que Colombo descobrira a extremidade oriental da Ásia, logo ficou patente que o mundo era muito maior do que se supunha, e que o papa dera à Espanha e a Portugal muito mais território do que se poderia imaginar.

O motivo oficial da *Inter Caetera* era evitar a guerra entre os dois países cristãos

mais poderosos da época e recompensá-los pelo trabalho de Cruzada. O tratado de 1494, embora inicialmente bem-sucedido em preservar a paz, acabou saindo pela culatra e teve implicações de alcance muito maior, além de qualquer coisa imaginada por Alexandre VI. Viria a ter uma profunda influência sobre a história do mundo, levando países europeus a uma rota de colisão e insidiosamente trazendo à tona o ressentimento básico que estimulou quase dois séculos de espionagem, pirataria, contrabando e guerra. Em meados do século XVI, a linha de demarcação tinha alçado Espanha e Portugal à posição de superpotências. Antes da Reforma, poucos na Europa ousavam desafiar plena e abertamente a autoridade da Igreja católica romana. Como resultado, Portugal rapidamente ficou rico com o monopólio da rota comercial oriental para a Índia e as ilhas Molucas, ou "ilhas das Especiarias". A Espanha, sem oposição nas Américas, teve rédeas livres para conquistar as ricas culturas dos Impérios asteca, maia e inca, e para mandar para o outro lado do Atlântico enormes carregamentos de ouro e prata.

Se a Inglaterra, a França e a República da Holanda tivessem aceitado a autoridade do papa para manipular as atividades comerciais dos países e determinar o destino dos impérios, a história de exploração, comércio e colonização teria envolvido apenas Espanha e Portugal. No entanto, durante o século XVI, Fernão de Magalhães circum-navegou o mundo pela primeira vez para estabelecer a disputa sobre onde passava a linha de demarcação no outro lado do globo; corsários ingleses, inspirados pelo lendário marinheiro Francis Drake, pilhavam navios espanhóis no Caribe e no Pacífico; e a República da Holanda lutou contra Espanha e Portugal, tanto pela independência quanto pelo controle do comércio global de especiarias.

Assim como a tecnologia e o conhecimento estavam prestes a abrir as vias marítimas do mundo depois da viagem heroica de Colombo, o Tratado de Tordesilhas buscou restringir o acesso às duas nações favorecidas. Começou a luta épica pela liberdade dos mares: seriam as viagens e o comércio globais controlados por um decreto autocrático ou estariam os mares abertos aos navios de qualquer nação?

A liberdade dos mares era uma ideia distintamente moderna, defendida no início do século XVII pelo teórico do direito Hugo Grotius. Em 1608, Grotius, com 25 anos, publicou um tratado intitulado *Mare liberum* (O mar livre). Dirigido aos

"governantes das nações livres e independentes do mundo cristão", apresentava argumentos jurídicos que contestavam o direito de Portugal e Espanha de exigirem propriedade exclusiva das vias marítimas do mundo. Enquanto o tratado tivesse legitimidade, argumentava Grotius, os oceanos do mundo seriam cenário de conflitos intermináveis.

Originalmente concebidos e escritos como justificativa para um ataque de corsários holandeses a um navio mercante português nas Índias Orientais, os poderosos argumentos de Grotius acabaram com as desgastadas justificativas do Tratado de Tordesilhas e da proclamação papal da qual derivavam sua legitimidade moral e legal. Grotius propunha que a liberdade dos mares estava no coração da comunicação; que nenhuma nação poderia monopolizar o controle sobre os mares em razão de seu enorme tamanho e limites e pela sua composição em mudança constante. Embora outros pensadores logo entrassem na discussão com opiniões divergentes e aprimoramentos do conceito de universalidade extrema de Grotius, o debate iniciado por ele dobrou os sinos fúnebres para o conceito de mares fechados. Seus argumentos tornaram-se, desde então, as bases para a legislação marítima internacional moderna.

Às vezes, decisões e eventos que parecem sem importância em sua época têm uma influência profunda e não intencional sobre o curso da história do mundo. É esse o caso do Tratado de Tordesilhas. Apesar de ter havido envolvimento de reis, príncipes famosos e até do papa, as origens do tratado eram um conjunto prosaico de eventos inteiramente conflitantes com seu impacto sobre a história política, geográfica, comercial e jurídica global. A história que abarca séculos começa com a competição ambiciosa, a ganância e as alianças entre Cristóvão Colombo, seus dois conjuntos de patrocinadores rivais — o rei João II de Portugal e os monarcas espanhóis Fernando e Isabel de Castela e Aragão — e o papa espanhol Alexandre VI. Orgulho, paixão, inimizade e brigas mesquinhas entre esse grupo privilegiado e poderoso, estimulado e inflamado pela arrogância de Colombo, levaram a um conflito global que fermentou durante séculos, oriundo do fato de o papa dividir o mundo ao meio em 1494.

No coração do maior acordo diplomático e político dos últimos cinco séculos estavam relacionamentos e paixões de um punhado de indivíduos poderosos, unidos por animosidade mútua e obrigações pessoais, brigas, rivalidades e ódios que

duraram décadas. No entanto, no fim, eles giravam em torno da determinação obstinada de uma jovem em escolher seu próprio marido.

I

Europa

1. A princesa e o príncipe

Em 1468, as perspectivas de casamento de Isabel, então com dezessete anos, não eram muito boas. A meia-irmã mais nova de Henrique, rei de Castela, achou desagradável o primeiro nome escolhido pelo rei para ser seu marido: o idoso e avaro rei de Portugal, Afonso v. Embora guerreiro e cruzado de renome, que uma década antes derrotara os mouros em Marrocos, Afonso agora tinha o dobro da idade de Isabel e já possuía um filho adulto, que seria seu herdeiro. Ele ficara gordo e pouco atraente, além de politicamente impotente — desvantagem para qualquer filho que nascesse da união. Além disso, era parente de Isabel, algo bastante comum nos casamentos dinásticos da Europa no fim da Idade Média, mas mesmo assim exigindo permissão papal. A ideia de ter esse homem como seu companheiro de leito pela vida inteira e como pai de seus filhos foi o bastante para fazer Isabel chorar.

Mas o casamento de Isabel era uma questão de interesse de Estado; do ponto de vista de Henrique, amor ou compatibilidade pouco tinham a ver com isso. Ele era a favor do casamento, assim como Afonso. Na verdade, os dois já vinham debatendo o noivado havia alguns anos, e a proposta fora firmemente — embora com alguma diplomacia — recusada por Isabel durante esse tempo todo. Em determinado momento, a teimosa princesa informara seu meio-irmão que "não podia ser dada em casamento sem o consentimento dos nobres do reino", o que era uma reivindicação correta, embora ousada. Henrique sabia que a anuência de seus nobres não estaria prontamente garantida naquele clima político conturbado, em especial se Isabel resolvesse criar caso. Mas a pressão de Portugal para a aceitação da proposta — e a própria necessidade do rei de Castela de obter o apoio militar português — era tão intensa que Henrique acabou ameaçando Isabel com prisão no alcácer de Madri, caso se recusasse a concordar com o casamento.

Um cortesão português deu a entender que exércitos lusos marchariam sobre Castela, em retaliação, se a moça persistisse na humilhante recusa. Isabel podia parecer passiva — gostava de ler e dedicava-se a longas sessões de orações —,

porém anos de convivência com a perigosa intriga da corte fizeram dela uma mestra em dissimulação. Embora seu plácido sorriso transmitisse uma neutralidade afável, Isabel acalentava os próprios planos e sonhos, que só contava a seus amigos e conselheiros mais próximos. Esses sonhos não correspondiam aos desejos do rei e de muitos nobres do reino. Já conhecida na história por ter uma vontade forte e independente durante a vida inteira, Isabel tornou bem claro, em 1468, ainda adolescente, que não teria o repulsivo monarca português por consorte e esposo, quaisquer que fossem as consequências. Sua exasperante demonstração de independência ameaçava acabar com planos que haviam levado anos para ser forjados — e possivelmente iria agitar a frágil fronteira entre os dois países.

Henrique pensou em suas opções. Consultou seus conselheiros e pesquisou outras possibilidades de matrimônio para Isabel. O casamento da meia-irmã tornara-se uma questão pessoal, além de política. A reivindicação de Isabel ao trono de Castela, caso Henrique morresse de repente, agora era mais forte até que a de sua filha, Joana. Batizada com o nome da mãe, a animada Joana de Portugal, filha de Henrique, também era sobrinha do rei português Afonso — a mulher do rei Henrique, Joana de Portugal, era a irmã mais nova de Afonso. Mas havia uma forte suspeita de que a Joana mais jovem tivesse sido gerada por um dos favoritos da corte de Henrique, o galante Beltrán de la Cueva, sendo portanto ilegítima no que dizia respeito à herança política. De fato, Henrique, que, segundo rumores, seria impotente ou homossexual, por extrema insistência de seus nobres, depois de inúmeros anos de estímulo à guerra civil, há pouco havia proclamado publicamente que Joana não era sua filha. A infeliz menina foi apelidada de La Beltraneja, epíteto que a ela se fixou não apenas durante sua vida, mas ao longo dos séculos. Não ajudava o fato de a rainha recentemente ter dado à luz outra criança sem a menor possibilidade de ter sido gerada por Henrique, porque o casal real morava em lugares diferentes. Apesar dos grandes esforços para esconder a gravidez com vestidos apertados, a inconveniência fora descoberta. Comentava-se abertamente na corte de Castela que a rainha "não usara sua pessoa de forma limpa, tal como convinha a seu dever de servidora do rei".

O casamento foi devidamente anulado por determinação papal, e os votos de fidelidade a Joana, que Henrique extraíra dos nobres, também foram anulados. Graças à reconhecida ilegitimidade da criança, e na ausência de descendentes

diretos, aos 38 anos, Henrique, desdenhosamente conhecido como "O impotente", não teve muita escolha senão nomear sua meia-irmã Isabel, princesa das Astúrias, a seguinte na linha de sucessão ao trono de Castela, sua única herdeira legítima. Contudo, ele a obrigara a fazer uma concessão: teria autoridade para escolher um marido para ela.

O casamento de Isabel tinha de ser pensado seriamente, mas os motivos de Henrique não eram nada nobres. Ele queria dar a impressão de escolher um candidato adequado para a moça, mas ao mesmo tempo neutralizar o potencial político dela em Castela e, eventualmente, abalar sua reivindicação ao trono. Logo Henrique saiu atrás de diversos outros arranjos de casamento para Isabel, inclusive com o duque de Gloucester, o futuro rei Ricardo III, na distante e fria Inglaterra, e com o irmão do rei da França, Luís XI, o afetado Carlos, duque de Berry e Guienne. Uma aliança com a França, selada e garantida por um casamento, talvez permitisse a Castela e França cercar o pequeno reino de Aragão e reivindicar alguns territórios mais distantes.

Embora Carlos só tivesse cinco anos a mais que Isabel e fosse, na época, o herdeiro ao trono da França, a moça não estava apaixonada por ele. Não sendo uma novata na arte das intrigas, ela enviou à França seu confidente, frei Afonso de Coca, para espioná-lo. O frade voltou com um relatório desanimador. O jovem nobre francês parecia prematuramente envelhecido. De acordo com De Coca, ele era "feio, com pernas finas, extremamente disformes, e os olhos lacrimejantes, às vezes tão baços a ponto de ele ficar quase cego, de modo que, em vez de armas e de um cavalo, Carlos precisava de um guia habilidoso". Certamente não era o homem para fazer disparar o coração de Isabel.

Mas De Coca fez outra descoberta interessante. Ele também viajara para o vizinho reino de Aragão para espionar outra opção matrimonial que tinha sido secretamente incentivada junto a Isabel por seu conselheiro político pessoal, Alfonso Carillo de Acuña, o arcebispo de Toledo; tratava-se de Fernando, o filho de dezesseis anos e herdeiro do rei João II de Aragão. De Coca tinha o prazer de informar Isabel que o jovem príncipe tinha "uma presença galante que não podia se comparar ao duque [de Berry], […] uma graça singular que levava todos os que falavam com ele a querer servir-lhe". O jovem Fernando, além disso, era um hábil espadachim e comandante de campo, talentos que poderiam se provar valiosos caso

Isabel desafiasse Henrique e teimasse nesse noivado. Musculoso e atlético, Fernando era "um grande cavaleiro de bridão e ginete, um excelente arremessador de lança, além de outras atividades que desempenhava com grande habilidade e graça", como diria depois um historiador da corte. Tinha também "olhos grandes, um pouco oblíquos, maravilhosamente lindos, sobrancelhas finas, nariz agudo que combinava com o feitio e o tamanho do rosto". Seus lábios "frequentemente sorriam", e sua constituição era "muito apropriada para trajes elegantes e as mais finas roupas". Não é de surpreender que Isabel tenha declarado a Carillo: "Tem de ser ele, e ninguém mais".

Um consórcio com Fernando de Aragão certamente encontraria oposição por parte de Henrique e muitos de seus fiéis nobres, já que fortaleceria, em vez de enfraquecer, a reivindicação de Isabel ao trono de Castela. (Apesar da proclamação pública, Henrique ainda pretendia deixar o trono para a filha Joana.) Os filhos que Isabel e Fernando eventualmente gerassem seriam herdeiros conjuntos dos tronos de Castela e de Aragão, unindo a maior parte da península Ibérica em uma só casa real e possivelmente lançando sombras sobre Portugal.

A teimosia de Isabel era contrabalançada pelo senso de dever e piedade, mas a geopolítica e os interesses nacionais de Castela — pelo menos a ideia de Henrique sobre o que eram os interesses de Castela — tinham um limite. Ela insistiu para que seu pequeno grupo de apoiadores e conselheiros começasse as secretas negociações de casamento com Fernando. Dados os episódios domésticos vividos pela solitária princesa adolescente — o pai dela falecera havia muito tempo, a mãe entrara em depressão e enlouquecera, e o irmão caçula recentemente morrera envenenado —, Isabel demonstrou uma coragem notável ao desafiar o rei e escolher seu companheiro e, portanto, em determinar as futuras alianças políticas de Castela. Apesar do sentimento de culpa por trair a confiança do meio-irmão — embora àquela altura ela já soubesse que Henrique não estava pensando nos interesses dela —, ela tinha de levar seu plano adiante, e depressa. Henrique, que estava fora da corte para reprimir uma revolta na Andaluzia, arregimentaria forças para impedir qualquer união com Fernando e talvez até prendesse Isabel ou a casasse depressa com o duque de Berry ou com o rei Afonso. Ele ainda não aceitara a recusa em obedecer-lhe como algo definitivo.

Enquanto os partidários de Isabel — aristocratas poderosos que trabalhavam

para garantir sua ascensão ao trono de Castela — prosseguiam as delicadas negociações matrimoniais com o pai de Fernando, João VI, rei de Aragão, a moça esperava em seu castelo, em Valladolid. As negociações se desenrolavam lentamente, uma vez que cada comunicação tinha de ser levada a cavalo, em segredo, pelas planícies e montanhas, numa viagem entre os dois reinos que podia durar uma semana. Um casamento diplomático desse nível, entre a possível herdeira de Castela e o herdeiro do trono aragonês, envolvia muita política em relação ao que poderia acontecer nos dois reinos sob uma monarquia conjunta, e não devia ser apressado. O resultado dos planos secretos de casamento da adolescente Isabel poderia ter enorme impacto sobre o futuro da península Ibérica, possivelmente levando a uma nova dinastia ou, na pior das hipóteses, a uma guerra civil.

Em algum momento, durante a secreta troca diplomática, a consciência de Isabel pesou, e ela enviou uma carta a Henrique, na Andaluzia. Contou-lhe seus planos de casamento, tentando acalmar o orgulho ferido do irmão e aplacar sua raiva por ter desafiado a autoridade real dele. Com suas maquinações dinásticas obstadas, a reação de Henrique foi rápida e decisiva: despachou um bando de soldados leais para o norte a fim de prender Isabel.

A PENÍNSULA IBÉRICA é uma colcha de retalhos de diversos elementos geográficos que contribuíram para uma miscelânea igualmente diversa de divisões políticas no século XV. A região inclui cadeias de montanhas íngremes, planaltos ventosos, espessas florestas, férteis terras cultiváveis ao longo de rios e litorais rochosos no decurso do oceano Atlântico e dos mares Mediterrâneo e Cantábrico (ou golfo de Biscaia). O reino central de Castela, que ao longo do tempo tinha incorporado, por meio de guerras e casamentos, muitos reinos menores, era o maior e mais populoso dos cinco reinos em disputa na península. Tinha uma população entre 4 e 6 milhões de pessoas, concentradas no fértil platô castelhano, um planalto varrido pelos ventos, com invernos rigorosos e pesadas chuvas, mas quente e seco no verão. A maior parte dos milhões de carneiros do reino também era criada no planalto. A economia era primariamente agrária, ajudada por meia dúzia de movimentados portos comerciais ao longo da costa oriental, além de pescadores, marinheiros e exploradores do litoral atlântico.

A vida era pacata e sobretudo rural. Apenas algumas poucas estradas

malconservadas cruzavam a península, e havia grandes trechos de regiões pouco povoadas entre as cidades e aldeias situadas à beira dos principais rios. O terreno acidentado era pontuado de contrafortes nas partes mais altas, com torres defensivas; as cidades eram todas muradas e defendidas, dando testemunho dos séculos de conflitos e brigas que dominaram a história da região, confrontos que entraram em erupção com vigor particular em meados do século xv. A terra era trabalhada por camponeses, cujos cultivos principais incluíam cevada, aveia, azeitonas e trigo, laranjas, figos, uvas e arroz cultivados no sul de Castela (Andaluzia) e no reinado mouro de Granada. Grandes rebanhos de carneiros patrulhavam a extensão aberta da planície castelhana, ao mesmo tempo que mascates cruzavam lenta e aleatoriamente a terra, trilhando as estradas poeirentas, com as mulas carregadas de especiarias exóticas importadas, tecidos e remédios. Um viajante contemporâneo comentou: "Pode-se caminhar durante dias inteiros sem encontrar um único habitante".

Embora Castela tivesse potencial para prosperar, as sangrentas disputas das famílias nobres durante grande parte do século xv criaram uma instabilidade política que atrapalhava o comércio, infestava as malcuidadas estradas de bandidos e impunha empecilhos ao poder central e à capacidade de taxação por parte dos reis. Na época, Madri era uma cidade secundária; embora fosse frequentada pela corte, principalmente pela localização central, os monarcas e seus séquitos preferiam Segóvia, Valladolid e Toledo, que tinham os melhores castelos e eram mais populosas. No fim do século xv, a cidade murada de Sevilha, ao longo do potente rio Guadalquivir, era a cidade mais importante de Castela, com uma população urbana de cerca de 40 mil pessoas e uma área rural com aproximadamente 130 mil almas.

Em torno do reino de Castela havia quatro outros reinos compartilhando a península Ibérica, incluindo o minúsculo, mas fértil, reino de Navarra, no norte, e o animado e próspero Aragão, no nordeste, com seus ricos portos marítimos em Valência e Barcelona. Aragão partilhava com Castela língua e cultura semelhantes, além de ramos da mesma linhagem dinástica. A maior ameaça a Castela, Portugal, alcançara sua independência em 1095 e passara a se dedicar às próprias conquistas, retomando Lisboa dos mouros em 1147, e o Algarve, no sul, mais para o fim do mesmo século. Embora Castela e Portugal tivessem cultura, língua e linhagem

dinástica similares, frequentemente lutavam um contra o outro pela hegemonia sobre a península. O outro reino ibérico independente era a famosa Granada, apartada dos outros quatro reinos por não compartilhar a religião cristã. Granada era um reino mourisco, ou muçulmano, o único vestígio remanescente da civilização que durante séculos dominara a maior parte da península.

Os invasores islâmicos lançaram-se pelo estreito de Gibraltar no início do século VIII. Logo disciplinaram e inspiraram guerreiros, liderados por Tariq, o Caolho, e derrotaram os exércitos dispostos contra eles. Acabaram sobrepujando grande parte do Império visigodo na península Ibérica, depois seguiram para o norte, através dos Pirineus, e entraram na França. Após uma série de vitórias e avanços, foram contidos por Carlos Martel na Batalha de Tours, em 732. Na península, os mouros consolidaram seu novo império, mas, alguns anos depois do assalto inicial, o líder militar visigodo Pelágio reconquistou o pequeno reino de Astúrias, à beira do mar Cantábrico, e começou a Reconquista (que durou séculos) da Espanha pelos reinos predominantemente cristãos contra os invasores muçulmanos. No século XV, depois de séculos de guerras, só restou um pequeno reino mourisco na Espanha, Granada, separada e defendida dos outros quatro reinos ibéricos pela maior cadeia de montanhas na península, Sierra Nevada.

Naquela época, apenas metade da população da península era cristã, enquanto o restante era muçulmano ou judeu. Apesar das guerras mais ou menos contínuas, os seguidores das três principais fés religiosas conseguiram atingir uma coexistência instável. Nancy Rubin, em *Isabella of Castile: the first Renaissance queen* (Isabel, a católica: a primeira rainha do Renascimento), observa que "havia cristãos de pele escura, mouros de cabelo louro, híbridos de todos os feitios e cor de pele em Castela". Um viajante de meados do século XV escreveu, assombrado, que um aristocrata, o conde de Haro, empregava em sua residência "cristãos, mouros e judeus, e ele os deixa a todos viver em paz em sua fé". Em cidades menores, nas áreas rurais, membros dos três credos frequentemente moravam em comunidades separadas, mas próximas, unidas pelo comércio.

Nas cidades maiores, no entanto, o desenvolvimento político e cultural, em meados do século XV, estava erodindo a trégua instável que prevalecera durante gerações. As religiões ibéricas coexistiram em um caldeirão de animosidades e incompatibilidades reprimidas que vigoravam havia séculos. Os judeus muitas vezes

suportaram os maiores choques de hostilidade, alternadamente, por parte dos Estados islâmicos e dos cristãos. Vez por outra esses ódios explodiam e depois se acalmavam numa aceitação tranquila, produzindo períodos de troca pacífica e integração cultural. Grande parte da literatura, da ciência, de técnicas agrícolas, conceitos e práticas de medicina, engenharia e filosofia da Europa ali chegou oriunda da sofisticada cultura islâmica na península Ibérica.

Mas no século XV o período de paz estava chegando ao fim. Em 1453, Constantinopla caiu sob os exércitos invasores de Mehmet, o Conquistador, que usavam gigantescos canhões de sítio (ironicamente, manufaturados por insatisfeitos fabricantes de sinos de igrejas europeus), pondo fim ao Império bizantino cristão e fechando o comércio de especiarias para a Europa. Rapidamente, papas e altos dignitários da Igreja tentaram incentivar o interesse por outra cruzada de retaliação. A invasão de Mehmet aumentou a latente querela entre o islã e o cristianismo; como antes, os judeus da Espanha sofreram nas mãos dos dois contendores. Durante a época da peste negra, no século XIV, os judeus foram massacrados por bandos cristãos em Toledo, Sevilha, Valência e Barcelona. A fim de evitar esse destino, muitos se converteram ao cristianismo.

Os "conversos" conservaram sua fortuna e seu status social e frequentemente ocupavam cargos influentes, emprestando dinheiro a juros e trabalhando como tradutores. Além disso, eram valorizados por reis e grandes senhores como conselheiros e coletores de impostos. Muitos falavam árabe e tinham ligações com as comunidades muçulmanas e com os comerciantes de Granada — habilidades e conexões que os favoreciam em tempos de paz, porém os expunham mais ao ódio e ao desprezo durante períodos de instabilidade. Ao longo da vida de Isabel, tanto judeus quanto conversos estavam proibidos de possuir terras ou ocupar cargos públicos e eram obrigados a usar distintivos amarelos especiais. Também nessa época, a Igreja católica criou a Inquisição para deter o desenvolvimento do livre-pensamento e purificar a fé. Essa instituição viria a ser aprimorada e amplificada, com resultados horripilantes nos séculos XV e XVI.

Politicamente, a Castela do século XV era governada por reis fracos, e os senhores hereditários exerciam autoridade significativa. Em decorrência da fragilidade do poder central, vigorava certa falta de lei, visto que os senhores locais impunham suas regras como bem queriam, o que levava a disputas infindáveis e até

à guerra civil. A Reconquista e os mais ou menos seis séculos de conflito militar tinham fomentado a formação de uma grande classe de senhores guerreiros formidáveis, treinados para batalha, e cujas milícias, embora teoricamente sob a autoridade da coroa, operavam de modo semi-independente. Como essas milícias eram muitas e impiedosas, a coroa nunca foi inteiramente capaz de impor sua autoridade no reino. Durante o século XV, essa classe nobre era tão poderosa que o pai de Isabel, o rei João II de Castela, que teve um longo e insignificante reinado, de 1406 a 1454, foi levado a manter a paz concedendo continuamente títulos e terras ao grupo crescente de potentados semi-independentes, de cujo apoio ele precisava para governar. Esses aristocratas logo possuíam e controlavam quase tantas terras quanto a coroa; e muitos eram mais ricos que o rei.

Como as rendas da coroa diminuíram expressivamente durante seu reinado, João II aumentou os impostos dos plebeus, provocando um profundo ressentimento em relação à monarquia, amplificado durante os anos de instabilidade política. Os nobres guerreiros alinharam seus soldados uns contra os outros, em mesquinhas disputas territoriais, saqueando fazendas e aldeias, destruindo o comércio local e restringindo seriamente a economia nacional, o que resultou em menor coleta de impostos por parte do governo central. Quando os nobres o desafiaram e o ameaçaram com uma guerra civil, exigindo novas concessões e vantagens, João recuou e satisfez suas exigências de terras e títulos, o que deixou os senhores mais ousados e pretensiosos. Por volta de 1470, Castela se tornara um campo de batalha das facções em guerra. Tanto suas cidades como campos foram saqueados e aterrorizados.

João II não era só um rei impopular entre os cidadãos comuns de Castela, ele era desprezado por seus nobres pela fraqueza de lhes conceder recompensas sempre que ameaçavam provocar desordens. Em particular, ele ganhou o desrespeito pela submissão sem energia às sugestões de seu favorito na corte, Álvaro de Luna, filho ilegítimo de uma família real aragonesa, que suspeitavam ser amante do rei. Certamente De Luna era um mestre manipulador, que exercitava seu poder sobre o rei desde que João assumira o trono na impressionável idade de catorze anos. Infelizmente, João estava tão cativado por De Luna que lhe permitiu até controlar sua vida sexual. De acordo com um dos cronistas da corte, "a grande maravilha tinha sido que até nos atos naturais João seguia as ordens do Condestável

[De Luna], e, embora jovem e dotado de boa constituição, e tendo uma rainha jovem e linda, se o Condestável dissesse não, ele não ia ao quarto dela nem procurava outras mulheres, embora bastante naturalmente inclinado a elas". João tinha produzido um herdeiro em 1425, com sua primeira mulher, Maria de Aragão — um filho, chamado Henrique. Vinte e seis anos mais tarde, com a segunda mulher, Isabel de Portugal, foi pai de mais duas crianças, Isabel, em 1451, e um segundo filho, Afonso, em 1453.

Ao morrer, em 1454, João II foi sucedido no trono de Castela por seu primogênito, Henrique. Este era formoso, criativo e atlético; mesmo assim, também era irresponsável e sistematicamente preguiçoso, pouco inclinado a assumir responsabilidade pelo reino e seus negócios algumas vezes desagradáveis. Henrique dispensou muitas formalidades, inclusive as cerimônias de juramentos, e nomeou para posições influentes uma coleção disparatada de presunçosos parasitas — camponeses, músicos, operários, artistas — que mostravam pouco respeito pela monarquia. Um cronista notou que Henrique era "eternamente apaixonado pela paz" e continuava a política do pai, de aplacar os nobres com o objetivo de adquirir estabilidade política. Em reação aos frequentes avisos e admoestações de seus conselheiros e ao evidente desagrado de um grande grupo da corte em relação à sua generosa distribuição de presentes e títulos, Henrique retorquiu: "Os reis, em vez de acumular tesouros, como as pessoas particulares, tendem a distribuí-los, para a felicidade de seus súditos. Temos de dar aos nossos inimigos para transformá-los em amigos, e aos nossos amigos para conservá-los assim".

As ações de Henrique, continuando as políticas pusilânimes do pai, redundaram em uma guerra civil quando sua meia-irmã mais nova, Isabel, chegou à adolescência, nos anos 1460. Alguns cronistas alegam que Henrique tinha sofrido abuso sexual quando jovem por De Luna, o mesmo que manipulara seu pai, para torná-lo complacente e mais fácil de controlar. De acordo com Afonso de Palencia, cronista oficial da corte castelhana, De Luna maculou Henrique com "o vício dos maus". Verdade ou não, Henrique, como o pai, era um rei fraco e imprevisível, que presidia um reino dominado por um crescente caos político, com a fragmentação do poder centralizado e o desrespeito ao rei por parte dos nobres.

Contribuía para a instabilidade dinástica a alegada impotência de Henrique. Embora ele fosse casado com Branca de Navarra desde os quinze anos, o

casamento não produzira filhos depois de quase treze anos. Preocupado com a contínua especulação a respeito de suas proezas sexuais, Henrique resolveu pedir a anulação papal do casamento um ano antes de subir ao trono, em 1454. Os prelados espanhóis, que apresentaram o caso ao papa, se opuseram aos rumores prevalentes de que Branca sairia do casamento como entrara — ou seja, virgem. Para provar que a culpa do casamento estéril era de Branca, os dois padres entrevistaram prostitutas em Segóvia que declararam ter tido relações com o rei, e que ele era, na verdade, *El Potente*. O motivo oficial dado para a anulação do casamento entre Henrique e Branca foi feitiçaria, ou magia negra (*malefício*) da parte da esposa, e essa magia negra havia tornado Henrique temporariamente incapaz de gerar um herdeiro. Por que ela desejaria fazer isso com o próprio marido e sofrer as inexoráveis e previsíveis consequências desse ato contra o Estado, isso não foi discutido. Em 1453, a anulação papal foi confirmada, e Branca foi devidamente banida. A essa altura, Henrique já tinha abordado o rei de Portugal, Afonso v, e negociara a mão da irmã mais nova do rei, Joana, uma vistosa e linda morena que chegou a Castela com um séquito de servidores com trajes coloridos e luxuosos e uma disposição alegre e namoradeira. A jovem princesa gostava de pompas e cerimônias — e, infelizmente, era dada a indiscrições em questões do coração.

Joana tinha apenas dezesseis anos, mal chegava à metade da idade de Henrique, e o rei estava nervoso. Sua agitação talvez tenha se acentuado pela iminência das festividades da noite. Seus fracassos passados não eram um bom augúrio para a continuidade de seu reinado ou para a estabilidade política de Castela. Como era de prever, Henrique não conseguiu produzir um lençol manchado de sangue para seus oficiais da corte, que, de acordo com o costume medieval castelhano, estacionavam às portas dos aposentos reais esperando provas de que o casamento tinha se consumado. Esse correr dos fatos, quando a "prova" aceita não foi apresentada, "não agradou a ninguém". Durante os seis primeiros anos de seu casamento, Henrique e Joana del Portugal não tiveram filhos, e os rumores da impotência e das inclinações sexuais do rei mais uma vez se tornaram tema comum por toda a Castela. "A impotência do rei em procriar era notória", comentou um cronista, enquanto outro escriba registrou que "o rei é tão afeminado que vai, no meio da noite, à casa de seu novo favorito para distraí-lo cantando, quando está doente". Fernando del Pulgar, outro cronista da corte, mais tarde

escreveu que, depois do casamento com Joana de Portugal, a "impotência de Henrique ficou manifesta. Porque, embora ele estivesse casado com ela havia quinze anos e tivesse se comunicado com outras mulheres, nunca teve sucesso em nenhuma função masculina". Outros relatos da época se referem ao tamanho do órgão genital de Henrique e à condição aguada e fraca de seu sêmen, como fora inspecionado e relatado por uma equipe de médicos de renome.

Em 1462, Joana afinal ficou grávida e deu à luz uma filha, também chamada Joana. Acreditava-se, como vimos, que a criança não era filha do rei, mas de um de seus cortesãos, o carismático Beltrán de la Cueva. Mais tarde, num esforço vão de fazer com que a menina se parecesse com o rei, membros do círculo íntimo de Henrique quebraram o nariz de Joana, para fazê-la se parecer mais com o pai, que tinha um protuberante nariz quebrado. Mas nenhum dos relatos das "funções masculinas" é inteiramente livre de suspeitas. Não é possível determinar com autoridade a potência viril de Henrique ou a paternidade da filha que sua mulher teve. A verdade biológica dificilmente tem importância: na época, suspeitava-se amplamente que Henrique era impotente e sua filha era produto genético de outro homem e, portanto, não integrava a linha de sucessão ao trono castelhano.

A levemente divertida preocupação com a capacidade de um homem em procriar e a determinação da exata ancestralidade de seus alegados filhos, agora são difíceis de avaliar. No entanto, na Espanha medieval, ou melhor, na Europa inteira e em muitas outras regiões do mundo, a estabilidade do Estado e a legitimidade da progênie de um monarca estavam intimamente interligadas. Em sociedades com estruturas políticas primitivas, a sucessão governamental ficava limitada aos filhos legítimos dos monarcas reinantes na época. Um elaborado conjunto de regras muitas vezes governava a linha exata de sucessão, determinando quem herdaria as responsabilidades e as regalias do governo. Essas regras deviam ser seguidas para ganhar legitimidade e aceitação. Desse modo, a suposta incapacidade de Henrique em produzir um herdeiro era um problema grave. A possibilidade de impor uma criança ilegítima à nação desafiava as regras que governavam a transferência ordenada do poder. Uma vez que a autoridade da tradição era rompida, os portões estavam abertos para outros desafios à autoridade governamental, questões relativas à legitimidade de um novo monarca e talvez à legitimidade do próprio monarca. Se os rumores eram ou não verdadeiros, Henrique foi suficientemente infeliz ao entrar

em rota de colisão com os rígidos códigos de sucessão então em vigência na península Ibérica.

Logo houve rumores, entre algumas facções da nobreza, de que Henrique não era adequado para governar. Havia dúvidas quanto à legitimidade de La Beltraneja; insatisfação geral com a competência do rei para governar, com o favoritismo, a promoção de amigos e a generosa distribuição de dinheiro, terras e títulos; e questões referentes ao comportamento adúltero da rainha, que ficou grávida de outro dos cortesãos de Henrique. Reunidas, essas questões formaram a semente de rebelião entre os membros insatisfeitos da nobreza castelhana. No verão de 1464, a guerra civil começou. Pequenos exércitos percorriam os campos, tentando conquistar as cidades importantes para sua causa.

Henrique sabia que sua meia-irmã Isabel, então com treze anos, e o irmão dela, Afonso, com dez, poderiam ser peões nessa querela com muitos nobres poderosos. Em fevereiro de 1465, ele os tirou ostensivamente de onde moravam — com a mãe deles, perto de Madri —, para que "fossem educados de maneira adequada", mas, na verdade, para monitorar a fidelidade dos dois e evitar que outros os manipulassem para tramar um desafio à sua majestade. Henrique sorrateiramente privou os dois irmãos dos direitos de herança e títulos hereditários deixados a eles pelo pai. Isabel foi mantida na corte de Henrique, em Segóvia, onde sua liberdade foi restringida e sua correspondência para qualquer pessoa fora da residência real era lida secretamente. Um cronista, refletindo os sentimentos daquela nação, observou que, "em vez de fazer uma guerra contra os mouros, [Henrique] guerreia com seus próprios vassalos, nas boas maneiras e nas leis antigas".

Um dos líderes dos nobres rebeldes era Alfonso Carillo de Acuña, o cortesão que foi premiado com um arcebispado por seu valente apoio ao monarca anterior, o pai de Henrique. Agora arcebispo de Toledo, o sacerdote-
-guerreiro tinha a intenção de usar Afonso, irmão de Isabel, como líder simbólico em sua rebelião contra Henrique. Afonso ficou sob a tutela dos rebeldes para ter educação e ficar em segurança. Sacerdotes e cavaleiros, os grandes do reino, escolheram seus lados para impedir o conflito: um para manter Henrique no trono, outro para criar Afonso, na época com apenas dez anos. De acordo com as regras tradicionais de sucessão, que dava primazia aos homens, na linhagem, Afonso era o seguinte na linha do trono, se Henrique não tivesse um herdeiro próprio, legalmente

reconhecido. Desse modo, Afonso ficaria acima de sua irmã, Isabel; só se não houvesse um herdeiro homem pensava-se em coroar uma mulher.

Para estabelecer o apoio público à rebelião e ao reconhecimento de Afonso como rei, o arcebispo de Toledo e seus companheiros envolveram-se numa campanha pública para desacreditar a legitimidade de La Beltraneja e proclamar seus ressentimentos contra Henrique. Os representantes dessa facção falavam nas praças das cidades e fixavam cartazes afirmando que La Beltraneja não era a herdeira legítima ao trono. Henrique aumentava os impostos sem consultar ninguém, continuava a desempenhar seu papel; dissipava a riqueza de Castela, empregava judeus e muçulmanos, "corrompia o ar e destruía a natureza humana" em sua corte. Os conspiradores pintaram o retrato de um rei distante e incompetente que não pensava nos interesses do povo, capaz de se rebaixar matando *infantes* para remover qualquer obstáculo a seus planos de sucessão.

Os rebeldes exigiram que Henrique proclamasse Afonso seu herdeiro, o que a princípio ele concordou em fazer. Alguns meses mais tarde, voltou atrás em sua decisão. Em 5 de junho de 1465, em frente à catedral, do lado de fora dos portões da cidade de Ávila, uma delegação de líderes rebeldes, incluindo Carillo de Acuña, encenou o destronamento simbólico de Henrique diante dos cidadãos da cidade. No alto de uma plataforma estava a representação do rei Henrique, feita de palha, com coroa, trono, espada (símbolo da defesa do reino) e cetro (símbolo da justiça real). Um arauto leu em voz alta as diversas queixas contra Henrique, o arcebispo estendeu o braço e derrubou a coroa da cabeça do boneco. Outros nobres retiraram a espada, o cetro e as demais insígnias reais, até que o manequim ficou desnudado. Carillo de Acuña, imponente em seus ricos trajes de cerimônia, entoou bem alto que Henrique não estava apto a governar. Depois, jogou o boneco no chão. O louro e piedoso Afonso foi solenemente elevado ao trono vazio e proclamado novo rei de Castela, Afonso XII. Os dignitários reunidos ajoelharam-se diante dele e beijaram-lhe a mão, jurando publicamente fidelidade ao novo rei.

Ter dois monarcas no mesmo reinado não era, claro, uma grande vantagem para o povo de Castela. A lei real desintegrou-se, bandidos percorriam as estradas cada vez mais decrépitas, o comércio ficou quase paralisado à medida que o crime aumentava, cidadãos temiam viajar e permaneciam trancados atrás dos muros das cidades. Exércitos privados esquadrinhavam as terras, caçando seus inimigos,

capturando e obrigando os camponeses desafortunados a ingressar em suas fileiras. A cunhagem de moedas caiu em termos de valor, à proporção que a autoridade real desaparecia: foram abertas novas casas de cunhagem para o comércio, que gravavam a efígie dos monarcas concorrentes em metal de baixa qualidade. Bandos itinerantes de mercenários roubavam tanto as fazendas quanto as casas ricas, privando regiões inteiras da colheita de alimentos e matando os animais de criação. A fome se instaurou, o que levou casas e fazendas particulares ao abandono por seus habitantes em fuga.

Na primavera de 1466, as duas facções reais chegaram a pensar na possibilidade de dividir o país em dois: um reino rebelde independente e um reino monarquista. Henrique, que ainda mantinha Isabel como virtual prisioneira em Segóvia, tentava selar o casamento dela com dom Afonso v de Portugal. O consórcio entre sua meia-irmã e seu cunhado tornava-se ainda mais importante, já que Afonso prometera enviar a ele cavaleiros e soldados para ajudar na interminável luta contra a aristocracia rebelde e o jovem rei Afonso, o fantoche de autoridade simbólica. Os líderes rebeldes temiam que Henrique usasse Isabel para garantir a ajuda militar estrangeira que se voltaria contra eles; do alto de suas posições hierárquicas, alguns deles abordaram Henrique em segredo, apresentando seus próprios acordos de casamento para a princesa de quinze anos. Pedro Girón, o senhor de Calatrava, prometeu desistir da rebelião e convencer outros a depor armas. Em troca, ele tomaria Isabel como esposa (acompanhada por um belo dote, claro) e, portanto, eliminaria o potencial valor político da princesa.

Além disso, Girón ofereceu ouro e soldados à causa de Henrique, traindo assim Afonso, o rei menino, a quem recentemente jurara fidelidade. Henrique concordou com relutância com o casamento de Girón com Isabel. Até a facção rebelde assentiu, porque isso eliminaria, de maneira permanente, qualquer possibilidade de Isabel ser manipulada como peão num casamento, e usada como pretexto para intervenções militares estrangeiras. A jovem princesa fraquejou — Girón, de 43 anos, além de ter duas décadas e meia a mais que ela, era desleixado, bebedor, praguejador e notoriamente libidinoso. Mas, como prisioneira de Henrique, só restava a Isabel uma opção: Girón ou o rei Afonso v de Portugal. O meio-irmão mandou-a para o norte, para Madri, acompanhada de uma guarda. Ela estava presa entre dois futuros extremamente desagradáveis.

Nancy Rubin, em *Isabella of Castile: the first Renaissance queen*, observa que "agora não havia nada a fazer senão soluçar, rezar e jejuar em seu quarto no alcácer de Madri dia e noite, prostrando-se e implorando a Deus para morrer antes do casamento". No entanto, antes de chegar para reivindicar a noiva, Girón foi vítima de uma morte horrível, com uma infecção na garganta, expelindo "palavras blasfemas" no leito de morte e "amaldiçoando a Deus pela crueldade de não permitir que ele vivesse mais quarenta dias para desfrutar de uma última demonstração de poder [deitar-se com Isabel]". A jovem deve ter imaginado que havia se livrado dos tenebrosos braços de Girón por intervenção divina. Liberada de um pretendente desprezado, ela estava determinada a não se deixar aprisionar por outro, mesmo quando Henrique a mandou de volta a Segóvia.

Alguns meses mais tarde, em 20 de agosto de 1467, as facções se enfrentaram em uma batalha na planície adjacente à cidade de Olmedo. A batalha foi inconclusiva, mas acentuou quanto a política havia se degenerado em Castela. Nem mesmo a intervenção diplomática do papa e a ameaça de possível excomunhão dos líderes rebeldes produziram uma reconciliação. Numa traição inesperada, no entanto, os guardiões da cidade de Segóvia, a capital *de facto* de Henrique, centro do tesouro real e o local em que Isabel era mantida em segurança, abriram os portões da cidade para o exército rebelde. Isabel foi libertada. Abalado com essa reviravolta súbita, Henrique concordou, relutante, em assinar um acordo, começando com uma trégua de seis meses. Foi convencido a emitir uma nota de garantia de liberdade para Isabel, na qual se referia a ela como sua "querida e muito amada irmã". Isabel, impassível, mas agora livre, correu para o lado do irmão mais novo, Afonso, em Arévalo, e adotou sua causa.

Henrique encontrava-se em posição difícil. Para readquirir o poder sobre o tesouro real, ele acedeu à exigência de que sua rainha Joana deveria se tornar refém virtual, embora em meio ao luxo, no castelo mantido por um dos nobres rebeldes. As relações entre o rei e a rainha já estavam em declínio havia anos. Observou-se que eles nem mais fingiam dormir juntos; que, de fato, Henrique a encorajava a ter amantes e "não tinha relação nenhuma com ela". Quando Joana se viu oferecida como uma peça em troca do tesouro real, traída e humilhada, deixou de esboçar qualquer fingimento de fidelidade em relação a Henrique. Tomou diversos nobres como amantes e deu à luz mais dois filhos nos anos seguintes — crianças que

ninguém jamais sugeriu que estariam na linha de sucessão ao trono de Castela, mas que reforçavam o argumento de que sua primeira filha, Joana, também não era filha do rei.

Durante a trégua, Isabel viajou de cidade em cidade com o irmão Afonso e sua pequena corte, enquanto este continuava a desempenhar seu papel de rei para uma parcela substancial da região rural de Castela. Contudo, menos de um ano depois de Isabel recuperar a liberdade, em 14 de julho de 1468, Afonso caiu doente depois de jantar seu prato preferido, truta. Na manhã seguinte, o jovem "rei" entrou num coma mortal, do qual não conseguiram recuperá-lo. Um médico que tentou uma sangria achou que "não havia sangue que fluísse" e descreveu sua língua como inchada e negra. A princípio, achou-se que era a peste, mas os sintomas de Afonso não correspondiam aos sinais conhecidos da doença aterradora que devastava os campos de Castela. Afonso jamais recuperou a consciência e morreu depois de alguns dias, ou de peste ou de envenenamento. Aquele era um acontecimento muito conveniente para Henrique. Os rebeldes de repente perderam seu fantoche, e o entusiasmo pela rebelião lentamente minguou.

A essa altura, Isabel tinha se tornado uma jovem discreta e contemplativa, "bem formada em sua pessoa e na proporção dos membros, […] muito clara e loura: os olhos, entre verdes e azuis, a aparência graciosa e honesta, […] o rosto bem-conformado, bonito e feliz". À parte a adulação endereçada a uma rainha, muitos relatos discorrem longamente sobre seu rosto vivo, as maneiras graciosas e o carisma, e observam que ela não era nem enganadora nem maliciosa, astuta ou intrigante. Intrigante ela pode não ter sido, mas era inteligente. Quando seus conselheiros propuseram que prosseguisse na luta contra o meio-irmão Henrique, tomando o manto de monarca tão recentemente deixado por Afonso, conta-se que ela foi dar uma caminhada pelo parque antes de anunciar sua decisão. Ela não submeteria sua terra a novas guerras e ao caos. Ao contrário, aceitaria a oferta de Henrique para ser sua herdeira, "a fim de pôr termo aos infortúnios de uma guerra entre Henrique e eu. […] Portanto, fico contente com o título de princesa". Angustiada com a guerra e o caos que varreram sua terra, ela chegou a sentir que a morte de Afonso talvez fosse um castigo divino por ele ter tomado a coroa ilegalmente.

A decisão de Isabel não era o ato rude e obstinado de uma jovem frívola, mas

uma resposta totalmente ponderada acerca da situação, atitude própria de uma estadista, algo calculado. Porém, ao mesmo tempo que buscava reconciliar as facções litigantes, Isabel tinha sua própria ambição a longo prazo: subir ao trono por meio de sucessão natural, como herdeira de Henrique, de acordo com o desejo de seu falecido pai e as antigas leis de Castela. Ela enviou mensagens a Henrique com propostas de paz, e, em alguns meses, os termos
de reconciliação foram acordados.

Poderoso demais para ser derrotado e destronado, Henrique, mesmo assim, se deu conta de que não tinha poder suficiente para garantir a sucessão de Joana, La Beltraneja, e aceitou o acordo proposto por Isabel. Delegações das facções rivais de Castela se encontraram em setembro de 1468, perto da cidade de Ávila, nas planícies ventosas de Toros de Guisando. Ali, à sombra dos quatro misteriosos touros esculpidos em pedra, onde se haviam praticado antigos ritos e onde um escriba romano gravara notícias das vitórias de César, os líderes das duas facções reuniram-se no meio do campo. Isabel, no papel de princesa e herdeira, cavalgou montada em uma mula branca até a reunião, como ditava a tradição, com as rédeas seguradas pelo arcebispo de Toledo. Os líderes rebeldes aceitaram a autoridade do rei e juraram fidelidade a Henrique como "seu rei e senhor natural", e Isabel foi declarada princesa das Astúrias e herdeira legítima do trono de Castela.

Os direitos jurídicos de La Beltraneja ficaram temporariamente suprimidos; a mãe dela, Joana, a rainha, na época grávida do amante, se recusou a encontrar-se com Henrique, mas seus flertes amorosos eram então amplamente conhecidos. Nancy Rubin observa sucintamente que a "percepção bastante difundida de que a rainha Joana era adúltera enfraquecera de modo apreciável a posição de barganha de Henrique". O delegado papal declarou com solenidade que o rei não estava mais casado com ela, sob o débil pretexto de que ele, por ocasião do matrimônio, não tinha solicitado a bula papal de dispensa por consanguinidade. Portanto, a menina Joana não era legalmente filha de Henrique e jamais poderia herdar o trono.

A maior concessão a Henrique por parte de Isabel era de que ele teria voz na escolha do marido dela; que de fato a princesa não casaria sem o consentimento do rei — promessa que ela sabia impossível de manter, se a proposta fosse contra sua vontade, consciente que estava da motivação de Henrique em eliminá-la politicamente casando-a com quem ele julgava que a fosse afastar do país e da linha

de sucessão ao trono. Apesar das proclamações oficiais de Henrique, de que iria honrar seu compromisso com Isabel como herdeira oficial de Castela, muitos se mantiveram desconfiados: o rei já havia vacilado em tantas decisões importantes no passado, incluindo essa mesma questão da sucessão. Acreditava-se amplamente que ele não levava em consideração os melhores interesses de Isabel, e muitos julgavam que Henrique tampouco pensava nos interesses de Castela.

A luta para determinar o parceiro de casamento de Isabel era um empecilho importante para a paz castelhana, mas ela esperava que isso pudesse ser resolvido restaurando as boas relações com o irmão. Essa questão mais uma vez iria mergulhar o reino na guerra civil.

2. O senhor dos senhores

Nas planícies relvadas fora da cidade espanhola ocidental de Toro, um pesado exército castelhano de mais de 5 mil soldados de infantaria e lanceiros montados se alinhou em formação de batalha para enfrentar um exército português igualmente impressionante. Era final de tarde, 1º de março de 1476, a luz estava esmaecida e uma chuva gelada encharcava o campo. Apesar do cansaço, depois de um dia perseguindo seus inimigos portugueses através das íngremes passagens montanhosas da Sierra de la Culebra, os soldados castelhanos julgavam que havia chegado a hora do ajuste de contas entre os pretendentes rivais ao trono de Castela, que tinham mergulhado a península na guerra. Isabel e Fernando tinham sido coroados rei e rainha havia apenas um ano; as forças castelhanas eram comandadas pelo próprio Fernando, acompanhado por seus nobres experimentados em batalhas e pelo meio-irmão aragonês. Na luz de inverno que desaparecia, eles conseguiam perceber o esplendidamente ornado Afonso v, rei de Portugal, o famoso conquistador dos mouros em Marrocos — motivo pelo qual ganhara o título de "O Africano" —, e seu filho João, um atlético jovem de vinte anos, rodeado por sua força de cavaleiros vestidos com armaduras. João, herdeiro da coroa portuguesa, talvez estivesse ali para ganhar (ou perder) os louros da batalha: ele se unira ao pai, Afonso, com um exército de reforço vindo de Portugal havia poucas semanas.

Milhares de cavalos de batalha, cobertos por armaduras de placas de metal e envolvidos em mantas maravilhosamente bordadas, batiam as patas nervosamente, com a respiração transformada em nuvem. Os cavaleiros que os montavam ajustaram as armaduras, ingeriram mais um pouco de comida ou deram um gole de água, rezaram pela vitória (ou talvez apenas pela sobrevivência) e examinaram uma última vez suas armas. Muitos desses guerreiros tinham sido envolvidos em um cansativo jogo de gato e rato, perseguindo-se uns aos outros pelos campos de Castela durante muitos meses, sob o calor escaldante de verão e o penetrante frio de inverno. Agora estavam ansiosos pelo confronto final. O futuro político de Castela pendia na balança, sem volta. Os tambores de guerra ressoaram, o som ficando

cada vez mais alto. Finalmente, Fernando deu o sinal, trombetas retumbantes anunciaram o avanço de Castela, e os cavaleiros atacaram, enquanto a infantaria corria pela planície gritando "são Jaime e são Lázaro!". Artilheiros dispararam seus canhões primitivos, enviando bolas de ferro que quicaram na relva escorregadia. Grandes nuvens de fumaça de pólvora espiralaram no nevoeiro, enquanto arcabuzeiros dispararam suas armas rudimentares, parecidas com rifles, sobre seus oponentes em ataque. Arqueiros retesaram os arcos e soltaram uma torrente escura de flechas mortais para o céu.

O contra-ataque português mirava a ala direita de Fernando, soltando milhares de projéteis no centro dos guerreiros em avanço. A força de ataque quebrava escudos, feria cavaleiros e atirava-os sangrando e gritando sobre a lama. Os cavaleiros castelhanos esporeavam suas montarias e atacavam para resgatar os sobreviventes ensanguentados da ala direita, usando os lanceiros para transpassar os portugueses que avançavam, enquanto pesados cavalos de batalha batiam com força nos soldados da infantaria. Logo um corpo a corpo caótico percorreu a planície de um lado a outro, as armas erguidas ao alto e cortando por baixo, abatendo-se sobre braços e pescoços expostos, esmagando capacetes e escudos. Gritos de batalha rugiam "Afonso!" ou "Fernando!", enquanto massas de homens ataviados com metal oscilavam para trás e para a frente na escuridão crescente. Ouviu-se Fernando gritar: "Avancem, meus cavaleiros castelhanos! Sou seu rei!" — e eles avançaram com renovado vigor. Depois de três horas de batalha, centenas de guerreiros tinham escorregado ou mergulhado nas águas negras do rio Douro e foram levados pela torrente. Outros milhares jaziam gemendo e sangrando, muitos à morte, enquanto cavalos moribundos "gritavam" de agonia e medo no campo encharcado de sangue. Milhares de reféns tinham sido feitos, e o remanescente de um exército havia fugido do campo em busca de proteção numa fortaleza nas imediações. Os vivos vasculhavam os mortos em busca de "ouro, prata, roupas e muitas outras coisas".

A batalha, aclamada como vitória pelos dois lados, foi central para determinar a sucessão castelhana — e muitas outras coisas — nos anos seguintes.

Os eventos que culminaram com a Batalha do Toro haviam sido postos em marcha anos antes, depois dos acordos assinados em 1468 pelas duas facções

opostas. Contudo, uma vez que as ameaças imediatas de seus nobres se amainaram, o rei Henrique começou a pensar melhor a respeito de sua decisão de declarar Isabel herdeira de Castela, em lugar da filha, Joana.

A intenção original de Henrique era casar a meia-irmã com um príncipe estrangeiro, o que a afastaria de Castela e pavimentaria o trajeto para Joana se tornar a herdeira; isso ressurgiu em sua mente apenas quatro meses depois dos acordos de 1468. O casamento de Isabel passou a ser a questão diplomática mais premente do reino. Ela ainda se recusava veementemente a pensar na possibilidade de se unir a qualquer dos pretendentes pouco sedutores defendidos por Henrique: o velho Afonso V de Portugal; o doentio irmão do rei francês, o duque de Berry; o violento duque de Gloucester, futuro rei Ricardo III da Inglaterra. Apesar da recusa explícita de Isabel, Henrique ainda prosseguia com o plano de casá-la com Afonso, chegando a assinar com o rei de Portugal um acordo secreto de noivado no dia 30 de abril de 1469, estipulando que o casamento aconteceria dois meses depois, quando Afonso chegasse a Castela com seu séquito. Os detalhes eram complicados, concedendo títulos tanto para Afonso quanto para Isabel, estipulando o lugar oficial de residência, o status jurídico dos filhos e outras questões, como qual dos futuros filhos deveria se casar. Não era um acordo arranjado fortuita ou apressadamente, e teria mudado profundamente a história, caso tivesse tido êxito. Teria fortalecido os elos entre Castela e Portugal, e não entre Castela e Aragão, mudando a história da mais famosa viagem de todos os tempos, bem como do acordo mais importante política e diplomaticamente que já foi feito.

Mas Isabel tinha suas próprias ideias. Foi por volta dessa época que chegou a primeira sugestão do rei João II de Aragão, oferecendo seu filho Fernando como possível pretendente. Como já vimos, depois de pensar nas opções e ouvir os relatos secretos de seu espião, frei Afonso de Coca, Isabel resolveu se casar com Fernando, o atraente jovem herdeiro do trono de Aragão e já rei da Sicília. Isabel chegou a essa decisão sozinha, sem o consentimento oficial de Henrique e violando a promessa feita a ele de que avaliariam em conjunto as perspectivas de casamento. Fernando não apenas era formoso e tinha a mesma idade de Isabel — com certeza, preocupações significativas para uma menina de dezessete anos —, como aquele era um consórcio que representava, sem a menor dúvida, a maneira mais segura de garantir seus próprios direitos ao trono de Castela, não permitindo que ela fosse

neutralizada politicamente em uma terra estrangeira, como queria Henrique. O problema evidente que ela e seus conselheiros enfrentavam era que Henrique jamais consentiria no casamento. Longe de anular o potencial político de Isabel, um casamento com Fernando o valorizaria enormemente, unindo as coroas de Castela e Aragão numa aliança que seria aprovada pelas cortes e pelo Parlamento de Castela, e cimentaria a posição da jovem como herdeira do trono, ao mesmo tempo que forneceria um forte aliado para ajudar a defender esses direitos. Henrique estaria preso à sua promessa de torná-la sua herdeira. Era uma decisão que ele tomara por necessidade política e que lamentava, agora que a paz relativa fora garantida.

Enquanto Henrique prosseguia em suas negociações com Afonso, Isabel autorizou a continuação célere das negociações secretas para seu casamento com Fernando, durante os anos de 1468 e 1469. Cavaleiros galopavam para lá e para cá pelo acidentado terreno entre o castelo do arcebispo, em Yepes, e Saragoça, em Aragão, onde João II e Fernando estavam ocupados se defendendo, no norte, de uma invasão francesa. Missivas crípticas ou codificadas, entregues à noite, longe dos olhos à espreita, revisavam os termos do acordo de casamento do jovem casal e de união entre as duas nações. Enquanto outros se encarregavam das negociações, Isabel vivia na corte de Henrique, rodeada de espiões e limitada em seus movimentos. Manteve-se neutra diante do avanço dos diplomatas portugueses, ansiosos por convencê-la a aceitar um acordo com Afonso.

Em desafio ao acordo que haviam feito no ano anterior, Henrique certificou-se de que Isabel permaneceria financeiramente dependente dele. Começou a erguer obstáculos no caminho dela: recursos prometidos não eram postos à disposição da jovem, evitando que ela estabelecesse sua própria residência ou corte, contratasse empregados ou recompensasse seus partidários. Além disso, Henrique preocupava-se com o sentimento público negativo que derivaria do casamento de Isabel com Afonso. Muitos nobres perceberam que esse enlace não apenas seria de pouca valia para Isabel — nas palavras de um cronista, Isabel "se tornaria, na flor da juventude, madrasta de enteados mais velhos que ela" —, como não traria nenhum benefício a Castela. Além disso, havia a preocupação de que o herdeiro de Afonso, João, pudesse de algum modo reivindicar a herança de Isabel em Castela, "o que iria sobrepujar a honra e a liberdade do país". Se a opção de casamento preferida de Isabel fosse conhecida, o sentimento público tenderia a favor de Fernando e de

uma união diplomática com Aragão, reino com que partilhava a língua castelhana e muitos de seus costumes.

Enquanto isso, na cidade aragonesa de Cervera, Fernando se preparava para assinar o que ficou conhecido como Capitulações de Cervera. Depois de meses de negociações intermináveis, Fernando, contrariando tanto as tradições do Estado como a tradicional supremacia masculina, assinou um documento de casamento no qual abria mão de muitos dos poderes que ele em geral deveria deter. A Capitulação foi uma espécie de acordo pré-nupcial no qual Fernando concordava em morar em Castela, só nomear castelhanos para postos do governo, obedecer à autoridade de Henrique e aderir às leis e aos costumes castelhanos, e não aos aragoneses. Fernando, além disso, deveria "travar guerra contra os mouros, que eram inimigos da fé católica, como fizeram outros soberanos católicos no passado". Sua noiva, Isabel, e por extensão Castela inteira, seriam definitivamente os primeiros entre os iguais — hierarquia que refletia as relações de poder entre a população dos dois reinos. Aragão era um reino menor que Castela, e seu tesouro tinha sido exaurido por anos de guerra contra a França. O documento foi assinado em janeiro de 1469, em Aragão, por Fernando e seu pai, o rei João II, e ratificado no início de março pelos conselheiros de Isabel (mas não por Isabel, já que ela não tinha posição jurídica nas negociações de seu próprio casamento).

Uma vez os documentos oficialmente endossados e as cópias reivindicadas pelas duas partes, o jovem casal tinha só de se encontrar em pessoa para completar o negócio e consumar o casamento. Isabel deveria fugir da corte de Henrique. Em maio de 1469, o rei de Castela se preparava para sair em expedição militar à Andaluzia para abafar uma revolta. Talvez nervoso com a plácida neutralidade de Isabel em relação às suas propostas de casamento, extraiu dela uma promessa de não assumir nenhum compromisso matrimonial enquanto ele estivesse fora. Isabel concordou, ponderando que seu compromisso com Fernando já havia sido formalizado (embora sem o conhecimento de Henrique), mas que ela evitaria qualquer outro compromisso. Ela, porém, quebrou uma promessa: não ficou na corte. Fugiu a cavalo para a cidade de Madrigal à noite, evitando os espiões de Henrique. O pretexto para a fuga fora visitar sua mãe doente e comparecer aos ritos fúnebres de um ano em memória de seu irmão Afonso, em Ávila.

Quando os espiões de Henrique o informaram da fuga de Isabel, ele emitiu

uma ameaça ao povo de Madrigal, ameaçando-os com "penalidades duras" caso oferecessem a ela qualquer apoio no casamento com Fernando. Furioso, enviou soldados reais para buscá-la, mas, a essa altura, Isabel já recebera uma parcela substancial do dote de Aragão e imediatamente o usou para promover sua causa. Ela e seu séquito perambulavam pelo campo e quase foram apanhados pelos soldados leais a Henrique, até chegarem a Valladolid. Livre de Henrique, apoiada pelo povo da antiga cidade e segura com o dinheiro recém-recebido, ela pôde descansar. Longe de ficar acovardada, mandou uma carta a Henrique, criticando-o por intimidá-la e renegar suas promessas e acusando-o de "empregar determinadas mulheres como minhas acompanhantes e servidoras […] para me oprimir e pôr minha liberdade em risco". Além disso, pedia que Henrique pensasse sobre seu casamento com Fernando sob uma luz positiva, enfatizando que "para a glória de sua própria coroa e para a saúde e bem-estar de seus reinos, que, como sua alteza devia concordar, […] os motivos acima mencionados tornavam evidentes e favoráveis, ele consentisse no casamento com o príncipe de Aragão, rei da Sicília". Isabel mencionou que ela e seus conselheiros tinham consultado a maior parte dos nobres e prelados de Castela, e estes "haviam respondido que se casar com o rei de Portugal de modo algum redundaria em benefício para seus reinos. […] Mas todos elogiaram e aprovaram o casamento com o príncipe de Aragão, rei da Sicília".

Prevendo um desastre, Henrique concluiu depressa seus negócios no sul e correu para o norte, para Valladolid, com seu exército. O conselheiro de Isabel, Carillo, despachou mensageiros para Aragão com pedidos urgentes para que Fernando encontrasse sua nova esposa antes que Henrique pudesse intervir. Embora o príncipe estivesse indubitavelmente preocupado, liderando um exército na guerra contra a França, o mensageiro informou-o de que, se ele quisesse Isabel como esposa, era melhor se apressar, já que Henrique estava marchando com seu exército para capturá-la. Sem perda de tempo, Fernando colocou em marcha um plano para enganar os espiões que ele tinha certeza de que Henrique empregara. Com grande publicidade, partiu de Saragoça, não para oeste, em direção a Castela, mas para o leste, e daí, secretamente, voltou e se dirigiu pelas ventosas montanhas até Castela. Ele sabia que Henrique teria espiões e patrulhas esquadrinhando as fronteiras, mas apostou que o rei de Castela jamais esperaria que o príncipe de Aragão e rei da Sicília viajasse sem um séquito real. Planejou esgueirar-se pela

fronteira de maneira muito pouco majestosa. A dignidade que se danasse. Fernando sabia que sua única chance de se casar com a herdeira do trono de Castela estava em evitar a captura, ou evitar ser assassinado pelos agentes de Henrique. Viajando com um pequeno grupo de servidores e guarda-costas disfarçados como mascates, ele representou o papel de almocreve esfarrapado, executando tarefas para seus "patrões" e cuidando das mulas e dos cavalos do grupo à noite. Um observador atento notaria que o humilde almocreve tinha sua comida especialmente preparada e provada antes de ele comer, para prevenir tentativas de envenenamento. Depois que esse bando rústico atravessou Castela oriental, foi recebido por cerca de duzentos cavaleiros armados e protegidos com armaduras, leais a Carillo e a Isabel, que com diligência escoltaram o grupo à noite, pelas planícies, até a cidade de Duenas, perto de Valladolid.

Na noite de 12 ou 14 de outubro de 1469, Carillo, o casamenteiro, conduziu Fernando, de dezessete anos, para o primeiro encontro com sua noiva, de dezoito. Por um momento, os adolescentes ficaram num silêncio aturdido enquanto se observavam com aprovação. Um cronista insistiu que eles se apaixonaram à primeira vista — e por que não? Numa época em que os casamentos reais eram consumados por interesses políticos, e não por compatibilidade ou paixão, ser levada à presença do noivo pela primeira vez, sabendo que ele atendia a todas as prosaicas qualificações para o casamento e não descobrir um velho parlapatão ou um indivíduo frívolo, mas um parceiro atraente, da mesma idade, inteligente, encantador e dotado de bom senso, parecia uma bênção. O cronista Afonso de Palencia escreveu: "Naquele encontro, a presença do arcebispo refreou o impulso amoroso dos amantes, cujos corações fortes se encheram com a alegria e a delícia do matrimônio". Naquela noite, eles ficaram noivos formalmente e, entusiasmados, marcaram o casamento para um futuro próximo.

Em 18 de outubro, Fernando entrou com grande pompa em Valladolid, acompanhado por uma guarda de honra de trinta pessoas. Cavalgou pelas ruas repletas de observadores até o palácio de um dos nobres locais, onde as cerimônias civis foram realizadas com grande solenidade diante de 2 mil espectadores. Muitos dos que eram neutros ou até hostis ao casamento foram simplesmente testemunhar a cerimônia, inclusive a apresentação da bula papal autorizando o enlace, e o pronunciamento oficial das Capitulações, que tinham sido assinadas havia quase um

ano. As cerimônias religiosas tiveram lugar no dia seguinte, e, embora alguns fossem contrários e exibissem "tristeza e raiva", a maioria apreciou a celebração. Depois vieram as danças, as festas e as costumeiras competições de justas antes que Isabel e Fernando se retirassem para o quarto, mas não para a privacidade que eles desejavam: a consumação de um casamento real na Espanha medieval era um assunto público, para além do interesse pessoal. Reunidas do lado de fora do aposento estavam inúmeras testemunhas esperando a comprovação de que o casamento havia sido consumado e de que Isabel era realmente virgem. Depois de algum tempo, Fernando abriu a porta e exibiu um lençol ensanguentado como prova. Os mensageiros, agitados, "mandaram que trombetas, tambores e outros instrumentos fossem tocados, enquanto mostravam o lençol a todos que estavam esperando". A celebração durou uma semana.

"Menos romanticamente", escreve John Edwards em *The Spain of the catholic monarchs* (A Espanha dos reis católicos), "deve-se ter em mente que o casal não se tinha visto antes e deveria se casar contra o desejo do rei de Castela, sem uma adequada permissão canônica e num prazo muito curto. Nessas circunstâncias, era muito pouco provável que o povo de Valladolid tivesse a oportunidade de dar qualquer grande demonstração de alegria". Muitas cidades castelhanas, de acordo com os historiadores da corte, seguiram em comemoração, com pessoas cantando "*Flores de Aragón dentro em Castilla son*" (Flores de Aragão estão em Castela), enquanto outras cidades permaneceram neutras, e um pequeno número manifestou protestos. As notícias não foram recebidas com entusiasmo em todos os lugares, talvez dominados pelo medo de uma nova guerra civil. O rei Afonso v de Portugal, que então preparava sua própria viagem a Castela para se casar com Isabel, ficou chocado e humilhado. De acordo com John Edwards, "o fracasso de suas tentativas deu ao rei português motivo para desenvolver um rancor pessoal em relação à rainha Isabel, muito antes da discutida ascensão desta ao trono de Castela".

Para botar água fria na fervura, Isabel, como convinha, escreveu a Henrique, informando-o do casamento e lisonjeando-o: "Mui alto e mui distinto príncipe e rei, meu senhor", começava ela. A nova noiva referia-se a si e a seu novo marido como "fiéis irmãos mais novos e filhos obedientes" que estavam trabalhando para aumentar "a harmonia e a paz" de Castela. Isabel admitia que "deveria ter esperado até obter o consentimento de sua alteza e os votos e conselhos de todos os prelados

e grandes homens de todos esses reinos". Mas, apelava, "se fosse necessário esperar a concordância e o consentimento, isso seria muito difícil de obter, ou então se passaria tanto tempo que, nesses reinos, grandes perigos surgiriam por ausência de filhos para continuar a sucessão".

A carta, com suas brandas linhas sinuosas em torno de questões importantes, é menos um derramamento sincero de contrição do que uma desculpa fingida por motivos fingidos. Isabel nunca recebeu uma resposta de Henrique. Nos meses seguintes, nem Isabel nem Fernando foram chamados à corte de Castela, suportando um silêncio pétreo. Durante esse tempo, o rei manobrou abertamente, mais uma vez, para deserdá-la. Menos de um ano depois do casamento, e um mês depois do nascimento da filha de Isabel e Fernando, Henrique não surpreendeu ninguém ao encenar uma cerimônia formal na qual oficialmente declarava o casamento inválido de acordo com a lei papal. Portanto, alegava, ele não tinha outra escolha a não ser deserdar Isabel da sucessão, anulando o acordo assinado em Toros de Guisando. Henrique produziu, em seu favor, uma nova bula papal denunciando a primeira como falsa (que realmente era falsa, pois fora obtida às pressas por Carillo e pelo rei João de Aragão, porque a solicitação formal de dispensa fora recusada, e eles sabiam que a devota Isabel jamais se casaria sem o consentimento do papa). Além disso, Henrique argumentava que o casamento de Isabel era nulo porque ela tinha se casado sem a sua anuência, violando os termos do acordo de Toros de Guisando. Ele apresentou uma dispensa assinada pelo papa Paulo II, liberando-o de todas as promessas que fizera a Isabel em decorrência do acordo. Depois disso, obrigou seus seguidores a jurar fidelidade a Joana, La Beltraneja.

Mais uma vez, La Beltraneja, de nove anos, seria a herdeira de Castela, segundo Henrique. A declaração foi entusiasticamente endossada pelo tio dela, o cunhado de Henrique, o rei Afonso V de Portugal. Henrique então negociou, em meados de outubro de 1470, um contrato de casamento para Joana com o duque de Berry, o enfermiço irmão do rei da França, que Isabel havia recusado. Em troca, o rei francês prometeu auxílio militar a Henrique para defender os termos do contrato; pressupunha-se que, ao renegar os itens acordados em Toros de Guisando, o rei de Castela iria reacender a guerra civil em seu reino. De fato, logo depois da proclamação de Henrique, irromperam rebeliões em algumas regiões e cidades, assim como numerosas declarações de neutralidade, que resultaram em

desordens no comércio e diminuição na muito necessária renda oriunda dos impostos que mantinham solvente o governo de Castela e sua economia em funcionamento.

Mesmo alguns dos conselheiros de maior confiança de Henrique pareciam pouco inclinados a seguir os delírios fantasiosos ditados pelos caprichos do rei, enquanto Castela caía num caos ainda maior. Miguel Lucas de Iranzo, o condestável de Castela e um dos amigos de infância de Henrique, ficou tão desgostoso com a oscilação do rei quanto à sucessão que enviou uma carta ao duque de Berry aconselhando o nobre francês a não se casar com La Beltraneja: "A princesa Joana é a filha da adúltera rainha dona Joana", alegava ele, em razão "da impotência do rei dom Henrique e da perversidade que a rainha dona Joana cometera com o marido". Lucas de Iranzo concluía seu conselho ao duque de Berry dizendo que "o verdadeiro sucessor ao reino" era Isabel. Nos meses finais de 1470, a própria Isabel reagiu contra Henrique com as previsíveis alegações a respeito da paternidade de Joana. Além disso, ela argumentou que o papa não tinha o direito de interferir nos juramentos que os nobres haviam feito no ano anterior em Toros de Guisando. Tudo parecia uma retaliação aos argumentos que tinham sido trocados pelo reino todo durante anos. Facções políticas mais uma vez começaram a traçar suas linhas, e os nobres, cansados da guerra em Castela, se prepararam para outra rodada de lutas internas, guerra e caos civil.

O poder de Henrique de impor sua vontade sobre Castela foi obstado pela falta de apoio militar, especialmente quando os prometidos soldados da França nunca chegaram. O duque de Berry voltou atrás em relação ao casamento com Joana, uma vez que as implicações políticas ficaram claras para ele. No outono de 1471, Henrique soube que o duque de Berry tinha ficado noivo da filha do duque da Borgonha. Além disso, o aliado de Henrique no Vaticano, o papa Paulo II, morrera no verão de 1471, e o novo papa, Sisto IV, ao contrário do pontífice anterior, não apoiava Henrique em Castela. O interesse geral de Sisto nos negócios castelhanos era bastante limitado. Nancy Rubin observa, em *Isabella of Castile*, que, "em vez de encarar o jovem casal como obstáculo à paz castelhana, Sisto IV o via como uma solução para o caos que dominaria Castela depois da morte de Henrique". Sob a tutela de seu conselheiro em negócios castelhanos, o cardeal e vice-chanceler Rodrigo Bórgia, Sisto logo publicou uma bula, há muito tempo

adiada, que oficialmente sancionava o casamento de Isabel e Fernando aos olhos da Igreja — um ato que fortaleceu muito a posição moral deles contra Henrique, em Castela, e enraiveceu o rei Afonso v, em Portugal.

Rodrigo Bórgia saiu de Roma e chegou ao porto de Valência, em Aragão, em junho de 1472, levando importantes documentos e pronunciamentos. Belo, refinado e carismático, o cardeal era descendente da nobreza local de Aragão. Depois de ter sido nomeado delegado do papa responsável pelos negócios espanhóis, ele voltava à sua terra natal após muitos anos em Roma. Durante o ano seguinte, Rodrigo percorreu Castela e Aragão dando demonstrações de riqueza, oferecendo banquetes opulentos e orquestrando procissões grandiosas pelas cidades, enquanto distribuía nomeações a seus parentes e partidários. Ele trabalhou pela paz na península Ibérica e incentivou o apoio para uma nova cruzada a fim de expulsar os turcos otomanos da Europa. Segundo esperava, isso renovaria também o interesse castelhano, que se encontrava enfraquecido sob o governo de Henrique, por atacar o último reino mouro ibérico que restara: Granada.

Depois de se encontrar com Fernando em Valência, Rodrigo Bórgia ficou impressionado com a competência e a conduta do jovem, assim como também se admirou com Isabel, ao conhecê-la mais tarde, no mesmo ano. Sua missão principal, no entanto, era garantir a paz em Aragão e Castela e enfraquecer o interesse português pelo trono castelhano. Só com a paz essas duas nações poderiam dedicar sua atenção a derrotar os infiéis. Bórgia secretamente prometeu ganhar o trono de Castela para os jovens Fernando e Isabel e trabalhou para fortalecer alianças em favor deles, aceitando em troca várias propriedades aragonesas pelo seu apoio. O brando cardeal, com benevolência, até aceitou ser padrinho da filha de um ano de Isabel e Fernando, também chamada Isabel. Durante suas viagens, ele se recusou terminantemente a conhecer a mulher de Henrique, a rainha Joana, ou sua filha, Joana, La Beltraneja, e rejeitou seu apoio a mais uma das intermináveis maquinações matrimoniais de Henrique para a menina.

O rei João ii de Aragão, o pai idoso de Fernando, também tinha acabado de arranjar o casamento entre seu filho ilegítimo, mas poderoso, e a filha de um dos influentes partidários de Henrique, que em consequência disso mudou de lado. Por volta da mesma época, Fernando liderou uma força de aragoneses com 7 mil homens na infantaria e 1,3 mil na cavalaria contra uma força invasora francesa, em

um "maravilhoso triunfo" que pôs fim à pressão militar francesa sobre Aragão e transformou Fernando em herói nacional. Depois da rendição, seu pai reconheceu publicamente o jovem guerreiro e falou: "Sorte tenho eu, de poder dizer que sou pai de minha liberdade e do libertador do meu país". Ao ver seus inimigos ganhando força e seu próprio apoio se fragilizando, Henrique se deu conta de que não havia esperanças de expulsar Isabel e Fernando da política de Castela. Chamou Isabel a Segóvia para uma reconciliação em dezembro de 1473.

O contraste entre os dois meios-irmãos era flagrante. Agora com 49 anos, o rei exibia uma palidez doentia, enquanto Isabel, com 22 anos, estava na flor da juventude. Eles compareciam a festas e comemorações públicas juntos e, um dia, que ficou amplamente registrado, saíram pelas ruas polvilhadas de neve recém-caída, Isabel montada em um cavalo branco e Henrique ao lado dela, a pé, segurando as rédeas. No dia de Ano-Novo, Isabel chamou Fernando para juntar-se a eles; Fernando se mantivera à espreita, nas redondezas, para o caso de haver alguma traição contra sua esposa. Mas os três agora eram amigos, desfrutando o "companheirismo e a harmonia"; percorriam as cidades vizinhas, passeavam pelo campo e jantavam juntos diariamente. Os cronistas da corte eram efusivos: "O príncipe dançou na presença do rei, e não demoraria muito para se dizer como este último se alegrou com isso. O rei não poderia estar mais satisfeito com o príncipe". Mas os três governantes jamais chegaram a qualquer acordo formal quanto à sucessão.

Depois de um almoço festivo, com Henrique à cabeceira da mesa, Isabel de um lado e Fernando de outro, o rei gritou de dor. Ele pressionou o peito e caiu ao chão. A música parou imediatamente, e os presentes levantaram-se, incertos. No silêncio aturdido, os criados de Henrique levaram-no correndo para seu quarto real. Os médicos foram chamados, enquanto Fernando e Isabel rezavam publicamente pela recuperação do rei. Mas não conseguiram se furtar ao boato de envenenamento que se espalhou no palácio. Os dois não tinham interesse em ver Henrique morto? Não estavam em posição ideal para remover esse obstáculo final à sua coroação? Durante meses Henrique permaneceu acamado e fraco demais para arcar com qualquer responsabilidade; e ele jamais recuperou parte de suas forças naturais. Sua estrutura, antes robusta, começou a decair, porque vomitava os alimentos e as bebidas, e sua urina saía manchada de sangue.

Enquanto o rei suportava o que os historiadores acreditam ser os estágios finais de uma doença intestinal, diversas tentativas fracassadas foram feitas para reconciliá-lo com Isabel. Ele ficou mais fraco, cada vez mais isolado da família, até que pereceu em meio a sangue e muita agonia em 12 de dezembro de 1474, sem nomear oficialmente um herdeiro. Um mensageiro leal imediatamente encilhou um cavalo e cavalgou a noite inteira até Segóvia, onde Isabel mantinha uma pequena corte, para informar a princesa de que seu meio-irmão havia morrido. Isabel se mobilizou depressa. Depois de correr a Madri, para participar do serviço fúnebre, que foi conduzido "sem a pompa usualmente concedida aos grandes príncipes", ela mudou de roupa e apareceu na frente da igreja de São Miguel, em uma ampla plataforma, enfeitada com joias e vestida de trajes dourados. Enquanto ela permanecia de pé, esplêndida e majestosamente exposta à multidão reunida na praça principal, trombetas ressoaram, tambores tocaram, e arautos declararam-na a nova rainha de Castela. Também proclamaram Fernando, que estava em Aragão no momento, seu "legítimo marido". Montada num gigantesco cavalo envolvido em belos tecidos coloridos e ornamentado de bordados, Isabel seguiu pelas ruas de Segóvia. O cronista Afonso de Palencia observou que a procissão era guiada por um cavaleiro que segurava no alto uma espada, símbolo da realeza, "para que pudesse ser vista por todos, até os mais distantes, e a fim de que soubessem que ela, que tinha o poder de punir os culpados com autoridade real, se aproximava".

Isabel agora era rainha, e Fernando o seu rei, numa manobra audaciosa que enfureceria a muitos. Foi uma jogada necessária, e ela e seus conselheiros decidiram reivindicar o trono antes que La Beltraneja e seus partidários o fizessem. Mesmo assim, não haveria paz para o ambicioso casal real.

Em 1474, enquanto a coroação da linda nova rainha de Castela era saudada com entusiasmo pela maioria, e com apoio reticente ou neutralidade por outros, um pequeno grupo de nobres e suas cidades e fortalezas preparavam-se para perder muito se a reivindicação dela suplantasse a de Joana, La Beltraneja. Afonso v de Portugal era o mais agitado, porque isso o colocava num dilema entre desejo e obrigação. Imediatamente ele foi acusado de proteger e defender os direitos de sua irmã mais nova, a viúva de Henrique, e de sua sobrinha, La Beltraneja, para preservar a honra da família.

Afonso ainda estava enfurecido com a humilhação por parte de Isabel e seu marido Fernando. Ao mesmo tempo, obrigar os insultuosos e enraivecidos nobres de Castela a ajoelharem-se ante a sua autoridade era uma tentação que ele achava difícil deixar passar. Tomar o trono de Castela, ostensivamente, para o benefício e justa reivindicação de sua sobrinha — na realidade, para ele mesmo, junto com uma herança de prestígio e muito valiosa para transmitir a seu filho e herdeiro, o príncipe João — também faria de Afonso o fundador de uma dinastia poderosa: ele e depois João seriam monarcas do maior reino da cristandade. Afonso estava ficando rico com suas recentes viagens patrocinadas pela coroa para o sul, ao longo da Costa do Ouro, na África, para além da Serra Leoa, onde um comércio de ouro e escravos tinha se desenvolvido; além disso, o prestígio político iria complementar à perfeição sua nova riqueza. Seduzido pelo canto de sereia do poder e do prestígio, Afonso, com 46 anos, resolveu deixar de lado o tênue pretexto de defender a honra da família e consolidar sua reivindicação ao trono casando-se, ele mesmo, com La Beltraneja, então com treze anos.

John Edwards escreve em *The Spain of the catholic monarchs* que "o conflito decorrente, que viria a ocupar grande parte dos primeiros cinco anos do reinado conjunto de Fernando e Isabel em Castela, compartilhou tanto do rancor particular quanto do potencial de reconciliação súbita que são característicos das brigas de família". Com um casamento com La Beltraneja e uma subsequente conquista de Castela, Afonso poderia de uma só vez apagar a mancha na honra da família, obter poder e riqueza para ele próprio e para João, lançar as fundações de um império em expansão e punir seus inimigos. Ele começou a negociar secretamente com o rei da França, Luís XI, para coordenar sua entrada em Castela com uma invasão francesa vinda do norte. E enviou um ultimato a Isabel e Fernando, afirmando: "Sabe-se bem que minha sobrinha é filha do rei Henrique e, como herdeira legítima, tem direito ao título de rainha de Castela". A resposta conjunta do casal real foi que os partidários castelhanos da causa de Afonso incluíam muitos dos mesmos indivíduos que antes haviam jurado que La Beltraneja era ilegítima, em razão da "provada impotência" de Henrique, e que "gostariam de saber como eles descobriram que essa senhora não era a herdeira de direito na época, […] e agora acham que ela o é". Afonso V não esperava, de fato, uma capitulação.

Isabel e Fernando ficaram chocados com a rapidez da invasão de Afonso. Eles

mal tinham começado a complicada tarefa de unir o reino, alternadamente punindo e aplacando nobres desobedientes e impondo a justiça real, depois dos anos tormentosos que levaram à morte de Henrique. Na primavera de 1475, Afonso e João tinham equipado um poderoso exército português, composto por 14 mil soldados de infantaria e 5,5 mil de cavalaria, apoiados por engenheiros de cerco da Lombardia. Além disso, Afonso cunhou moedas com a imagem de sua cabeça e o título "rei de Castela", e começou uma campanha pública que incluía distribuição generosa de presentes, enquanto seus agentes tentavam convencer cavaleiros castelhanos insatisfeitos ou desleais a defender a reivindicação de La Beltraneja à coroa. Seus escribas produziram cópias de um documento, levado a Castela e publicamente distribuído em cidades e aldeias ocidentais, alegando, ousadamente, que Isabel e Fernando tinham envenenado Henrique e se apossado ilegalmente do trono. Em 12 de maio, depois de seu exército marchar de Portugal a Castela, diversas cidades controladas por nobres simpáticos à causa portuguesa abriram seus portões para os invasores. Uma delas foi a cidade de Plasencia, onde Afonso se encontrou com a sobrinha, La Beltraneja, e seus tutores castelhanos, e onde os dois noivaram na antiga catedral, na praça da cidade. O casamento de verdade e a consumação foram adiados, dependendo da chegada da exigida dispensa papal para o casamento. Mesmo assim, La Beltraneja foi declarada rainha de Castela. Agora havia duas rainhas.

À medida que o exército português penetrava em Castela, ocupando diversas fortalezas e cidades, Fernando e Isabel iam de cidade em cidade, equipando às pressas seu próprio exército e levantando recursos para a defesa do reino. Faziam discursos para levantar o moral e patrocinavam torneios para aliciar guerreiros. Enquanto Isabel viajava para Ávila, a tensão do conflito, a incerteza e a preocupação com o marido finalmente a tomaram. Ela mal conseguia esconder sua raiva e o ressentimento com a invasão promovida por Afonso; ela estava grávida, mas, "com o coração raivoso, rangendo os dentes e de punhos cerrados", abortou um feto masculino, um potencial herdeiro ao trono. O cronista Afonso de Palencia lembrou que a atormentada rainha sofrera "grande emoção" com a perda do filho que ela e Fernando tanto desejavam, um filho que teria trazido maior apoio político ao reino dos dois. Eles jogaram a culpa dessa terrível perda em Afonso e seu ambicioso filho João, e em julho tinham conseguido levantar um temível exército de

quase 42 mil soldados, incluindo 8 mil de cavalaria e 4 mil cavaleiros com armaduras.

Sob muitos aspectos, o exército deles era uma ralé indisciplinada, consistindo em nobres locais invejosos, desorganizados e mal providos, com grande número de soldados a pé, camponeses que não eram treinados e, em alguns casos, encontravam-se desarmados. O contingente foi reunido tão rapidamente que o exército não tinha coesão interna, e seus líderes brigavam e se recusavam a se submeter às ordens. Fernando, criticamente, também não tinha nenhuma maquinaria de sítio. À medida que suas hostes, imensas, mas frágeis, enveredaram pelo rio Douro para fazer face às forças portuguesas, Fernando deve ter previsto o possível resultado. Ele fez seu primeiro testamento, alegando que, se morresse, sua sepultura seria a mesma de Isabel. "Como estivemos juntos por casamento e amor singular em vida", dizia ele, "que não sejamos separados pela morte."

A plebe se arrumou diante da fortaleza de Toro, em 19 de julho, exausta e "coberta de poeira". Afonso contentou-se em deixá-los à espera, abaixo de suas muralhas, sob sol escaldante, recusando-se a sair de seu lugar, sabendo que faltava a Fernando maquinaria de cerco e, portanto, que ele não conseguiria transpor as muralhas da fortaleza. Fernando exigiu um duelo pessoal com Afonso, mas deparou com adiamentos evasivos. Enquanto isso, os suprimentos de água e comida diminuíam, e, "vendo que não havia jeito de penetrar na fortaleza", Fernando, com relutância, ordenou uma retirada. O moral estava baixo, por causa do calor opressivo, das brigas internas e da aparente desesperança da situação. Muitos soldados causaram destruição em seus próprios campos ao se retirar de Toro.

Isabel, agora uma mulher agudamente inteligente e religiosamente devota de 24 anos, que dera à luz duas crianças saudáveis e uma morta, sentia que essa retirada diante dos portugueses invasores era uma humilhação que ela mal conseguia enfrentar. Quando Fernando voltou, ela o repreendeu pela derrota, e eles brigaram. "Com cavaleiros tão bons, tais cavalos e equipamento e essa infantaria, que luta seria perigosa o suficiente para roubar do exército a ousadia e a ação que normalmente crescem em muitos corações? Se você tivesse forçado a fortaleza até ela abrir, e não duvido que você o conseguisse, se tivesse minha vontade, Portugal e sua soberania estariam perdidos na memória." De acordo com o cronista Julio Puyol, Fernando respondeu acaloradamente: "Achei que ao voltar derrotado iria

encontrar palavras de consolo e encorajamento vindas de sua boca, mas você se queixa porque voltamos inteiros e sem ter perdido a glória. Bom, certamente vamos ter uma pesada tarefa para satisfazê-la daqui em diante!".

Mudando de tática, Fernando mandou sua cavalaria para Portugal a fim de destruir as plantações, como vingança pela humilhação em Toro. A guerra se intensificou quando o pai de Fernando enviou soldados aragoneses para atacar as terras orientais de Castela, pertencentes a alguns nobres que tinham se bandeado para Portugal, enquanto as frotas das duas nações saíram para pilhar as mercadorias uma da outra. Isabel deu licença a corsários para que se aventurassem para o sul, no Atlântico, com o fito de atacar navios portugueses que estivessem vindo da África, numa tentativa de interromper o comércio de ouro e de escravos que estava enriquecendo Portugal. Afonso se instalou em sua fortaleza em Toro e enviou milhares de seus soldados para casa, a fim de ajudar a defender a região da fronteira. O restante de sua força de invasão estava disperso, ocupando numerosas cidades e fortalezas no oeste de Castela.

Amedrontado pelos relatos de aumento das hostilidades e desanimado pelo apoio pouco entusiasmado que recebia da nobreza castelhana, Afonso propôs um acordo de paz no qual ele renunciaria à sua reivindicação ao trono de Castela em troca da soberania de determinadas regiões da Castela ocidental que faziam fronteira com seu reino. Isabel, furiosa, recusou a oferta, alegando que não cederia "sequer uma torre" do reino de Castela ao traiçoeiro Afonso ou a João. A fim de continuar a guerra, ela tomou emprestada uma fortuna "em baixelas de ouro e prata", de propriedade da Igreja, com a promessa de pagar a dívida em três anos. Com os novos recursos, Isabel e Fernando lançaram uma grande campanha para contratar, treinar e equipar soldados e criar um exército mais profissionalizado. O pai de Fernando também enviou um de seus estrategistas e general de maior confiança, o meio-irmão de Fernando, Alonso de Aragão, "um mestre nas artes da guerra". Em novembro, Alonso já ajudava a projetar e construir a maquinaria de cerco para quebrar as fortificações de Afonso v em Toro.

A maré virou, e, em janeiro de 1476, as forças de Fernando recapturaram duas fortalezas estratégicas: Burgos e Zamora. Vendo sua rota de escape de Castela fechada, Afonso enviou uma mensagem a João para correr em seu auxílio com outro exército português. A chegada iminente dessa nova força portuguesa, liderada

por João, botou em marcha eventos que levaram inexoravelmente à Batalha do Toro, o ajuste de contas final entre as duas facções em luta pelo trono castelhano. Durante a batalha de três horas, mais de 1,2 mil soldados portugueses foram mortos, muitos levados aos gritos rio abaixo, pela torrente do rio Douro, depois de terem sido empurrados do campo e sobre as margens pelos lanceiros de Fernando. Na escuridão da meia-noite, Fernando ainda perambulava pelos destroços do campo de batalha conversando com seus soldados e supervisionando o resultado com prazer, agradecido, porque "naquela noite, Nosso Senhor tinha lhe dado Castela inteira".

No dia seguinte houve celebrações nas cidades vizinhas em honra à vitória castelhana. Apesar do tempo de inverno, Isabel caminhou descalça à frente de uma procissão religiosa que percorreu a cidade até a catedral de Tordesilhas. O cronista Alfonso de Palencia registrou que "descrever a alegria de Isabel ao ouvir falar da vitória em Toro seria impossível". O marido dela não tinha sido ferido, e o odiado Afonso v fora derrotado; Fernando tinha "destruído o citado inimigo e seu povo" — certamente um exagero, mas só um pouco: a invasão portuguesa terminara. Nunca a posição de Isabel parecera mais segura. Embora os dois lados alegassem ter saído vitoriosos do confronto, poucas semanas depois da Batalha do Toro, Afonso e João, com o remanescente do exército português, se retiraram para o oeste, para o outro lado da fronteira, levando consigo a noiva e sobrinha, La Beltraneja, por segurança. Pai e filho "foram recebidos com grande tristeza e muitas lágrimas por seu povo". A maior parte dos dissidentes pró-portugueses em Castela logo selou a paz com os jovens monarcas e efetivamente pôs fim à artimanha de Afonso e João para reivindicar o trono de Castela. Até o papa Sisto iv retirou sua anterior dispensa para Afonso se casar com a sobrinha, "por causa de todos os males e guerras" que o documento tinha causado. A humilhante derrota foi um golpe do qual Afonso v jamais se recuperou inteiramente.

Isabel e Fernando começaram, então, a lenta e difícil tarefa de reparar o terrível dano à região rural de Castela e à economia, causado por anos de guerra civil. Desarmaram assaltantes e restauraram a paz, a segurança e a justiça no reino. Foi nessa época, 1476, que um marinheiro genovês de 25 anos, chamado Cristóvão Colombo, foi dar à costa em Portugal, depois de uma batalha com um navio castelhano. Era uma época auspiciosa para chegar à península Ibérica, porque João

estava prestes a se tornar o novo rei. Ele tinha ambições para a expansão portuguesa na África e esperava continuar a exploração e utilização do litoral africano e das ilhas atlânticas sob sua jurisdição.

Depois da Batalha do Toro e da subsequente retirada de toda a milícia portuguesa de Castela, o rei Afonso e o príncipe João viram seus sonhos de um império ibérico se esvair, usurpado — injustamente, eles acreditavam — pela traição e ambição de Isabel e seu marido aragonês, Fernando. Para eles, Isabel e seu consorte tinham roubado ilegalmente o trono da sobrinha de Afonso e prima de João, tomando-o ilegalmente da família deles. Acreditavam que Isabel e Fernando não eram os legítimos governantes de Castela, e nunca se esqueceram disso. De fato, uma das primeiras ações de Afonso depois da derrota foi uma viagem oficial para o norte, para a França, esperando que um encontro pessoal com o rei da França pudesse convencer aquele aliado pouco confiável a encetar mais um ataque a Castela. Entretanto, Luís XI já estava em negociações para reconhecer Isabel e Fernando como governantes de Castela.

Deprimido, Afonso anunciou que estava abandonando "todas as vaidades terrenas" e instruiu o filho para assumir o governo. Voltou da França no outono de 1477 para ocupar brevemente o trono e organizou uma investida final a Castela no começo de 1478, mas desentendeu-se com João. A invasão inoportuna foi rapidamente rechaçada pelo exército de Fernando. Desde a Batalha do Toro, Fernando e Isabel tinham feito um trabalho notável para unir as facções do reino despedaçado, e em poucos meses Afonso estava em plena retirada, para nunca mais voltar.

Em junho daquele ano Isabel deu à luz um menino, João, o único sobrevivente masculino descendente do rei João II, pai de Isabel. O nascimento de João dirimiu para sempre qualquer pretensão ao trono que pudesse ser formulada por La Beltraneja e uniu as casas reais de Castela e Aragão como herdeiras de coroas gêmeas.

João viu seu pai Afonso alquebrado pela luta em relação à pretensão de La Beltraneja ao trono de Castela. Depois de 1478, Afonso "nunca mais foi alegre, passou a ser retraído, reflexivo e pensativo, como um homem que abominava as coisas mundanas, e não um rei que as valorizava". Humilhado e envergonhado com alguns dos termos de paz do Tratado das Alcáçovas, Afonso V chegou a concordar

em internar La Beltraneja num convento pelo resto da vida, para neutralizá-la como potencial figura inspiradora de uma dissidência política que acarretasse em invasão. Antes de entrar para o convento, La Beltraneja teve a escolha de esperar catorze anos para ver se o infante, o príncipe João, filho de Isabel e Fernando, se casaria com ela (a essa altura, ela teria 32 anos), mas recusou. Fez os votos e entrou para o convento em 15 de novembro de 1480.

Até o fim de seus dias, em 1530, Joana se recusou a aceitar que não era a herdeira legítima ao trono de Castela ou a renunciar à sua pretensão ao trono. Ocasionalmente, quando ela se aventurava a sair do convento e adotar um papel público na corte portuguesa, Isabel e Fernando faziam pressão para que voltasse à reclusão, invocando a autoridade de altos oficiais da Igreja. Afonso v, o guerreiro altivo e ousado que quase tivera sucesso em criar um império ibérico, entrou para o mosteiro franciscano de Varatogo, no acidentado litoral atlântico. Tornou-se monge e morreu ali aos 52 anos, em 26 de agosto de 1481.

O príncipe João, que oficialmente sucedeu a seu pai em 1481, aos 21 anos, já tinha assumido a maior parte do governo de Portugal mesmo antes de a guerra com Castela terminar. Ele já mostrava tendência para não se deixar influenciar pelos poderosos nobres do reino, e muitos se preocupavam com o que seu reinado poderia acarretar. Como rei João ii, ele foi rápido em agir quando o pai morreu. Algumas de suas primeiras providências foram cortar o poder excessivo de determinados nobres e consolidar o poder na coroa — ou seja, o dele. Ao mesmo tempo que era descrito, de acordo com um cronista da corte, na época, como "um bom católico, ansioso pela propagação da fé, um homem de espírito inquisitivo, desejoso de investigar os segredos da natureza", era também um maquinador impiedoso. Há um retrato dele, feito no período do fim de seu reinado, que mostra a vaidade de um monarca poderoso: envolvido em um belo manto de peles, adornado com um colar largo de ouro e pedrarias, do qual pendia uma ornada pedra central engastada em pesada filigrana de ouro, e com uma tira mais fina, mais intrincada, presa justa ao pescoço. As mãos enluvadas em cor escura e a cabeça adornada com uma coroa incrustada de pedrarias com muitos pontos de ouro lavrado, coroa que poderia provocar alguma tensão no pescoço e nos ombros até de um homem musculoso. O rei João se deu conta de que a aparência do poder era tão importante quanto o poder propriamente dito; que, em seu mundo, os dois eram

uma coisa só. Sua face levemente barbada é forte e masculina, dando uma impressão geral de ceticismo cuidadoso. Ele era um homem perigoso de contrariar.

Depois de sua coroação, diz-se que João II declarou aos nobres: "Sou o senhor dos senhores, não o servo dos servos". Eles deveriam ter considerado isso um aviso. O rei exigiu deles um novo juramento de fidelidade, reconhecendo sua subordinação à supremacia real e, de acordo com Malyn Newitt em *A history of Portuguese overseas expansion* (Uma história da expansão portuguesa ultramarina), "pôs em movimento um processo de verificação de títulos e privilégios", ações que certamente enraiveceram e desafiaram os poderosos nobres que, sob o reino à deriva de seu pai, tinham se habituado a agir de modo independente. Como uma aranha em sua teia, João II aparentemente não fazia nada que desafiasse abertamente o poder dos nobres, mas empregou uma rede de espiões reais para observar suas ações. Uma família em particular, os Bragança, exercia poderes quase tão fortes quanto os da coroa. O rei juntou provas, como comunicações secretas entre o duque de Bragança e Isabel de Castela, em que o duque insistia com Isabel para que ela interviesse em negócios portugueses e desafiasse a autoridade autocrática de João II.

Assim que João II obteve a prova da traição, desferiu um golpe rápido e certeiro. Exércitos reais marcharam sobre as terras de Bragança, derrotaram as forças ducais e apreenderam fortalezas e cidades. O duque, Fernando, foi capturado e executado publicamente, e os territórios dos Bragança foram confiscados, enquanto os demais membros proeminentes da família seguiram exilados para Castela. No ano seguinte, o mesmo destino estava reservado a outras nobres famílias portuguesas. João II não se furtava a agir pessoalmente; desconfiado de outro suposto ato de traição, ele convidou o cunhado, duque de Viseu, à corte. Depois, confrontou o infeliz duque com sua alegada infidelidade e o apunhalou, observando-o sangrar até a morte sobre as pedras da pavimentação onde caíra. João II não tinha a intenção de ser um rei fraco como o pai — humilhado por Castela na guerra e no casamento e humilhado em Portugal pela intimidação de seus próprios nobres. Várias décadas mais tarde, ele foi um dos governantes a quem Nicolau Maquiavel atribuiu o questionável título honorífico de "príncipe perfeito".

Depois de consolidar seu poder, João II reviveu o sonho expansionista de Portugal, intensificando as viagens de descobertas financiadas pelo Estado. João

estava interessado em eventos fora da península Ibérica, e mesmo fora da Europa, particularmente no sul, ao longo da costa ocidental da África, onde marinheiros, sob os reinados de seu pai e de seu avô, tinham começado a ter lucros. Dedicou-se a planejar e organizar suas aventuras expansionistas com vigor e visão. A fim de obter a fidelidade de seus nobres, João ofereceu a muitos membros da nobreza menor nomeações de apoio e doação de terras. Entretanto, como observa Malyn Newitt em seu *A history of Portuguese overseas expansion*, "calculou-se que cerca de 2 mil vassalos eram mantidos desse modo, o rei tinha de enfrentar uma carga financeira maciça, além de uma crescente exigência de posições, comandos e empregos militares. A expansão ultramarina supria então o rei de uma fonte principal de renda e também possibilitava que ele distribuísse o patrocínio que seu absolutismo patrimonial exigia". Um dos primeiros atos de João foi fortificar o posto avançado em São Jorge da Mina, perto de uma mina de ouro no litoral da África ocidental. Ali, ele começou a comercializar e traficar não apenas ouro, mas também escravos, em números cada vez maiores, trocados por linho, algodão e ornamentos de bronze.

João II, o senhor dos senhores, tinha ambições ainda mais grandiosas do que discretamente lucrar com o comércio de ouro e da miséria humana. O jovem rei era o herdeiro de uma tradição marítima portuguesa de décadas, desde a época de seu avô. Desse modo, ele estava em boa posição, durante os anos 1480, para posicionar marinheiros e cartógrafos portugueses a fim de realizarem seus planos ousados e visionários.

3. A grande barreira

Duas minúsculas caravelas arriscavam-se cegamente pelas águas turbulentas sob uma tempestade cada vez mais forte. Com as velas recolhidas, para evitar que os mastros se quebrassem com o esforço, as embarcações estavam à mercê do vento. Durante treze dias elas corcovearam e vagaram por mar aberto, navegando através das ondas frígidas e montanhosas dos fortes ventos da latitude 40 no sul da África. Os marinheiros portugueses, que agora suavam sob o calor equatorial da África ocidental, estavam longe de casa e navegavam águas que outros navios jamais haviam singrado. Estavam aterrorizados. "Como os navios eram minúsculos", registrou o cronista, "e os mares mais frios e diferentes do que eram na terra de Guiné, […] eles se deram por mortos."

Mas nem tudo estava perdido, e as tempestades finalmente se exauriram depois de quase duas semanas. Os marinheiros içaram as velas e desviaram seus navios surrados para o leste. Depois de vários dias sem avistar terra, voltaram-se para o norte e avistaram uma cordilheira de montanhas altas no horizonte. Os dois pequenos navios deslizaram para o que é agora conhecido como baía de Mossel, em 3 de fevereiro de 1488. Ficaram ancorados a aproximadamente 370 quilômetros a leste da atual Cidade do Cabo, na África do Sul. Com seus rudimentares instrumentos de navegação, os oficiais calcularam que estavam a 3,2 mil quilômetros a leste do cabo Bojador, na África ocidental, e aproximadamente na direção sul do Egito; encontravam-se mais ao sul e mais a leste que qualquer navio europeu que já navegara nessa rota.

O mais importante era que a costa inexplorada parecia correr para o nordeste, e não para o sul — a tempestade empurrara os navios, contornando a ponta da África, e estavam às portas do havia muito procurado oceano Índico. À distância, os exaustos marinheiros portugueses enxergaram rebanhos de gado e "muitos juncos, cana, menta, oliveiras silvestres e outras plantas e árvores diferentes das de Portugal". Quando o capitão da expedição, Bartolomeu Dias, e alguns de seus

homens remaram até a margem, barganharam com os pastores locais diversos carneiros e gado, a única carne fresca que os homens comiam havia meses. Mesmo assim, quando tentaram encher outra vez seus barris de água em uma fonte, os mesmos pastores os atacaram com pedras. Dias atirou em um deles com seu arco, e eles fugiram para o interior, levando o gado.

Dias ordenou que as duas caravelas levantassem âncora e continuassem a rota para o nordeste, ao longo da costa, durante aproximadamente 480 quilômetros. Perto do atual Great Fish River,[1] a tripulação desembarcou e arrastou uma gigantesca cruz de madeira em meio aos rugidos de um rebanho de leões-
-marinhos até a praia, e depois até o topo de uma colina. Os marinheiros celebraram uma missa na base da colina e avaliaram a situação. Embora a terra fosse temperada e boa, e tivessem suprimentos abundantes de comida e água, as provisões dos navios estavam quase esgotadas, e os homens murmuravam e se sentiam amedrontados. "Aqui", relata o cronista,

> já que todo mundo está cansado e muito temeroso por causa dos grandes mares por que passaram, todos em uníssono começaram a se queixar e exigir que não fossem adiante. […] Eles deveriam voltar e procurar o navio que tinham deixado para trás com seus estoques, tão longe que, quando chegassem a ele, estariam todos mortos de fome. […] Era o suficiente para uma viagem ter descoberto tanta costa, e seria melhor conselho voltar para descobrir o grande cabo que parecia estar atrás deles.

Em vez de se arriscar a um motim, Dias reuniu um conselho de oficiais e marinheiros mais graduados. Eles concordaram que era melhor voltar a Portugal para relatar sua recente descoberta, em vez de se arriscar a prosseguir. Essa foi uma decisão decepcionante para o comandante, que estava prestes a alcançar o sonho marítimo português de gerações. Depois de os homens assinarem um documento concordando em voltar para casa — na opinião de Dias, um abandono covarde e bobo da busca —, o capitão os convenceu a continuar por mais três dias; se não encontrassem nada, então voltariam. Durante três dias os navios passaram por terras de aspecto semelhante, mas não encontraram nada digno de nota. Plantando um padrão (uma cruz de pedra) com um brasão real e uma inscrição declarando que o rei de Portugal, João II, tinha "ordenado que essa terra fosse descoberta", Dias mandou os navios alterar o curso "com muita dor e sentimento, como se estivesse largando um filho amado em eterno exílio", de acordo com o cronista. Voltaram

lentamente, mantendo-se próximos ao litoral, mapeando a costa que tinham perdido quando a tempestade os soprara para o mar.

Chegaram a Struis Bay, um pouco a leste do cabo das Agulhas, perto do fim de abril, e Bartolomeu Dias ordenou uma pausa de três semanas, intervalo em que o nevoeiro e as ondas tornavam a navegação muito perigosa. Os homens aproveitaram a oportunidade para consertar os navios e procurar provisões adicionais que durassem o tempo necessário para contornar a África. Voltaram ao mar perto do fim de maio e continuaram costeando ao longo do ponto mais ao sul do continente africano. Em 6 de junho, passaram por "um grande e nobre cabo" de granito, impressionante, escarpado, que avançava para o mar. Ali, Dias foi a terra, firmando outro padrão para marcar o ponto mais austral da rota.

Depois de muitas semanas de viagem, voltaram à baía, onde o navio de suprimentos estava ancorado, para descobrir que seis dos nove homens que tinham ficado para vigiá-lo haviam sido mortos defendendo a embarcação de atacantes africanos. Um dos sobreviventes ficou tão "surpreso com o prazer em ver seus companheiros que morreu logo depois, pois estava muito magro de doença". Um melancólico Dias ordenou que o navio de suprimentos, infestado de vermes, fosse queimado, e as duas caravelas continuaram para o norte, por fim alcançando Lisboa em dezembro de 1488. Depois de ter navegado aproximadamente 25 mil quilômetros em dezesseis meses, eles tinham viajado mais longe que qualquer outra expedição conhecida rumo a terras ignotas e em águas desconhecidas. E, mais importante, o capitão obtivera informações valiosas e preciosos mapas do novo litoral.

Quando Bartolomeu Dias se apresentou diante da corte real para relatar sua grande realização, ele propôs batizar o cabo mais ao sul de cabo das Tormentas. O nome parecia adequado. Mas o rei João II o impediu. Contemplando o futuro, o esperto rei rebatizou-o de cabo da Boa Esperança, porque de fato Portugal estava pronto para colher enormes benefícios no comércio com a Índia e talvez até com as ilhas Molucas. O monumental épico de Dias, na arte de navegar e na ousadia, tinha aberto as portas de além-mar ao Império português. O contorno da África era uma busca que já se empreendia havia décadas, com o supremo objetivo de estabelecer uma rota marítima comercial da Europa ocidental para as exóticas terras orientais, onde se originavam as especiarias.

O preço das especiarias na Europa, na época, era astronomicamente alto por causa do difícil acesso e da precária configuração política das terras entre a fonte, a Indonésia e as terras de destino, ao norte do Mediterrâneo. Essas mercadorias chegavam à Europa por mar depois de passar por muitas mãos — mercadores chineses e malaios as entregavam a mercadores na Índia, que as revendiam para mercadores árabes, que então as transportavam através do oceano Índico para o Egito e o Oriente Médio, onde eram vendidas a comerciantes venezianos que controlavam o território e as rotas de comércio que ligavam o Mediterrâneo e a Índia à Europa. Cada transação elevava o preço das especiarias, de modo que a pimenta-do-reino, o cravo e a noz-moscada, usados para conservar e condimentar a carne e para tratar algumas doenças comuns, tornavam-se extremamente caros ao chegar à Europa.

Com o sucesso da viagem de Bartolomeu Dias, Portugal tinha encontrado um modo de quebrar o monopólio dos comerciantes árabes, e estava pronto para colher vastas recompensas. Menos de uma década mais tarde, outro marinheiro português, Vasco da Gama, liderou a primeira frota de uma expedição comercial que alcançou a Índia. Logo Portugal se tornaria uma das nações mais ricas na Europa, desenvolvendo uma complexa rede comercial que se estendeu por todo o mundo.

A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA começou no início do século XV, como a dupla tentativa de encontrar o mítico reino cristão de Preste João e a mais prosaica procura da fonte do ouro africano. Em 1415, soldados portugueses atacaram e conquistaram a fortaleza mourisca de Ceuta, no norte do Marrocos, como parte de uma continuada luta na península Ibérica entre cristãos e muçulmanos. Os vitoriosos portugueses, ao pilhar a cidade, ficaram pasmos com a riqueza que encontraram escondida nas casas e nos depósitos dos comerciantes. Ceuta era um entreposto para caravanas da África saariana e o porto final para produtos das Índias, mais a leste. Luxuosos tapetes orientais, ouro, prata, latão, seda, joias, pimenta-do-reino, canela, cravo e gengibre estavam ali estocados como os gêneros mais comuns.

De onde vinha essa riqueza de mercadorias exóticas? Essa era a pergunta urgente que se impunha à mente do líder das forças conquistadoras, o príncipe

Henrique, de 21 anos, filho mais moço do rei João I. O curioso príncipe ficou em Ceuta como governador do novo território durante vários anos depois da conquista, examinando essa questão. Henrique aprendeu tudo o que pôde sobre o comércio marroquino de caravanas, que conseguiam viajar sobre areias escaldantes até o coração da África, de onde as caravanas voltavam carregadas de produtos exóticos e valiosos. Ele ouviu falar no "comércio silencioso" entre povos que não conheciam a língua uns dos outros.

Partindo das montanhas Atlas, as caravanas marroquinas de camelos serpenteavam seu caminho para o sul através do deserto, seguindo antigas trilhas, durante semanas até a região do rio Senegal. Ali, os mercadores dispunham com cuidado as pilhas separadas das mercadorias que queriam oferecer, inclusive sal, coral, utensílios de metal, contas e outros itens manufaturados. Ao se retirarem do campo de visão, africanos negros, que mineravam ouro das margens do rio, aproximavam-se e punham um montinho de ouro ao lado de cada pilha de mercadorias. Depois, eles próprios se retiravam. Os comerciantes marroquinos ou aceitavam o ouro oferecido e partiam ou reduziam a quantidade de mercadorias, até os dois lados ficarem satisfeitos. Desse modo, o negócio era lentamente concluído, e a caravana levava o ouro para o Marrocos.

A busca de um modo de tomar a riqueza de Marrocos para Portugal era uma tarefa que preocupara vidas inteiras, e não apenas a do rei João I, mas também a de seus três filhos. O jovem infante Henrique se tornaria o herói que botou em marcha as viagens de Portugal para a África ocidental no começo do século XV. "Oh, tu, príncipe pouco menos que divino!" — entusiasmava-se o biógrafo favorito de Henrique enquanto o príncipe ainda estava vivo —, "tua glória, teus louvores, tua fama enchem tanto os meus ouvidos e impregnam os meus olhos que não sei bem por onde começar […] Os mares e as terras estão cheios de teu louvor, porque tu, por inúmeras viagens, uniste o leste ao oeste." A lenda diz que dom Henrique, o Navegador (o título foi dado por um admirador, um historiador britânico), sozinho e com uma visão profética, estabeleceu uma corte na província ao sul de Portugal, o Algarve, onde se tornou patrono de navegadores, cartógrafos, construtores de navios e artífices de instrumentos náuticos, combinando seus conhecimentos e habilidades para projetar melhores navios e instrumentos e mapas aprimorados em busca do conhecimento científico. Com essa visão, o infante dom Henrique presidia

uma sociedade científica altruísta, dedicada ao desprendido objetivo de aumentar o conhecimento pela exploração. Historiadores recentes tendem a ver as famosas ações de Henrique sob uma luz mais reveladora e menos lisonjeira. Seria Henrique um príncipe esclarecido do Renascimento, perseguindo os nobres objetivos de exploração para aumentar o conhecimento? Ou seria ele apenas um ganancioso barão medieval, ansiando por ouro e escravos para enriquecer sua casa e financiar suas cruzadas contra os infiéis de Marrocos?

O retrato-padrão do infante Henrique — que alguns historiadores duvidam que seja uma imagem verdadeira — representa-o já mais maduro, como um homem sério, delgado, numa camisa vermelha e com um grande e requintado chapéu preto. Rugas cortam seu rosto estreito, e seu lábio superior é adornado por um bigode bem aparado que cai em paralelo a seu cabelo cortado reto. Sua expressão é distraída, caracterizada por uma vaga tristeza, e não pelo júbilo, por confiança ou sabedoria. O lema inscrito embaixo do retrato é "O desejo de fazer o bem". A imagem evoca a impressão de um homem lutando com seus demônios interiores, e não um ousado cruzado ou um estudioso desprendido, dedicado a descobrir e compartilhar o conhecimento. Segundo a opinião geral, Henrique raramente bebia vinho, vivia como um recluso e provavelmente permaneceu virgem a vida inteira. Ao morrer, descobriu-se que ele usava um cilício. Talvez fosse um homem conflitado, inseguro quanto aos seus deveres e em busca do caminho certo, preso entre desejos irreconciliáveis: o impulso para explorar o mundo desconhecido e as inclinações menos agradáveis em direção às cruzadas e à caça de escravos.

O cronista de Henrique, Gomes Eanes de Zurara, dá diversas razões para as ambições navais do príncipe. Zurara defendeu a ideia de que o destino pessoal do príncipe tinha sido estabelecido no nascimento, por seu horóscopo; renomados astrólogos haviam predito que "esse príncipe estava fadado a se envolver em grandes e nobres conquistas, e, acima de tudo, a tentar a descoberta de coisas que estavam escondidas de outros homens, e de segredos". No século XV, o destino de uma pessoa, tal como vaticinado pelo alinhamento dos planetas na hora de seu nascimento, era levado bastante a sério — e passou a ser uma espécie de profecia realizável, já que os indivíduos esforçavam-se por viver a vida prevista para eles. As outras inspirações citadas por Zurara para a preocupação pouco comum de Henrique com a exploração naval incluem a busca do mítico reino de Preste João e

o fato de que Henrique "gostava em demasia do trabalho das armas, especialmente contra os inimigos da Santa Fé". Fosse isso verdadeiro ou não, enfatizar o motivo religioso como propaganda se mostraria uma manobra vital de relações públicas em qualquer reivindicação territorial que quisesse garantir o apoio do papa, que, como veremos, tinha o imenso poder de determinar o destino das nações. A busca esclarecida pelo conhecimento, a luta contra "o infiel" e a conversão de pagãos forneciam um verniz de respeitabilidade e nobreza, mascarando o subjacente objetivo comercial de aumentar o lucro — esforço indigno de um príncipe medieval.

Os historiadores de hoje dão muito crédito ao irmão mais velho de Henrique, dom Pedro, pelas ousadas iniciativas marítimas de Portugal. Parece que grande parte da inspiração e logística técnica das viagens iniciais, mais arriscadas, foi conduzida por dom Pedro, e não por Henrique. Foi dom Pedro quem viajou pela Europa durante anos depois da queda de Ceuta, coletando informações a respeito da geografia conhecida do mundo, comprando mapas e debatendo os problemas de navegação, comércio e viagens com os principais estudiosos, navegadores práticos e cartógrafos da época. Foi também nos anos 1440, durante a regência de dom Pedro sobre o futuro rei Afonso v, que se exigiu dos capitães de navios portugueses que mantivessem relatórios detalhados de todos os fenômenos naturais e observações astronômicas precisas, que eram compiladas e esquematizadas em cartas-mestras conservadas pelo príncipe.

Depois da morte de dom Pedro numa tentativa de golpe, em 1449, dom Henrique voltou a atacar os infiéis em Marrocos e a consolidar os ganhos comerciais na África. Não houve outras descobertas portuguesas durante a vida de dom Pedro. Como a história é escrita pelos vitoriosos, dom Pedro passou a ser conhecido como um vil traidor, e não como a força intelectual por trás das primeiras viagens portuguesas. Em geral, acredita-se que Henrique usurpou a fama de seu irmão ao empregar o bajulador Gomes Eanes de Zurara para escrever as crônicas de suas explorações, combinando as atividades dos dois irmãos numa única biografia e introduzindo no todo um verniz heroico, que pinta a iniciativa inteira como um empenho nobre.

Independentemente do papel verdadeiro do infante dom Henrique na exploração naval portuguesa, pelo menos uma dúzia de navios portugueses foi

mandada para o sul, ao longo da costa africana, antes de ultrapassar o cabo Bojador. As águas rasas e traiçoeiras em torno daquele promontório, que marca o limite mais ao sul do Saara, e os traiçoeiros ventos predominantes tornavam difícil prosseguir para o norte e mantinham os marinheiros sem navegar além dessa barreira e sem se aventurar mais ao sul, ao longo do litoral africano. Ventos imprevisíveis, em rajadas, chicoteavam poeira vermelha em ciclones, e o recife raso empurrava pesadas ondas do Atlântico que quebravam contra os desolados penhascos vermelhos na vizinhança. A areia em suspensão na água toldava o oceano por quilômetros, diferenciando-o e tornando-o, às vezes, mortal.

Os registros dos geógrafos clássicos e árabes conferiram ao cabo Bojador uma fama que aterrorizava os viajantes marítimos medievais. Representava o fim do mundo, onde o grande mar da escuridão começava e satã estava à espreita para agarrar os incautos; onde lama da Atlântida afundada prendia navios e provavelmente os sugava para a destruição; onde a pele da pessoa era queimada pelo sol escorchante até ficar preta; onde o mar fervia e onde moravam os monstros. Nenhum indivíduo esclarecido, no início do Renascimento, acreditava verdadeiramente nesses mitos absurdos, produtos da imaginação; contudo, as pessoas esclarecidas não eram muito numerosas na época. Embora haja evidências de algumas viagens mais precoces ao sul do cabo Bojador, o obstáculo aterrador foi sobrepujado em 1434 por Gil Eanes, um dos capitães de dom Henrique. Mantendo distância das águas tingidas de vermelho mais próximas da terra, seu navio passou pelo cabo sem incidentes e ancorou em uma pequena baía ao sul, onde a terra era menos desolada. Não chegava a ser verdejante, mas tampouco era o fim do mundo. Quando Eanes voltou, presenteou o príncipe com um ramo verde vindo do outro lado do cabo. Como o eloquente cronista Zurara relatou, "ele cumpriu seu objetivo — porque naquela viagem ele dobrou o cabo, desprezando qualquer perigo, e encontrou as terras além, bem ao contrário do que ele e outros esperavam. E embora a questão fosse pequena em si, mesmo assim, por sua ousadia, foi reconhecida como grandiosa". Em pouco tempo, muitos outros navios portugueses passaram a fazer essa viagem.

Embora tradicionalmente se pensasse que essas primeiras viagens portuguesas fossem organizadas e enviadas pelo príncipe dom Henrique em sua busca de conhecimento, os marinheiros provavelmente eram corsários e tinham o objetivo de

acossar e pilhar o litoral de Marrocos. Como esses capitães corsários levaram sua depredação até mais ao sul, ao longo da costa atlântica da África, eles acabaram por navegar além do cabo Bojador e continuaram para o sul. Todas as referências a ataques de piratas foram mais tarde apagadas pelo adulador relato de Zurara sobre a empreitada, para estabelecê-la como um esforço idealista. Peter Russell escreve em *Portugal, Spain and the African Atlantic* (Portugal, Espanha e o Atlântico africano) que "a ideia de exploração do litoral africano mais para o sul só ocorreu ao príncipe quando seus corsários relataram que estavam chegando ao fim da navegação normal e pediram ordens".

Uma vez ultrapassada "a sombra de medo" do Bojador, os navios portugueses continuaram seu lento, mas inexorável, progresso pela costa africana, atraídos pela perspectiva de obter escravos e ouro, fosse pela pilhagem ou pelo comércio. Significava um investimento monumental enviar expedição após expedição, cada vez mais longe, por aquelas águas desconhecidas e sem retorno financeiro imediato. Algumas das viagens eram financiadas pelo infante dom Henrique, enquanto outras eram ao menos parcialmente financiadas por mercadores particulares. Nem todas as viagens compartilhavam os mesmos objetivos. Algumas eram exploratórias, ao passo que outras eram organizadas para o comércio de escravos e o envio deles a partir de locais estabelecidos. Graças ao sigilo dessas viagens, não há muitas informações sobre as aventuras que vivenciaram ou sobre os personagens que as lideraram. Uma história que permanece é um relato de 1556, a maliciosa descrição de Alvise Cadamosto sobre o banquete de carne de elefante próximo ao rio Gâmbia: "Mandei que me cortassem um pedaço", relatou, "que assei e grelhei. Comi a bordo do navio, […] para dizer que tinha comido a carne de um animal que nunca havia sido comido por qualquer dos meus compatriotas. A carne não é muito boa, parecendo-me dura e insípida".

Nos anos 1440, os primeiros lucros do comércio africano já eram perceptíveis, e as críticas silenciaram à medida que os mercadores de Lisboa, Lagos, Gênova e Veneza se acotovelavam pelo direito de equipar outros navios para a grande aventura africana. Embora mercadorias como óleo de foca, peixe, peles, ovos de avestruz e açúcar fossem regularmente trazidas, os maiores lucros eram obtidos com a escravidão. Os primeiros dois cativos africanos foram trazidos a Lagos por Antão Gonçalves, em 1441, e três anos mais tarde Gil Eanes voltou com duzentos

cativos e vendeu-os como escravos em Lagos. Não era um negócio limpo. "Mães agarravam seus bebês nos braços", escreveu Zurara, "e jogavam-se ao chão para cobri-los com seus corpos, desconsiderando qualquer ferimento em si mesmas, para evitar que seus filhos fossem separados delas."

Embora a escravatura fosse comum na época, os lucros dos portugueses consistiam no fato de eles serem capazes de comprar ou capturar seus escravos mais próximo à fonte, eliminando os intermediários árabes, que arrastavam suas cargas humanas através da vastidão do Saara em caravanas de camelos. Os escravos podiam ser comprados muito mais barato na Guiné do que dos comerciantes de escravos do norte da África, onde o comércio era bem estabelecido e tinha um pedigree maligno que vinha de séculos. Até escravos adquiridos do leste do Mediterrâneo e vendidos pelos genoveses eram mais caros que a nova fonte portuguesa. Como consequência, a perspectiva de maior lucro com o comércio de escravos passaria a atrair os exploradores portugueses cada vez mais para o sul, ao longo da costa.

No início da escravatura portuguesa, os escravos eram obtidos por ataques a assentamentos que não percebiam a ameaça. A justificativa para esses ataques violentos, sem provocação, era que os escravos eram — ou pelo menos declarava-se que eram — muçulmanos; portanto, a ação se justificaria pela longa tradição de violência entre cristãos e muçulmanos no Mediterrâneo. Eles eram cativos de guerra. Mas logo se tornou difícil capturar escravos dessa maneira violenta, de modo que os comerciantes portugueses lançaram mão da tradição consuetudinária de trocar cavalos por suas cargas humanas. Os mercadores tuaregues, mandinka e wolof traziam escravos do interior. Mais tarde, o sofrimento dessas pessoas foi justificado pela frágil argumentação de que, ao submetê-los, seus donos estavam salvando-lhes as almas, pois seriam batizados — afinal, uma vida de exílio e servidão era um preço pequeno a pagar pela salvação eterna.

Henrique, o Navegador, deveria ser conhecido também como Henrique, o Escravizador, o patrono do comércio de escravos na África. Ele continuou a apoiar o empreendimento da escravização porque era imensamente lucrativo e trazia "cativos infiéis" ao mundo cristão. Logo milhares de escravos estavam se dirigindo para o norte todos os anos, acorrentados nos porões de caravelas portuguesas. Em junho de 1452, o papa Nicolau v publicou uma bula, *Dum Diversas*, que fornecia um

pretexto moral para o comércio de escravos. Autorizava o rei Afonso v de Portugal a escravizar "sarracenos e pagãos e outros incréus". Embora seja difícil de acreditar, o cronista de Henrique alegou que seu príncipe não era motivado pelos lucros, mas por razões espirituais.

> Quando tu viste os cativos exibidos à tua frente, tão grande foi o prazer que a visão deles te deu que tu calculaste como nulas as despesas que despendeu no empreendimento. Mas uma felicidade ainda maior foi a reservada a eles, porque, embora seus corpos pudessem estar em estado de servidão, esta era uma questão menor, quando comparada ao fato de que suas almas iriam agora desfrutar da verdadeira liberdade por toda a eternidade.

O infante dom Henrique morreu em 1460, mas os eventos postos em marcha, creditados a ele, continuaram a impelir marinheiros e comerciantes portugueses cada vez mais para o sul. Em 1469, ano em que Isabel e Fernando se casaram em segredo, o bem relacionado mercador de Lisboa, Fernão Gomes, arrendou do rei Afonso o virtual monopólio comercial nas transações com a Guiné. A única condição pouco usual do acordo foi que Gomes deveria ampliar a descoberta da costa em cem léguas (cerca de 480 quilômetros) ao sul por ano. Como avaliavam o rei e seus conselheiros, isso aumentaria a riqueza de Portugal, ao abrir novas terras para o comércio (a essa altura, até a escravidão era realizada por comércio pacífico com os povos do litoral, e não mais por captura). Durante a vigência do direito de posse de Gomes, descobriu-se uma fonte de ouro em Mina, ao longo do que ficou conhecido como Costa do Ouro, e a importância do comércio africano na economia de Portugal passou a crescer a cada ano.

Embora Afonso, como o infante dom Henrique, nunca tenha se aventurado no mar, os marinheiros e navios sob seu comando exploraram mais litorais em cinco anos do que tinham feito nos trinta anos anteriores, trazendo para Portugal cargas de pimenta-do-reino, marfim, ouro e escravos. O aprimoramento nos projetos dos navios e na navegação, e o melhor conhecimento dos ventos também tornaram possíveis viagens cada vez mais longas. Caravelas portuguesas combinavam o design dos primitivos barcos de pesca com o dos dhows árabes, para dar aos navegadores a habilidade de mudar mastreação e velas durante as viagens de ida e de volta, a fim de velejar contra o vento e voltar para o norte. As naus ainda tinham apenas dezoito metros de comprimento — eram mínimas, mas manobráveis. Não carregavam grande quantidade de carga, mas realizavam muita

coisa — sob muitos aspectos, a carga mais valiosa trazida de volta pelas primeiras caravelas era informação.

Na época em que o rei João II subiu ao trono português, em 1481, com 21 anos, as atividades comerciais de Portugal na África floresciam sob ávido interesse. De fato, elas estavam se tornando um componente valioso da riqueza do Estado; nos anos 1480, depois da desastrosa guerra pelo trono castelhano, Portugal emergiu como uma das mais ricas nações da Europa, com uma moeda estável e valorizada. As vagas ideias de localizar o reino de Preste João e de encontrar um jeito de evitar os mouros em Marrocos foram substituídas pelo objetivo realista de achar uma rota marítima em torno da África até a distante terra da Índia, e garantir uma rota comercial estável para ter acesso aos luxos exóticos do Oriente. Malyn Newitt escreve em *A history of Portuguese overseas expansion* que, "embora cada vez mais pressionado para conceder contratos a possíveis descobridores, João II e seus conselheiros mais próximos mantiveram firmemente em vista seu principal objetivo, e há pouca dúvida de que seu objetivo agora era encontrar um trajeto marítimo para o leste".

Sob a competente e talentosa liderança de João II, a exploração portuguesa da costa da África continuou em passo acelerado. Homem forte e um tanto implacável, João estabeleceu o monopólio do governo sobre regiões especialmente valiosas e financiou a construção de assentamentos fortificados para defender interesses portugueses. Além disso, organizou expedições terrestres para explorar ainda mais o interior da costa africana. Incentivada pela crescente riqueza representada pela exploração e pelo comércio, Lisboa passou a ser um centro global de cartografia, projetos de navios e navegação e, por fim, do comércio mundial. João estabeleceu uma comissão de matemáticos para conceber novos métodos de navegação e modernos e requintados instrumentos náuticos. Em particular, ele queria resolver o problema do cálculo das latitudes ao sul do equador. De fato, muitas das atividades cientificamente motivadas por João provavelmente foram atribuídas a dom Henrique, o Navegador.

João II também estava determinado a impedir que outros países interferissem no empreendimento que ele acreditava pertencer apenas a Portugal, em razão dos anos de investimentos e pela prioridade em explorar as terras do sul. Em uma manifestação de suas táticas impositivas, João instituiu a política de que qualquer

conhecimento a respeito de padrões de ventos, correntes ou portos e quaisquer noções dos costumes locais adquiridas por marinheiros ou mercadores em viagens sancionadas pela coroa — ou seja, todas as viagens legais ao longo da costa africana — seriam segredos comerciais pertencentes ao Estado português, e, portanto, não deveriam ser compartilhados com os marinheiros de outros Estados europeus. O conhecimento adquirido nessas viagens era uma vantagem extremamente valiosa, e os navegadores eram obrigados a jurar segredo antes de entrar em serviço — havia até considerações de que novas descobertas não deviam ser marcadas em mapas, pela ameaça de concorrência. Nos anos 1480, João proclamou que a violação do édito real que estabelecia a proibição de partilhar informações com países ou marinheiros estrangeiros acarretaria a punição de tortura por desmembramento, seguida de morte. As tripulações de qualquer navio estrangeiro, especialmente os dos odiados intrusos de Castela, capturadas ao longo da costa da Guiné, deveriam ser atiradas pela murada dos navios e afogadas, "como uma boa lição aos que podem ouvir ou ficar sabendo dela".

Apesar do sigilo e das ameaças e punições, o progresso das viagens portuguesas ao longo da costa africana e a expansão do Império comercial português não prosseguiram sem desafios. Embora os marinheiros portugueses tentassem esconder a riqueza que escoava da África, nos anos 1460, a quantidade de escravos nos mercados de Lagos e os relatórios secretos dos capitães marítimos genoveses, que ocasionalmente se juntavam às viagens portuguesas, vazavam, já que os informantes se arriscavam à tortura e à morte para vender seu conhecimento. Os lucros de cada carregamento de escravo raramente eram menores que 50%, chegando até 800%, e com dez ou doze navios portugueses viajando anualmente para a costa da Guiné, era quase impossível esconder essa atividade comercial.

Logo os marinheiros castelhanos de Sevilha e Cádiz ficaram sabendo sobre a terra em que os portugueses estavam comprando escravos e ouro. No começo de 1454, mercadores dessas cidades equiparam uma frota de caravelas que rodeou o cabo Bojador para fazer comércio ao longo da costa africana. Quando voltavam, alguns meses mais tarde, foram atacados por uma esquadra armada portuguesa. A maior parte dos navios castelhanos escapou para Cádiz, mas um deles foi tomado, junto com a tripulação e a carga, e levado para Portugal como butim. As relações

entre Portugal e Castela já estavam tensas em decorrência de uma luta contínua pelas ilhas Canárias. O rei de Castela, Henrique IV, então no primeiro ano de seu reinado um tanto fraco e malfadado, ameaçou Portugal com a guerra e exigiu que este cedesse o comércio com a Guiné para Castela, em razão do "antigo e exclusivo direito de navegação nos mares da Guiné". Não era de surpreender que as bazófias de Castela fossem de encontro às bazófias de Portugal.

De acordo com o princípio da descoberta prévia, os portugueses tinham o direito legal de reivindicar o monopólio, mas entrar em guerra por causa da Guiné era outra história. Para confirmar o monopólio português, o rei Afonso V apelou para o apoio do papa Nicolau V, buscando o consentimento moral da Igreja para seu monopólio. Nos anos 1450, as justificativas ideológicas para essas viagens de comércio e escravidão foram produzidas com força total. Um documento da Igreja se refere ao trabalho piedoso do príncipe dom Henrique, então no fim da vida: "Esclarecido por suas muitas virtudes e singular devoção religiosa e tocado pela operação da graça divina, o infante [Henrique] tem, com nossa autoridade, conquistado as costas da Guiné, Núbia e Etiópia, desejoso de ganhar para a Santa Igreja de Deus, e reduzindo à obediência a nós, aqueles povos bárbaros cujas terras os cristãos nunca antes ousaram visitar por terra ou mar".

O mito do infante dom Henrique e o heroico alvorecer do Império ultramarino português tinha começado. Não por coincidência, a propaganda coincidiu com o conflito do país com a Espanha pelo direito de comércio na África ocidental e com o apelo ao papa por uma bula concedendo sua sanção moral para o monopólio. Em 8 de janeiro de 1455, Nicolau emitiu a bula *Romanus Pontifex*, que concedia ao rei português, seus herdeiros e sucessores todas as "províncias, ilhas, portos, lugares e mares que fossem […] que já eram e que venham daqui por diante a ser adquiridos, e o direito de conquista, também, do cabo Bojador e Nam". Portugal não tinha apenas o direito da descoberta prévia, o príncipe dom Henrique e o rei Afonso V também haviam envolvido as atividades comerciais portuguesas no manto de devoção piedosa ao trabalho da Igreja.

A preocupação de Afonso V era que navios espanhóis pudessem velejar além da região de atividade corrente portuguesa na África e reivindicar terras mais ao sul, ao longo da costa. Ele apelou outra vez ao papa, no ano seguinte, e, em 13 de março de 1456, o novo papa, Calisto III, emitiu uma bula esclarecendo o direito de

Portugal de exclusividade que se estendia "até e através de toda a Guiné e, além do litoral sul, até as Índias". Juntas, as duas bulas dos papas Nicolau e Calisto estabeleceram um poderoso precedente. Não apenas estipulavam que as terras de não cristãos apreendidas por Portugal deveriam pertencer a Afonso v e seus herdeiros, como também determinavam que Portugal tinha autoridade jurídica imediata sobre outros católicos em todas as terras e mares dentro do território concedido. De fato, as bulas significavam que nenhum outro católico — o que, na época, efetivamente incluía todos os europeus — podia navegar no oceano próximo às recém-descobertas terras africanas para comércio ou exploração, ou por qualquer outro motivo, sob pena de possível excomunhão ou interdição papal. Portugal obteve controle legal não apenas do litoral, de portos e ilhas para o sul e leste, mas também do próprio oceano, incluindo vastas extensões oceânicas ainda não descobertas pelos europeus. As rotas marítimas para sul e leste estavam efetivamente fechadas aos demais países, já que as concessões papais de 1455 e 1456 deram a Portugal direito absoluto e sem precedentes à expansão colonial. A autoridade do papa para fazer uma proclamação dessas, na época, não podia ser questionada por Castela, o único outro país diretamente afetado. As implicações de longo prazo da proclamação, claro, não foram percebidas na ocasião.

A força desse domínio papal afetava, ou pelo menos temporariamente frustrava, as ambições dos comerciantes castelhanos. Durante os anos 1460, no entanto, quando as duas nações chegaram à beira da guerra, em especial depois da descoberta das grandes minas de ouro de Mina, o número de invasores castelhanos na costa africana aumentou, em desafio às bulas papais. Há apenas algumas poucas viagens não portuguesas documentadas à costa da Guiné, mas a escassez de dados não é de surpreender, já que essas viagens eram ilegais. Em um caso, em 1460, o capitão de um navio castelhano capturado foi queimado até a morte como herege em "uma fornalha de fogo". Em outro caso, cortaram as duas mãos do piloto genovês de um navio castelhano, como punição por vender informações. John W. Blake, em *West Africa: quest for God and gold* (África ocidental: a busca de Deus e de ouro), ecoa a opinião dos demais historiadores quando sugere que "para cada invasor capturado, pelo menos um, e provavelmente mais, deve ter ficado livre — já que só isso rendia muitas aventuras perigosas que valiam a pena —, o que permite deduzir que, durante os anos de 1454-1475, vez por outra andaluzes, embora não

frequentemente, visitaram a Guiné. […] Resta pouca dúvida quanto a esporádicas viagens castelhanas".

Por volta de 1470, boatos da riqueza acumulada pela coroa e pelos mercadores portugueses eram tão abundantes que muitos castelhanos e marinheiros estavam dispostos a arriscar a vida e o capital para desafiar a autoridade da Igreja e viajar para o sul ao longo da costa africana, em águas "portuguesas". Afonso v, indignado com a violação do que acreditava ser seu direito soberano, planejou uma invasão a Castela para depor Isabel e Fernando e colocar no trono sua própria sobrinha e futura noiva, Joana, La Beltraneja. Esse seria o primeiro passo para expandir seu "império" embrionário, incluindo uma parcela maior da península Ibérica. O que Afonso não conseguiu obter com sua frustrada tentativa de se casar com a adolescente Isabel, ele tentaria tomar pela força, defendendo ao mesmo tempo a honra da família.

Castela, preocupada com suas lutas dinásticas internas e com uma guerra civil em fervura lenta que durou de 1464 até o fim dos anos 1470, não estava em posição de dar atenção às descobertas ao longo do litoral da África. Mas quando Fernando e Isabel sedimentaram seu governo, depois da Batalha do Toro, em 1476 — eliminando efetivamente a ameaça de invasão portuguesa, mas sem oficialmente pôr fim à guerra —, eles renovaram a reivindicação castelhana, que já completava vinte anos, sobre seus "antigos e exclusivos" direitos às ilhas Canárias e à costa da Guiné (direitos que, deve-se notar, eram inteiramente falsos em relação à costa da Guiné). Eles encorajaram os navios mercantes espanhóis a se aproveitarem do distúrbio político e pensaram em empreender ataques diretos às naus portuguesas de volta da Guiné, com o objetivo de quebrar o monopólio. Ao fazer isso, eles se arriscavam a receber uma acusação de heresia por desafiar as concessões do papa; por conseguinte, a política não foi amplamente divulgada. E nem sempre eles tinham sucesso: em 1478, uma frota espanhola de 35 caravelas partiu para Mina e comerciou ouro, mas, ao voltar, foi interceptada por uma esquadra portuguesa armada. A maior parte da frota foi apreendida e levada a Lisboa. As contínuas escaramuças navais no Atlântico se tornaram dispendiosas e sangrentas para os dois lados, e, em 1479, dois anos antes de o príncipe João oficialmente suceder a seu pai como rei de Portugal, as duas nações concluíram termos de paz com o Tratado de Alcáçovas, pondo fim à luta pela sucessão e às batalhas no mar.

As negociações que levaram ao Tratado de Alcáçovas foram conduzidas tranquilamente por um intermediário cuja posição enfatiza a natureza de inter--relação familiar do conflito: tratava-se da cunhada de Afonso V, Beatriz, casada com o irmão dele, Fernando, mas também tia de Isabel (irmã da mãe dela). Durante as negociações, cada ramo da família cedeu determinados pontos e garantiu outros. No início, as exigências portuguesas abrangiam uma série de casamentos diplomáticos favoráveis a Portugal, envolvendo um reexame de fronteiras e os custos integrais da guerra recente, a serem pagos por Castela. Não surpreende que essas exigências tenham sido imediatamente rechaçadas por Isabel e Fernando. Por fim, os diplomatas concordaram com termos mais palatáveis. O rei Afonso V e João II (embora Afonso ainda fosse formalmente o rei, àquela altura, a maior parte do trabalho de governo era executada por seu filho, João) abandonaram a reivindicação ao trono castelhano e legalmente reconheceram Isabel e Fernando como reis formais de Castela e Aragão. Esse reconhecimento deu aos dois monarcas a autoridade titular, unida sob uma coroa, sobre um reino que ia dos Pireneus, no nordeste, até a Andaluzia e Portugal, no oeste, e até as fronteiras do reino mouro do emirado de Granada, ao sul. Era um reino muito maior que Portugal, o que certamente enfureceu João II.

Além de conter cláusulas regulamentando a sucessão real de Castela e Portugal, e o domínio sobre a Guiné, o Tratado de Alcáçovas incluía cláusulas relativas à soberania sobre novas terras descobertas pelos marinheiros portugueses nas décadas anteriores e também a exploração futura de terras para oeste e sul da Europa. Afonso V cedeu a Isabel e Fernando a posse sobre as ilhas Canárias — que Espanha e Portugal vinham disputando havia décadas — em troca do reconhecimento, por parte da Espanha, do monopólio português sobre o comércio da Guiné e a soberania sobre as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde. Isabel e Fernando concordaram em dissuadir os navios espanhóis a navegar nessas águas.

Os termos oficiais do tratado estabeleciam que Portugal teria um monopólio ou soberania sobre "todas as terras descobertas ou por descobrir […] e qualquer outra ilha que possa ser encontrada e conquistada a partir das ilhas Canárias e além, na direção da Guiné". O reconhecimento português quanto à soberania espanhola sobre as ilhas Canárias revelou-se de algum significado, uma década depois, porque esse grupo de ilhas ficava situado mais ao sul e oeste, no Atlântico, do que Açores

ou Madeira. Durante séculos, a partir de então, as ilhas se mostraram uma base ideal para alcançar os ventos sazonais que empurrariam os navios para o outro lado do oceano Atlântico. Os diversos elementos da continuada luta pelo domínio da península Ibérica pareciam se fundir no Tratado de Alcáçovas, deixando de lado e delineando para cada ramo da família as porções de um império em expansão cada vez maior.

Outra bula papal, do papa Sisto IV, de 1481, *Aeterni Regis*, confirmou os termos acordados no Tratado de Alcáçovas entre Espanha e Portugal, emprestando autoridade moral à combinada divisão territorial. *Aeterni Regis* reafirmava as reivindicações portuguesas nas bulas anteriores de 1455 e 1456 e dava a Portugal todas as novas descobertas "no Mar Oceano, na direção das regiões que ficavam ao sul e a leste" das ilhas Canárias — estabelecendo uma linha horizontal, não oficial e, por enquanto, insignificante, sobre o oceano Atlântico. A paz que resultou do tratado e da *Aeterni Regis* e o reconhecimento da supremacia e do monopólio de Portugal no comércio da África permitiram que João II direcionasse os recursos de seu Estado para realizar novas explorações marítimas, garantindo que ele seria o maior ou único beneficiário de qualquer valor que seus capitães conseguissem encontrar. As viagens de Diogo Cão, entre 1483 e 1485, e as de Bartolomeu Dias, dois anos mais tarde, completaram a descoberta portuguesa da costa africana que ligava a Europa ocidental por mar ao oceano Índico. "Durante mais de cem anos depois desse tratado", escreve Malyn Newitt em *A history of Portuguese overseas expansion*, "a expansão de Portugal não foi contestada por nenhum Estado europeu, e seu império conseguiu crescer de uma maneira que teria sido impossível caso fosse desafiado por um oponente bem armado."

Portugal estava prestes a alcançar as Índias, com seu investimento nas explorações garantido por decreto papal. Já desde os anos 1470, no entanto, uma ideia tinha sido sugerida por estudiosos e cartógrafos e apresentada à corte real em Lisboa: dada a conhecida forma e tamanho do mundo, não seria mais perto e mais fácil alcançar as Índias navegando diretamente para oeste, através do Atlântico, em vez de tomar a longa e tortuosa rota em torno da África, tediosamente conhecida dos precursores marinheiros portugueses? Essa ideia atraente se baseava na recente redescoberta do trabalho de antigos geógrafos e filósofos gregos e romanos sobre o tamanho e a geografia da Terra. Essa informação se mostrou irresistível para um

jovem e ambicioso navegante e cartógrafo genovês chamado Cristóvão Colombo. Residindo na época em Lisboa, como parte da grande comunidade de expatriados genoveses, Colombo ficou fascinado por essas teorias de mil anos e enxergou nelas algo óbvio e inevitável. Seria sua oportunidade para ganhar fama e riquezas, um caminho de suas humildes origens para o mundo rarefeito da nobreza do Renascimento.

4. Leste pelo oeste

No século IV a.C., o filósofo grego Aristóteles, tutor de Alexandre, o Grande, apresentou um raciocínio detalhado a respeito do motivo pelo qual a Terra devia ser esférica, e não achatada ou com qualquer outra configuração. "A esfericidade da Terra", escreveu ele em seu tratado *Meteorologia*, "é provada pela evidência dos nossos sentidos." Aristóteles forneceu diversas verdades observáveis como prova; a mais convincente era que, quando marinheiros navegavam em direção à costa, eles sempre viam primeiro, no horizonte, as montanhas ou construções mais altas, o topo dos mastros de outros navios, antes de ver as porções mais baixas. Inversamente, observadores na praia viam primeiro o topo do mastro de um navio que se aproximava e, no caso dos navios que partiam, viam o topo do mastro por último, logo antes de eles desaparecerem no horizonte. As embarcações, portanto, deviam navegar sobre um horizonte curvo; se o mundo fosse plano, esse não seria o caso. A lógica simples de Aristóteles era persuasiva, e a ideia passou a fazer parte do discurso intelectual de seu tempo. Na época de Colombo, nenhuma pessoa instruída acreditava que a Terra fosse plana. Quanto ao seu *tamanho*, no entanto, não havia concordância, como não houve durante mais de mil anos.

Aristóteles estava convencido de que a Terra era bem grande, com uma circunferência de mais de 64 mil quilômetros. Outro filósofo grego dessa época, Arquimedes, sugeriu uma circunferência de 48 mil quilômetros. O filósofo ateniense Platão relata que seu contemporâneo Sócrates exclamou: "Eu acredito que a Terra é muito grande e que nós, que vivemos entre as Colunas de Hércules [a entrada do estreito de Gibraltar] e o rio Phasis [rio Rioni, no Cáucaso], ocupamos uma pequena parte dela em torno do mar, como formigas ou sapos em volta de um açude; muitas outras pessoas vivem em muitas outras dessas regiões". Sócrates não ofereceu nenhuma opinião precisa quanto ao tamanho da Terra — apenas que era certamente maior que a maior parte das pessoas supunha. A estimativa mais acurada da circunferência da Terra veio do estudioso heleno-egípcio Eratóstenes, usando um método simples para calcular o ângulo das sombras produzidas por uma

estaca de madeira de uma altura específica, ao meio-dia, em dois lugares. Embora sua equação fosse consideravelmente mais sofisticada que sua breve descrição, a premissa era clara e simples, e sua acurácia, bastante notável: ele calculou que a Terra tinha aproximadamente 40.233 quilômetros de circunferência. O número correto é de 40.011 quilômetros. Portanto, Eratóstenes errou por meros duzentos quilômetros, mais ou menos. Embora ele fosse preciso, seu raciocínio não foi aceito por seus pares.

Especular sobre o tamanho do mundo era um dos campos mais em moda e mais populares de investigação para os filósofos gregos, e eles juntos produziram muitas estimativas para a circunferência da Terra. Com tantas variáveis subjetivas e não controladas em seus cálculos, não é nada surpreendente que a maior parte dessas estimativas antigas seja tão discrepante. Na Europa do século XV, em torno do Mediterrâneo, as pessoas instruídas aceitavam uma geografia do mundo baseada, sobretudo, nos escritos e mapas de um só indivíduo: o há muito falecido filósofo e geógrafo grego Cláudio Ptolomeu. Ptolomeu produziu sua *Geografia* no século II a.C. durante o auge do interesse antigo pelo tamanho e o formato da Terra. Ao longo de muitos séculos, no entanto, essa informação ficou perdida. No período de instabilidade política que se seguiu à queda do Império romano, a investigação científica a respeito de regiões distantes, desconhecidas do mundo, foi suplantada pela preocupação com o mundo ético e espiritual. Os mapas já não eram uma tentativa de representar com exatidão as feições geográficas do mundo; em vez disso, apresentavam rotas simplistas, estilizadas, guias para viajantes em peregrinação. O retrocesso intelectual do mundo cristão na época contrastava com a florescente cultura islâmica depois do surgimento do islã, no fim do século VII. Durante a expansão do islã pelo Oriente Médio e o norte da África, até a Espanha, o estudo de muitos filósofos gregos antigos foi retomado por estudiosos árabes, que traduziram os trabalhos deles para seu uso resgatando-os, portanto, para a posteridade.

No começo do século XIV, um monge chamado Maximus Planudes descobriu uma tradução árabe da *Geografia* de Ptolomeu em Constantinopla e encomendou a elaboração de mapas a partir das coordenadas dadas na obra. No mesmo século, uma cópia foi enviada à Itália e logo traduzida para outras línguas europeias durante o século XV. Reconstruções elaboradas, desenhadas à mão, do atlas mundial de

Ptolomeu se espalharam pela Europa ocidental, e o texto do tratado, impulsionado pelo desenvolvimento da imprensa no século xv, tornou-se bem conhecido dos estudiosos europeus e colecionadores. A reintrodução das obras de Ptolomeu e o trabalho redescoberto de outros filósofos antigos puseram por terra as fundações intelectuais do mundo medieval europeu. Durante os primeiros anos do Renascimento europeu, o há muito falecido Ptolomeu desfrutou uma posição sem rival e sem desafios como o principal geógrafo e astrônomo do mundo pelo único motivo de seus registros terem sobrevivido aos séculos, enquanto o trabalho de outros, não. Desse modo, para cosmógrafos e cartógrafos, a versão do mundo de Ptolomeu passou a ser a verdade aceita. Mas seu conceito sobre o mundo tinha um erro básico e fundamental, que acabou introduzido na perspectiva europeia sobre a Terra no século xv.

Quanto ao tamanho do planeta, Ptolomeu preferia os cálculos errôneos de um dos quase contemporâneos de Eratóstenes, Posidônio, que argumentava que a Terra tinha aproximadamente 28.968 quilômetros de circunferência — dois terços da distância proposta por Eratóstenes. Ptolomeu se fiou exclusivamente nesse número menor ao produzir as coordenadas de seu famoso atlas, obra que passou a definir o mundo conhecido durante séculos. A redescoberta do antigo atlas global de Ptolomeu em meados do século xv mais sua descrição errônea dos continentes e sua estimativa muito subestimada da circunferência da Terra tinham inicialmente dado a ideia aos cosmógrafos e cartógrafos de que, em um mundo esférico, era possível chegar a leste navegando pelo oeste — era o bom senso básico. O mapa do mundo feito por Ptolomeu não descrevia as Américas, no entanto; mostrava a Ásia a um passo da Europa, através do Atlântico.

Ao contrário do antigo interesse helenístico na geografia e na configuração da Terra — baseado na curiosidade científica e num desejo genuíno de situar a humanidade no interior do cosmos —, o recente interesse português na geografia e na cartografia era baseado na cobiça, no poder e na ideia de nação. Esse poderoso coquetel de interesses mesquinhos não apenas levou os portugueses a uma sucessão de viagens financiadas pelo Estado em torno da ponta da África e ao oceano Índico, em busca de ouro, escravos e especiarias; levou-os também a uma das mais intrigantes viagens da história do mundo.

Quando as muralhas da antiga cidade de Constantinopla foram derrubadas pelos canhões de cerco de Mehmet, o Conquistador, em 1453, logo se viram alterados os padrões de viagens e de comércio no Mediterrâneo que haviam reinado durante séculos. Uma das consequências imediatas, já que as antiquíssimas rotas comerciais de longa data tinham sido fechadas, foi o declínio da influência e do poder de Gênova. Milhares de marinheiros, cartógrafos e mercadores genoveses emigraram de sua cidade natal, buscando um meio de vida; muitos deles se afogaram em busca do florescente comércio de escravos ao sul, ao longo da costa africana.

Um dos beneficiários dessa grande diáspora do talento genovês foi Portugal, então a preeminente nação marítima da Europa atlântica. Portugal estava abrindo novas rotas comerciais na África e nas ilhas ocidentais atlânticas, com seu monopólio garantido pelo decreto papal e por um tratado internacional. Em 1481, havia tantos genoveses na capital do reino, Lisboa, que os conselheiros do rei João ii o orientaram a expulsá-los do país, com medo de que roubassem segredos comerciais valiosos e se lançassem em viagens comerciais ilegais. João era esperto demais para fazer isso. Portugal era um país pequeno e tinha, na época, uma população de apenas 2 milhões de pessoas; a riqueza da experiência, tanto no comércio quanto na navegação, representada pelos imigrantes genoveses era valiosa demais para a comunidade navegante portuguesa para ser rejeitada por xenofobia.

Cristóvão Colombo, um dos expatriados genoveses, tinha dado à costa em 1476, quando a frota de cinco navios mercantes em que ele viajava para Flandres e a Bretanha foi atacada por uma frota composta de franceses e portugueses, e seu navio afundou. A história comumente aceita é que o ferido, com 25 anos, nadou quase dez quilômetros até a terra, agarrado a um enorme pedaço de remo quebrado. Ele se arrastou até a praia, perto de Lagos, no Algarve, onde várias décadas antes o infante dom Henrique tinha lançado pela primeira vez suas caravelas para o sul, ao longo da costa africana, e começara a importar escravos para Portugal. De Lagos, Colombo foi para o norte até Lisboa e uniu-se a seu irmão mais novo, Bartolomeu, que tinha estabelecido um pequeno negócio de mapas no bairro genovês da cidade.

Na época, a cartografia era um empreendimento vicejante em Lisboa, dominada por imigrantes genoveses experimentados e alimentada pela rápida expansão econômica que o infante dom Henrique criara ao iniciar a exploração da

costa ocidental africana. Marinheiros vindos do litoral europeu — tanto mediterrâneo quanto atlântico — se congregavam nas ruas apinhadas de Lisboa. Especiarias, escravos e ouro africano, lã, açúcar e outros gêneros enchiam os armazéns ao longo do cais, enquanto centenas de navios de todos os tamanhos disputavam espaço no porto. As línguas faladas eram tão diversas quanto as cargas, e as pessoas iam dos mais escuros negros africanos aos mais pálidos escandinavos. A orla da cidade tinha posição de destaque em todo o mundo conhecido; atrás dela, a leste, ficavam os antigos centros da civilização do Mediterrâneo; ao norte ficavam a Grã-Bretanha, a Escandinávia e o mar Báltico, que dava acesso à Europa setentrional; ao sul, situavam-se as perigosas e exóticas terras da África ocidental, a cada ano mais familiares graças à exploração das caravelas portuguesas; a oeste ficava o oceano aberto e o inspirador mistério do desconhecido.

Usando fontes portuguesas e nomes de lugares, os mapas do fim do século XV, primeiramente traçados pelos imigrantes genoveses, foram a base da indústria portuguesa que se tornaria tão vital no século seguinte. Colombo trabalhava com mapas na loja do irmão e como mercador contratado nas várias viagens comerciais lideradas pelos genoveses; foi provavelmente a combinação dessas profissões que deu a ele a ideia de que havia ilhas ainda não descobertas no Atlântico, que o mundo ainda não estava inteiramente conhecido. Na época, talvez ele tenha começado a coletar provas documentais para seu grande plano de navegar até o Oriente através do Ocidente, além de adquirir a experiência prática de um marinheiro em relação a correntes e ventos. A ideia de que navegar para o oeste através do Atlântico devia levar a algum lugar, provavelmente à Ásia, não era um conceito exclusivo na época, mas foi um projeto que Colombo perseguiu com a tenacidade de um cachorro à procura de um osso enterrado. Ele não tinha nenhum destino específico em mente; parece ter talhado sua proposta para ir ao encontro do que percebia ser o desejo de seus possíveis patrocinadores: novas ilhas atlânticas, ou um continente ainda não descoberto, ou uma rota para Catai.

As informações a respeito dos anos iniciais de Colombo, antes de sua chegada a Portugal, são vagas e enganadoras. Muitos historiadores especulam que ele escondia sua origem por vergonha da criação humilde. Depois, seu autoenaltecimento e a crença em seu objetivo divinamente determinado ajudaram a esconder a verdadeira história familiar, e alegações como "não sou o primeiro

almirante na minha linhagem" sugerem uma tentativa de inventar o mito de que ele e sua família sempre fizeram parte dos escalões mais altos da sociedade — ou que simplesmente não tiveram sorte, ou, talvez, foram injustamente privados de seu lugar de direito.

Colombo provavelmente nasceu em 1451, no mesmo ano em que Isabel, numa família de cinco filhos. Seus pais, Domenico e Susanna, possivelmente eram tecelões. De seus três irmãos e uma irmã, ele só falou de Bartolomeu e Diego — os dois que, como ele, tinham saído de casa em busca de coisas maiores — e evitava qualquer referência aos pais ou ao irmão e à irmã que permaneceram perto de Gênova. Talvez tenha ido para o mar ainda novo, já em 1472, aos 21 anos, ou talvez tenha feito isso anos antes. Boatos de que ele frequentara brevemente a Universidade de Pavia não devem ser exatos. Um dos contemporâneos de Colombo, Andreas Bernáldez, com quem ele morou em Castela enquanto apresentava sua proposta aos monarcas espanhóis, no início dos anos 1490, contou que ele era "um homem de grande intelecto, mas pouca instrução". Suas habilidades práticas e seus conhecimentos foram desenvolvidos durante os cinco anos em que navegou em naus genovesas, em viagens pelo mundo comercial do Mediterrâneo e do sudeste do Atlântico.

Alto, ruivo e belo, na época de seu naufrágio, em 1476, o filho do tecelão, com 25 anos, continuou sua vida no mar durante o verão e se dedicou intensamente ao estudo no inverno. Analfabeto ao chegar a Lisboa, ele começou a aprender a ler e escrever em português, a língua da navegação e do comércio no Atlântico; em castelhano, a língua mais requintada das classes mais altas da península Ibérica; e em latim, a ferramenta dos eruditos. Colombo precisaria dessas línguas para montar uma proposta cientificamente confiável (confiável, ou seja, de acordo com as teorias e conhecimentos da época) de uma viagem através do Atlântico. A proposta, combinada a uma leitura arguta de suas implicações políticas e econômicas, seria necessária para garantir uma retaguarda de financiamento para uma expedição audaciosa e cheia de perigos. Essa expedição, caso fosse bem-
-sucedida, daria o meio mais seguro para um homem extremamente ambicioso de se elevar acima de sua classe em uma hierarquia social em geral inflexível.

Como comerciante, e possivelmente intermediário no negócio do açúcar, Colombo viajara para o norte até Inglaterra, Irlanda e talvez Islândia; para o leste,

para Gênova; e para o sul até a recém-descoberta Costa do Ouro portuguesa, em Mina. Além disso, navegara para o oeste no Atlântico, até as ilhas da Madeira. Marinheiros portugueses tinham descoberto e colonizado a ilha dos Açores em 1439, a ilha de Cabo Verde, nos anos 1450, e da Madeira, entre 1418 e 1420 (as ilhas Canárias foram descobertas no fim do século XIII), e as colonizaram conquistando e escravizando a população local, quando resistia. Cera, pigmentos e mel — mais tarde, o açúcar das plantações cultivadas por escravos — eram os artigos principais. Colombo esteve presente na colonização de algumas das ilhas atlânticas apenas algumas décadas depois de seu descobrimento. Enquanto navegava pelo Atlântico até esse grupo de ilhas, ele se familiarizou com os ventos e as correntes atlânticas, e também com os boatos sobre evidências crescentes de que se poderia encontrar terra mais para oeste. "Colombo teria ficado impressionado", escreve Hugh Thomas em *Rivers of gold: the rise of the Spanish Empire* (Rios de ouro: o surgimento do Império espanhol), "em como esses dois arquipélagos [Madeira e Açores] estavam longe no oceano: 1.609 mil quilômetros e 965 quilômetros, respectivamente, de Lisboa."

Nos impetuosos anos do fim do século XV, muitas viagens portuguesas foram feitas pelo Atlântico em busca de outras ilhas — por que não haveria mais ilhas no Atlântico além daquelas já descobertas? Alguns dos boatos que incentivaram essas viagens vinham de marinheiros de navios que haviam sido levados para fora de seu curso pelo vento e que alegavam ter visto terra ao longe, no horizonte a oeste. Material vegetal periodicamente vinha dar à praia nas ilhas. Havia até alegações não confirmadas, de alguns marinheiros, de que eles as tinham visitado — Antilhas e Hy Brasil e as ilhas das Sete Cidades —, lugares lendários que, no entanto, se encontravam ocasionalmente representados nos mapas da época. Talvez Colombo tivesse ouvido os casos sobre as expedições norueguesas para oeste, partindo da Groenlândia, e sobre a existência de uma terra de uvas, chamada Vinland, durante sua viagem à Islândia. Houve colônias norueguesas na Groenlândia durante séculos; esses assentamentos só acabaram no começo do século XV, durante um período de clima frio conhecido como Pequena Era do Gelo.

COLOMBO PROSPEROU como comerciante marítimo, e sua ambição, confiança e opiniões cada vez mais instruídas de algum modo o fizeram conquistar a filha de

um nobre por esposa, em 1477. Em seu esclarecedor livro *1492: The year the world began* (1492: o ano em que o mundo começou), o erudito historiador Felipe Fernández-Armesto joga um pouco de água fria em qualquer ideia romântica persistente a respeito do casamento: Filipa Perestrelo e Moniz, escreve ele, era "uma das poucas nobres pobres o bastante, suficientemente marginal e, na época do casamento, suficientemente idosa para cogitar um casamento tão miserável". Mas, não obstante seus atributos pessoais, ela era filha de um dos fundadores do assentamento das ilhas Madeira e irmã do governador hereditário de Porto Santo, a menor e menos próspera das duas ilhas. Filipa introduziu Colombo em um círculo mais refinado de conhecimentos, incluindo os principais mercadores, nobres e clérigos, abrindo-lhe uma entrada para a sociedade portuguesa que seria sempre negada a um aventureiro genovês descompromissado.

Morar em Lisboa e na Madeira tornou Colombo herdeiro de décadas de experiências dos primeiros marinheiros portugueses, enquanto o espírito da época clamava por viagens mais longas e maiores. As possibilidades pareciam intermináveis. A carreira de Colombo coincidiu com um período notável da história, na qual desenvolvimentos tecnológicos e correntes intelectuais favoreciam a perspectiva de os navios realizarem viagens ousadas em novas direções. Por sorte, a economia voltada para o comércio agora tornava um empreendimento desse tipo potencialmente lucrativo; por volta de 1480, Colombo podia se gabar de haver navegado praticamente para todas as regiões do mundo então definidas em mapas-padrão, inclusive as águas cinzentas do Ártico e as extensões azuis perto da África equatorial. Como consequência, talvez ele fosse um dos marinheiros mais viajados de seu tempo; e, além disso, tinha um conhecimento formal de mapas e da teoria cartográfica em evolução.

No início dos anos 1480, de acordo com a biografia escrita por seu filho Fernando, Colombo "começou a especular que, se os portugueses podiam navegar tão para o sul, seria possível navegar distância equivalente para o oeste, e que seria lógico esperar encontrar terras nessa direção". O crescimento intelectual do navegador durante os anos 1480 foi ajudado por uma leitura minuciosa da *Geografia* de Ptolomeu, que ganhara uma nova edição em Bolonha, em 1477. O tratado sugeria que, navegando-se para oeste a partir da Europa, um navio viria a encontrar a Ásia, embora a distância não fosse especificada. Colombo leu também a *Descrição*

do mundo de Marco Polo, que incluía a descrição do viajante veneziano sobre um arquipélago de milhares de ilhas a leste do continente asiático, e sua alegação de que Cipango (Japão) ficava situada a 2,4 mil quilômetros a leste do continente asiático — uma afirmação que, se verdadeira, integrava-se às especulações de Ptolomeu e situava a Ásia mais perto da Europa. Seria possível que as Madeiras, tão distantes do continente africano, fossem as ilhas afastadas da Ásia mencionadas na extravagante narração de viagem de Marco Polo?

Outra fonte lida por Colombo na época foi *Imago mundi*, escrito em 1410 pelo francês Pierre d'Ailly, teólogo e estudioso da Universidade de Navarra que já tinha sido o confessor do rei da França. D'Ailly afirmava que o oceano Atlântico "não é tão grande que possa cobrir três quartos do globo, como certas pessoas calculam. […] É evidente que esse mar é navegável em poucos dias com um bom vento". Em seu próprio exemplar da obra de D'Ailly, Colombo rabiscou uma reiteração e um mantra que ele declamaria durante muitos anos: "Não há motivos para acreditar que o oceano cubra metade da Terra". Ele leu, além disso, muitas outras obras geográficas e, nas margens, rabiscava mil pensamentos que o preocupavam na época: "Todos os mares são povoados por terras", "Cada país tem seu leste e oeste" e "O Mar Oceano não é mais vazio que qualquer outro". Mais tarde ele afirmou: "Empenhei-me em ler tudo o que foi escrito sobre geografia, história, filosofia e outras ciências".

Além disso, Colombo escreveu cartas a Paolo dal Pozzo Toscanelli, um respeitado médico, matemático e astrônomo florentino que era o chefe de uma grande operação familiar de comércio de especiarias com contatos no leste. Em 1474, Toscanelli tinha elaborado sua teoria sobre a existência de um estreito oceano Atlântico separando a Espanha das Índias, e tinha levado sua opinião em uma carta ao rei português, Afonso v: "O fim da terra habitável na direção do Oriente e o fim das terras habitáveis na direção do Ocidente estão bastante perto, e entre elas há um pequeno mar". Toscanelli escreveu que "a rota mais curta daqui até as ilhas das Índias, onde crescem as especiarias, [era] uma rota mais curta do que pela Guiné". Alguns anos mais tarde, Colombo entrou em contato com Toscanelli, que em resposta enviou a ele, provavelmente em 1481, uma cópia da carta original com uma nota na capa dizendo que o imperador da China acreditava que a distância entre a Ásia e a Europa era de apenas 5.471 mil quilômetros, mas que ele, Toscanelli,

acreditava ser mais provável que fosse de 10.460 mil quilômetros; no entanto, estava "convencido de que essa viagem não era tão difícil como se pensava". Ele concluiu desejando sucesso a Colombo em sua "grande e nobre ambição em passar por onde as especiarias são cultivadas".

Parece uma conclusão óbvia e lógica que, se um navio se dirigisse para oeste, partindo de Portugal ou da Espanha, acabaria por encontrar ilhas ou terra firme em algum lugar. De acordo com Ptolomeu, essa terra deveria ser a Ásia. A grande questão era quanto tempo demoraria para chegar a essas regiões ainda não descobertas, e, quanto a isso, as opiniões diferiam. Colombo também coletou, em seu crescente arsenal acadêmico, em apoio ao seu plano marítimo, diversas outras observações, especulações e casos de marinheiros que pareciam sustentar seus argumentos.

Toscanelli morreu em 1482, mas, a essa altura, Colombo tinha o que precisava: a carta de um eminente estudioso endossando sua própria teoria. Dois anos mais tarde, em 1484, ajudado pelas conexões de sua mulher com a nobreza de Portugal, Colombo tentou obter uma audiência com o rei João II, que tinha subido ao trono português três anos antes, e agora tinha 24 anos. Implacável e determinado, João estava ansioso por expandir os interesses marítimos portugueses usando os recursos do Estado. Ele já tinha despachado Diogo Cão em uma viagem para o sul, ao longo do litoral africano, e estava muito interessado em outras explorações na África, com o objetivo de eventualmente desbravar a primeira rota marítima para as Índias.

Extremamente confiante em seu projeto, Colombo, agora um aventureiro transformado em cortesão, com 33 anos, apresentou uma audaciosa proposta ao rei e ao seu recém-criado comitê marítimo em Lisboa, a Junta dos Matemáticos. A Junta, um venerável corpo de especialistas com conhecimentos em questões marítimas, incluía respeitados cartógrafos, astrônomos, navegantes e autoridades eclesiásticas, vários dos quais Colombo já conhecia, e luminares como Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e o astrônomo da corte e médico José Vizinho. Brandindo seus mapas e livros, Colombo apresentou seus argumentos técnicos quanto à viabilidade de uma viagem para o oeste através do oceano Atlântico até a lendária terra de Catai, ou pelo menos a algumas novas ilhas atlânticas, ou talvez a um continente não descoberto ou uma nova rota comercial para as ilhas Molucas.

De acordo com Bartolomeu de Las Casas, um de seus primeiros biógrafos,

Colombo prometeu "que, ao ir para oeste na direção do sul, ele descobriria grandes terras, ilhas e terra firme, todas muito prósperas, ricas em ouro e prata, pérolas e pedras preciosas, e um número infinito de pessoas". Ele esperava inspirar o comitê com as afirmativas de Marco Polo, de um século, de que a Terra, quase na mesma linguagem que o próprio Colombo usou, era "mais fértil em ouro, pérolas e pedras preciosas, e eles cobrem os templos e as residências reais com ouro puro". Não era um empreendimento fácil conseguir financiamento para uma viagem tão ousada e sem precedentes; sem dúvida, nenhum comerciante jamais apostaria em algo tão especulativo e perigoso. Nem seria fácil reunir uma tripulação de marinheiros gananciosos (ou desesperados). O plano de Colombo era ao mesmo tempo caro e improvável, e até um governo precisaria de muita persuasão.

Colombo foi bastante competente ao apresentar sua proposta ao conselho de João II, superestimando a extensão da Ásia e jogando com afirmativas e especulação a respeito da largura do Atlântico. Como as opiniões dos estudiosos variavam de modo radical, ele compilou uma apresentação selecionada dos números de cálculos feitos por geógrafos ou filósofos que apoiassem melhor seu plano, que ele chamou de "Empresa das Índias". Os cálculos de Colombo começavam com a subestimação universalmente aceita de Ptolomeu acerca da circunferência da Terra e do extravagante estiramento da extensão da Ásia para leste, enfatizando a crença sem fundamento do venerável geógrafo de que a superfície da Terra era composta de seis sétimos de terra seca e apenas um sétimo de água. Baseando-se nas afirmativas de Marco Polo, de que milhares de ilhas se situavam entre a Ásia e a Europa, Colombo encolheu ainda mais a largura do oceano Atlântico que um navio teria de percorrer antes de encontrar terra. Com essa base de conhecimentos, ele só precisava de mais alguns "ajustes" para produzir uma assombrosa e fantasiosa imagem da geografia do mundo, uma imagem que fundamentava completamente seu plano ambicioso.

Ao escolher os cálculos errôneos de um geógrafo islâmico chamado Alfragan, Colombo então apresentou a distância de um grau de longitude, teoricamente 1/360 da circunferência da Terra, exatos 25% menos do que Eratóstenes tinha calculado, e 10% menos do que Ptolomeu. Depois, ajustou os cálculos de Alfragan, declarando que o geógrafo especulativo tinha usado para seus cálculos a milha italiana, mais curta, e que, portanto, a distância era ainda menor, porque as milhas

então aceitas em Portugal eram ligeiramente maiores. Finalmente, Colombo declarou que esses números eram baseados em um grau de longitude no equador, mas, já que a rota proposta por ele através do Atlântico era a 28 graus de latitude, a largura do Atlântico seria ainda outros 10% mais curta. No total, ele apresentou números mostrando que a distância do oceano que ele teria de atravessar para chegar ao Oriente seria de cerca de 3.862 mil quilômetros — algo certamente dentro da capacidade de navegação dos navios portugueses na época. A distância verdadeira, se fosse possível navegar através das Américas, é de cerca de 17.702 mil quilômetros, ou seja, quatro vezes maior que o número de Colombo.

Embora a ideia de atravessar o Atlântico já vigorasse pelo menos desde 1474, diversos fatores trabalharam contra a proposta de Colombo, em 1484. A corte portuguesa tinha acesso a estudiosos bem fundamentados em todas as áreas apresentadas por Colombo, além de outras fontes, tanto antigas quanto contemporâneas. Com os recursos do Estado ao seu dispor, esses especialistas possuíam todas as obras relevantes — muito mais do que um homem com os meios e a posição social de Colombo poderia adquirir ou ler. Os membros da Junta eram bastante sofisticados na cultura da época e possuíam um conhecimento minucioso de cosmografia e geografia; estavam todos bem conscientes da apresentação seletiva dos fatos e opiniões feita por Colombo. Eram também capazes de avaliar a improbabilidade de seu sucesso, mesmo que o conhecimento de que dispunham fosse fatalmente falho, por se basear nas antigas proposições da geografia, numa visão de mundo que não dava margem à existência de continentes desconhecidos dos antigos. Os membros da Junta presumiram que a distância para atravessar o oceano era grande demais para um navio singrar em segurança sem falta de provisões e de água doce.

Além disso, deve-se acentuar, os estudiosos de João II também estavam a serviço da coroa portuguesa, não eram apenas um grupo de especialistas desinteressados. O rei não via problema em gastar recursos do Estado para custear viagens que estivessem dentro de seu monopólio concedido pelo papa. Mas por que a corte portuguesa financiaria uma viagem que iria competir com outras já em andamento, especialmente quando qualquer nova rota comercial com as Índias estaria fora de sua área estabelecida pelo papa de monopólio na África, situando-se portanto em uma zona aberta à concorrência ou que exigiria novas complicações

diplomáticas com o papado e os monarcas de Castela e Aragão? João II já tinha investido muito dinheiro e tempo buscando uma rota para o oceano Índico e o Oriente pelo leste, via África. A consideração final, e talvez o maior fator contra Colombo, era a exorbitante recompensa pessoal que ele exigia no caso de uma viagem bem-sucedida: nobreza para ele e seus descendentes; o título de Grande Almirante do Oceano; a posição de "vice-rei perpétuo e governador de todas as ilhas e terras que pudesse descobrir ou que pudessem ser descobertas por qualquer pessoa sob seu comando"; e "um décimo de qualquer renda advinda ao rei de todo ouro, prata, pérolas, pedras preciosas, metais, especiarias e outras coisas valiosas e de todos os tipos de gêneros trazidos, trocados, descobertos ou adquiridos dentro da região de seu almirantado".

Colombo, claro, queria não apenas o consentimento real para sua viagem, mas pedia também financiamento completo do Estado para a aventura. Essencialmente, ele queria colher os lucros de uma empresa privada e, ao mesmo tempo, ser inteiramente bancado pelo Estado. Viagens financiadas por particulares e sancionadas pelo rei eram bastante comuns, mas sem custos para a coroa, enquanto exploradores como Diogo Cão e Bartolomeu Dias eram empregados do Estado e não recebiam qualquer retorno financeiro particular por suas atividades, não importando quão perigosas e gloriosas elas pudessem ser. Colombo queria o melhor das duas opções: fazer com que o governo custeasse sua arriscada aventura e ainda colher a grande recompensa, caso tivesse sucesso. Para um homem como João II, que acabara de quebrar o poder do que ele considerava a excessiva e até traiçoeira independência de sua aristocracia, e que tinha desapiedadamente centralizado a autoridade na coroa, conceder tanto poder, autoridade e riqueza a outro indivíduo — um estrangeiro e arrivista, nada mais do que isso — parecia um despropósito.

Mas João era um governante esperto e perceptivo, muito interessado na geografia mundial que dizia respeito ao aumento do comércio para Portugal, e o plano de Colombo foi muito debatido entre o rei e seus conselheiros. Duarte Pacheco Pereira, ao escrever, no início do século XVI, a respeito do estado das finanças da corte portuguesa décadas antes, descreveu os dois lados do debate:

> Havia muitas opiniões no passado, entre os doutos em Portugal, quanto à descoberta da Etiópia, da Guiné e da Índia. Alguns diziam que era melhor não se importar em descobrir o litoral do mar,

> mas atravessar o oceano até chegar a algum país na, ou contíguo à, Índia e isso tornaria a viagem mais curta; outros argumentavam que seria melhor descobrir a costa aos poucos, conhecer as rotas, marcos e povos de cada região, a fim de ter algum conhecimento sobre o país que estivessem buscando […]. Pareceu-me que a segunda opinião, que foi seguida, era a melhor.

Quando João II se negou a financiar ou a autorizar o grande plano de Colombo, em 1484, ele agiu atendendo à opinião de seus conselheiros técnicos. A conclusão final da Junta foi que "consideraram as palavras de Cristóvão Colombo vaidosas, simplesmente baseadas em imaginação ou coisas como aquela ilha de Cipango de Marco Polo". Eles aconselharam — e parecia prudente na época — que Portugal continuasse com a abordagem mais conservadora e laboriosa de lentamente estender seu conhecimento da África, financiando cada nova aventura para o sul com o estabelecimento do comércio ou buscando artigos valiosos para pagá-la. O Conselho informou a João que a estimativa que Colombo fizera sobre o tamanho do mundo era pequena demais e ofereceu, como contra-argumento, os numerosos exemplos de outras estimativas, todas igualmente baseadas em crenças científicas — ou seja, infundadas e inexatas. Até a estimativa básica de Ptolomeu acerca do tamanho da Terra, grosseira e erroneamente subestimada que fosse, teria feito com que a distância da navegação até a Ásia fosse proibitivamente longa. Certamente, alegou a Junta, qualquer navio lançado nesse vasto vazio jamais retornaria. O próprio navio podia ser afundado numa tempestade monstruosa ou, mais provavelmente, os homens morreriam devagar pela falta de provisões e água, desidratando-se e fazendo do navio uma barcaça sem vida, cheia de esqueletos a serem levados à praia em algum distante promontório rochoso.

Os estudiosos não duvidavam que a Ásia ficava em algum lugar a oeste, do outro lado do vasto oceano, mas duvidavam que a tecnologia marítima da época, em Portugal, estivesse à altura da tarefa de navegar por uma distância tão grande. A "Empresa das Índias", alegaram eles, fracassaria e seria um desperdício total dos recursos do Estado — recursos que seriam mais bem gastos em algo com sucesso mais garantido, como rodear a África seguindo a costa. "Os portugueses que rejeitaram o projeto de Colombo não tinham outra escolha", escreve Malyn Newitt em *A history of Portuguese overseas expansion*. "Eles só fizeram o que se poderia esperar de qualquer governo bem organizado lidando com um aventureiro de vastas pretensões e poucas realizações." O historiador da corte portuguesa, João de

Barros, escreveu que, em sua apresentação ao Conselho, Colombo estava "gárrulo" e "todo inchado com sua própria importância, gabando-se de suas habilidades e seguindo com essa ilha de Cipango com mais fantasia e imaginação do que solidez". O rei João II deu "pouco crédito" a ele. Havia mais otimismo a respeito da existência de outras ilhas atlânticas, mas a localização delas, tão longe da costa europeia ou africana, tornaria a descoberta quase sem valor.

Mesmo assim, nos anos seguintes à rejeição da proposta de Colombo, João II, num ato de traição, ou pelo menos de interesse inescrupuloso, encorajou outro marinheiro a tentar a mesma viagem para oeste, para as Índias que Colombo apresentara, com base nas informações e no raciocínio que o genovês expusera à corte portuguesa. Um capitão flamengo-madeirense chamado Fernão Dulmo tentou navegar para oeste, a partir dos Açores, com duas caravelas, e recebeu a garantia real da posse de qualquer terra descoberta. Ele partiu como aventureiro particular, em caravelas alugadas à sua própria custa ou pagas por seus financiadores. O custo para a coroa portuguesa era desprezível. Os navios logo foram atingidos por ventos contrários, e uma tormenta assustadora obrigou os navegantes a abandonar a busca depois de apenas alguns dias de viagem. João II deu o consentimento real e fez doações a diversos outros exploradores que quisessem navegar em busca das faladas ilhas a oeste, mas essas viagens partiam dos Açores, navegando contra os ventos — uma difícil incumbência durante a ida, mas garantida quanto a uma volta segura para casa. Enquanto isso, e mais importante, caravelas portuguesas continuavam a avançar todos os anos ao longo da costa africana.

Embora marinheiros portugueses antecedessem todos os demais europeus na exploração do Atlântico rumo a oeste, descobrindo, conquistando e ocupando as ilhas da Madeira e dos Açores, os castelhanos foram rápidos em aproveitar a experiência portuguesa. Em 1474, Isabel ofereceu apoio do Estado a nobres castelhanos e capitães do mar ansiosos por avalizar a expansão portuguesa que estava progredindo incontestada no Atlântico. Muitos anos antes, aventureiros franceses e castelhanos tinham localizado e começaram a conquistar outro conjunto de ilhas atlânticas, as Canárias. Em 1477, Isabel e Fernando reconheceram a precedência do nobre clã Herrera na conquista das três ilhas menores. Um ano mais tarde, eles autorizaram o ataque sobre as três ilhas maiores por aventureiros

autofinanciados que montaram exércitos de mercenários para conquistar as demais ilhas. As batalhas prolongaram-se por anos, já que a população local — descendentes dos berberes do norte da África, tecnologicamente primitivos e isolados do continente há gerações, e que ainda mantinham o estilo de vida de caçadores catadores e moravam em cavernas — lutou ferozmente pela independência. A ilha maior, Grã-Canária, só foi subjugada em 1483, logo depois que o Tratado de Alcáçovas reconheceu a soberania espanhola sobre as ilhas, a primeira aventura colonial de Fernando e Isabel. O ataque espanhol à ilha de Palmas e Tenerife usou habilmente rivalidades intertribais para arregimentar os próprios nativos na conquista, o que só ocorreu em 1492 e 1496, respectivamente. Muitos dos canarinos foram escravizados, e outros foram recrutados como mercenários; por conseguinte, a população local, formada por grupos distintos, culturalmente autônomos, quase se extinguiu em uma só geração. As ilhas Canárias, que ficam mais ao sul tanto de Açores quanto da Madeira, e muito mais a leste que Açores, estavam situadas no lugar ideal para se aproveitarem os padrões de ventos no Atlântico, que sopravam para sudoeste no oceano aberto, desde que o marinheiro tivesse a coragem de navegar para oeste sem a segurança de voltar contra os ventos ao longo da mesma rota — sem de fato saber absolutamente como voltar.

Quando João II e sua Junta recusaram a proposta de Colombo, o genovês sentiu que suas perspectivas em Portugal haviam terminado. Ele gastara sua pequena fortuna e suas economias para promover o projeto. Em 1485, sua mulher morrera no parto, e, com o filho de cinco anos, Diogo, Colombo fugiu de Portugal e dos credores que o perseguiam a bordo de um navio, rumo à Espanha, partindo secretamente à noite para evitar a prisão. Colombo desembarcou em Palos, no sul da Espanha, caminhando ao longo da empoeirada estrada costeira até o mosteiro franciscano de La Rábida, mendigando comida para o filho. No mosteiro, havia diversos homens com conhecimentos e experiência em questões marítimas e cuja boa opinião Colombo cultivou enquanto aprendia mais a respeito das explorações marítimas dos aventureiros de Castela nas Canárias. Então, com cartas de apresentação de diversos monges influentes, Colombo foi apresentado a dois poderosos nobres castelhanos: os duques de Medina Sidonia e de Medinaceli. Ambos ficaram intrigados com as ideias pouco comuns de Colombo, mas

perceberam que um empreendimento daquela natureza precisava ser levado adiante sob os auspícios da coroa — e se novas terras fossem descobertas e tivesse de se declarar soberania? Sugeriram que Colombo tentasse obter uma audiência com o rei e a rainha e apresentasse a eles sua proposta detalhada, inclusive a história de como o rei João se interessara. Mas seu conselho de especialistas o advertiu contra o esquema — não porque faltasse mérito, mas porque a viagem proposta teria se desviado da zona do monopólio português ao longo da costa africana.

Depois de deixar o filho com a irmã de sua falecida mulher, que morava nas imediações de Huelva, Colombo rumou pelo interior, para Sevilha e Córdoba, a fim de localizar a peripatética corte de Isabel e Fernando. Em Córdoba, ele se estabeleceu numa comunidade de famílias respeitáveis e continuou a cultivar seus relacionamentos com pessoas influentes, regalando-as com suas histórias e ideias. Então, foi apresentado ao confessor de Isabel e a outros nobres poderosos. Conheceu também Beatriz Enríquez de Arana, uma jovem mulher de meios modestos que se tornou sua amante por vários anos. Durante o outono de 1485, Colombo manteve-se informado sobre a itinerante corte real, seguindo-a ocasionalmente pelo interior. Em janeiro de 1486, conseguiu garantir sua primeira audiência com os monarcas castelhanos e aragoneses para apresentar seu projeto para a "Empresa das Índias".

Para Fernando e Isabel, agora com trinta e alguns anos e cinco filhos, os cinco anos desde o Tratado de Alcáçovas lhes deram algum tempo para consolidar seu governo e levar estabilidade à conturbada região rural. Como a guerra pela sucessão terminara oficialmente depois do tratado, o casal real estabilizou as brigas internas de seus reinos divididos canalizando o fervor militar e o treinamento dos nobres da nação para conflitos estrangeiros, unindo antigos combatentes contra um inimigo comum. Sempre piedosos e devotos, mesmo para uma era devota, os reis mais tarde seriam popularmente conhecidos como os Reis Católicos, tão obcecados se tornaram com a heresia na Igreja. Esse fervor religioso, talvez resultado dos anos que passaram alimentando esperança e fazendo preces enquanto seu governo dependia do resultado de uma batalha, da lealdade de um nobre poderoso, da decisão de um papa distante para conceder a dispensa ou da conveniência extravagante do rei da França, levou-os a acreditar que seu sucesso só poderia advir da determinação divina. Como escoadouro para sua gratidão, ou como retribuição

ao Todo-Poderoso por garantir-lhes o trono contra os inimigos, eles tomaram decisões de grande alcance que ecoaram ao longo da história: criaram a Inquisição espanhola para purificar as práticas da Igreja na península Ibérica, começaram a perseguir os judeus da península e renovaram, com vigor, a campanha militar contra Granada, o único reino mouro que ainda restava na Europa.

Henry Kamen resume essa estratégia muito bem em seu livro *Spain's road to Empire* (A trilha da Espanha para o império). "Quando os conflitos civis terminaram na Espanha", ele escreve, "os monarcas trouxeram paz pela brilhante estratégia de organizar, em vez de eliminar a violência. […] Mas logo puseram todo o sul da Espanha em pé de guerra, ativamente encorajaram os cidadãos a manter suas armas […] para derrubar uma nova ameaça por parte dos governantes muçulmanos de Al-Andalus." Na época, Granada era geograficamente um posto avançado isolado no canto sudoeste da península, com uma população de cerca de 500 mil pessoas. Em 1482, uma disputa latente por causa da fronteira com Castela, perto da cidade de Alhama, levou ao começo da campanha de Isabel e Fernando para anexar o território e unir ainda mais a península Ibérica. "A guerra não era de jeito algum ininterrupta", escreve Kamen,

> mas, ao contrário — como a maior parte das guerras medievais —, era uma longa e constante série de enfrentamentos e pelejas, com extensos intervalos, quando nada acontecia ou quando muito simplesmente os soldados iam para casa a fim de descansar ou fugir do calor do verão. Não havia batalhas campais; a atenção ficava centrada em capturar cidades específicas, e o conflito tomou a forma de escaramuças, ataques isolados e sítios. Períodos de hostilidades se alternavam com períodos de contato normal, pacífico.

Granada foi dividida por suas próprias brigas dinásticas internas e condenada pelo apoio internacional à causa de Fernando e Isabel, que se tornara uma causa famosa em todas as cortes da Europa. O papado fornecia o grosso do financiamento, e doações adicionais vinham de toda a Europa, para o que era percebido como uma espécie de minicruzada, uma retaliação pela conquista islâmica de Constantinopla algumas décadas antes e as contínuas incursões dos otomanos na Europa oriental. Sempre estadista e líder astuto, Fernando espertamente enfatizava a natureza religiosa do conflito, declarando que "não fomos levados a essa guerra por qualquer desejo de aumentar nossos reinos, não por cobiça de rendas maiores". Ele proclamou que a guerra era travada "para expulsar da Espanha os inimigos da

fé católica e dedicar a Espanha ao serviço de Deus".

Mais de 75% do custo total da guerra em andamento era fornecido pelo papado, de um imposto especial de *cruzada*. Bandos de mercenários de toda a Europa eram contratados para o conflito, inclusive arqueiros da Inglaterra, infantaria da Suíça (a mais temida e eficiente da Europa), Alemanha e França e um contingente de artilharia pesada da Itália. Esses grandes canhões italianos tinham sucesso em derrubar antigas fortalezas e torres, cuja cantaria não conseguia suportar o ataque de armas pesadas de pólvora, até as primitivas. (Ironicamente, foram também os grandes canhões que permitiram Mehmet, o Conquistador, demolir os antigos muros de Constantinopla.) Durante os anos 1480, Fernando liderou um implacável ataque que subjugou um número crescente de cidades em Granada. Esse sucesso contínuo foi ajudado pelas próprias lutas internas em Granada, numa espécie de guerra civil em torno da sucessão que deixava os governantes incapazes de organizar uma defesa coordenada de seu reino sitiado. Mas o resultado da guerra estava longe de uma conclusão previamente determinada. Havia reveses; e o financiamento, apesar das múltiplas fontes, era sempre um problema, já que a guerra é uma coisa cara e incerta.

Em janeiro de 1486, Colombo finalmente garantiu uma audiência com Isabel e Fernando, que só concordaram com a reunião a pedido do duque de Medinaceli. Trajado de caro veludo da moda, em vez de suas roupas normais de trabalhador, Colombo chegou à audiência preparado para convencer, mas com pouco conhecimento de como esses novos monarcas iriam reagir. Ele podia contar com a antipatia deles em relação a João II e com seu fervor religioso e sua cobiça. Mas como se comportariam em relação à ciência e à curiosidade geográfica? Colombo, no entanto, era particularmente esperto para adequar sua proposta aos potenciais interesses de seus patrocinadores. O tom que usou com Fernando e Isabel atingiu as notas certas, com o argumento de levar a cristandade aos pagãos e insinuações de oportunidade de obter ouro e conquistas.

A essa altura da vida, Isabel, como observa Nancy Rubin, "era séria, decidida, inflexível, resoluta. Também era direta. Não tinha o sorriso fácil, embora tivesse um gosto pela ironia". Além disso, era inteligente e instruída para a época, gabando-se de uma biblioteca pessoal de quatrocentos volumes — número impressionante para a época —, com vários clássicos em latim, mas também muitas obras

contemporâneas. Ela encorajava a operação de prensas tipográficas em seus reinos, dando-lhes condições livres de impostos, e estimulava a importação de livros da Europa inteira. Mais bem informada e instruída que o marido, Isabel foi quem mais tarde reuniu um conselho de especialistas para debater e deliberar sobre as propostas de Colombo e subsidiá-la com uma opinião pessoal a respeito da probabilidade de sucesso, do lucro potencial de uma aventura dessas e das consequências jurídicas que ela poderia ter. Sem dúvida, Isabel considerou especificamente a reação do irascível João II de Portugal e a tensa história entre eles. A rainha estava longe de ser ignorante e certamente se preocupava com os negócios internacionais. Fernando parecia estar mais interessado nas ilhas Canárias, mas só pensava nelas como um artifício para, de algum modo, atrapalhar as ambições de João II ao longo da costa da África. Mais uma vez, as propostas de Colombo pareciam interessantes, embora bizarras e audaciosas. Apesar de suas demandas por recompensas grandiosas serem quase insultuosas, os monarcas, mesmo assim, estavam curiosos. O país deles, no entanto, se preparava para a guerra: soldados tomavam as estradas, exibindo suas flâmulas e uniformes, e marchavam ao som de tambores; os cavaleiros se congregavam nos exércitos dos nobres; e carretas de alimentos e suprimentos rumavam para o sul, na direção da fronteira. Nas prescientes palavras de Bartolomeu de Las Casas: "Quando monarcas têm uma guerra pela frente, eles pouco entendem, e querem entender pouco de outras questões".

Mesmo depois de ter o apoio por escrito de diversos nobres de postos importantes e de ouvir as opiniões dos doutos monges com quem Colombo ficara assim que chegou a Castela, os monarcas estavam hesitantes. Embora intrigados com a possibilidade de contornar o bloqueio otomano da rota das especiarias e chegar "às Especiarias [Molucas]" mais rapidamente do que os portugueses, que se arrastavam para o sul ao longo do litoral africano, eles não podiam se comprometer com o ousado esquema de Colombo sem ter maiores provas. A guerra contra Granada os preocupava e consumia os muitos e necessários recursos do Estado.

Fernando e Isabel fizeram o que ainda hoje os governos fazem quando lhes é apresentada uma proposta potencialmente importante, ou um problema que não pode deixar de ser solucionado, embora falte ao governo o conhecimento necessário para fazê-lo de modo prudente: convocaram uma comissão formal de

inquérito. Chefiada por Hernando de Talavera, a comissão deveria ser composta de "pessoas que fossem versadas na questão da cosmografia, embora houvesse poucas delas em Castela". A comissão contaria também com experientes capitães do mar e navegadores e pessoas em geral versadas e instruídas. Ao contrário de Portugal, no entanto, Castela se gabava de ter alguns genuínos especialistas em astronomia, cartografia e cosmologia. Considerando as patentemente ultrajantes manipulações de dados feitas por Colombo para angariar apoio à sua teoria, a falta de especialistas qualificados provavelmente funcionou em seu favor. A reunião de um comitê competente para avaliar a proposta de Colombo consumiu muitos meses. A guerra em andamento com Granada era uma perturbação constante. Durante a espera, foram concedidos a Colombo uma pequena féria e um posto na corte. Só em 1487 o comitê conseguiu finalmente se reunir em Salamanca, com todos os participantes apresentando as pesquisas de que eram capazes.

Os argumentos de Colombo em favor de sua viagem foram aqueles apresentados a João II três anos antes: baseavam-se nos mesmos documentos otimistas adaptados como provas, na mesma fanfarronice sobre suas habilidades de navegador e sucesso assegurado, nas mesmas reivindicações de remuneração pródiga, caso tivesse sucesso. Não surpreende que as conclusões do comitê fossem também as mesmas: o mundo não poderia ser tão pequeno quanto Colombo alegava. A viagem seria destinada ao fracasso, e, para a coroa, financiar oficialmente aquele projeto parecia uma mostra constrangedora de ignorância ou insensatez. O soldo de Colombo foi rescindido, e ofereceram a ele um ramo de oliveira: quando Granada finalmente fosse derrotada, os monarcas poderiam estar dispostos a reconsiderar sua proposta.

Deve ter sido enlouquecedor para Colombo ter seu projeto recusado mais uma vez, depois de anos de espera. Insatisfeito por ter ficado na incerteza, mandou seu irmão Bartolomeu mascatear a "Empresa das Índias" para os monarcas da Inglaterra e da França. Bartolomeu, no entanto, foi capturado por piratas e mantido refém por quase dois anos. No fim de 1487, Colombo escreveu novamente ao rei João II de Portugal e pediu outra chance para apresentar seu caso, solicitando um salvo-conduto de seus credores no retorno a Portugal. Importante lembrar que, quando Colombo fugiu, em 1485, deixou muitas dívidas e, naquela época, ainda não tinha condições de pagá-las. O fracasso da viagem de Fernão Dulmo ou o lento

progresso de seus navios ao longo da costa africana talvez expliquem mais uma vez o interesse de João II por Colombo, que sempre projetava um ar de completa confiança em seu sucesso. Em março de 1488, ano em que sua amante, Beatriz Enríquez de Arana, deu à luz seu segundo filho, Fernando (que mais tarde escreveria a biografia do pai), Colombo recebeu uma carta do rei português. João II oferecia a ele "calorosas saudações", alegava "ter grande necessidade de sua habilidade e ótimo talento e que teria muito prazer em sua vinda".

Quase dois anos antes, João despachara três caravelas sob o comando de Bartolomeu Dias, em uma viagem para o sul ao longo da costa africana, para buscar uma rota marítima para a Índia. Dias tinha saído havia tanto tempo que se pensava que ele e sua expedição tinham se perdido. Protegendo-se contra riscos, o rei português provavelmente queria trazer Colombo de volta a Portugal para renegociar os termos para a "Empresa das Índias". Em dezembro de 1488, Colombo voltou a Lisboa e se reuniu com seu irmão Bartolomeu na cidade. Os dois se preparavam para a audiência com o rei quando, milagrosamente, Dias e sua exausta tripulação apareceram subindo o rio Tejo com seus assombrosos relatos de contornar a África e navegar pelo oceano Índico.

O monopólio português sobre a rota leste para as Índias estava agora pronto para se tornar ainda mais lucrativo, e Colombo percebeu que suas chances com João II tinham acabado. Por que o rei apoiaria um projeto duvidoso que fugia do monopólio concedido pelo papa, quando o sucesso de Portugal em navegar para as Índias parecia assegurado? Colombo não voltaria outra vez a Lisboa até a primavera de 1493, mas já sob circunstâncias muito diferentes.

II

América

5. Almirante do Mar Oceano

Camelos sem condutores investiam pela poeira e entre as multidões no campo de batalha. Espetados por lanças e flechas, cavalos moribundos desabavam no chão. Homens gritavam e investiam, cortando-se com espadas, lanças e facas. Corpos jaziam espalhados sobre a terra, ainda agarrados a suas armas, enquanto a batalha se alastrava em torno deles e o vento soprava a poeira em nuvens onduladas. Alguns dos mortos usavam turbantes, e outros estavam vestidos como cavaleiros medievais com armaduras leves, mas muitos pareciam camponeses mal equipados. Assim foi uma das batalhas de Granada, tal como ilustrada pelo renomado artista do século xix Paul Gustave Doré. Em 2 de janeiro de 1492, a cidade de Granada, a última cidade muçulmana na península Ibérica, o solitário posto avançado de Al-Andalus, capitulou diante dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, depois de um prolongado cerco. A batalha propriamente dita, no entanto, talvez diferente da estilizada proeza heroica representada por Doré, pôs fim a sete séculos de conflito religioso e cultural sobre a península Ibérica e completou a Reconquista espanhola da península inteira. O reinado dos invasores islâmicos havia terminado.

Em dezembro de 1491, durante o cerco final de Granada, o sempre paciente Cristóvão Colombo estava na móvel corte real espanhola, sediada em Santa Fé, em um forte construído às pressas, mas robusto, com pedras caiadas, no formato de uma cruz, localizado nas vizinhanças de Granada. Ele havia sido voluntário do exército enquanto esperava o segundo relatório de Talavera e da comissão cosmológica, acrescentando a seu magro adiantamento a paga de soldado. Embora a comissão de Fernando e Isabel tivesse rejeitado antes sua "Empresa das Índias", alegando que era especulativa demais e repousava sobre bases fracas, ela manteve Colombo na espera, quando Isabel sugeriu que ele dirigisse outro requerimento à corte depois da conquista de Granada. Durante esse tempo, ele realizou serviços não especificados para a coroa de Castela, provavelmente algum tipo de espionagem ou como mensageiro, e conseguiu um encontro prévio com Isabel, enquanto esperava a queda de Granada.

Desde que haviam casado, quando eram adolescentes em 1469, Fernando e Isabel haviam trabalhado para unir as coroas e os povos de dois dos mais poderosos reinos espanhóis, a fim de pôr um ponto final nas brigas fratricidas entre as duas nações ibéricas e consolidá-las em um reino maior e mais poderoso. O esforço para reconquistar o último baluarte muçulmano na Espanha consumira a energia deles desde 1482, mas, com a derrota final dos mouros, as unificadas e vitoriosas nações de Castela e Aragão estavam prontas para novos empreendimentos. Depois que os monarcas lideraram seu povo até a conquista de Granada, voltaram sua atenção para o objetivo perseguido por seus confrades portugueses e lançaram o olhar para o oeste, para o inexplorado Atlântico. Fernando, desde o início, fora um guerreiro bem-sucedido, um bom estrategista e comandante. De acordo com Maquiavel, o motivo por trás do ataque a Granada era "entreter a energia dos barões de Castela, que, enquanto prestavam atenção à guerra, não tinham tempo para provocar problemas em casa. Desse modo, sem que estes percebessem o que estava acontecendo, ele ampliou sua posição e seu controle sobre eles". Afinal, observou Maquiavel, "nada traz mais prestígio a um príncipe do que grandes campanhas e demonstrações impressionantes de habilidades pessoais". Diz-se que um dos conselheiros de Isabel informou-a sobre Túlio Hostílio, lendário rei da antiga Roma, que mandou seus soldados para uma ofensiva não provocada, apenas para mantê-los ocupados e com suas habilidades de combate em dia.

Essa guerra, junto com a lenta, mas contínua, conquista das ilhas Canárias, não só consumira as rendas e os recursos humanos das coroas de Castela e Aragão, como também forjara uma identidade comum espanhola, uma então recém-
-fundada unidade, em busca de um objetivo comum. Como Hugh Thomas observa em *Rivers of gold*, as habilidades de Isabel em seus dez primeiros anos como herdeira e depois como rainha eram "notáveis segundo qualquer padrão. Nenhuma mulher na história ultrapassava sua habilidade. […] Esses dois monarcas lançaram seu reino a uma colaboração que, se nem sempre feliz, era imensamente importante e lucrativa para os dois". Agora, depois da conquista de Granada, eles se encontravam numa encruzilhada.

Colombo havia tolerado oito anos de adiamentos, confusão, reveses e uma espera interminável, descrita por Las Casas como "uma terrível, contínua, dolorosa e prolongada batalha; uma batalha material de armas não teria sido tão afiada e

horrenda como a que ele teve de suportar por lidar com tanta gente sem entendimento, embora supondo saber tudo sobre o tema". Colombo já havia feito uma viagem prévia a Santa Fé para se encontrar com a rainha Isabel, mas chegou logo depois de um grande incêndio nos alojamentos, e ninguém queria ouvir falar dele ou de suas ideias. Então ele voltou, depois da queda de Granada, a pedido da rainha, e mais uma vez apresentou seu caso ante o comitê. Outra vez foi rejeitado, e pelos mesmos motivos. Mas um dos conselheiros de Isabel chamou a atenção para o fato de que os custos da coroa para financiar o esquema de Colombo não seriam muito maiores do que o custo de divertir um príncipe estrangeiro em visita durante uma semana — afinal de contas, a maior parte das demandas ultrajantes de Colombo só seria paga se ele tivesse sucesso; mesmo que a aventura fracassasse, a mera tentativa iria imprimir uma pátina de esclarecimento nos soberanos como "príncipes generosos e imbuídos de altos ideais por tentarem penetrar os segredos do Universo, como outros príncipes […] foram louvados por fazê-lo". Isabel mudou de ideia.

Um mensageiro real foi expedido para levar as animadoras notícias a Colombo. Mas, furioso por ter sido recusado mais uma vez, ele já saíra de Santa Fé, montado em sua mula, cavalgando para o norte, a fim de vender seu esquema ao rei da França. De acordo com uma história fantasiosa, mas possivelmente com alguma base de verdade, o emissário a galope o alcançou na estrada e o convenceu a voltar. Dariam a ele tudo o que solicitara para a viagem, inclusive os ultrajantes títulos, honras e poderes extraordinários que exigira. Se tivesse sucesso, ele traria novas rendas para a coroa, muito necessitada delas depois dos gastos da campanha de Granada, e impediria a expansão de João II e seu embrionário mini-império português na África.

Com a conquista de Granada, a Espanha tinha à sua disposição milhares de fidalgos endurecidos por batalhas, jovens guerreiros de sangue nobre que esperavam terras em troca do serviço militar que prestaram. Sem um inimigo comum, eles poderiam começar a brigar entre si outra vez — Fernando e Isabel se lembravam bem da interminável contenda entre Castela e Aragão, que prevalecera durante a maior parte da vida deles, inclusive no período inicial de seu reinado. A descoberta de novas terras a oeste ajudaria a resolver esse iminente problema, especialmente porque os monarcas estavam proibidos por decreto papal de

contratar ou permitir viagens para o sul ao longo da costa da África. O monopólio português era um ponto de aborrecimento e frustração para Isabel e Fernando, que, além disso, estavam ocupados com as maquinações necessárias para garantir o recém-desocupado papado a um bispo natural da Espanha, que era um dos principais competidores; tiveram sucesso mais tarde, logo antes da partida de Colombo. Esse foi um evento que, combinado com a viagem de Colombo, viria a ter um impacto monumental sobre o mundo.

Durante seu reinado, Isabel tinha se tornado ainda mais autoritária, sem senso de humor e exigente. Em uma ocasião, ela ponderou que as quatro coisas que mais gostava de ver na vida eram "soldados no campo, um bispo em seus paramentos, uma senhora em uma sala de estar e um ladrão na forca". Essa declaração reveladora pode facilmente descrever a ideia que ela fazia de governar Castela e Aragão, em especial à medida que envelhecia e que a dinâmica turbulência que a preocupara, e a Fernando, nos primeiros anos de reinado dava lugar, ao longo do tempo, à segurança política que lhes permitiu moldar as instituições de sua sociedade. Ela não podia tolerar desunião e desordem no país. Mais nefasta para seus súditos, quando combinada à piedade e ao fervor religioso que a acompanharam a vida toda, essa postura passou a incluir a unidade espiritual e a "purificação" do que se tornaria a fé do Estado. Fernando era um implacável pragmático, motivado também pelo fervor religioso. O reino de Isabel e Fernando, quando acrescido das opiniões fanáticas, dos ódios quase maníacos e métodos sádicos do primeiro Grande Inquisidor, Tomás de Torquemada, deu uma guinada para o totalitarismo e a repressão, tudo em prol da união e da paz.

Em 1492, a Inquisição já tinha acabado com milhares de pessoas em nome da pureza espiritual e estava a caminho de se tornar uma das instituições mais violentas e aterradoras da história. Um mês antes de Colombo receber o sinal verde para começar a trabalhar em sua memorável viagem, Fernando e Isabel emitiram seu famoso Édito de Expulsão, que levaria ao exílio ou à conversão religiosa todos os judeus de Castela e Aragão. Não muitos anos mais tarde, esse édito, semelhante em impacto ao que os escritores modernos chamariam de "limpeza étnica", foi aplicado também aos muçulmanos. A pureza espiritual de todos os católicos, especialmente aqueles que se haviam convertido para evitar a expulsão da pátria, foi imposta por meio de torturas e horrores pelos inquisidores, com suas denúncias anônimas,

queima de livros, julgamentos teatrais, confissões extraídas pela violência, queima pública de hereges e apóstatas, depois dos infames *autos de fé*, e, claro, o confisco de propriedade para uso e sustento dos inquisidores e sua instituição.

Depois de tanto atraso, as coisas começaram a andar bastante depressa para Colombo. Em maio de 1492, ele estava no porto de Palos, no sudoeste, equipando três pequenos navios para a viagem: *Pinta*, *Niña* e *Santa Maria.* Aos 41 anos, Colombo não tinha perdido nada de seu zelo e energia durante o período de oito anos que passara longe do mar. Após tremendos esforços, ele tinha navios com provisões e tripulação, prontos para a partida em agosto. Antes do nascer do sol, em 3 de agosto, Colombo foi à missa, como fazia sempre, antes de seguir em um barco a remo para seu navio. Ele estava equipado com três cartas emitidas pelo Estado de Fernando e Isabel, uma endereçada ao "Grande Khan", o suposto governante da Ásia, e duas deixadas em branco para que os nomes de príncipes ou dignitários estrangeiros pudessem ser inseridos uma vez que os navios alcançassem a Ásia. Colombo estava cheio de si e muito devoto — mais tarde, se tornou quase um carola fanático, imbuído de um sentimento de propósito, como se fosse o instrumento escolhido por Deus para descobrir uma rota mais curta para as Índias. Seu senso de grandeza e propósito histórico só viria a aumentar durante as viagens subsequentes.

Os três navios levantaram as âncoras e deslizaram para fora do porto na maré da manhã, antes de içar as velas. Cruzaram para sudoeste, para as ilhas Canárias, a essa altura na maior parte subjugadas e sob o controle espanhol. Aqui Colombo ouviu um boato a respeito de algumas caravelas portuguesas, à espreita no oceano, que teriam a intenção de interceptá-lo e capturar seus navios. Em 6 de setembro, depois de seis semanas de reparos e abastecimento, Colombo deu ordens para que seus navios se dirigissem para oeste com os ventos que, segundo ele esperava, os levariam para o Oriente. Historiadores discordam sobre se Colombo era um observador astuto da tendência para oeste dos ventos do Atlântico, inferida em seus anos iniciais de viagens a serviço de Portugal, ao longo da costa africana, ou se ele simplesmente teve sorte. Mas o fato é que os três navios pegaram quase imediatamente os alísios e ganharam uma velocidade notável.

Sempre preocupado com o moral de sua supersticiosa tripulação, Colombo

logo começou a falsificar os relatórios das distâncias oficiais navegadas pelas naus. Em 10 de setembro, por exemplo, sua melhor estimativa da distância navegada tinha sido de cerca de oitenta milhas, mas ele registrou como apenas 48 milhas. Do mesmo modo, no dia 11, ele registrou sessenta milhas, mas relatou apenas 48; e no dia 13 relatou apenas 65 milhas, embora calculasse que os navios haviam viajado quase cem. O relato subestimando a distância viajada se tornou ainda mais drástico depois de um mês no mar. Seu raciocínio era atenuar o medo entre a tripulação, ocultando o fato de que estavam se afastando cada vez mais da terra e de que tinham viajado longe demais para voltar. Seu plano era evitar o pânico, fingindo usar as sofisticadas técnicas científicas de navegação dos quadrantes e astrolábios para dar a impressão de que sabia exatamente onde estavam e que distância já tinham percorrido.

Durante semanas os três navios gozaram de tempo em geral bom, com ventos confiáveis e apenas chuviscos e nuvens. Houve diversos rumores falsos de terra e agitação geral quando avistaram pássaros marinhos. Com poucos dias de intervalo, Colombo previa avistarem terra. Em meados de setembro, os marinheiros "começaram a ver inúmeros feixes de ervas muito verdes que pareciam ter sido arrancados da terra, que os fizeram achar que estavam perto de alguma ilha". Eles tinham chegado ao mar dos Sargaços, uma maciça planície de algas flutuantes que ocupa a parte central do Atlântico médio. Mais tarde, o filho de Colombo, Fernando, lembrou o medo de seu pai "de que pudesse acontecer a eles o que se supunha ter acontecido a St. Amador no mar congelado, que, segundo afirmam, prende rapidamente os navios" — ou seja, que eles pudessem ficar, tão longe de casa, presos nas ervas, que morressem de fome ou perecessem de desidratação. Mas as ervas se afastaram silenciosamente e os deixaram deslizar para o oeste.

Houve outras miragens de terra, e os homens se tornaram cada vez mais tensos e temerosos; mas Colombo continuou, tortuosamente, a incentivá-los com suas reflexões sobre sinais de terra iminente: ervas, pássaros, nuvens e correntes. Ele apresentava suas alegações e especulações a intervalos convenientes para sossegar a tripulação, todos os dias, e para encorajá-los ao otimismo e a seguir adiante. Fora a crescente tensão e o medo, à medida que prosseguiam cada vez para mais longe de qualquer porto em que alguém jamais navegara, as condições não podiam ser mais favoráveis a Colombo. O vento enchia as velas dia após dia, noite

após noite, sem falhar.

Mas até o tempo bom começou a ser visto como um mau sinal, um augúrio. O "pessoal", como Colombo chamava seus marinheiros, ficou cada vez mais temeroso de que não houvesse ventos para empurrá-los de volta para casa — de que agora eles só poderiam navegar para o oeste com os ventos. Depois de muitas semanas no mar, a tripulação inquieta reclamou e ameaçou um motim se Colombo não virasse os navios e se dirigisse para casa antes de todos morrerem. "Eles se reuniram nos porões dos navios." Fernando lembrou o testemunho de seu pai, anos mais tarde, "dizendo que o almirante, em sua louca fantasia, se propunha a se tornar lorde sob o custo de suas vidas ou morrer na tentativa; que eles já tinham tentado a fortuna tanto quanto exigia o dever deles, e que tinham navegado mais longe de terra do que qualquer outro antes". Se Colombo se recusasse a mudar o curso para casa, "eles o jogariam pela amurada e relatariam na Espanha que ele caíra acidentalmente enquanto observava as estrelas; e ninguém questionaria suas histórias".

Contudo, por volta das duas da madrugada de 12 de outubro, a pequena flotilha corria fortemente à frente do vento, tendo acima uma Lua clara, quase cheia, quando um marinheiro, no alto da gávea do *Pinta*, avistou a espuma branca de ondas contra uma ilha distante, fazendo jus ao principesco prêmio de um ano inteiro de pagamento. Ou assim ele pensava. Colombo, mais tarde, alegou que fora ele quem avistara a terra na noite anterior, negando assim ao marinheiro o prêmio e a glória da primeira visão de terra e reivindicando tudo para si mesmo. Os três navios seguiam próximos uns dos outros, os marinheiros debatiam aos gritos por cima do mar aberto. Concordaram em baixar as velas e esperar até o amanhecer. Na primeira luz, eles contornaram a ilha, procurando uma brecha na barreira de recifes em torno dela, e depois atravessaram e lançaram âncora em uma praia de areia. Levando bandeiras para a praia, Colombo as plantou no solo, reivindicando a terra para Castela e chamando-a São Salvador, ignorando o fato de que a população local chamava sua ilha de Guanahani. (A ilha provavelmente faz parte das Bahamas, mas na verdade pode ter sido qualquer uma das inúmeras pequenas ilhas baixas, férteis e rodeadas de recifes do local.) Depois de declarar que a ilha pertencia a Castela, Colombo saudou o povo que ali morava.

Os nativos tainos, entusiásticos e amigáveis, "vieram todos para a praia,

gritando" — ocorrência que Colombo bizarramente interpretou como se eles estivessem "agradecendo a Deus" pela chegada dele (algo que certamente eles não fariam se pudessem antever o futuro). Mais tarde, no mesmo dia, Colombo escreveu em seu diário que os ilhéus "deviam ser bons servidores e com boas habilidades, porque os vi repetir muito depressa o que se dizia a eles. Acredito que será fácil torná-los cristãos, porque me pareceu que não pertencem a qualquer religião". Naquele momento, no entanto, era tudo cordialidade, e alguns ilhéus trouxeram comida e água para os marinheiros na praia, enquanto outros "mergulharam no mar" e nadaram até os navios. Achando que os ilhéus nus eram corteses e amigáveis, e "muito benfeitos, com corpos muito belos e rostos muito bonitos", Colombo ficou surpreso e satisfeito com a vida pacífica que levavam. Contudo, mostrou-se decepcionado com a aparente pobreza do povo, em sua ilha de pedra coberta de arbustos. Os "índios" (porque ele assentara pé nas Índias) moravam em choças primitivas, e não em palácios com abóbadas douradas, e comiam comida simples, local, e não a temperada cozinha exótica que os europeus imaginavam.

Depois de três dias, Colombo cansou-se da ilha e de seu povo. Escreveu no diário: "Tenho a intenção de ir e encontrar a ilha do Japão". Depois que os navios foram reabastecidos e os homens descansaram um pouco, partiram para lugares maiores. Colombo calculou que sua flotilha tinha navegado aproximadamente 2,4 mil milhas marítimas pelo oceano, quase a distância que ele propusera navegar para chegar a Cipango, a ilha do Japão. Evidentemente isso não era Cipango, mas uma dos milhares de ilhas sobre as quais Marco Polo escrevera, que infestavam as águas a leste daquela magnífica ilha. Mesmo assim, Colombo se concentrou em seu objetivo. "Eu estava atento", relatou ele, "e trabalhei duro para saber se havia qualquer ouro." Ele relatou devidamente que os "índios" usavam pequenas joias de ouro no nariz. Quando lhes perguntou onde poderia obter mais daquela substância, eles fizeram gestos com as mãos apontando para o sul, onde havia um "rei que tinha grandes vasos dela e que possuía muito". Sua cobiça e imaginação se acenderam, ele se preparou para partir naquela direção, levando alguns guias locais para mostrar o caminho. Os três navios serpentearam para o sul através do labirinto de ilhas, parando em várias delas a fim de procurar ouro, mas apenas se

decepcionaram. Colombo continuava otimista: "Não posso falhar, com a ajuda de Deus", escreveu ele numa passagem reveladora, "em encontrar de onde ele vem".

Além de ouro, Colombo tinha olhos para algumas outras coisas, notando árvores e flores exóticas "muito diferentes das nossas" e peixes "das cores mais brilhantes do mundo, azuis, amarelos e vermelhos, e de todas as cores, e pintados em milhares de formas". Em um momento de alegria, ele escreveu que "o canto dos passarinhos era tal que parece que um homem jamais desejaria sair daqui". Ele e seus homens reuniram uma vasta coleção de coisas novas para exibir a seus patrocinadores quando voltassem; coisas que pudessem justificar o gasto com a viagem e fornecessem novo apoio financeiro para viagens adicionais. Depois de diversas semanas pulando de ilha em ilha — dando-lhes nomes em homenagem a seus patronos e sua fé —, Colombo resolveu se dirigir ainda mais para oeste, onde certamente encontraria terra firme, inspirado por uma distorção otimista de algumas palavras nativas que ele acreditava significarem Cipango.

Em 28 de outubro, a flotilha alcançou a ilha de Cuba, que Colombo erroneamente acreditou ser o continente. Depois que alguns nativos ao longo da costa apontaram para o interior indicando o lugar de seu rei, ele enviou um grupo de reconhecimento para procurar grandes cidades na floresta. Os dois emissários eram um judeu converso "que sabia hebraico, aramaico e até um pouco de árabe" — línguas que presumia de grande valor em uma corte oriental — e um marinheiro que certa feita estivera presente em uma audiência com um rei africano enquanto comercializava escravos e que teria, portanto, mais experiência em questões de protocolo com um monarca pagão, como o Grande Khan. Infelizmente, depois de uma caminhada de quarenta quilômetros para o interior, os emissários só encontraram uma pequena aldeia, talvez com mil pessoas amigáveis e agradáveis, mas nenhum palácio imperial. Observaram, no entanto, homens secando e enrolando as folhas de uma planta e depois as enrolando em charutos, "para beber a fumaça deles".

Colombo engoliu sua decepção, levantou âncoras e continuou a costear o litoral de Cuba, seguindo outro boato a respeito da localização do ouro que os nativos usavam em pequenas quantidades. Seria a terra de Babeque, onde se dizia que as pessoas martelavam ouro em barras na praia, à luz de velas. Os navios, com

vigor renovado, partiram para o sul em busca dessa lenda. Durante dez dias contra o vento, um dos capitães de Colombo avançou com a *Pinta*, sem a permissão de Colombo, supostamente para chegar à terra do ouro em primeiro lugar e se enriquecer. Enquanto isso, no começo de dezembro, os outros dois navios de Colombo, *Niña* e *Santa Maria*, fizeram uma ligeira mudança no curso e avistaram o litoral de uma terra fértil de tal beleza que "mil línguas não seriam suficientes" para descrevê-la. Um porto perfeito tinha na retaguarda uma planície de florestas e campos cultivados. O explorador ousadamente pronunciou que aquela seria "La Isla Española", a ilha espanhola, agora conhecida como Hispaniola. A terra era mais densamente povoada do que as até então encontradas tão longe das Índias: também era a mais promissora, e as pessoas usavam joias de ouro.

Colombo enviou um grupo de batedores para atrair alguns poucos nativos de volta à praia "para tratá-los bem" e assim mostrar as boas intenções dos intrusos. A única pessoa que se aventurou a encontrar-se com os estranhos viajantes, no entanto, foi uma bela jovem a quem Colombo deu alguns presentes e algumas roupas, antes de permitir que ela voltasse. Depois desse encontro, ele e seus homens foram bem recebidos na ilha. Diversos chefes locais, homens que eram "de poucas palavras e boas maneiras", vieram visitá-los. Um desses dignitários em visita notou o interesse de Colombo por uma joia de ouro que ele estava usando e, em troca de alguns presentes intrigantes de roupas coloridas e bugigangas, deu-a de presente a ele e prometeu trazer mais. Colombo anotou em seu diário que as pessoas eram "adequadas ao mando e prontas para trabalhar, semear e fazer o que mais pudesse ser necessário". Para ele, as pessoas encontradas poderiam facilmente ser escravizadas e exploradas em troca da salvação de suas almas.

Logo um mensageiro convidou o ansioso Colombo para fazer uma viagem até o interior da ilha, a fim de conhecer um rei chamado Guacanagari, na cidade dele, e receber mais presentes de ouro. O ouro, como o mensageiro disse a Colombo, talvez sentindo sua avareza, vinha de um lugar no interior da ilha. O homem usou uma palavra para descrever esse lugar que Colombo traduziu como Cibao, e depois se iludiu em achar que a palavra era uma versão de Cipango — Japão, seu destino supremo. Mas a boa sorte não podia durar indefinidamente, e, por volta da meia-noite de 24 de dezembro, o *Santa Maria* encalhou num recife de corais e começou a afundar. O navio foi abandonado no dia de Natal. Colombo, de forma pragmática,

resolveu que essa aparente falta de sorte era um sinal de Deus orientando-o para estabelecer um assentamento com as madeiras do navio acidentado. Pôs seus homens a trabalhar, e eles logo construíram um posto avançado fortificado, chamando-o de La Navidad, o primeiro assentamento espanhol na América.

Durante esse tempo, o chefe local contou a Colombo histórias dos assustadores Canibas, que algumas vezes atacavam o assentamento deles e comiam suas vítimas. Outras pessoas que ele encontrara nos últimos meses também haviam mencionado esses ferozes atacantes. Colombo inventou uma explicação ilusória para tais histórias aterrorizantes: "Caniba nada mais é que o povo do Grande Khan", escreveu ele, "que deve estar muito perto […] eles vêm capturar os nativos e, já que os nativos não voltam, eles supõem que tenham sido comidos". Ofereceu-se para proteger os nativos dos Canibas e mandou que seus homens dessem alguns tiros para o ar, a fim de reforçar o argumento. Em honra a essa última oferta, Colombo recebeu um presente: uma grande máscara de ouro, maior e mais pesada que qualquer outra já vista. Com o assentamento encaminhado e a pesada máscara sugerindo que uma fonte substancial dessa maravilhosa substância não ficava muito distante, Colombo observou que o encalhe de seu navio capitânia "não fora um desastre, mas uma grande sorte; porque é certo que, se eu não tivesse encalhado, teria continuado a navegar sem ancorar neste lugar". Com essas descobertas, Colombo e seus homens estavam cada vez mais ansiosos por voltar à Espanha e contar a incrível história de suas aventuras.

Em 4 de janeiro de 1493, alguns dias depois de o *Santa Maria* ter afundado, após garantir relações amigáveis com os habitantes locais e com o forte terminado e guarnecido com 39 pessoas que optaram por ficar e seguir atrás dos boatos de ouro, Colombo partiu no único navio restante, o *Niña*, para a viagem de volta. Depois de dois dias no mar, ele avistou o *Pinta* no horizonte, e os dois navios se juntaram outra vez para a viagem de volta. O capitão, muito sem jeito, informou a Colombo que não tinha encontrado nenhuma grande fonte de ouro, e Colombo resolveu não dar importância à insubordinação de três semanas atrás, quando o *Pinta* havia escapado. Os dois navios percorreram a costa de Hispaniola durante algum tempo, trocando provisões com os nativos e coletando água para a viagem de volta para casa. Colombo convenceu muitos outros nativos a se juntarem a eles a bordo do navio para conhecer a Espanha. Em 18 de janeiro eles partiram.

Colombo dirigiu-se para o nordeste até a latitude das Bermudas, apanhou os ventos do oeste e partiu de volta pelo oceano Atlântico. Fortes ventos logo empurraram os dois navios para o leste, mas quando se aproximavam dos Açores, em 12 de fevereiro, o céu ficou escuro, e ventanias começaram a soprar do sudoeste. Perigosas ondas cruzadas cheias de espuma inundaram o convés e ameaçaram virar os minúsculos navios. A temperatura ficou fria, e o tempo, tempestuoso; poucos dias mais tarde, os navios se perderam de vista, cada um supondo que o outro havia afundado. Temendo a própria morte, Colombo, no auge da tempestade, rabiscou um breve relato de sua notável viagem em um pergaminho, envolveu-o em papel encerado, selou-o numa barrica e jogou-a ao mar. A barrica nunca foi recuperada.

Em 15 de fevereiro, o *Niña*, surrado pela tempestade, avistou uma das ilhas dos Açores, mas foi afastado para trás por ventos contrários durante três dias. Finalmente, conseguiu entrar num porto seguro e jogou âncora na ilha austral de Santa Maria. Os Açores eram ilhas portuguesas, e Colombo jamais tivera a intenção de parar em território estrangeiro ou potencialmente hostil, mas seus homens precisavam desesperadamente de descanso, provisões frescas, água e lenha. Só podemos imaginar o que os nativos, a bordo de um navio pela primeira vez, pensaram dessa provação.

No dia seguinte, Colombo permitiu que metade da tripulação fosse a terra para rezar numa igreja, como todos haviam jurado fazer durante a tormenta. Sem aviso, os homens foram capturados pela guarnição local, que acreditava que eles voltavam de uma viagem ilegal à África. Então, homens armados em um barco tentaram atrair Colombo para fora de seu navio e fazê-lo prisioneiro. Ele ameaçou destruir a cidade com seus canhões e fazer cem portugueses prisioneiros se seus homens não fossem soltos. À noite, o vento soprou forte e quebrou os cabos da âncora, e Colombo foi obrigado a ir para outra ilha, voltando alguns dias mais tarde para tentar libertar sua tripulação. Dessa vez ele foi bem-sucedido, supostamente porque os ilhéus tinham interrogado os marinheiros capturados, e ficou determinado que eles vinham do oeste, e não da África. Portanto, não havia bases legais para mantê-los presos.

Ao sair dos Açores para a viagem de novecentas milhas náuticas até o continente, o navio de Colombo foi outra vez acossado por uma tempestade

monstruosa, mais forte que a anterior. Surrado, jogado como um brinquedo em uma banheira, *Niña* foi atirado de um lado para outro no mar tempestuoso durante dias, até que em 4 de março os tripulantes avistaram os rochedos de Portugal iluminados pela Lua, e lá quase foram atirados contra as rochas e destruídos. Trabalhando duramente, conseguiram se livrar da costa de sota-vento de volta para o mar e se salvar. Pela manhã, *Niña* passava pela foz do rio Tejo. Com o navio danificado e precisando de reparos, as velas em tiras e os marinheiros exaustos, precisando de um repouso, Colombo resolveu ancorar a jusante de Lisboa. Ele sabia muito bem a má impressão que seria fazer sua primeira parada no continente em seu antigo reduto, em Portugal, e não na terra de seus patrocinadores reais, a Espanha. Alguns historiadores especularam que ele tinha outros motivos para a visita, talvez como espião. Mas é provável que, com o navio danificado e a tripulação exausta, tenha tido pouca escolha se quisesse sobreviver à parte final da viagem.

Mas motivos bem convincentes seriam a arrogância de Colombo e o desejo de desfrutar as glórias de suas realizações na terra em que fora desdenhado anos antes. Alguns historiadores sugeriram que o navio de Colombo talvez não estivesse tão danificado quanto ele inicialmente alegou em sua carta a Fernando e Isabel, e que de fato aquele era apenas um bom pretexto para visitar Portugal e anunciar seu sucesso a todos os que tinham duvidado dele anos atrás. Entretanto, embora Colombo possa ter saboreado essa oportunidade de gabar sua vitória para os céticos, inventando desculpas de danos, essa era uma tentativa perigosa de vingança, além de desnecessária. Colombo certamente sabia da fama de João II como soberano implacável.

Um navio espanhol danificado, fugindo de uma tempestade para um porto português depois de uma longa viagem, não era uma visão comum, e a conclusão óbvia era que o navio voltava de uma viagem ilegal à África ou às ilhas portuguesas no Atlântico, e que tinha sido soprado pela tormenta para fora de seu curso. O sigilo nunca fora uma opção para Colombo, especialmente porque *Niña* já estava ancorado ao lado de uma enorme caravela portuguesa repleta de canhões e homens armados. Desse modo, Colombo imediatamente mandou para o rei português a notícia de sua chegada das "Índias" e espalhou a notícia também pelo porto todo, exibindo os "índios" capturados e os artigos exóticos das terras visitadas por ele

como prova de sua história fantástica. Homens remaram até o *Niña* para ouvir as notícias. De acordo com o filho de Colombo, Fernando, em suas recordações da cena tal como descrita pelo pai,

> tanta gente se aglomerou a bordo para ver os índios e escutar a história da descoberta que não havia lugar para todos; e não dava para ver a água em torno, tão cheia ela estava de barcos e botes portugueses. Alguns dos portugueses louvavam a Deus por uma vitória tão grande; outros sentiam raiva, porque o empreendimento escorregara entre seus dedos por causa do ceticismo e da indiferença do rei. Aquele dia, então, passou frequentado por muitas pessoas.

Enquanto o navio era reparado, Colombo foi chamado pelo rei. Ele partiu para o interior, viajando ao longo de trilhas lamacentas e esburacadas com um comboio de mulas carregando seus preciosos suvenires e diversos dos "índios" capturados. A corte de João II havia pouco se mudara para o interior, exigindo uma viagem de dois dias a partir de Lisboa, para fugir de uma praga na cidade. Colombo deve ter ficado nervoso, porque não tinha ideia de como reagiria o rei que recusara a empreitada em que o explorador agora tinha sucesso. Mesmo assim, Colombo ainda era um homem gabola e arrogante, e, como os eventos seguintes iriam mostrar, seu relato da apreensão quanto ao encontro e seu argumento de que não queria ir provavelmente tinham a intenção de salvar as aparências para os patronos espanhóis. Parece igualmente provável que, como o destino o enviara a Lisboa, Colombo tenha se animado com a oportunidade de esfregar o sucesso da aventura que era o foco de sua vida e ambição por quase uma década na cara de João II.

Ele foi conduzido ao salão de audiências até a presença do rei e seus conselheiros importantes. Aqui o relato de Colombo difere do de outros cronistas. De acordo com ele, foi recebido com grande honra e respeito "pelos principais personagens da casa real". Ele e o rei conversaram livremente, estando João muito agitado com o sucesso de Colombo, lamentando-se por ter sido tão insensato a ponto de duvidar do indômito explorador. De fato, no início, o rei ficou magoado e irado com sua própria insensatez em duvidar do marinheiro. Embora João tivesse dado indícios de que tinha grande prazer com o sucesso da viagem, lamentava informar a Colombo que as novas descobertas pertenciam a ele, e não aos monarcas da Espanha, em decorrência dos tratados iniciais entre eles e determinadas doações papais em anos anteriores. Colombo respondeu que não sabia de nada sobre isso, que aquilo não era problema dele. Depois reafirmou que

não transgredira as leis quanto ao território português na África ou nas ilhas Atlânticas.

O registro do cronista da corte portuguesa, Rui de Pina, faz uma descrição mais animada e reveladora da reunião. De Pina menciona que Colombo trouxera com ele muitos espécimes de sua viagem, além de diversos nativos. O rei João II ficou ao mesmo tempo "consternado e mortificado" com a visita de Colombo, "não apenas porque acreditava que a descoberta caía dentro de sua esfera de influência, mas também porque a atitude do almirante era um tanto arrogante, e seu relato sobre o que descobrira grandemente exagerado".

João apresentou uma xícara de feijões e os derramou sobre a mesa. Mandaram um dos nativos montar um mapa aproximado das ilhas — o que ele imediatamente fez, agrupando-os para indicar Hispaniola, Cuba, as Bahamas e as Pequenas Antilhas (Caribe). João os varreu da mesa em um ato de paixão. Mandou que entrasse outro nativo para executar a mesma tarefa, o que ele também fez com exatidão. O rei "já não conseguia esconder o grande desgosto, que até então disfarçara, pela perda de coisas tão estimáveis, que por sua própria culpa ele tinha deixado escapar de suas mãos". Ele então "ficou quieto e triste quando viu que os nativos da terra que o acompanhavam não eram negros, com o cabelo crespo, e que não tinham a mesma estatura dos povos da Guiné; mas em aspecto, cor e cabelo pareciam de acordo com o que lhe tinha sido dito, pessoas da Índia, em cuja descoberta ele se esforçara muito".

Escrevendo depois do fato, João de Barros, um historiador da corte que não estava presente na reunião, mas que mesmo assim é considerado um dos mais confiáveis cronistas na época, notou que a motivação de Colombo era "não tanto agradar ao rei, mas tripudiar, […] acusando e censurando o rei por não ter aceito sua proposta". Mesmo antes de Colombo voltar para a Espanha, sua viagem ameaçava provocar uma briga internacional entre as duas principais nações marítimas da época.

Colombo era um carismático líder dos homens do mar, um brilhante navegador e marinheiro natural, mas não um homem humilde, convencido que estava de sua proteção divina e objetivo na vida. Ele não foi muito esperto no desempenho de seu papel na corte real portuguesa. A exibição ostentosa e desnecessária de seus artigos "índios" e de pessoas raptadas; a censura que fez ao

rei por tê-lo rejeitado anos antes; o presunçoso regozijo em um empreendimento considerado impossível por pessoas que estavam presentes na sala de audiências — pessoas de linhagem real numa época em que a aristocracia e os plebeus eram nitidamente diferenciados; tudo isso pode ter temporariamente satisfeito seu ego inflado, mas pouco fez para promover a aceitação das implicações jurídicas de suas descobertas por parte dos orgulhosos e altivos nobres que governavam Portugal. O comportamento de Colombo foi uma afronta pessoal à dignidade de João II. Sua representação foi tão arrogante que diversos cortesãos sugeriram ao rei assassiná-lo e pôr um fim à história toda — se ele nunca voltasse à Espanha, a questão poderia se resolver sozinha. Mas, independentemente de quão implacável tenha sido seu comportamento no passado, João II percebeu que era tarde demais para eliminar Colombo, "já que tal feito poderia, em si mesmo, causar algum escândalo". Em 13 de março de 1493, o *Niña* içou as velas e navegou para fora do porto de Lisboa em direção ao porto castelhano de Palos, de onde partira quase sete meses antes.

Chegando a Palos poucas horas depois de Colombo, estava o "navio perdido", *Pinta*, que também fora atingido por tempestades depois que os dois navios se perderam de vista. De algum modo, a caravela também sobrevivera. Multidões se aglomeraram nos navios, ansiosas por ouvir as histórias assombrosas das novas terras e examinar as pessoas e as coisas exóticas que tinham trazido para casa e exibiam orgulhosamente. Colombo enviou uma carta oficial a Isabel e Fernando e ficou esperando a resposta. O casal real naturalmente ficou desconfiado por Colombo ter chegado primeiro a Portugal, e só depois à Espanha, apesar do protesto de Colombo e do argumento talvez exagerado acerca dos danos aos seus navios sob a tempestade. Mesmo assim, no dia 7 de abril, chegou uma resposta dos monarcas endereçada a don Cristóbal Colón, "almirante do Mar Oceano, vice-rei e governador das ilhas que descobriu nas Índias" — exatamente os títulos que ele exigira em sua petição original.

Nos meses seguintes, Colombo, de cabelos brancos, bronzeado e com pose grandiosa, era tratado como herói nas cidades pelas quais passava em Castela. Entrou com atrevimento no salão de audiências no palácio real de Barcelona, ajoelhou diante dos soberanos e, na frente dos cortesãos reunidos, foi recebido com graça. Isabel e Fernando, em vez de permanecerem sentados, como era o costume, levantaram-se para saudá-lo e mandaram que fosse trazida uma cadeira à mesa para

que ele pudesse sentar-se com eles — um favor incomum, "um sinal de grande amor e honra entre os espanhóis". Colombo parecia um senador romano ao apresentar seu relatório, regalando a plateia com relatos cheios de suspense sobre sua travessia do oceano, a primeira visão da terra e seus feitos ousados enquanto explorava as ilhas das Índias.

Depois ele começou sua exibição teatral. Mandou que fossem trazidos o ouro e outros artigos exóticos que transportara para casa: artigos pouco comuns e nunca antes vistos, como pimentas vermelhas, batatas-doces e abacaxis, que logo se tornaram um dos frutos preferidos de Fernando. Exibiu também macacos aos gritos, papagaios aos urros e, especialmente, as seis pessoas sobreviventes que ele capturara, que agora estavam enfeitadas, com rostos pintados de cores vivas e adornadas com joias de ouro. Eles claramente não eram nem europeus nem mouros. Fernando estava tão satisfeito com o sucesso da aventura que fez um convite para Colombo juntar-se a ele numa expedição de caça — oferta em geral feita apenas para pessoas das relações próximas da família real ou nobres muito poderosos. Colombo agora era uma celebridade. Logo ele ficaria muito rico, já que foi cumulado de honras, presentes e nomeações.

Isabel e Fernando não perderam tempo em espalhar a notícia da viagem épica de Colombo, e em poucos meses os círculos instruídos e curiosos de Espanha e Portugal falavam das grandes descobertas. Passaram-se vários anos antes que as notícias da viagem se tornassem de conhecimento geral no norte da Europa. Fernando e Isabel estavam satisfeitos porque se abrira um novo campo de atividades para os aventureiros espanhóis, que estavam à toa desde a queda de Granada, no ano anterior. Em alguns meses, os preparativos para uma segunda viagem já estavam em andamento, com planos de estabelecer um assentamento permanente em Hispaniola com a finalidade de explorar melhor o trabalho de mineração de ouro dos nativos. Em pouco tempo, uma grande flotilha de dezessete navios e mais de 1,2 mil marinheiros, soldados, colonizadores e oficiais davam início à segunda travessia do Atlântico. Tinha começado o ataque às Américas.

Alguns historiadores questionam se Colombo foi realmente o primeiro europeu a cruzar o oceano Atlântico. Decerto os navegadores noruegueses tinham passado pelas águas do norte para Islândia, Groenlândia e Vinland (Terra Nova) e se

estabelecido brevemente ali, no início do século XI. Pescadores de Bristol podem ter avistado os Grandes Bancos de Newfoundland e talvez tenham desembarcado ali. Já desde os anos 1460, uma década antes da morte do príncipe dom Henrique, havia relatos esparsos de viagens mais para oeste dos Açores, como donativos expedidos entre 1462 e 1475 para descobridores de seis ilhas sem nome. Alguns mapas com data anterior às registradas nas viagens portuguesas parecem mostrar ilhas mais a oeste que os Açores, no Atlântico, levando alguns à especulação de que os portugueses tinham mesmo chegado a ilhas a leste do Caribe, como Porto Rico. Mas essas viagens não deixaram registro.

Há também alguma evidência de que os portugueses possuíam mapas que demonstravam, ou pretendiam demonstrar, conhecimento maior da geografia mundial do que se supunha. Existem descrições da África mostrando que ela não era uma massa de terra sólida que se estendia até o polo Sul, como as cartas com bases nos escritos de Ptolomeu representavam, mas rodeada de água. Embora ainda não haja explicação para o surgimento dessa informação geográfica em mapas com data anterior às primeiras viagens históricas conhecidas, os cartógrafos da época frequentemente desenhavam massas de terras especulativas ou fantasiosas, ou ilhas, para preencher os espaços em branco. O fato de alguma coisa que vagamente parecesse uma ilha conhecida estar num mapa antigo não necessariamente implica que a informação se baseasse em nada além de especulação ou imaginação. É claro, cosmógrafos, geógrafos, cartógrafos e marinheiros sabiam que alguma coisa havia nas águas a oeste da Europa; o mundo simplesmente não terminava ali. Mas os argumentos contra as explorações pré-colombianas das Américas ao sul de Terra Nova, ou a circum-navegação da África, são mais fortes do que aqueles acumulados a favor, baseados em conjecturas, suposições e teorias, e não em fatos concretos ou provas. De fato, João II teria motivos diplomáticos irrefutáveis para anunciar claramente qualquer descoberta anterior no Atlântico, para reivindicar tanto o direito de primeira descoberta quanto o apoio do papa — o único modo de reivindicar um monopólio sobre os territórios.

EMBORA COLOMBO estivesse convencido de que tinha navegado para as Índias, já na volta de sua primeira viagem havia aqueles que especulavam sobre se ele descobrira

algo inteiramente diferente, alguma coisa que Ptolomeu jamais mencionara ou nem sequer imaginara. O cronista Pietro Martire d'Anghiera, um italiano que morava na Espanha, ao ouvir a notável história da viagem e ao ver exemplos do material e das pessoas trazidos supostamente da Ásia, observou com astúcia que era muito pouco provável que tivessem origem asiática. Numa carta a um amigo, ele se referiu a Colombo como "descobridor de um Novo Mundo".

Os genoveses eram os grandes comerciantes de escravos do Mediterrâneo, capturando e vendendo pessoas muito diversas, como etíopes, crimerianos, negros africanos, gregos e europeus orientais, além de pessoas das ilhas Canárias. Desse modo, não é de surpreender que, inicialmente, o principal interesse de Colombo nos novos povos que encontrou fosse o potencial deles como escravos: "Eles não têm armas, andam nus", escreveu ele, "e não têm habilidade com armas, são mil fugindo de três, e portanto são bons para serem mandados, para serem obrigados a trabalhar, plantar e fazer o que se queira, construir cidades, e podem ser ensinados a andar vestidos e a aceitar nossos costumes […] Todos podem ser levados a Castela ou mantidos cativos na ilha". Como consequência, o genovês Colombo também introduziu a escravatura das ilhas atlânticas mais para oeste, a partir do Caribe. O tempo de viagem da Espanha até Hispaniola era longo; o trajeto, perigoso e desconfortável; a vida era dura nas novas ilhas do Caribe; muitos recém-chegados morreram miseravelmente de fome, privação e conflitos com os nativos. Durante décadas, foi tão difícil convencer qualquer colonizador ou aventureiro a atravessar o oceano que, em 1497, propôs-se a deportação de criminosos para as ilhas distantes, plano que, de forma memorável e com maior sucesso, também foi posto em prática pelos britânicos na Austrália, séculos depois.

Embora Colombo tivesse tido a oportunidade de se aposentar com propriedades na Espanha e de deixar para outros o trabalho sujo e complicado de novas descobertas, comércio e colonização, ele rejeitou a oferta. No fim da primeira viagem, ele estava no auge de sua fama e prestígio com os monarcas espanhóis. Teria se dado muito melhor caso tivesse se aposentado como explorador e descansado sobre os louros, mas isso talvez à custa de seu legado histórico: múltiplas viagens e uma tragédia pessoal provocam intrigas duradouras. A carreira posterior de Colombo nunca alcançou o mesmo sucesso. Ele fez mais três viagens de descoberta à região do Caribe, mas suas habilidades como administrador de

homens em terra jamais se compararam às suas habilidades como almirante no mar. Além disso, ele foi castigado por suas próprias reivindicações grandiosas nos termos de seu acordo com os Reis Católicos, Fernando e Isabel. Ao pedir demais e prosseguir em atividade, lutando continuamente para manter seu monopólio como único explorador com permissão de assentar pé no Novo Mundo, ele brigou por algo impossível, considerando o escopo do que revelara durante suas viagens, e minando assim sua própria autoridade, já que outros passaram a buscar suas próprias fortunas do outro lado do mar ocidental.

Colombo morreu amargurado e decepcionado, logo depois de voltar da quarta viagem, em 1506. A essa altura, ele era um homem rico, mas fizera muitos inimigos poderosos na corte espanhola e entre as principais famílias de navegadores. Quando se leem as histórias da vida de Colombo, não se pode evitar a impressão de que ele era vaidoso, arrogante, fanático e faminto de poder, o que mais tarde evoluiu para o fanatismo religioso. Falhou em reconhecer o significado de suas descobertas, acreditando — apesar de todas as provas em contrário — haver chegado às praias da Ásia. Ele e seus irmãos eram maus administradores, atiçando a raiva entre os colonizadores a ponto de eles serem mandados de volta para a Espanha sob ferros. Um explorador popular chamado Américo Vespúcio, que chegou anos mais tarde, teve as novas terras batizadas em sua homenagem, e até lhe foi dado o crédito, durante séculos, de primeiro navegante a chegar à América; como se alegava, Colombo só havia chegado a algumas ilhas.

Outros navegaram distâncias maiores, suportaram sofrimentos e dificuldades mais aterradoras, triunfaram sobre perigos maiores e mapearam mais territórios novos. Mas Colombo fez duas grandes descobertas que garantiram sua posição no topo da hierarquia dos exploradores durante a Era das Navegações: além de inegavelmente descobrir terras antes desconhecidas dos europeus, ele desvendou o segredo do sistema dos ventos do Atlântico. Descobriu o padrão circular dos ventos, que durante séculos se tornou a principal e preferida rota para chegar à América saindo da Europa, e que traria de volta à Europa os navios vindos da América — os alísios de nordeste para sul, para seguir a oeste, e os de oeste, mais ao norte, para voltar a leste. Qualquer um poderia atravessar o Atlântico para as "Índias" e voltar à Europa de forma confiável e previsível. Colombo talvez não

tenha sido o primeiro a chegar à América, mas foi ele quem provocou a conhecida série de radicais mudanças globais de longo prazo, mudanças que Felipe Fernández-Armesto acentua em *1492: the year the world began*. Com a viagem de Colombo, escreve Fernández-Armesto, "a velhíssima história da divergência praticamente chegou ao fim, e começou uma nova era, convergente, da história do planeta. […] Ele fez uma história genuinamente global […] possível, na qual os eventos em toda parte repercutiam ao mesmo tempo em um mundo interconectado".

Na sequência imediata da primeira viagem de Colombo, no entanto, a principal preocupação na península Ibérica era a possível retomada das violentas e mesquinhas querelas que haviam dominado a região nas décadas anteriores. A reação furiosa e apressada do rei João II diante das notícias de Colombo foi reivindicar as terras para ele e para Portugal. Antes de Colombo ter apresentado seu relatório a Fernando e Isabel, o rei português publicamente anunciara que as novas terras descobertas por Colombo pertenciam a Portugal. Encomendou uma poderosa armada, comandada por Francisco de Almeida, filho do conde de Abrantes, para seguir Colombo pelo Atlântico na viagem seguinte, a fim de ocupar essas novas terras para a coroa portuguesa. João II enviou seu emissário, Rui de Sande, a Castela para anunciar a Isabel e Fernando que, com base em suas discussões com Colombo em Lisboa e sua leitura dos tratados anteriores e doações do papa, as novas terras pertenciam a Portugal. Isabel e Fernando, do mesmo modo, despacharam um diplomata, Lope de Herrera, a João II para iniciar um debate entre as duas nações e anunciar que os monarcas espanhóis defenderiam suas novas descobertas com força e atacariam no mar qualquer navio que encontrassem nas novas terras e que não tivesse permissão para navegar ali. Enquanto Francisco de Almeida aprontava a armada portuguesa, Isabel e Fernando manobraram suas flotilhas mais próximas a Portugal, preparando-se para o conflito.

Quem controlaria essas novas terras e teria domínio sobre o mundo em expansão? As descobertas de Colombo tinham um tremendo significado estratégico, mas ninguém sabia ainda o quanto eram importantes. Deixaram a Colombo a tarefa de proclamar que "não apenas a Espanha, mas toda a cristandade seria recompensada com encorajamento e lucro" — embora, na impetuosa agitação que se seguiu às notícias, e em particular por causa do ouro que ele exibiu, a questão

ficasse bastante clara. A velha guerra civil e as brigas de família na península Ibérica estavam fazia apenas uma década no passado, e os exércitos e fidalgos espanhóis estavam inquietos depois da queda de Granada. Se as coisas chegassem a esse ponto, uma guerra seria algo brutal e duradouro. Os monarcas portugueses e espanhóis não gostavam uns dos outros, talvez até se odiassem, e não precisava muito para incitá-los outra vez à guerra. Talvez o conflito abrisse uma brecha para os mouros invadirem outra vez a península Ibérica. A guerra retardaria os empreendimentos e a exploração da África e impediria outras viagens espanholas pelo Atlântico, antes mesmo de a Espanha ter explorado a região e seus diversos povos.

Semanas depois da volta de Colombo de sua épica viagem, Fernando e Isabel despacharam um mensageiro a Roma, com notícias sobre os extraordinários eventos e uma solicitação específica para a única pessoa cuja autoridade moral e espiritual estava além de qualquer questão: o papa.

6. O homem que dividiu o mundo

O retrato mostra um homem ajoelhado, de queixo proeminente, calvo, nariz adunco, com olhos apertados, usando roupas incrustadas de pedras preciosas, as mãos piedosamente cruzadas à frente do corpo. Embora uma avaliação equilibrada de seu caráter revele tanto traços admiráveis quanto execráveis, o papa Alexandre vi não era um indivíduo piedoso, no sentido usual da palavra. O mais reconhecidamente astucioso e corrupto dos papas do Renascimento, ele é lembrado, alternadamente, por seu papel em histórias de assassinato, incesto, depravação, simonia,[2] extorsão, traição e, acima de tudo, nepotismo.

Nascido em 1431, perto de Valência, no reino de Aragão, do ramo espanhol do rico clã Bórgia, Rodrigo Bórgia era sabidamente um nobre vagabundo da região rural espanhola antes de seu tio materno, Alonso Bórgia, se tornar o papa Calisto iii, em 1455, e fazer de seu jovem sobrinho um cardeal no ano seguinte. Rodrigo manteve esta e diversas outras posições na Igreja, todas ao mesmo tempo. Estudou direito na Universidade de Bolonha, formando-se em um ano, e não nos cinco anos habituais do curso, sendo acusado de suborno para obter essa distinção. Bórgia era competente nos negócios e na política, e nem toda a sua fortuna derivava da manipulação corrupta de seus postos. Ele se envolveu em astuciosos negócios com muçulmanos e judeus, apesar de a Igreja não ver com bons olhos essas transações; mais tarde, como papa, se recusou a perseguir judeus expulsos da Espanha e de Portugal. Como vimos, no início de sua carreira, ele serviu de instrumento para firmar o apoio político e eclesiástico a Castela, permitindo a Isabel e Fernando se casar no fim dos anos 1460. No entanto, mesmo assim, sua moralidade duvidosa e seus métodos flexíveis eram evidentes: usou um documento forjado para sancionar a união dos dois, apesar da relação de consanguinidade; só mais tarde o casamento foi endossado oficialmente. A um só tempo, o papa Pio ii desaprovava a conduta de Bórgia e, com relutância, admitia que ele era excelente em seu trabalho como vice-chanceler e "um homem extraordinariamente hábil", que se distinguia pelo tato, pela diplomacia e pelo carisma. Sua ambição política era da mais alta ordem,

embora o mesmo não ocorresse com sua conduta moral.

Durante muitos anos, enquanto Fernando e Isabel consolidavam seu poder em Castela e davam início ao ataque sobre Granada, Rodrigo serviu com vice-chanceler da Santa Sé, angariando uma das maiores fortunas de Roma. Ele morava num imponente palácio na rua dos Antigos Bancos, com quase duzentos empregados e escravos para cuidar do mobiliário opulento e de dúzias de quartos. O *Palazzo* Bórgia, como era chamada a mansão de três andares, era um dos palácios mais grandiosos da Itália; os amplos corredores eram pintados com cenas fantasiosas e dramáticas da Antiguidade, os salões de pé-direito alto eram adornados com esculturas e outras obras de arte, preciosas tapeçarias e tapetes competiam com móveis belamente esculpidos; seda, brocado e veludo estavam à mostra por toda parte. Rodrigo tinha uma trupe pessoal dos mais competentes músicos, e sua guarda armada ficava em posição de sentido, exibindo espadas belamente forjadas e armaduras polidas. Os banquetes e bailes que oferecia eram lendários; os convidados jantavam em pratos de ouro, devorando iguarias enquanto apreciavam dançarinas exóticas e peças de teatro, muitas vezes lascivas. O papa Pio II escreveu em suas memórias que o palácio do cardeal Rodrigo Bórgia "eclipsava em custo e criatividade" os palácios de todos os demais cardeais e "parecia reluzir de ouro, do mesmo modo que, segundo dizem, reluzia o palácio do imperador Nero". Ele mantinha a maravilhosa casa de uma amante a uma respeitável, embora não muito grande, distância. Um observador contemporâneo, Jacopo Gherardi da Volterra, descreveu a residência opulenta de Bórgia: "A baixela, as pérolas, as roupas bordadas com seda e ouro e os livros sobre todas as áreas do conhecimento são muito numerosos, e todos magníficos. Não preciso mencionar os inúmeros dosséis, os ornamentos dos cavalos […] os bordados com ouro, a riqueza das camas, as tapeçarias de prata e seda, nem suas roupas magníficas, nem a imensa quantidade de ouro que ele possui". Em 1490, dizia-se que Bórgia tinha mais ouro que todos os demais cardeais somados; e que ele tinha planos para o ouro que estava angariando.

Encantador e bonito, Rodrigo Bórgia era um notório conquistador e um homem de "infinita virilidade". Um de seus primeiros tutores, Gaspare de Verone, observou que ele "atrai o sexo frágil de um estranho modo, muito mais potente que o ferro é atraído por um ímã […] No entanto, habilmente esconde suas conquistas". Bórgia continuou a exercer suas maneiras dissolutas mesmo depois de

fazer os votos de celibato, tendo uma vez recebido a repreensão do papa Pio II: "Meu caro filho", começava a carta, antes de sublinhar diversos rumores escandalosos que estavam circulando.

> A vergonha proíbe mencionar tudo o que aconteceu não apenas por causa das coisas em si, mas dos próprios nomes tão indignos de sua posição. Você e alguns servidores foram líderes e inspiradores dessa orgia. Diz-se que em Siena só se fala de sua vaidade, que é tema de uma ridicularização universal! […] Deixamos a você dizer se condiz com seu alto posto pavonear-se com mulheres, beber um gole de vinho e mandar levar a taça à mulher que mais lhe agrada; passar um dia inteiro como espectador encantado de todo tipo de jogos lascivos […]. Suas transgressões se refletem sobre nós e sobre Calisto, seu tio de feliz memória, que é acusado de uma grave falta de julgamento por tê-lo sobrecarregado de honras imerecidas. Deixe sua eminência então decidir pôr um fim a essas frivolidades.
>
> Rodrigo devidamente se desculpou e abrandou o espetáculo mais público de seus costumes dissolutos, escondendo "essas frivolidades" atrás das paredes de seu *palazzo* em Roma.

Rodrigo gerou pelo menos quatro — provavelmente seis ou mais — filhos ilegítimos e usava os recursos da Igreja para provê-los e dar-lhes uma vida rica, bem como a outros de seus seguidores espanhóis. Seus dois filhos mais famosos foram César e Lucrécia, nascidos de sua amante romana Vannozza dei Cattenei, que ele abandonou ao ascender ao papado, em favor de outra amante, quarenta anos mais jovem que ele. Continuou a amar todos os filhos e, escandalosamente, os reconheceu publicamente, ao mesmo tempo que esbanjava dinheiro e riquezas com eles. César era tão violento e inescrupuloso que foi elogiado por Maquiavel em *O príncipe*, ao passo que Lucrécia, com quem se diz que Alexandre teve uma ligação incestuosa, ficava encarregada dos negócios da Santa Sé enquanto ele estava fora.

Durante seu papado, o Vaticano, sem nenhuma surpresa, tornou-se famoso pelas opulentas orgias e bacanais variadas. Outro observador contemporâneo, Johann Burchard, o mestre de cerimônias de diversos papas, escreveu em seu diário, em 30 de outubro de 1501, que um grande banquete fora dado, no qual cinquenta prostitutas divertiram Alexandre, César, Lucrécia e seu séquito. "As mulheres, depois do banquete, dançaram nuas. Em uma dança, elas tinham de correr nuas entre velas acesas e apanhar nozes no chão." Alexandre e Lucrécia, depois de assistir à dança das participantes nuas, "distribuíram prêmios de roupas de seda aos servidores do Vaticano que tivessem mantido o maior número de relações carnais com as cortesãs".

Como cardeal e papa, Rodrigo Bórgia montava pródigas diversões na grande praça diante da mansão, inclusive touradas, apresentações musicais e teatrais, exibição de fogos de artifício. Ele era um grande patrocinador das artes, encomendando obras a Rafael e Michelangelo, entre outros. Mas não era um homem preguiçoso; e, mesmo quando generosas travessas de comida eram liberalmente distribuídas entre os convidados, ele geralmente comia pouco. Gostava de atividades atléticas e preferia caminhar pelas ruas de Roma a ser carregado numa liteira. Tinha boa forma física e foi musculoso até a velhice. Para ele, a libertinagem excessiva que organizava e promovia era mais uma forma de diversão. Parecia ter prazer em observar a glutonaria e os excessos sexuais dos outros, mais do que participar pessoalmente das atividades. Talvez sentisse que lhe dava poder participar da degradação moral dos outros; ou talvez aquilo lhe desse uma sensação de superioridade ou satisfação, pelo fato de que, embora estivesse envolvido em atividades consideradas imorais pela Igreja, não havia descido tão baixo quanto muitos de seus convidados. Ele era mais um *voyeur* que um ator principal. Muitos de seus gastos eram projetados para angariar respeito e apoio entre os ricos e influentes de Roma, para fazer com que as pessoas o conhecessem, para se elevar e manter seu perfil, estabelecer-se como um dos principais homens da cidade.

Conta-se também que Rodrigo Bórgia mandou prender, executar e envenenar vários de seus colegas, ou subornou, ameaçou ou pilhou as propriedades de outros. Seu filho César travou uma série interminável de pequenas guerras para favorecer os interesses da família. Rodrigo leiloou postos na Igreja, aceitou suborno para arranjar divórcios de pessoas de altas posições e vendeu sua bênção para casamentos incestuosos. Corrupção, decadência e extravagância, e não apenas de seu papado, mas da liderança de toda uma época, ajudaram a desmoralizar a autoridade moral da Igreja e redundaram no surgimento de Martinho Lutero e do protestantismo, uma geração mais tarde. Entretanto, na época em que Fernando e Isabel desencadeavam o terror da Inquisição e expulsavam os judeus e os mouros de Castela e Aragão, Rodrigo Bórgia, o papa Alexandre VI, recebeu bem milhares desses refugiados nos Estados papais e permitiu que eles vivessem relativamente sossegados.

Se confiarmos nos relatos, Bórgia era um homem obscuro e maligno, quase uma caricatura do mal, a personificação de quase tudo o que há de vil, sórdido, mau

e corrupto na alma humana. Muitos de seus supostos crimes foram desmitificados por historiadores modernos ou atribuídos ao seu malvado filho César. As acusações de incesto, de envenenamento de colegas e mesmo as alegações de orgias abertas provavelmente foram inventadas, ou pelo menos exageradas, por seus diversos e poderosos inimigos depois de sua morte. Sem dúvida, ele era um homem de sua época — ambicioso, mundano, afeito aos prazeres e grande distribuidor de títulos e terras para seus parentes e partidários —, mas a caricatura demoníaca do mal é sobretudo um mito construído, hoje posto em suas devidas proporções pelo exame dos estudiosos modernos. Seus costumes exuberantemente dissolutos e imorais dificilmente eram diferentes dos de muitos outros príncipes da Igreja durante o Renascimento italiano. Mas o estilo de Bórgia foi um pouco além: ele não apenas teve numerosos filhos, como também os reconheceu publicamente e usou seu poder e influência para obter favores fantásticos e nomeações para eles; não era apenas fabulosamente rico, mas também ficou conhecido como o mais fabulosamente rico, aquele que dava os mais memoráveis banquetes, os bailes de máscaras mais engraçados e divertidos. Seu palácio se destacava pela opulência e extravagância, mesmo entre outras muitas residências opulentas e extravagantes de Roma. Portanto, não causa surpresa o fato de que, durante sua permanência como vice-chanceler e, mais tarde, como papa, ele tenha colecionado inimigos do mesmo modo que juntava riqueza e poder.

Embora as alegações da vida escandalosa de Bórgia e de sua prática de simonia e nepotismo tenham resistido ao teste do tempo, estes não eram traços pouco comuns entre os altos funcionários da Igreja da época, embora talvez não de modo tão patente e gratuito. As suposições das falhas éticas de Bórgia, no entanto, obscureceram uma correta avaliação acerca de sua aguda mente administrativa. Ele era moralmente flexível, e os historiadores discordam quanto ao motivo de sua mais importante contribuição para a história do mundo: teria ele se fundamentado numa racionalidade baseada em princípios, ou suas ações significaram uma espécie de retribuição pela ajuda que Fernando e Isabel deram às aspirações políticas de seus filhos? Isso viria a ter implicações de longo alcance, além de qualquer coisa jamais imaginada. A contribuição mais importante de Bórgia para os negócios do mundo ocorreu menos de um ano depois de ele subir ao mais alto posto na Igreja cristã — e na época não foi reconhecida como particularmente importante.

No desagradável verão de 1492, quente e úmido, morreu o papa Inocêncio viii. Ele ficou tão mal que o único alimento que conseguia ingerir era leite humano. Corria o boato de que um elixir especial havia sido preparado para prolongar sua vida, um hediondo tônico que incluía o sangue fresco de três meninos de dez anos comprados nos mercados de escravos. Se ele bebeu a substância nociva, não se sabe, mas o velho homem faleceu em 25 de julho, tendo início a frenética corrida política dos cardeais por seu posto.

Sob a fraca liderança do papa Inocêncio viii, a lei e a ordem em Roma, nas palavras de Christopher Hibbert, em *The Borgias and their enemies* (Os Bórgias e seus inimigos),

> tinham recaído no tipo de anarquia que se tornara conhecido demais no século anterior. Homens armados perambulavam pela cidade à noite; pela manhã, os corpos de homens que haviam sido apunhalados jaziam mortos ou agonizando nas ruas; peregrinos e até embaixadores escoltados eram regularmente assaltados fora dos portões da cidade; palácios de cardeais se tornaram baluartes fortificados com arqueiros e artilheiros às janelas e nos telhados. A justiça se tornara uma mercadoria a ser vendida, como qualquer outro favor nessa cidade corrupta.

As coisas se degeneraram ainda mais depois da morte de Inocêncio; houve perto de duzentos assassinatos nas semanas que antecederam a reunião dos cardeais no Vaticano para eleger um sucessor, em 6 de agosto. Claramente, era necessário um homem forte o suficiente para conter a anarquia.

Durante quatro dias os cardeais se isolaram na Capela Sistina, enquanto as intrigas grassavam e multiplicavam-se as promessas de ouro e postos. Diversos dos Estados papais ofereceram enormes somas para o voto em seus candidatos, ao passo que o rei da França oferecia ainda mais. Mas o cardeal Rodrigo Bórgia estava bem colocado para vencer a competição. De acordo com uma história, provavelmente apócrifa, quatro mulas carregadas de sua prata e seu ouro chegaram ao palácio do cardeal Ascanio Sforza uma noite, e logo depois Sforza, um dos candidatos mais fortes, retirou sua candidatura e endossou a de Bórgia. Prometeu-se a Sforza o lucrativo posto de vice-chanceler — o retorno financeiro do posto que fora ocupado por Bórgia valia muito mais que alguns carregamentos de prata e ouro. A outros cardeais foram oferecidos rendas de cidades ricas, propriedades extensas e postos altos e lucrativos. Boatos de suborno e chantagem corriam em abundância. De acordo com um relato, "apenas cinco cardeais [dos 23] não

quiseram receber nada, […] só eles recusaram as gratificações, dizendo que os votos para eleger um papa deveriam ser dados livremente, não deviam ser comprados com presentes".

Em 11 de agosto, fez-se o anúncio: papéis esvoaçaram da janela com um nome escrito: Rodrigo Bórgia de Valência. Tomado de enlevo pela vitória, conta-se que ele levantou as mãos para o povo e gritou, repetidamente: "Sou papa! Sou papa!". A comemoração da vitória e a coroação, seguindo a tradição dos Bórgias, foram opulentas e extravagantes. A cavalaria papal liderou uma imensa procissão de prelados, cardeais e embaixadores poderosos, "setecentos padres e cardeais com seus séquitos em esplêndida cavalgada, com longas lanças e escudos reluzentes", desfilaram pelas ruas de Roma, que estavam engalanadas com flores e flâmulas. O novo papa, Alexandre VI, cavalgava um corcel branco, com o semblante confiante e sereno. "Como a postura dele é maravilhosa e tranquila", escreveu uma testemunha ocular, "quão nobre é sua fisionomia, quão aberta, quão franca. Quão grandemente a honra que sentimos aumenta ao contemplarmos a dignidade de seu porte. […] Ele se mostrou ao povo e o abençoou. […] Seu olhar caiu sobre as pessoas e encheu cada coração de alegria." Os arcos de triunfo construídos especialmente para a cerimônia estavam cobertos com o emblema dos Bórgias, um touro negro em campo dourado.

O novo papa tinha 61 anos. Embora tivesse engordado bastante nos últimos anos, mantinha suas persuasivas habilidades retóricas, o carisma, a eloquência e uma aura de poder. Além disso, tinha preservado sua implacabilidade, seu espírito vingativo e seu desejo de superioridade e adulação. O novo papa, no entanto, era muito eficaz e competente em seus deveres, afinado com as políticas e alianças sempre escorregadias na Europa. Nas palavras de Jacopo Gherardi da Volterra, ele era "brilhantemente habilidoso na conduta dos negócios de Estado".

A eleição de Rodrigo Bórgia como papa coincidiu com a partida de Colombo em sua primeira famosa viagem pelo oceano Atlântico. Depois da volta de Colombo, e antes de ele haver alcançado a Espanha para se encontrar com seus patronos reais, o rei João II já ameaçava tomar as novas terras para Portugal. Embora a animosidade pessoal e o arrependimento por seu próprio fracasso ao recusar financiamento ao projeto de Colombo atiçassem as chamas da reação do rei

português, ele se lembrava de sua derrota para Fernando na Batalha do Toro, quando os dois eram jovens. Embora não possamos conhecer seus sentimentos com exatidão, é lícito supor que não havia muita afeição entre os monarcas de Castela e Portugal. É pouco provável que um homem tão evasivo, implacável e cônscio de sua imagem e de sua honra como João II perdoasse e esquecesse atos de traição e logro — como ele os encarava — só porque haviam ocorrido quando ele era jovem.

Não demorou para Fernando e Isabel despacharem um embaixador para Lisboa, alertando João II para que respeitasse as descobertas deles do outro lado do Atlântico. Mas o rei português, que não era do tipo que se detivesse por uma mera questão técnica, tomou a dianteira em seus preparativos, equipando uma esquadra de navios para tomar as novas ilhas da Espanha. O embaixador de Fernando e Isabel na corte portuguesa suplicou a João que adiasse o lançamento de sua armada até que os direitos jurídicos sobre as novas terras fossem discutidos. O rei português propôs informalmente a Isabel e Fernando que dividissem o mundo entre eles, cabendo a Portugal todas as terras ao sul das Canárias, e à Espanha todas ao norte. João II enviou outro embaixador no mês seguinte, para lembrar a Castela o Tratado de Alcáçovas, de 1479, com a sugestão de que esse tratado, com o apoio papal, dava todas as terras ao sul para Portugal, e que Colombo tinha invadido águas "portuguesas" quando empreendeu sua viagem. João baseava sua reivindicação legal e moral às novas terras em uma interpretação seletiva do tratado de 1479, que tinha sido ratificado pela bula papal *Aeterni Regis* em 1481. De acordo com o Tratado de Alcáçovas, a Espanha concordara que qualquer novo território ou ilha descobertos no Atlântico, com exceção das Canárias, pertenceriam a Portugal. Tratados, claro, se baseiam no princípio de que os termos permanecem válidos apenas enquanto os princípios subjacentes continuem substancialmente inalterados. Fernando e Isabel, que estavam entre os signatários originais do tratado, tinham perfeita consciência de que essas novas terras, ou a nova rota para as Índias, representavam alguma coisa inteiramente diferente e imprevista — algo que ficava fora dos limites do tratado e que estava, portanto, fora da vinculação dos termos.

O poder marítimo de Portugal era muito superior ao da Espanha, embora esta comandasse uma armada mais poderosa. Por causa desse desequilíbrio, a questão de novas explorações navais teria uma conclusão previamente determinada, caso as

duas nações resolvessem a situação entre si. As duas nações europeias eram potências militares; se entrassem numa guerra total pelo direito exclusivo sobre a nova rota de navegação de Colombo para o que ainda se acreditava ser a extremidade oriental da Ásia, isso seria arrasador para a unidade europeia e poderia facilmente se transformar num longo, amplo e autodestrutivo conflito. Então, em abril de 1493, em meio às negociações com João II, e apenas semanas depois da volta de Colombo à Espanha, Fernando e Isabel expediram um enviado para submeter o caso a Alexandre VI. As recém-descobertas terras pertenceriam a João II e a Portugal ou a Fernando e Isabel e à Espanha? Embora Alexandre VI já fosse conhecido pela corrupção e moralidade flexível, ele possuía uma mente administrativa aguçada, e os monarcas espanhóis tinham outros motivos para esperar um apoio favorável.

A autoridade do papa para arbitrar cegamente as disputas entre nações cristãs havia muito era estabelecida e aceita, assim como sua autoridade para determinar a soberania temporal sobre territórios e terras ainda não reivindicados ou governados por um príncipe cristão, e também sobre o controle das relações entre cristãos e pagãos. É importante avaliar que o poder dos monarcas hereditários na Europa cristã ia muito além de qualquer coisa concebível em uma moderna democracia liberal com qualquer forma de governo responsável. Os monarcas eram os verdadeiros donos da maior parte da terra no país, e a maioria dos cidadãos era formada por meros servos ou súditos. Em teoria, o poder do monarca emanava de Deus, e não do povo. Reconhecido como o representante de Deus na Terra, o papa, portanto, tinha considerável influência sobre a vida temporal, além da espiritual, de todo mundo, do mais humilde camponês ao rei mais poderoso. O papa era a suprema autoridade espiritual em uma época profundamente religiosa, e seus decretos detinham um enorme poder persuasivo e real: a excomunhão da Igreja oficial e única era um grande incentivo para trazer nações e indivíduos em conflito à mesa de negociações, mantendo-se a paz.

Rodrigo Bórgia conhecera Fernando e Isabel anos atrás, antes de eles se casarem, quando era cardeal; tinha gostado deles e os respeitava mesmo quando adolescentes — Bórgia chegou a sair de sua rotina, em 1468, para forjar documentos, legalizando o casamento dos dois aos olhos da Igreja. Por sua vez, os reis não tinham esquecido a oportuna intervenção. Fernando concedeu terras a

Bórgia antes de ele se tornar papa. Quando um dos filhos ilegítimos de Rodrigo, Giovanni, se distinguiu na guerra contra Granada, Fernando o elevou à nobreza aragonesa como duque de Gandia. Além disso, o rei concedeu honras a outro dos filhos do cardeal Bórgia, o famoso César, permitindo que ele assumisse o arcebispado de Valência aos dezessete anos, depois que Rodrigo foi eleito papa. Em contraste, Rodrigo Bórgia não possuía propriedades em Portugal e não tinha ligações com a aristocracia portuguesa.

Em abril de 1493, o primeiro enviado de Fernando e Isabel chegou a Roma e começou a anunciar publicamente as triunfantes descobertas de Colombo (e da Espanha). Para que todos entendessem bem o assunto, levou consigo cópias impressas da carta oficial de Colombo descrevendo a aventura, e fez arranjos para que a tradução fosse distribuída. O enviado pedia o domínio espanhol sobre as "antípodas ocidentais", como terras distintas das "antípodas do sul", que haviam sido dadas a Portugal por papas anteriores. Essa linha de argumento fora projetada para se opor à alegação de João II de que o Tratado de Alcáçovas concedia a Portugal o domínio de todas as terras ao sul das Canárias — coincidindo com a proposta que o rei português recentemente apresentara a Fernando e Isabel, para uma divisão norte-sul do mundo. Bórgia estudou os precedentes que tinham sido estabelecidos nas décadas anteriores, quando Portugal pedira a sanção papal para um monopólio sobre suas próprias descobertas marítimas na África. Diversos papas, de Martinho V a Sisto IV, haviam dado a Portugal direitos exclusivos sobre todas as terras que seus navegadores tivessem descoberto na África para comércio e escravização de não cristãos. Usando esses precedentes como base teórica legal, Alexandre VI emitiu, em 1493, em favor da Espanha, a primeira de uma série de três famosas bulas. Como Hugh Thomas observa de modo irônico em *Rivers of gold*: "Possivelmente a velocidade com que essa declaração [do papa] foi feita era acompanhada por um pouco do ouro espanhol como presente, parte do qual tinha sido trazido por Colombo e dado aos monarcas em Barcelona".

Decerto, as três bulas emitidas por Alexandre VI, com datas de 3 e 4 de maio de 1493 (mas provavelmente esboçadas no mês seguinte, e então pré-datadas), estão entre as mais significativas que já foram escritas e com o maior impacto histórico sobre eventos globais. Essas bulas foram a base da reivindicação jurídica europeia sobre as novas terras "descobertas" pelos exploradores enviados pelas coroas de

Espanha e Portugal. Elas apresentavam uma justificativa para a conquista da América nativa e foram a cunha que levou as nações europeias a centenas de anos de guerra, defendendo ou desafiando a legitimidade de suas reivindicações.

A primeira bula, *Inter Caetera*, datada de 3 de maio de 1493, concedia a Fernando e Isabel, e a seus herdeiros em perpetuidade, "livre poder, autoridade e jurisdição de todos os tipos" sobre a totalidade das novas terras, "com todos os seus domínios, cidades, campos, lugares e aldeias" descobertos por "nosso amado Cristóvão Colombo, que vossas majestades supristes com navios e homens equipados para projetos semelhantes, não sem grandes dificuldades, perigos e despesas". O documento estabelecia que, "pela autoridade do Deus Todo-Poderoso, conferida a nós pelo abençoado Pedro e pelo sacerdócio de Jesus Cristo que mantemos na Terra", a Espanha deveria ter o direito exclusivo de viajar, comercializar ou colonizar as novas terras de Colombo, "desde que as terras já não estejam na posse de qualquer outro governante cristão". É importante acentuar que o documento estendia os mesmos direitos a qualquer outro território ainda por descobrir. Além disso, ele proibia, sob a pena de excomunhão, "todas as pessoas, sem importar posição, bens, grau, ordem ou condição, que ousassem, sem permissão especial, ir, a bem de comércio ou por qualquer outra razão, às citadas ilhas e países depois de eles terem sido descobertos e encontrados por vossos enviados ou pessoas mandadas para esse objetivo".

Depois de lançar esse decreto, Alexandre VI se ocupou em cuidar dos muitos detalhes do casamento de sua filha Lucrécia, que deveria acontecer em 12 de junho, e da interminável corrida política que dominava Roma, na época. Mas Fernando e Isabel não ficaram satisfeitos com o palavreado impreciso da bula e mandaram outro enviado a Roma. Para garantir que o papa continuasse a governar a seu favor, instruíram seus embaixadores, inclusive o cardeal de Toledo e o conde de Haro, a adotar uma posição desafiadora. Em vez de rastejar e implorar um favor do papa, em 19 de junho, o conde de Haro censurou-o pela falta de apoio à sua terra natal, uma terra que tinha sido muito boa com ele e com seus filhos, provendo-os com substanciais aluguéis e rendimentos hereditários. Além disso, ele discursou para o novo papa sobre sua notória corrupção, sua oferta de asilo a refugiados judeus e outros hereges que fugiam da Inquisição espanhola, seu aparente apoio ao rei da França e uma disputa de terras na fronteira com Aragão. O conde de Haro sugeriu

que, em decorrência dessas faltas, Fernando poderia hesitar em sua oferta de ajuda militar para a Santa Sé, argumento que deixou Alexandre VI em estado de alerta.

No século XV, o território que agora conhecemos como Itália era uma colcha de retalhos de principados independentes e Estados menores sem língua, cultura ou tradição comuns. O estado de guerra era endêmico. Nesse aspecto, assemelhava-se à península Ibérica que Fernando e Isabel buscaram unificar durante seu longo reinado, e também aos modernos países da França e da Alemanha. Diversas entidades políticas maiores, como o ducado de Milão e a República de Veneza, dominavam a cena; e, embora a jurisdição da Santa Sé fosse muito maior que hoje, ela também era constantemente submetida a ataques militares, incursões e ameaças à sua independência. Nos anos 1490, a principal ameaça à paz na Itália não vinha de corsários do Império otomano em expansão, mas da França. Seu jovem e impetuoso rei, Carlos VIII, reivindicava soberania sobre o trono de Nápoles e se preparava para invadir o território a fim de colher seu prêmio político. O papa Alexandre VI, como era de esperar, buscou um aliado em Fernando de Aragão — que era também soberano do reino independente da Sicília, nas imediações, e parente do rei de Nápoles — para ajudar a preservar a independência de Nápoles e evitar a maior desestabilização da Itália (a fim de alcançar Nápoles, o exército de Carlos VIII teria de marchar para o sul através dos Estados papais).

Embora Alexandre VI estivesse absorvido com o iminente casamento de sua filha, ele também se preocupava com a ameaça francesa de invasão e via Fernando como um possível defensor da independência. Essa não era uma preocupação imotivada: em dezembro de 1494, Carlos VIII marchou com 22 mil soldados franceses para o sul e ocupou Roma; alguns meses mais tarde, marchou sobre Nápoles. Fernando foi em auxílio de Alexandre VI, organizando uma liga contra a França "pela paz e tranquilidade da Itália" e mandando soldados espanhóis para se juntarem à liga, o que obrigou os franceses a desistir da ocupação em 1496. As batalhas continuaram até 1504, quando Fernando finalmente emergiu vitorioso e reivindicou soberania sobre Nápoles inteira.

Essas pressões políticas levaram Alexandre VI a conceder um tratamento favorável às solicitações da Espanha de garantir o direito às suas descobertas para além do Atlântico. Ele respondeu às ameaças e adulações de Fernando e Isabel produzindo mais duas bulas, datadas de 3 e 4 de maio, como se fossem adendos da

bula original de doação, embora não tivessem sido escritas até o fim de junho ou começo de julho. A segunda das bulas de Alexandre, *Eximiae Devotionis*, oficialmente datada de 3 de maio de 1493, esclarece e reformula a primeira bula, enfatizando os direitos concedidos a Portugal em anos anteriores e estendendo à Espanha os mesmos direitos dados a Portugal sobre suas descobertas na "África, Guiné, Mina de Ouro e em outros lugares".

A terceira bula de Alexandre naquele período, a *Inter Caetera*, oficialmente datada de 4 de maio de 1493, era em parte uma reafirmação da primeira *Inter Caetera*, mas com uma mudança altamente favorável à Espanha. A bula especificava quais terras pertenciam à Espanha, substituindo a linguagem vaga da bula anterior com uma delineação precisa, ou seja, traçando a famosa linha de demarcação no meio do oceano Atlântico. Todas as terras, declara o documento,

> descobertas ou por descobrir na direção oeste e sul, traçando-se e estabelecendo-se uma linha do polo ártico, ou seja, ao norte, até o polo antártico, ou seja, ao sul, não importando que as citadas terras e ilhas sejam encontradas e que venham a ser descobertas na direção da Índia ou em qualquer outra direção, a linha citada a ser distante cem léguas na direção do oeste e ao sul de qualquer outra das ilhas comumente conhecidas como Açores e Cabo Verde. [Uma légua equivale a três milhas náuticas.]

Essa terceira bula era a que mais favorecia a Espanha, porque eliminava referências a direitos portugueses anteriores, e não mencionava nominalmente Portugal, declarando apenas que as únicas terras não submetidas ao decreto eram aquelas de posse de um príncipe cristão antes do Natal de 1492 — ou seja, nenhuma, ou talvez a mítica terra de Preste João. Além disso, a bula contradizia a reivindicação anterior de Portugal sobre o sul do Atlântico, presente na bula *Aeterni Regis*, de 1481. Toda terra a leste da linha de demarcação, ao norte ou ao sul, deveria pertencer a Portugal, enquanto tudo a oeste ficaria sob o domínio exclusivo da Espanha, sendo que navios de outras nações não tinham permissão para navegar por qualquer das partes do globo sem licença prévia específica da Espanha ou de Portugal. A punição por violação do decreto era a excomunhão.

A localização da linha de demarcação no meio do Atlântico provavelmente era ideia de Colombo, baseada em suas próprias observações pseudocientíficas. Em torno do marco de cem léguas, navegando-se para oeste dos Açores, disse Colombo, ele havia observado mudanças no vento e nas correntes, e uma variação

na bússola que parecia indicar alguma fronteira invisível (possivelmente divina). Marinheiros e passageiros que navegassem da Espanha notariam que ali o mar se tornava coalhado de ervas, e "até as Canárias e cem léguas além, ou na região dos Açores, muitos são os piolhos que se reproduzem; mas dali em diante eles começam a morrer, de modo que, ao alcançar as primeiras ilhas [no Caribe], não há homem que tivesse ou visse nenhum". Na viagem de volta, no entanto, os piolhos reapareciam no mesmo local, "em grandes e perturbadores números!". Certamente isso era um sinal de que o mundo devia ser dividido naquele ponto.

À medida que avançava o verão de 1493, e que uma cópia das bulas de Alexandre chegou a Barcelona no início de agosto, suas retumbantes implicações se tornavam mais claras. Colombo fazia arranjos apressados para a segunda viagem através do Atlântico, empreendimento muito mais grandioso, consistindo em uma armada com dezessete navios, já com planos de exploração, além de intenções de fundar a primeira colônia espanhola permanente em Hispaniola. João II e seus embaixadores ficaram furiosos por ser excedidos em esperteza, mas, afinal, a flotilha portuguesa que o rei ameaçara lançar não partiu; ele não ousou ferir as bases do princípio subjacente da descoberta prévia — um princípio que, com a autorização papal, era o principal fundamento do monopólio de Portugal sobre o comércio e a exploração ao longo da costa da África.

Enquanto isso, Alexandre VI atravessava com dificuldade os últimos anos de seu papado. Ele morreu em 1503, aos 72 anos, um ano antes de Isabel e três anos antes de Colombo. Alguns alegam que ele morreu acidentalmente, ao tomar o veneno que destinara a outra pessoa; mas é provável que tenha morrido de malária, uma doença comum em Roma na época. De um ou de outro modo, seu fim foi um prolongado e agonizante ataque de febre e disenteria. O corpo ficou tão devastado e inchado com a doença que o cadáver foi descrito como a forma mais horrível, inumana, jamais vista. O mestre de cerimônias, Johann Burchard, registrou suas impressões acerca dos restos mortais de Rodrigo Bórgia: "O rosto estava muito escuro, da cor de um trapo sujo ou de uma amora, e encontrava-se todo coberto de marcas com cor de hematomas. O nariz estava inchado; a língua tinha se dobrado ao meio dentro da boca e empurrava os lábios para fora; estes, também estavam inchados. A boca estava aberta e tão horrível que as pessoas que o viram disseram que nunca tinham deparado com qualquer coisa parecida". Na morte, o corpo de

Bórgia parecia se tornar um espelho de suas ações terrenas. O papa Pio III, que lhe sucedeu em 1503, não permitiu a tradicional missa no funeral do antecessor, alegando: "É blasfêmia rezar pelos condenados".

Um aspecto central das bulas papais de concessão, algo enfatizado em todas elas, era a condição da conversão dos "recém-descobertos" povos à cristandade e a disseminação da fé em geral. A bula final de Alexandre VI estipulava, além disso, que, "em nossa época, especialmente a fé católica e a religião cristã devem ser exaltadas e em todos os lugares ampliadas e disseminadas, que se cuide da saúde das almas e que as nações bárbaras sejam subjugadas e trazidas para a própria fé". Parte do motivo para conceder poder temporal a Espanha e Portugal sobre suas respectivas metades do mundo era a obrigação de disseminar a religião, e assim aumentar o território da cristandade. Como escreveu Orestes Ferrara, biógrafo de Alexandre VI, em *The Borgia pope* (O papa Bórgia), "ganhar almas, no espírito do Vaticano, é uma causa mais elevada que qualquer outra. Uma expansão católica destinada a orientar milhares de consciências para o caminho da salvação era uma coisa que ninguém teria discutido no fim do século XV". Alexandre VI achou que não podia exercer poder temporal sobre novas terras sem impor exigências espirituais de difusão da fé. Ferrara continua: "O papa evidentemente percebeu que não poderia impor deveres de ordem eclesiástica sobre um Estado em um dado território, a não ser que esse Estado estivesse em posição de exercer autoridade contínua e sem intervenções". A justificação do monopólio dado a Espanha e Portugal era a necessidade de converter gentios à cristandade. O mundo seria dividido ao meio, mas cada um dos poderes temporais, Espanha e Portugal, teria suas obrigações, responsabilidades que só poderiam ser alcançadas se fossem incontestes em sua autoridade.

Cabe lembrar que esses documentos são produto não apenas da Igreja católica e do papado, mas, talvez mais importante, do século XV. Eles refletem os valores, a ideologia, os costumes, as prioridades e as visões de mundo quatrocentistas. Os argumentos, as suposições e a terminologia que parecem tão pérfidos e localistas para os sentimentos modernos eram perfeitamente normais no Renascimento e devem ser julgados em seu próprio contexto. Alexandre VI era um papa do Renascimento e, muito naturalmente, produto de seu tempo, mergulhado em

preconceitos, suposições e normas sociais de sua época. Embora a ilimitada arrogância das bulas papais e suas grandiosas presunções de superioridade moral e espiritual agora possam parecer ridiculamente absurdas, em seu tempo eram, se não normais ou comuns, pelo menos razoáveis, quando vindas de um papa. Muitos dos nossos próprios conceitos habituais e crenças calorosamente mantidas serão vistos com igual ceticismo por futuras gerações.

Mas a divisão do mundo ao meio apenas para a propagação da fé pode ser inteiramente desculpada ou passar sem contestação? As proclamações de Alexandre VI tiveram um efeito insidiosamente corrosivo sobre as culturas nativas em grandes áreas do mundo, provocado pela vinculação do direito exclusivo de viagem e comércio à exigência de conquistar e catequizar. A carta do rei Fernando aos tainos, no começo do século XVI, é um exemplo clássico dessa vinculação entre conquista e conversão. A carta, destinada a ser lida em voz alta para os povos nativos da América, anunciava o direito divino de conquistá-los, escravizá-los e governá-los, porque o papa Alexandre VI tinha dado ao país essa obrigação e responsabilidade.

Como já vimos, Colombo, fiel à sua herança cultural genovesa do século XV, era um grande escravagista, aprisionando e arrastando para a Espanha dezenas de nativos em sua primeira viagem, e ainda mais na segunda e nas subsequentes. De fato, escravos eram apenas um dos "artigos" lucrativos do Novo Mundo nos anos iniciais. Nessa época, a escravatura era comum na bacia do Mediterrâneo entre cristãos e muçulmanos, e escravos chegavam da África tanto nas caravanas árabes quanto nas viagens portuguesas. A própria rainha Isabel, de Castela, ficava horrorizada e era contra a prática, e também a Igreja católica resistia cada vez mais às consternadoras atrocidades da escravização dos "índios". Revertendo decretos papais anteriores de meados do século XV, em 1537, o papa João II proclamou que:

> os índios são verdadeiramente homens, […] não obstante o que pode ter havido ou o que pode ser dito em contrário, os citados índios e outros povos que mais tarde podem ter sido descobertos por cristãos não devem ser, de modo algum, privados de sua liberdade ou da posse de suas propriedades, mesmo que estejam fora da fé de Jesus Cristo; e que eles podem e devem, livre e legitimamente, gozar de sua liberdade e da posse de sua propriedade; nem deverão ser, de modo algum, escravizados; caso aconteça o contrário, isso deverá ser nulo e não ter efeito.

Mesmo assim, era quase impossível impedir a prática da escravização —

deixando de lado a moralidade e o sofrimento, que modo melhor para fazer fortuna do que com o trabalho gratuito? É famosa a declaração de Hernán Cortés, antes de sair para sua monumental conquista do México, em 1519: "Venho aqui para ficar rico, não para lavrar a terra como um camponês".

A decisão de Alexandre vi de dividir o mundo entre Espanha e Portugal em parte foi política — e nesse sentido uma decisão sensata —, em parte foi um desastre que já estava na iminência de acontecer. Ele conseguiu equilibrar sua filiação cultural à sua terra natal e seu débito com Fernando e Isabel com a necessidade de evitar uma guerra potencialmente devastadora entre os principais países cruzados da cristandade. Se tivesse mais tempo para estudar a questão, ou se não fosse afetado por suas filiações culturais e obrigações políticas, provavelmente ele teria previsto os potenciais perigos a longo prazo da partição do mundo entre duas nações favorecidas; por mais dissolutos que fossem seus costumes, Alexandre era um político e um líder inteligente e sagaz. Embora o problema imediato da hostilidade entre Espanha e Portugal fosse solucionado por sua proclamação, a decisão plantou o futuro campo diplomático e político com uma série de minas instáveis que ficaram ali à espera para detonar em alguma hora no futuro, prejudicando o incauto, ou para ser desencavadas por oportunistas como pretexto moral e espiritual para guerra, pirataria ou escravidão.

Nada disso era evidente para o papa Alexandre vi ou para qualquer outra pessoa na época. Provavelmente o seria se a situação política não tivesse conspirado para exigir uma ação imediata: se Colombo não estivesse tão exasperadamente ansioso para se gabar de suas realizações para João ii em Lisboa, antes mesmo de voltar à Espanha; se João, encolerizado, não tivesse ameaçado Fernando e Isabel antes até de eles terem lido o relatório de Colombo, incentivando-os a correr ao Vaticano em busca de apoio premente. Todos esses atos, ações contrárias e proclamações papais ocorreram muito depressa — meses depois da volta de Colombo de sua primeira viagem através do Atlântico. Naquele tempo não havia as modernas e rápidas comunicações de hoje; as mensagens importantes eram copiadas à mão por escribas, enroladas em tubos de couro para proteção, carregadas por cavaleiros a galope, por terra, ou a bordo de navios em viagem, por água. Para a época, isso tudo aconteceu na velocidade de um raio e com pouco

tempo para se considerarem as implicações de longo prazo dos eventos.

A deliberação do papa, claro, não tinha apelação. Mesmo assim, João II imediatamente objetou. Ele não estava satisfeito com uma decisão que poderia cortar severamente as asas dos empreendimentos marítimos portugueses no momento em que Portugal, depois de décadas de preparativos e experiências, era a potência naval mais bem posicionada para aproveitar as oportunidades. Mas ele não ousou lançar sua armada para seguir os espanhóis, o que certamente atrairia sobre si a ira da autoridade papal e provocaria sua excomunhão. Em vez disso, o rei instruiu seus dois enviados a Barcelona que rogassem aos monarcas espanhóis a concordância em limitar suas viagens a águas mais ao norte, e deixar tudo ao sul das Canárias para Portugal; a concessão de qualquer nova terra descoberta ao sul e a oeste para Portugal, garantindo à Espanha o monopólio sobre qualquer nova terra ao norte e a oeste.

Em meio a essas negociações, que se deram no mês em que Colombo partiu na segunda viagem, Fernando e Isabel sentiram a pressão exercida pelos negociadores portugueses para restringir o direito espanhol às terras tão recentemente concedidas a eles por Alexandre VI. Em vez de se envolverem numa longa discussão, secretamente enviaram outro emissário para pedir a ajuda do papa em Roma. Em outra bula, *Dudum Siquidem*, datada de 26 de setembro de 1493, Alexandre VI mais uma vez afirmou a *Inter Caetera*, de 4 de maio, e foi além. Essa nova bula concedia à Espanha direito sobre todas as terras a oeste e a sul, assinalando até a Índia como terra aberta aos navios espanhóis. Reafirmava que navios de nenhuma outra nação deviam navegar, explorar ou até pescar nessas águas sem permissão por escrito, "mesmo por motivos de caridade ou de fé", e que os monarcas espanhóis e português iriam "mantê-las [as terras] para sempre e defendê-las contra quem se opusesse". Quando os embaixadores castelhanos em Lisboa sugeriram que João II levasse suas queixas para arbitragem em Roma, o rei ferveu de ódio e fez com que os dois homens fossem trazidos, como que por acidente, para um pátio e marchassem diante de uma guarda de cavalaria armada. A ameaça estava implícita, mas não foi realizada. João II não tinha meios para começar outra guerra com a Espanha.

Quando a briga diplomática se acalmou, as negociações entre as duas

potências prosseguiram. A essa altura, a Espanha detinha a maior parte das cartas. Durante décadas, Portugal tinha se fiado na autoridade papal para justificar e manter seu monopólio sobre terras "descobertas" na África e o direito de escravizar povos não cristãos. Então, seria muito difícil para o país manter sua própria posição de monopólio na África "até as Índias", e ao mesmo tempo negar o direito do papa de estabelecer um monopólio espanhol sobre as terras descobertas por Colombo. Percebendo que suas bazófias não estavam alcançando resultados positivos, João II se aquietou para tentar negociar o que conseguisse salvar da situação. Um grande grupo de funcionários espanhóis de altos postos, incluindo o irmão do embaixador espanhol em Roma, visitou a corte portuguesa em novembro de 1493, mas ninguém teve sorte em fazer a questão avançar. Cinco meses mais tarde, em março de 1494, outra delegação de oficiais portugueses, incluindo o magistrado-chefe, visitou a Espanha.

Mais uma vez debateu-se, mas não se conseguiu resolver a questão de modo a satisfazer ambas as partes. Na primavera do mesmo ano, uma delegação final de representantes de altos postos tanto da Espanha quanto de Portugal sentou-se para finalizar um acordo durante uma série de negociações mantidas na cidade espanhola de Tordesilhas, perto de Valladolid, próximo à fronteira portuguesa. As discussões arrastaram-se durante meses, já que os negociadores portugueses esperavam o retorno de Colombo da segunda viagem para que pudessem conhecer melhor a geografia da nova região e obter uma avaliação de seu valor calculado por oficiais independentes, que não estivessem sob as ordens de Colombo.

Em 7 de junho, os negociadores portugueses e espanhóis chegaram ao acordo histórico conhecido como Tratado de Tordesilhas — um tratado que teve influência perniciosa ao moldar os negócios do mundo durante séculos depois de ter sido assinado. "Que, mesmo que exista certa controvérsia entre os citados senhores", começa o tratado, com enorme contenção, antes de tentar resolver algumas das dificuldades. Mas na maior parte dos itens preservou as prescrições das bulas papais. Um dos poucos itens novos e interessantes era que, dentro de dez meses a partir da assinatura do tratado, Espanha e Portugal deveriam, cada um, despachar navios com o mesmo número de especialistas em navegação, com astrólogos, pilotos e navegadores a bordo, a fim de se encontrarem nas ilhas de Cabo Verde.

Então, eles deveriam prosseguir para oeste, para determinar a localização da fronteira no mar; se a fronteira por acaso cortasse terra, deveriam ser construídas torres de fronteira. Mas, claro, ainda não havia método para determinar com exatidão a longitude, problema que persistiu ainda durante décadas, de modo que essas determinações do tratado nunca foram satisfeitas.

O desvio mais significativo das proclamações de Alexandre VI foi o da localização da linha oficial de demarcação. Reconhecendo que Alexandre tinha criado direitos jurídicos para a Espanha, João II procurou mudar a linha oficial de demarcação mais para oeste. Os navios portugueses, argumentava ele, estavam constantemente navegando por essas águas, e os limites eram muito estreitos. Isso era aceitável para a delegação espanhola; a nova linha de demarcação correria a 370 léguas (perto de 1,2 mil milhas) a oeste das ilhas de Cabo Verde, e não a cem léguas para oeste, aproximadamente a 46º de longitude. Isso viria a ter consequências não intencionais ou apenas vagamente avaliadas a favor de Portugal, e elas não ficariam evidentes por mais uma década. João II suspeitava que devia haver terras no Atlântico mais ao sul do que as avistadas por Colombo, e no fim ele estava certo.

A mudança da linha de demarcação do tratado foi a grande façanha de João II. Menos de um ano depois, após um período de fraqueza e letargia, dores de cabeça e náuseas, perda de apetite e confusão, ele morreu em agonia, aos quarenta anos, provavelmente de uremia ou insuficiência renal. João tinha muitos inimigos entre a aristocracia portuguesa, e a suspeita de envenenamento nunca foi afastada. Ele não conseguira, em vida, legitimar seu filho Jorge e, portanto, foi sucedido por seu primo Manuel. O novo rei se mostrou outro líder ambicioso que canalizou os recursos do país para novas explorações ao sul, ao longo da costa da África, embora ele também tenha repetido alguns dos erros de João.

Falou-se muito a respeito da absurda e presunçosa arrogância do líder religioso europeu lançando proclamações que afetaram o mundo inteiro, mas cabe lembrar que as bulas de Alexandre VI tinham a intenção de regulamentar os atos de nações cristãs em seus empreendimentos ultramar — e não regulamentar as ações de não europeus ou não cristãos. As bulas, entretanto, eram audaciosas e pretensiosas o suficiente para excluir todas as nações europeias, com exceção de Portugal e Espanha, das viagens de ultramar, situação que inevitavelmente levaria a confusões.

Contudo, nos anos 1490, nenhum outro país possuía tecnologia para construir navios, experiência em navegação ou proximidade geográfica das novas terras para ficar de imediato preocupado com os termos do Tratado de Tordesilhas. Isabel e Fernando, no entanto, pouco informados que eram a respeito da extensão do território ou sobre seus povos, encaravam as novas terras e as multidões de pessoas que ali habitavam como parte de seu império, de modo que acreditavam que já os possuíam.

Na época, claro, ninguém sabia bem o que estava sendo dividido. A verdadeira extensão do mundo ainda não era conhecida, e considerava-se que fosse muito menor do que se mostrou. Ainda se imaginava que a América do Norte era a extremidade oriental da Ásia ou das ilhas do Japão. Nos anos seguintes, no entanto, à medida que um número cada vez maior de viagens se aventurou para oeste pelo Atlântico, surgiu a suspeita de que havia alguma coisa diferente. As viagens espanholas e portuguesas, em particular, começaram a revelar um mundo cada vez maior para os europeus. Apesar da proibição papal contra a exploração, até a Inglaterra e a França passaram a encarregar marinheiros de se aventurar no Atlântico. Em 1497, Henrique VII financiou a primeira viagem de John Cabot (Giovanni Caboto), outro marinheiro genovês, que desembarcou no que agora é Terra Nova, mas desapareceu para a história numa viagem posterior; Francisco I da França encomendou a viagem de Giovanni da Verrazzano (também genovês) ao centro oriental do continente norte-americano, numa expedição de reconhecimento semelhante. Nem a Inglaterra nem a França tiveram muito proveito com essas viagens, e o interesse deles no Novo Mundo, quando se deram conta de que não era a extremidade oriental da Ásia e que, portanto, não seria uma fonte de riqueza facilmente conquistável, minguou.

Foram a terceira e a quarta viagens de Colombo, e ainda outros navios mandados pela Espanha e por Portugal sob o comando de outros marinheiros, como Américo Vespúcio, que levaram a uma avaliação mais acurada da complexidade das ilhas e da geografia costeira da região do Caribe, inclusive o México, a Flórida e a parte continental da América Central e do Sul. Mais importante ainda, essas viagens revelaram que as terras, ilhas e vias aquáticas continuavam tanto para o norte quanto para o sul, e quem poderia saber a extensão da terra, ou quantas mais haveria para o oeste? Eventualmente, poderia haver uma

rota para o Oriente, mas o que havia no meio foi revelado como algo maior, muito além do que qualquer um poderia imaginar.

Os marinheiros portugueses, ao mesmo tempo que mantinham o foco em suas ações marítimas na costa africana, fizeram sozinhos descobertas intrigantes. Em 1498, Vasco da Gama chegou a Calicute, na Índia, contornando o cabo da Boa Esperança, realizando o sonho português que começara mais de um século antes e estabelecendo as fundações do Império comercial português de ultramar. Embora alguns historiadores especulem que João II sabia da existência do Brasil e que sua insistência em mudar a linha de demarcação teria sido para proteger seu descobrimento, a "descoberta" oficial do Brasil só veio seis anos depois de o tratado ter sido assinado e dois anos depois da viagem de Vasco da Gama, quando Pedro Álvares Cabral foi soprado para fora de seu curso enquanto liderava uma flotilha portuguesa para a Índia, seguindo a rota de Vasco da Gama. Cabral avistou uma montanha no horizonte e ali desembarcou em 22 de abril de 1500. Ele determinou que a nova terra, que achou ser uma ilha, ficava a leste da linha de demarcação, portanto, na metade portuguesa do mundo. Depois de mandar o navio de volta à Europa para relatar as animadoras notícias, continuou sua viagem para a Índia. Sem o conhecimento de Cabral, marinheiros espanhóis tinham visitado o Brasil poucos meses antes. Eles capturaram algumas pessoas para vender como escravos e tinham oficialmente reivindicado a terra para a Espanha.

Somente depois dessas viagens, com seu potencial de aumentar a tensão entre os dois países, é que os termos do Tratado das Tordesilhas foram confirmados por bula papal. A pedido do rei Manuel I de Portugal, o papa Júlio II emitiu a bula *Ea Quae*, datada de 1506, que confirmava e dava a sanção papal aos termos do Tratado de Tordesilhas e sua todo-poderosa linha de demarcação. A grande massa da América do Sul conhecida como Brasil e a terra que agora conhecemos como a ilha de Terra Nova, descoberta pelo navegador português Gaspar Corte-Real mais ou menos à mesma época, agora estavam na metade portuguesa do mundo, de acordo com a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas, mas não de acordo com a linha de demarcação original de Alexandre VI. Para Portugal, o estabelecimento da linha de acordo com os termos do Tratado de Tordesilhas tinha grande valor: permitiria que se pusesse um fim às reivindicações rivais da Espanha. Com a

descoberta da rota marítima para o oceano Índico, na virada do século XVI, as riquezas das Índias começavam a aparecer em Lisboa.

Assim, as questões ficaram em suspenso. Alexandre VI usara seu poder temporal e espiritual para protelar a guerra. Suas bulas tiveram o efeito desejado de separar as esferas de atividade de Espanha e Portugal, afastando-as uma da outra e, em vez disso, encorajando-os a combater os não cristãos. Era uma estratégia brilhante, em teoria, e funcionaria na prática, desde que seus fundamentos subjacentes não mudassem. Mas eles mudaram, e de modo surpreendente, quando o mundo se revelou muito maior do que se supunha. As "especiarias" que Colombo trouxera das "Índias" logo se revelaram imitações sem valor. Pareciam pimenta-do-reino, noz-moscada e cravo, mas faltavam-lhes as qualidades essenciais dessas substâncias mais nobres. O Novo Mundo não parecia ser de grande valor para a Espanha, exceto por alguns depósitos de ouro sem importância. Nos anos anteriores à conquista do Império asteca no México por parte de mercenários espanhóis — ajudados por seus aliados virais, como a varíola e outras doenças que mataram até 90% da população indígena no período de um século — e à conquista do Império inca no Peru, liberando um fluxo de barras de ouro e prata para os cofres reais da Espanha, tudo indicava que Portugal é que havia se beneficiado do Tratado de Tordesilhas. As ilhas Molucas tinham a riqueza apreciada pelo mundo, na época, e essas ilhas pareciam estar dentro do monopólio português.

Mas se a linha de demarcação dividia o mundo no oceano Atlântico, onde, exatamente, ela cortava a Terra do outro lado do globo? Que fortuna Portugal estava obtendo do comércio de especiarias legitimamente português? Ou será que a linha de demarcação talvez pusesse parte das ilhas Molucas, ou até todas elas, em mãos espanholas? Essa era uma questão puramente acadêmica, que provavelmente teria permanecido assunto de discussões eruditas ou de polida especulação durante um jantar entre comerciantes e as classes políticas. Mas um ousado e vingativo navegador português tinha motivos para vender seu considerável conhecimento do crescente Império comercial de seu país a seus amargurados rivais. Sua decisão inspirou uma das mais fabulosas viagens da história marítima e mudaria o equilíbrio de poder do mundo para sempre.

7. O outro lado do mundo

Na grande sala do trono, no palácio, o rei português Manuel I olhou para baixo, com algum desdém, para o homem ajoelhado à sua frente: certamente ele era nobre, mas não parecia. Sua barba estava salpicada de pelos grisalhos, usava roupas surradas e caminhava com uma pronunciada claudicação, obra de uma lança que lhe fora enfiada no joelho durante uma batalha contra os mouros vários anos antes. Era veterano de décadas de campanhas na Índia e na África a serviço da coroa portuguesa. Baixo, mas musculoso, ele transpirava uma dureza de ferro; o tipo de pessoa que não voltava atrás.

Manuel I havia anos não gostava desse homem; afinal, ele era protegido de seu predecessor e primo, João II, que morrera 21 anos antes, em 1495. Mesmo assim, ele era também de uma família respeitada e tinha uma ilustre carreira militar. Esse nobre, Fernão de Magalhães, já aparecera diante de Manuel em diversas ocasiões, e todas as suas solicitações anteriores haviam sido rejeitadas. Agora o maduro aventureiro tinha a audácia de vir mais uma vez com uma petição para o rei: queria ser posto no comando da maior frota de navios que estava de partida para as Índias.

O rei, com 51 anos, estava envolvido em arranjar seu próprio casamento com Leonor, a irmã de 21 anos do novo rei da Espanha, Carlos I, de dezoito anos. Leonor fora, até pouco tempo antes, noiva do próprio filho adulto de Manuel I, João, e, escandalosamente, dera continuidade a seu relacionamento com o jovem príncipe, mesmo sabendo que o poderoso pai planejava tomá-la como esposa.

Manuel, um homem desconfiado e infeliz, não era de oferecer recompensas, principalmente para pessoas de quem não gostava. Com frieza, informou a Magalhães que não iria aumentar sua pensão na corte, nem dar a ele o comando de uma caravela, muito menos de uma frota inteira, para restaurar suas fortunas nas Índias. Magalhães não se levantou; ao contrário, permaneceu ajoelhado e humildemente rogou ao monarca um favor final: a licença para oferecer seus serviços a outro rei. Irritado pela presença de Magalhães, Manuel o despediu, alegando que não se importava com o que ele fizesse nem para onde fosse.

Aceitando o decreto de seu rei, Magalhães inclinou-se para beijar os dedos do rei. Manuel puxou a mão e, num insulto final, prendeu-a atrás do corpo.

A humilhação era assombrosa — ser tratado assim por seu monarca, na frente da corte —, mas Magalhães, ambicioso e duro aos 36 anos, não se deixou abater. Ao contrário, foi incentivado à ação pelo orgulho e pelo desejo de vingança. Em alguns meses ele concluiu seus negócios em Lisboa e partiu para Castela. Em outubro de 1517, mais ou menos na mesma época em que Martinho Lutero dava início à sua revolução social, pregando na porta da igreja de Wittenberg suas *Noventa e cinco teses* em desafio às práticas corruptas da Igreja católica, Magalhães estava em Sevilha, uma das maiores cidades de Castela. Logo, reuniu-se a ele seu sócio comercial, Ruy Faleiro, matemático, cosmógrafo e professor da universidade que ajudara Magalhães a formular os aspectos técnicos de uma audaciosa proposta marítima. Logo depois de Magalhães chegar ao florescente porto, ele oficialmente assinou os papéis em que renunciava à cidadania portuguesa e se tornava súdito do rei de Castela. Para um país tão zeloso de seus segredos em relação a suas atividades marítimas como Portugal, permitir que um navegador com a experiência de Magalhães oferecesse seus serviços a um Estado rival era um descuido grosseiro, cometido por um rei compreensivelmente perturbado por sua aflição doméstica e que lamentava a morte recente de sua amada esposa. Magalhães não era apenas um comandante experimentado no mar e em batalha; na juventude, fora instruído na corte portuguesa em matemática, geografia, cartografia e navegação.

Nascido em 1480, um ano depois que o Tratado de Alcáçovas pôs fim à guerra civil em Castela e levara à paz com Portugal, Magalhães mudara-se de sua casa, no noroeste, para a corte portuguesa, em 1494, a tempo de ver Colombo voltar de sua viagem memorável. Ele continuou sua educação, com grande interesse em questões marítimas, até partir para a Índia com a flotilha de Francisco de Almeida, na vanguarda da expansão global portuguesa, ajudando a conquistar e a fortificar postos avançados ao longo da costa da África e na Índia. Mais tarde, serviu sob o comando do almirante Afonso de Albuquerque durante a conquista do estreito de Malaca. Ao todo, Magalhães passou oito anos viajando e guerreando no nascente Império português de ultramar na Índia. Era conhecedor dos planos e operações desse país e compartilhava os segredos de suas descobertas geográficas em detalhadas cartas marítimas. Mas angariara o desprezo de diversos oficiais

importantes e fora acusado de vender, para lucro pessoal, gado e carneiros que capturara em batalha em Marrocos (acusações de que foi mais tarde inocentado). Esses fatos aumentaram a antipatia do rei Manuel I pelo navegador.

Em 1511, um amigo próximo e primo de Magalhães, Francisco Serrano, tinha viajado mais além para leste e se estabelecido como comerciante em Ternate, nas Molucas. Serrano se casara com uma mulher local e ali se radicara para levar uma vida de prosperidade e felicidade doméstica; inúmeras vezes incentivara Magalhães a se unir a ele no negócio de exportar cravo, canela e noz-moscada. "Encontrei aqui um novo mundo, mais rico e maior que o de Vasco da Gama", rabiscou Serrano numa carta. "Imploro-te que te juntes a mim aqui, para que possas experimentar por ti mesmo as delícias que me rodeiam." Depois do humilhante desprezo de Manuel I, Magalhães começou a sonhar com uma rota alternativa para visitar seu amigo em Ternate. De modo significativo, Serrano, ao dar a localização da ilha em que morava, colocou as Molucas muito mais para leste do que elas estão. Desse modo, as Molucas ficavam em segurança, na metade espanhola do mundo, de acordo com Magalhães e seu amigo cosmógrafo Ruy Faleiro. "Se Deus quiser, logo estarei aí", respondeu Magalhães. "Se não por Portugal, então por Castela."

Em Sevilha, Magalhães e Faleiro se apresentaram à comunidade de expatriados portugueses e continuaram a aprimorar seu plano. Magalhães fez amizade com um preeminente comerciante e cidadão, Diego Barbosa, que morava em Sevilha havia catorze anos e ficou atraído pelo plano. Em um ano, de acordo com a tradição consagrada pelo tempo para garantir as alianças, ele se casou com a filha de Barbosa, Beatriz. Com a ajuda de sua nova e influente família, Magalhães se preparou para convencer a poderosa Casa de Contratación de las Índias — a burocracia do Estado que controlava e regulava as viagens comerciais e exploratórias de ultramar da Espanha — a lhe dar permissão para uma viagem. Ao contrário de Colombo, que havia lutado contra a Casa, Magalhães talhou sua proposta para que ela se adequasse aos interesses dos oficiais do Estado: na opinião dele, a riqueza das Índias, as especiarias imensamente valiosas que Portugal estava trazendo para a Europa havia anos, era tirada da metade espanhola do mundo, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. O cronista Peter Martyr entusiasmou-se: "Se a questão tiver um resultado favorável, tomaremos dos orientais e do rei de Portugal o comércio das especiarias e das pedras preciosas". Com o apoio da Casa de

Contratación — garantido por um acordo lateral secreto com um de seus oficiais, que receberia um quinto dos lucros da viagem —, Magalhães logo se dirigia a Valladolid, para se encontrar com o rei e apresentar à corte os argumentos em favor de seu plano. As implicações políticas eram grandes demais para ser deixadas a qualquer outra pessoa.

Na reunião com o rei da Espanha e seus conselheiros de confiança, Magalhães apresentou as cartas de seu amigo Serrano, sugerindo que as Molucas estavam muito mais a leste do que se supunha e que a região era bastante civilizada e governada por líderes ansiosos por comerciar. Depois assegurou que se a linha de demarcação no oceano Atlântico fosse logicamente estendida em torno do globo, a maior parte das Molucas ficaria na metade espanhola do mundo. Então, Magalhães apresentou o projeto sobre como chegaria lá: navegaria para o oeste, através do Atlântico, até a costa da América do Sul (como a terra foi chamada depois que Martin Waldseemüller a batizara em seu popular mapa de 1507) e continuaria a contornar a costa, enquanto prosseguia para o sul, até alcançar um estreito levando para o oeste, ou a uma quebra no continente que o levaria aos Mares do Sul, que ele atravessaria para chegar às Molucas. Vasco Nuñez de Balboa havia pouco provara que existia água do outro lado dos continentes americanos, tendo avançado com dificuldade pelo istmo do Panamá, em 1513, para encontrar um poderoso oceano que se estendia até onde a vista alcançava. De acordo com o padre missionário e cronista Bartolomeu de Las Casas, Magalhães exibiu "um bem pintado globo onde estava representado o mundo inteiro. E nele desenhou a rota que propunha tomar". Além disso, Magalhães lembrou que tinha visto o estreito descrito nas cartas da biblioteca do rei de Portugal. Fossem esses estreitos baseados em pensamento ilusório ou em descobertas de alguma viagem esquecida, Magalhães agora estava empenhado em comercializar os segredos de Estado de seu país de origem. Desafiado por um dos conselheiros do rei Carlos, ele declarou que tinha confiança de que o estreito existia, mas não poderia encontrá-lo depressa, e ele "iria pelo caminho tomado pelos portugueses" — uma rota, como lembrou em seu espanhol hesitante, com a qual estava bem familiarizado.

Magalhães se beneficiou de uma época oportuna. Ao contrário de Colombo, mais de duas décadas antes, praticamente não teve de esperar. O jovem rei Carlos I acabara de chegar à Espanha, vindo da Holanda, depois da morte de Fernando, em

1516. Sua mãe, Joana, era a segunda filha de Fernando e Isabel, e seu pai era Felipe I, o Belo, filho do imperador Maximiliano I, da Casa Habsburgo. A linhagem augusta de Carlos I e suas ambições reais, no entanto, lhe impuseram responsabilidades e gastos. Recentemente fora "eleito" rei dos romanos, o que talvez o levasse a se tornar Carlos V, imperador do Sacro Império Romano. Mas a sua eleição custara uma fortuna e ainda havia dívidas a pagar a seus partidários. Ele mostrou-se receptivo às promessas de glória e riqueza que um esquema como o de Magalhães implicava, desde que pudesse ser levado a efeito sem danificar as relações internacionais ou violar o Tratado de Tordesilhas.

Afinal, Carlos I ainda estava negociando o casamento de sua irmã mais nova com o idoso Manuel I de Portugal, dando continuidade à tradição de uniões entre as casas reais de Castela e Portugal, de tal modo que a política estava sempre entrelaçada com os arranjos domésticos (que podiam ser estabilizadores, mas também o oposto, dependendo das circunstâncias). Manuel também fora marido de duas tias de Carlos: Isabel, a filha mais velha de Fernando e Isabel, e depois a terceira filha deles, Maria, que morrera em 1517, levando Manuel a reivindicar para si próprio a noiva de seu filho, o príncipe João, a irmã de Carlos I, Leonor. Apesar das possíveis complicações familiares, Carlos I se beneficiaria pessoalmente com o sucesso do plano de Magalhães. Uma manobra tão ousada — que ao mesmo tempo restringia a rivalidade de Portugal e reivindicava mais riqueza no comércio de especiarias para Carlos e a Espanha — consolidaria e fortaleceria seu governo. Se ele pudesse ser o responsável por isso, o sucesso da missão resolveria grande parte de seus problemas.

A Espanha havia lucrado muito pouco com o Tratado de Tordesilhas, uma aliança sobre a qual havia pressionado tão assiduamente o papa, décadas antes, com o intuito de ter seu apoio. Por outro lado, Portugal era o principal fornecedor de especiarias da Europa — e ficava cada vez mais rico e poderoso com a consolidação de seu Império comercial na Índia e na Indonésia, protegido por um monopólio baseado nos decretos dos papas Alexandre VI e Júlio II. Em contraste, no início dos anos 1500, a população espanhola em Hispaniola não passava de mil pessoas. A conquista das ilhas do Caribe fora inicialmente rápida e exigira pouco esforço, mas logo se tornou lenta e perigosa. Em *Spain's road to Empire*, Henry Kamen observa que "Hispaniola se tornou o centro de uma ampla gama de atividades, quase todas

predatórias, como ataque a outras ilhas em busca da força de trabalho indígena". Muitos dos recém-chegados não estavam satisfeitos com sua nova vida de proprietários rurais, uma vida dura até para os que empregavam trabalho escravo a fim de cultivar suas propriedades. Simplesmente não havia ouro suficiente nos rios, e o declínio das perspectivas de uma riqueza fácil provocara a migração para outras ilhas.

O implacável conquistador Hernán Cortés saiu de Hispaniola mais ou menos na mesma época em que Magalhães partiu da Espanha. Suas explorações mudaram o destino espanhol para sempre, quando ele conquistou o rico e poderoso império dos astecas no México central. Até então, a grande fonte de riqueza que fluía para a Espanha das terras do outro lado do Atlântico era o pau-brasil, que tinha valor por produzir pigmentos têxteis vermelhos, azuis e pretos. Antes importadas para a Europa da Índia, a um alto custo, as árvores de onde esses pigmentos eram produzidos cresciam ao longo da costa por toda a região do Caribe, mas floresciam em particular ao longo da costa do Brasil. Infelizmente para a Espanha, a maior parte do território brasileiro ficava sobretudo na metade portuguesa do mundo, de acordo com a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas. Como um presságio do futuro da região, no início do século XVI — embora a indústria madeireira mal estivesse estabelecida —, marinheiros franceses já violavam o tratado para coletar o pau-brasil.

Por mais original e bem concebida que fosse a proposta de Magalhães, aquela não seria a primeira viagem espanhola a buscar as ilhas Molucas por um estreito que cruzasse o continente americano. Já em 1506, Fernando tinha pensado em mandar uma expedição para verificar exatamente onde passava a linha de demarcação na América do Sul e buscar um estreito que ligasse o Ocidente ao Oriente. Dois anos mais tarde, ele encarregou o marinheiro Juan Díaz de Solís — um desertor português que fugira para a Espanha depois de assassinar sua mulher — de cumprir esses objetivos. Fernando mais uma vez acalentava a ideia de mandar Solís, em 1512, mas se deu por satisfeito em instruir os oficiais espanhóis em Santo Domingo, em Hispaniola, no sentido de prender navios portugueses invasores no Caribe e procurar o estreito quando tivessem tempo.

Em 1514, depois de ouvir falar sobre o trajeto de Balboa pelo Panamá e a visão do oceano Pacífico, Fernando mais uma vez enviou Solís para descobrir um

estreito pelo qual passar até aquele oceano. No entanto, de acordo com o relato do cronista Peter Martyr, Solís, depois de navegar ao longo da costa da América do Sul e entrar no estuário do rio da Prata, desembarcou com alguns homens para conversar com os nativos na praia. Os nativos não eram tão amigáveis quanto ele supunha:

> Subitamente, uma grande multidão de habitantes precipitou-se sobre eles e abateu todos os homens com porretes; mesmo à vista de seus companheiros, nenhum escapou. Como a fúria nem assim ficou satisfeita, eles cortaram os homens mortos em pedaços, na praia mesmo, onde seus companheiros podiam contemplar esse horrível espetáculo do mar. Mas eles, tomados de medo com esse exemplo, não avançaram em seus navios nem projetaram como se vingar da morte de seu capitão e companheiros. Eles partiram, portanto, desse litoral infeliz.

Provavelmente, quando ouviu as narrativas sobre a experiência desses marinheiros à procura de um estreito, Magalhães se inspirou para forjar seu esquema ambicioso.

Na primavera de 1519, Fernão de Magalhães havia assinado um acordo com o monarca espanhol delineando os termos de seu serviço: monopólio de dez anos sobre futuras expedições, direito de exercer justiça sumária como líder da expedição e impostos a serem pagos pela coroa, entre outras questões gerais. "Deverás ir com boa fortuna para descobrir aquela parte do oceano dentro dos nossos limites e demarcação", começava o documento. Mas ele também estipulava o que Magalhães não podia fazer. "Poderás descobrir nessas partes o que ainda não foi descoberto, mas não poderás descobrir ou fazer coisa alguma na demarcação e nos limites do mui sereno rei de Portugal, meu muito querido e amado tio e irmão." Carlos i, na falta de recursos para financiar a expedição, voltou-se para a Casa Fugger, família alemã de banqueiros e financistas, o que deu início a um longo relacionamento da Espanha, coberta de dívidas, com os famosos agiotas do continente europeu. Enquanto Carlos i se preocupava, de modo evidente, com as implicações políticas de mexer, da maneira que fosse, com o Tratado de Tordesilhas, Manuel i tomava conhecimento da proposta de Magalhães por intermédio de seus espiões na capital espanhola.

O rei Manuel aparentemente se deu conta de que, quando rejeitara Magalhães e publicamente dera a ele permissão para oferecer seus serviços em qualquer outro lugar, tinha cometido um erro — como seu havia muito falecido primo, João ii, o

anterior rei de Portugal que deixara Colombo escapulir para a Espanha, dando continuidade à tradição de navegadores que mudavam o mundo, rejeitados por Portugal, apenas para serem bem recebidos em Castela. Assim que as notícias da contratação de Magalhães chegaram a Lisboa, Manuel, como Hugh Thomas notou com bastante sutileza em seu *Rivers of gold*, "continuou a fazer o possível para criar obstáculos para Magalhães". Membros da aristocracia portuguesa, e o próprio rei, expressaram perplexidade com o fato de que seu compatriota pudesse oferecer seus serviços ao rei da Espanha. O cronista da corte portuguesa, João de Barros, escreveu: "Já que o demônio sempre manobra para que as almas dos homens entretenham feitos do mal, em cujo empreendimento perecerão, ele preparou essa ocasião para que esse Fernão de Magalhães se afastasse de seu rei e de seu reino e se desencaminhasse".

Aparentemente, Manuel e outros membros da corte portuguesa tinham se esquecido de que o rei dispensara Magalhães de seu serviço e, de fato, o humilhara publicamente. Mas como — e isso não mudou com o tempo — o que se deseja que seja verdade é aquilo em que prontamente se acredita, Manuel logo enviou uma nota a seu agente em Castela para instar os dois exilados, Magalhães e Faleiro, a voltar para casa; na verdade, o rei andara repensando sua decisão apressada de dispensá-los. O agente zelosamente procurou Magalhães num armazém em Sevilha, onde ele já estava equipando a viagem, e tentou convencê-lo a voltar a Portugal. Primeiro o agente ofereceu um suborno e, quando isso não produziu a reação desejada, sugeriu que poderia haver represálias contra a família de Magalhães e ameaças à sua reputação, como traidor.

Magalhães se manteve inflexível no serviço de seu novo patrão, Carlos I. "Em nome da honra", ele disse ao agente, "não podia fazer outra coisa a não ser aquilo que concordara em fazer." Ele já tinha renunciado à sua fidelidade a Manuel e jurado sua honra a Carlos, alegou Magalhães, e, já que fora expulso por Portugal, devia buscar sua sorte na Espanha. Magalhães não era um homem insensato nem burro e suspeitou que, se voltasse a Portugal, iriam dar um fim a ele, ou seria publicamente preso, julgado e enforcado por traição. Em qualquer caso, não havia volta; ele apostara tudo em sua teoria plausível, mas perigosa, e não testada — seria pioneiro numa rota espanhola para as ilhas Molucas. Sua tese era perfeitamente defensável, fora o fato de que ele não tinha a mínima ideia da verdadeira extensão

do oceano Pacífico.

O rei Manuel, no entanto, não desistiu assim tão facilmente. Ele instruiu seu embaixador em Valladolid a aplicar pressão judiciosa sobre os escalões mais altos da corte espanhola. A tática do embaixador foi apelar para o senso de afiliação real e de responsabilidade por parte do rei Carlos. Ele alertou o rei espanhol: "Seria ruim e pouco comum um rei receber os vassalos de outro, seu amigo, contra sua vontade — algo que também não acontecia entre cavaleiros". Mas os conselheiros de Carlos insistiram para que ele se mantivesse firme: estava totalmente dentro de seus direitos ao lançar a viagem, ela não violaria o Tratado de Tordesilhas. De fato, naquele momento, os portugueses poderiam ser os violadores.

Depois do Tratado de Tordesilhas, Espanha e Portugal pareciam ser ao mesmo tempo aliados e adversários — unidos por casamento e pelas famílias, os interesses conjuntos em proteger a santidade e ajustar os termos de um tratado que agora começava a pagar dividendos. O tratado sancionado pelo papa de fato iria elevar as duas nações a uma estatura internacional como os maiores impérios comerciais de ultramar que já se vira — isso antes que qualquer outra nação europeia nem sequer tivesse uma colônia ultramarina. As duas nações competidoras podiam contornar os termos do tratado, podiam até secretamente tentar violar seus itens vagos e mal definidos, mas Portugal e Espanha temiam qualquer ação que pudesse pôr em perigo sua validade ou força, porque, ao mesmo tempo que o tratado os levava a desacordos na península Ibérica, unia-os contra o resto da Europa e lhes dava o fundamento jurídico para a expansão sem limites de seus impérios ultramarinos. À semelhança de uma patente moderna de propriedade intelectual, a força do tratado correspondia à habilidade e disposição de seus beneficiários para defendê-lo e fazê-lo cumprir.

Antes que os navios de Magalhães saíssem do porto, enquanto Carlos e seus conselheiros mais próximos tripudiavam sobre seu desafio ao monopólio de Manuel sobre o comércio europeu de especiarias, os dois monarcas concluíam os termos do diplomático casamento da irmã de Carlos, Leonor, com Manuel, em julho de 1518. Poucos dias depois do casamento, Carlos instruiu a Casa de Contratación a liberar recursos para Magalhães realizar a viagem e começar os preparativos em Sevilha. Além disso, tomou precauções para salvaguardar a vida de seus novos vassalos. Circulava um boato de que um dos conselheiros de Manuel, o

bispo Vasconcellos, incentivara o ressentido rei português a considerar a possibilidade de Magalhães ser assassinado. Alarmado com a possibilidade de que seu esquema fosse facilmente frustrado, Carlos ordenou que Magalhães e Faleiro fossem protegidos por guarda-costas e admitiu-os como Cavaleiros da Ordem de Santiago, afirmando publicamente seu apoio a eles. Agora, se Magalhães morresse de repente sob circunstâncias misteriosas, isso seria visto como ataque a um dos vassalos pessoais do rei, um ato de grande traição.

Todo esse interesse português em impedir a expedição de Magalhães, e a exortação diplomática de Manuel para convencer Carlos a deixar de proteger o navegador, não atingiu nem um pouco o rei de Castela; só confirmou a solidez do plano. Por que Manuel ficaria tão abalado com um punhado de navios se dirigindo para águas desconhecidas? Mesmo assim, o Tratado de Tordesilhas estava sempre em primeiro lugar nos pensamentos de Carlos. Ele escreveu uma carta a Manuel, a fim de apaziguar os temores de seu par, monarca e novo cunhado. "Fui informado por cartas que recebi de pessoas próximas a ti que acalentas algum medo de que a frota que estamos despachando para as Índias sob o comando de Fernão de Magalhães e Ruy Faleiro possa ser prejudicial ao que te pertence nessas partes das Índias", escreveu Carlos. "Para que tua mente possa estar livre de ansiedade, pensei em escrever-te para informar-te que nosso desejo sempre foi, e é, respeitar devidamente tudo concernente à linha de demarcação que foi estabelecida e acordada com o rei e a rainha católicos, meus soberanos e avós." Ele então explicitou ainda mais sua promessa: "Nossa primeira incumbência e ordem aos citados comandantes é respeitar a linha de demarcação e não tocar de modo algum, sob pesadas penas, qualquer região, ou de terras ou de mar, que esteja designada a ti e pertencente a ti pela linha de demarcação". Mas, como os conselheiros científicos portugueses e espanhóis tinham informado a seus respectivos reis, não havia ainda um método de calcular a longitude com alguma precisão; por conseguinte, seria impossível determinar a localização da linha de demarcação no outro lado do mundo. Qualquer ambiguidade nessa área funcionaria a favor da Espanha, Carlos sabia: se não fosse possível provar que as ilhas Molucas estavam na metade espanhola do mundo, não se poderia provar também o contrário.

Em 20 de setembro de 1519, depois de dezoito meses de frustrantes atrasos para

aparelhar e equipar sua pequena flotilha, Magalhães deu a ordem de largar. Seus velhos e castigados navios ergueram âncora e deslizaram para fora da foz do rio Guadalquivir, em Sanlúcar de Barrameda, na costa sul do Atlântico espanhol, e dirigiram-se para o sudoeste com bom vento. Cinco pequenos navios estavam sob seu comando: o capitânia, de cem toneladas, *Trinidad*; *San Antonio*, ligeiramente maior; e, seguindo em ordem decrescente de tamanho, *Concepción*, *Victoria* e *Santiago*. Foi difícil contratar marinheiros para a viagem — a jornada era um assustador e aterrorizante mergulho numa vasta extensão de água, e muitos temiam que os navios afundassem em mares desconhecidos ou que os marinheiros morressem de fome, definhassem com escorbuto, padecessem miseravelmente nas mãos de canibais ou sofressem qualquer outra morte violenta e desagradável, que era o fim usual dos que se aventuravam para tão longe de casa em águas não mapeadas. Quando partiu, a ralé que Magalhães conseguira como tripulação incluía portugueses, franceses, holandeses, mouros e negros africanos, além de alguns espanhóis. O bem conhecido objetivo era a façanha de uma viagem marítima nunca realizada, nunca concebida antes das viagens de Colombo, que derrubou a visão ptolomaica do Universo. A bordo do navio de Magalhães estava um jovem aristocrata veneziano chamado Antonio Pigafetta, viajante que queria ver "as muito grandes e horrendas coisas do oceano, […] onde ventos furiosos e grandes tormentas reinam sempre".

Poucos dias mais tarde, a flotilha parou nas ilhas Canárias para embarcar suprimentos de peixe salgado, lenha, água e produtos frescos, antes de atravessar o Atlântico. No momento em que a pequena frota estava a ponto de sair do porto em Tenerife, o navio capitânia de Magalhães foi ultrapassado por uma veloz caravela com notícias perturbadoras para o capitão: seu sogro, Diego Barbosa, tinha rabiscado uma nota apressada informando-o de que três de seus capitães espanhóis tinham planos para matá-lo. Magalhães recebeu outras notícias de Tenerife: o rei de Portugal despachara duas flotilhas armadas para esquadrinhar as águas atrás dele e capturar seus navios. Imperturbável e calmo com sempre, Magalhães simplesmente alterou seu curso da rota habitual em direção ao Brasil e, em vez disso, costeou ao longo do litoral africano. Mas ficou cismado com o aviso sobre a traição dos capitães.

Duas semanas mais tarde, os cinco pequenos navios lutaram contra

tempestades na altura do litoral de Serra Leoa, suportaram calmarias em torno do equador e depois se confrontaram com a primeira de várias tentativas de motim por parte dos capitães. Os barcos navegavam juntos, à distância de um grito entre eles, e Magalhães solicitou um protocolo para que se dirigissem uns aos outros. Depois de suportar vários dias de alocuções insultuosas, reuniu todos os capitães para uma conferência no *Trinidad*, suspeitando de uma trama. Em sua cabine, um dos capitães, Juan de Cartagena, começou a esboçar um discurso ofensivo contra Magalhães. O indomável comandante reagiu depressa, ordenando a seus homens que prendessem o capitão antes que os outros pudessem puxar suas adagas, e trancafiou-o sob ferros. A flotilha, agora fora de perigo, acabou saindo da área de calmaria e atravessou o Atlântico rumo à costa do Brasil. Ao navegar para o sul, a pequena esquadra passou pela foz de enormes rios e foi contornando a costa até uma terra envolvida em vegetação profusa, caótica e desconhecida, pesada de odores e povoada de numerosas aves de penas brilhantes. A costa fora apelidada de Terra dos Papagaios por marinheiros que já haviam estado ali.

O segundo motim ocorreu no Rio de Janeiro. Os marinheiros tinham gozado de duas semanas de idas a terra, farreando com mulheres locais e comprando frutas frescas, galinhas e água, quando um dos capitães libertou Cartagena dos ferros e tentou tomar o *San Antonio*. Mais uma vez, Magalhães logo pôs fim à revolta com homens de armas leais. Fora o breve e mal concebido motim, o tempo passado ali foi uma agradável pausa da vida no mar. No início de janeiro, os navios continuaram para o sul durante aproximadamente duas semanas, e Magalhães começou a procurar a entrada para o estreito que ele tinha certeza de que ficava nas vizinhanças do rio da Prata. Depois de subir o rio, no entanto, Magalhães percebeu que ele não levaria a um mar ao sul. Decepcionado, mas ainda otimista, mandou que a flotilha continuasse para o sul no começo de fevereiro, antes que o inverno e as tempestades do sul interrompessem a busca durante muitos meses.

No fim do verão no hemisfério sul, no final de março, os dias já começavam a ficar mais curtos e as tempestades mais frequentes. Contra a desolada praia varrida pelos ventos da costa sul da Argentina, em um lugar chamado Porto San Julián, Magalhães ordenou que seus navios se aprontassem para o longo inverno. Ele não queria seguir navegando em águas inexploradas sob um tempo imprevisível sem que os navios estivessem em perfeitas condições. O porto tinha uma entrada estreita, e,

como precaução contra outro motim, Magalhães atracou o *Trinidad* de modo a bloquear os demais, impedindo que saíssem da enseada abrigada. Se algum navio resolvesse fugir, o *Trinidad* pelo menos daria alguns bons tiros de canhão antes de ele escapar.

Durante meses os homens viveram uma existência fatigante, encolhidos contra o vento e o frio. Trabalhavam em coisas tediosas, como limpar barris de água, consertar madeirame danificado e costurar velas rasgadas. "Um dia", registrou o cronista da viagem, Antonio Pigafetta, "subitamente, vimos um homem nu, de estatura gigantesca, na margem do porto, dançando, cantando e jogando terra na cabeça. Quando o gigante foi levado à presença do capitão-
-geral e à nossa, ele se maravilhou imensamente e fez sinais com um dedo estendido para cima, acreditando que vínhamos do céu. Ele era tão alto que só alcançávamos a cintura dele, e era bem-proporcionado." O homem era um dos seguidores nômades dos rebanhos de guanacos selvagens da região. Seus pés pareciam muito grandes, envolvidos em chinelos recheados de capim. Magalhães chamou o povo de *patagon* (em espanhol, *pata* significa "pé"), e a região se tornou conhecida como Patagônia. Magalhães e sua tripulação entretiveram muitos patagões em seus navios, e mais tarde capturaram dois deles por meio de trapaças.

Porto San Julián foi cenário também da maior ameaça de motim que Magalhães já enfrentara. Os homens estavam infelizes: Magalhães pusera a todos em regime de meia ração, e eles queriam voltar para a Espanha. Tinham medo de morrer de fome ou de perecer nas desoladas planícies da Patagônia. Murmuravam que, depois de uma viagem de quase seis meses, ainda não tinham descoberto nada; era melhor voltar enquanto podiam. Magalhães fez um discurso, louvando a força e a honra dos homens, e prometeu-lhes que o estreito os levaria de volta ao norte, a regiões de calor e abundância. Embora a maior parte deles tivesse se acalmado, diversos oficiais continuaram a resmungar e a tramar.

Dois dos capitães, inclusive o sempre conspirador Cartagena, conseguiram capturar um dos navios, o *San Antonio*, depois reuniram alguns seguidores e avançaram para tomar o controle de outros dois, atacando alguns membros da tripulação e informando-os que Magalhães fora deposto. Mas Magalhães, como sempre, ficava calmo sob pressão: mandou que os capitães delinquentes se rendessem. Ao se recusarem, ele enviou um de seus oficiais com seis homens

durões para falar com o capitão Luis de Mendoza, a bordo do *Victoria*. Apresentaram a ele uma carta exigindo que depusesse as armas; quando o capitão riu da ordem, os seis bravos pularam sobre ele e o apunhalaram na garganta, matando-o. Com a ajuda de um barco cheio de marinheiros armados que Magalhães secretamente enviara para junto do navio naquela noite, os legalistas retomaram o comando da embarcação e manobraram-na para perto dos outras, bloqueando a entrada.

Os homens não estavam tão ansiosos por um motim quanto os oficiais rebeldes supunham. Enquanto o rebelde capitão Quesada preparava o *Concepción* para fugir para mar aberto, um marinheiro leal secretamente cortou as amarras, e o navio foi levado para perto do *Trinidad*, onde Magalhães pôs em ação um grupo de artilharia e ordenou a seus homens que atirassem no cordame e no convés, enquanto ele era levado até a embarcação por remos. Abordou o navio enquanto Quesada inutilmente exortava a tripulação a lutar e exigiu que o capitão se rendesse. Vendo que estava tudo perdido e que não haveria fuga possível — com os navios leais a Magalhães bloqueando a via aquática que levava para fora da baía —, Cartagena, o cabeça do motim, rendeu o *San Antonio*, e Magalhães retomou o controle dos cinco navios.

Na manhã seguinte, centenas de marinheiros se reuniram nas aguçadas rochas cinzentas do pequeno porto para testemunhar um sombrio e assustador espetáculo. Magalhães acabara de impedir seu mais sério motim. Das outras vezes, ele fora leniente com os amotinados, mas, vendo como essa política tinha fracassado, decidira que isso não aconteceria outra vez. O corpo de um dos capitães amotinados, Mendoza, foi levado sem cerimônia para terra e disposto diante do taciturno grupo. Então, cortaram-no em quatro pedaços, e as traiçoeiras ações de Mendoza foram proclamadas e denunciadas. Exercendo seu "poder de corda e faca" oficial, Magalhães mandou que pelo menos um dos capitães desleais, Gaspar Quesada, fosse trazido algemado a terra e fosse enforcado na frente do grupo e depois cortado em quatro pedaços. Os outros oficiais foram obrigados a fazer trabalhos forçados, rachando lenha e buscando água o inverno inteiro. Quando a flotilha partiu, na primavera, Cartagena e um padre, que mais uma vez haviam sido apanhados tentando incitar o ressentimento contra Magalhães, enfrentaram destino ainda mais aterrador: foram deixados para trás, abandonados no litoral desolado,

onde morreram de privações. Ninguém mais duvidava da determinação inflexível de Magalhães nem ousava desafiar sua autoridade em levar adiante seu ambicioso — alguns diriam, temerário — plano para o resto da extraordinária viagem.

No fim de agosto, Magalhães resolveu levar os quatro navios restantes a um novo porto, mais ao sul, onde permaneceram encolhidos contra os gélidos ventos da Patagônia até 18 de outubro, quando começou a primavera no hemisfério sul. Durante um reconhecimento, o *Santiago* naufragou numa tempestade súbita, mas a tripulação sobreviveu. Depois que os quatro navios restantes navegaram para o sul cerca de cem milhas, eles entraram numa larga enseada dando para o oeste. Era um dia profético, 1º de novembro de 1521, quando os dois navios voltaram ao capitânia para anunciar a descoberta de uma profunda enseada que não tinha água doce: haviam encontrado o tão procurado estreito. O Estrecho de Todos los Santos era um traiçoeiro labirinto, com largura entre duas e vinte milhas (3,7 e 37 quilômetros), dado a marés instáveis e rajadas de ventos imprevisíveis. O canal serpenteia através de sombrios nevoeiros e montanhas cobertas de neve durante 375 milhas (695 quilômetros). É salpicado de ilhas e costas dentadas, com diversos canais falsos. Grandes geleiras derivam para o mar, e, na primavera, a relva, que parece a tundra, fica salpicada de flores silvestres.

Magalhães batizou a terra pela qual passava o canal de Terra do Fogo, por causa dos lampejos distantes dos acampamentos de povos nativos, mais para o sul. Samuel Eliot Morison, que fez uma viagem pelo hoje deserto estreito nos anos 1970, observou o fantasmagórico cenário e comentou que "até os pássaros são diferentes — o sinistro carnero cinzento, que arranca os olhos dos marinheiros naufragados, o pato vapor, cujas asas rodam como torvelinho, parecendo as rodas de antigos barcos a vapor, e permitem que ele acompanhe uma embarcação a quinze quilômetros por hora, na superfície". Enquanto patrulhava o estreito, um dos navios de Magalhães, o *San Antonio*, desapareceu. Mais tarde, souberam que o piloto, Esteban Gómez, homem que, de acordo com Pigafetta, "odiava extremamente o capitão-geral", tinha subjugado o capitão, tomado o comando da embarcação e secretamente voltado para a Espanha, levando a maior parte das provisões da flotilha. Depois de quase três semanas de buscas infrutíferas, Magalhães finalmente percebeu o que acontecera. Os três navios restantes seguiram adiante pelo estreito, passando por promontórios admiráveis que assomavam sobre

eles. Apesar de suas desventuras, de acordo com Pigafetta, "eles acharam que não havia estreito melhor nem mais lindo no mundo".

Pigafetta então registrou que na "quarta-feira, 28 de novembro de 1520, emergimos do estreito e nos lançamos no mar Pacífico". Os homens aparentemente "choraram de alegria" ao cruzar para as águas calmas da maior massa de água do mundo, sem saber que ainda teriam de enfrentar seu maior desafio. Apenas um dos três navios e apenas um punhado de homens estavam destinados a voltar para a Europa. O oceano Pacífico não era estreito, como mostravam todos os mapas da época; era vasto e tempestuoso, e suas poucas ilhas estavam esparsamente localizadas e concentradas ao longe, para o oeste. Incapazes de calcular a longitude, os navegadores não tinham ideia de quão largo realmente era o oceano Pacífico. Balboa era sua margem oriental no Panamá, e navios portugueses tinham costeado a orla ocidental na exploração das Molucas, mas o que ficava entre esses extremos era um completo mistério. As melhores estimativas da época previam que a área do Pacífico tinha um quarto de seu tamanho verdadeiro. Mesmo assim, naquele dia de primavera, em 1520, a conquista do estreito parecia uma grande realização. Magalhães reuniu os navios na calma da tarde e falou a seus oficiais: "Cavalheiros, agora estamos navegando em águas onde jamais navegou nenhum outro navio. Que possamos sempre encontrá-las tão pacíficas quanto nesta manhã. Com essa esperança, vou dar-lhe o nome de mar Pacífico".

Adiando o inevitável caminho para o oeste, rumo ao desconhecido, Magalhães mandou a flotilha para o norte, ao longo da costa do atual Chile, à medida que as temperaturas ficavam cada vez mais altas. Os ventos eram bons, e o oceano estava calmo, confirmando a Magalhães que ele tinha razão em dar-lhe o nome de Pacífico. No início de dezembro, a flotilha voltou para o noroeste e tomou a fatídica decisão de se dirigir para o oeste, para o desconhecido. Àquela altura, depois de meses no mar e de passar o inverno no primitivo Porto San Julián, a duração da viagem começava a cobrar seu tributo: os navios precisavam de reparos, os estoques de alimentos e outros suprimentos acabavam rapidamente, e os homens estavam cansados e com medo. Mas Magalhães acreditava que seria apenas uma curta viagem até as Molucas.

Durante séculos, os viajantes polinésios em suas minúsculas canoas de

flutuadores externos exploraram essa vasta extensão de água. Ela é pontilhada de ínfimos atóis e ilhas, mas isso muito mais para o oeste, onde a concentração de ilhas é maior. A parte do oceano Pacífico que Magalhães e seus navios atravessaram em dezembro de 1520 e janeiro de 1521 era um deserto de água, com apenas um punhado de atóis e pequenas ilhas — algumas delas, meras poeiras de rocha — que quase desapareciam na imensidão inabitada do Pacífico oriental. Para aterrorizar ainda mais os homens, no hemisfério sul, as constelações são diferentes, o que dificultava o cálculo da longitude. Mas o pior era a baixa nos estoques de comida com o passar das semanas. Entretanto, à medida que os três navios foram mais para o norte, sob ventos favoráveis, as constelações se tornaram mais familiares, os dias ficaram mais quentes, sob raios de sol mais perpendiculares, e os homens conseguiram apanhar peixes.

Mas estendia-se diante deles um oceano que cobre um terço inteiro da superfície terrestre, e os marinheiros não tinham como saber que o curso escolhido por Magalhães evitava praticamente todas as poucas ilhas que poderiam ter encontrado. Depois de quase dois meses a navegar constantemente para o oeste, em 24 de janeiro, o vigia avistou um atol inabitado e chorou de alívio. Durante semanas eles tinham subsistido com as rações diminutas de biscoitos do navio e pouco mais que isso. As outras provisões — queijo, feijão e carne salgada — já tinham sido consumidas, apodreceram ou foram devoradas por vermes. "Comíamos biscoitos", anotou Pigafetta,

> que não eram mais biscoitos, mas tinham se reduzido a punhados de farelo com enxames de vermes; quando isso acabou, comemos as migalhas, que estavam cheias de vermes e tinham um cheiro forte de urina de rato. Bebíamos água amarela, já pútrida havia vários dias. E comíamos parte dos couros que cobriam as cordas maiores para que não quebrassem. […] Eles amoleciam o couro no mar durante quatro ou cinco dias, depois o punham numa panela no fogo e o comiam, e também muita serragem.

A essa altura, até os numerosos ratos que infestavam os porões dos navios já tinham sido capturados e assados pelos marinheiros famintos.

Logo outra aflição assustadora se espalhou entre a tripulação. Pigafetta notou com horror que "as gengivas, tanto dos dentes superiores quanto dos inferiores, de alguns homens incharam, de modo que eles não podiam comer em circunstância alguma e, portanto, morriam". Dúzias jaziam sob o ar escuro e morfético dos

conveses inferiores, fracos, melancólicos e apáticos, cobertos de horrendos hematomas roxos. Gemiam em agonia, mal podendo se levantar, os rostos horríveis dominados por bolsas pretas sob olhos sem foco. Era o escorbuto, a temida praga dos marinheiros durante séculos. Provocada pela falta de vitamina C na dieta, ela matou depressa dezenove homens dos navios e incapacitou dezenas de outros. O geralmente taciturno Magalhães, levado talvez por uma inesperada lealdade em relação aos homens que permaneceram com ele até ali, visitava os doentes todos os dias, para consolar aqueles que estavam morrendo e incentivar os outros a ter fé em seu resgate. Talvez ele previsse a perda da flotilha inteira; a vida de cada um dependia de todos, quando estão todos confinados juntos no mesmo navio, e esse conhecimento traz um senso de camaradagem e de destino compartilhado. Pigafetta anotou que Magalhães "jamais se queixava, nunca mergulhava no desespero". O sofrimento dos homens foi aliviado apenas quando jogaram âncora perto do atol e se fartaram com ovos de tartaruga, pássaros marinhos assados e cocos.

Os três navios continuaram pela enorme extensão de água até o dia 4 de março. Depois de 97 dias de travessia do Pacífico, o vigia mais uma vez avistou terra, e os navios rumaram na direção da ilha conhecida atualmente como Guam, ao norte da Nova Guiné e a leste das Filipinas. Os famintos marinheiros olharam desejosos para os bosques de coqueiros e morros cor de esmeralda que se elevavam a picos irregulares. No porto, flutuavam muitas pequenas canoas de pesca, que chegaram como enxame em torno do capitânia de Magalhães quando ele entrou no porto. Polinésios subiram a bordo do navio e correram pelo tombadilho, agarrando ferramentas e utensílios que não estivessem presos. Quando avançaram no escaler que estava amarrado à popa, Magalhães mandou que seus homens de armas atirassem com suas bestas, sem sucesso. Mais tarde, na mesma noite, ele mandou alguns homens a terra para comprar frutas e arroz e atacar a aldeia para recuperar o escaler roubado. Não é de surpreender que ele tenha dado àquela ilha o nome de Guam, e às ilhas vizinhas Islas de los Ladrones.

No dia seguinte, Magalhães ordenou que sua pequena flotilha içasse velas e se dirigisse para o sudoeste, numa rota para as Filipinas e as Molucas. Em meados de março de 1521, eles encontraram outras canoas de pesca e conseguiram negociar bananas, coco, arroz e vinho de palma. A essa altura, a comida fresca tinha praticamente recomposto a saúde dos marinheiros atacados de escorbuto — suas

feridas abertas cicatrizaram, os dentes bambos se reafirmaram, as gengivas pretas, esponjosas, voltaram ao que eram e recuperaram a cor natural. Pigafetta ficou maravilhado com a generosidade da região, a abundância de plantas e animais à disposição dos marinheiros famintos: "Canela, gengibre, ameixeira-da-pérsia, laranja, limão, jaca, melancia, pepino, abóbora, nabo, repolho, escalônia, vacas, búfalos, suínos, cabras, galinhas, gansos, veados, elefantes, cavalos e outras coisas são encontradas ali". As Molucas e toda a Indonésia eram densamente habitadas por povos sofisticados e prósperos, acostumados a lidar com comerciantes estrangeiros, fossem eles da Índia, da China ou os recém-chegados de Portugal — os europeus que andavam frequentando a região havia seis anos.

Embora o arquipélago fosse notável, não pelas especiarias, mas pelas pérolas e joias de ouro, foi ali que Magalhães soube que não devia estar muito longe de seu objetivo de circum-navegar o globo. Seu escravo malásio, Enrique, que estava com Magalhães desde 1511, durante a época em que ele navegava com os portugueses, gritou em seu malaio nativo para homens em uma canoa de pesca nas imediações. Enrique ficou chocado ao perceber que tinha sido entendido quando os homens remaram até ele. Foi um momento solene por tudo o que representava: o navio de Magalhães conseguira atravessar até as ilhas Molucas navegando para o oeste — ou quase conseguira, já que as ilhas só ficavam a alguns dias no mar para o sul.

Mas nem tudo estava bem. Magalhães foi tomado de fervor religioso e resolveu adiar sua excursão para o sul, para as Molucas. Em vez disso, permitiu que seus navios fossem levados para o oeste, para a grande ilha de Cebu, onde ordenou a construção de um altar na praia de uma baía protegida e começou a fazer pregações para os grupos de curiosos, instando-os para que se convertessem ao cristianismo. "O capitão disse a eles", anotou Pigafetta, "que não deviam se tornar cristãos por medo, nem para agradar a eles, mas voluntariamente." Enquanto Magalhães e seu capelão, padre Valderrama, pregavam para seus anfitriões a respeito dos benefícios de sua religião e incitavam os ilhéus a se converter, Enrique fielmente traduzia os discursos para o grupo. A persuasão combinada dos dois aparentemente fez tanto sucesso que dezenas de chefes mais velhos e aproximadamente oitocentas outras pessoas se converteram e foram batizadas. Inspirado e excessivamente confiante com o aparente sucesso, Magalhães sucumbiu aos argumentos de Humabon, o rajá de Cebu, para atacar seu inimigo, Datu Lapu-

Lapu, na ilha próxima de Mactan. Lapu-
-Lapu, afinal, rejeitara as propostas religiosas de Magalhães.

Em uma operação atrevida e insensata, na qual Magalhães abandonou seu usual bom senso realista e o julgamento sólido, ele carregou três escaleres dos navios com cinquenta voluntários armados — cerca de um terço de seus homens sobreviventes — e desembarcou na praia de Mactan em 27 de abril. Os homens pularam dos escaleres com água até a coxa e vadearam para a praia, para serem recebidos por centenas de ferozes guerreiros escondidos atrás de barricadas e trincheiras defensivas. Magalhães provavelmente contava com as armaduras de aço de seus homens, as bestas poderosas e os assustadores arcabuzes para aterrorizar seus oponentes até a submissão. Mas a batalha não prosseguiu conforme o esperado. Confrontados com os ululantes gritos de batalha dos nativos e as incessantes saraivadas de "flechas, lanças de bambu (algumas com ponta de ferro) e paus apontados e endurecidos no fogo, pedras e lama", contou Pigafetta, "mal conseguíamos nos defender". Mesmo os pequenos canhões a bordo dos escaleres que estavam ancorados a pouca distância da praia eram inúteis, porque não podiam ser trazidos perto o suficiente para a batalha — um descuido que anulou a vantagem das armas superiores.

Com seu grupo em grande desvantagem numérica, Magalhães foi atingido na perna por uma flecha envenenada, e seu capacete foi derrubado, "mas ele sempre se manteve firme como um bom cavaleiro". Seus homens estavam cercados e lutando pela vida, vários já caídos, quando Magalhães foi atingido no braço por uma lança. Ele tentou puxar a espada, mas não conseguia levantá-la da bainha por causa do ferimento irregular feito pela lança no braço. "Ao verem isso, todos os nativos se atiraram sobre ele. Um deles o feriu na perna esquerda com uma grande [cimitarra] que fez com que o capitão caísse de cara. Imediatamente correram para cima dele com lanças de ferro e bambu, e com seus alfanjes, até matar nosso espelho, nossa luz, nosso consolo, nosso verdadeiro guia." Os compatriotas de Magalhães, vendo seu comandante atingido, fugiram para os escaleres e partiram para a arrebentação. O orgulho de Magalhães, inflado com suas extraordinárias explorações marítimas e o proselitismo inoportuno, tinha finalmente provocado sua morte.

Foi um golpe arrasador para os marinheiros que sobraram. Embora os oficiais sobreviventes elegessem Duarte Barbosa como novo capitão-geral, sem Magalhães

a flotilha ficava sem um líder claro para mapear um curso de ação. Quando Magalhães morreu, seu escravo Enrique exigiu ser libertado, como Magalhães estipulara em testamento. Os oficiais, no entanto, recusaram-se a honrar a vontade de Magalhães e exigiram que Enrique continuasse trabalhando, ameaçando-o com açoitamento. Disposto à vingança por essa traição aos desejos de seu dono, Enrique fugiu do navio e correu para encontrar-se com Humabon, a quem mentiu, dizendo que os espanhóis planejavam secretamente atacar e raptá-lo. Enfurecido com essa suposta traição, Humabon planejou suas próprias ações para contra-atacar o que percebia como duplicidade dos marinheiros espanhóis. Ofereceu um suntuoso banquete aos oficiais e depois, secretamente, deu ordem para que os matassem enquanto se empanturravam.

Barbosa e 26 outros foram mortos imediatamente. Não só a tripulação agora estava reduzida a meros 114 homens dos quase 250 que haviam saído de Sevilha, como a maior parte dos líderes havia sido morta. Privados da mão de obra para operar três navios, eles vasculharam e queimaram o *Concepción* e dividiram a tripulação entre o *Victoria* e o *Trinidad* antes de sair de Cebu sem vingar a morte de seus camaradas. Na falta de uma liderança forte, os dois navios perambularam sem destino pelas ilhas do mar Sulu e do mar de Celebes, chegando a oeste até Brunei, em Bornéu. Durante quase seis meses eles atacaram e pilharam navios locais, enquanto navegavam para o sul e para o leste. Lentamente navegaram em direção às ilhas Molucas, com a ajuda de pilotos locais que haviam raptado. Os dois navios chegaram a Tidore, nas Molucas, quase 27 meses após a saída da Espanha. Houve muita comemoração, enquanto os sobreviventes embarcavam um carregamento de cravos e algumas outras especiarias valiosas, como canela, macis e noz-moscada. Mas a cobiça os levaria à ruína.

À medida que os dois navios se dirigiam para o oeste, conscientes de que estavam cruzando a linha de demarcação para a metade portuguesa do mundo, o *Trinidad*, gasto e com necessidade de reparos depois da incrível viagem, começou a cair aos pedaços, por causa das especiarias que carregava. Com o *Trinidad* incapaz de navegar com uma carga tão grande, o *Victoria* resolveu deixá-lo para trás. A tripulação do *Trinidad* permaneceu em Tidore para fazer os reparos no navio. Planejava cruzar o oceano Pacífico e voltar à Espanha por onde tinha vindo, ou descarregar as especiarias no Panamá e carregá-las por terra até o Caribe. Depois de

mais três meses em Tidore, o *Trinidad*, comandado por Gonzalo Gomez de Espinosa e ainda com um lastro pesado do precioso carregamento de especiarias, dirigiu-se para o norte e para o leste, rumo às Filipinas, antes de se lançar no vasto Pacífico.

Surrado por tempestades e ventos contrários, o navio lutou para avançar. A tripulação acabou abortando a missão e tentou voltar a Tidore. Ao alcançar uma ilha afastada, mais da metade havia morrido em consequência das intempéries e de escorbuto, e os sobreviventes não conseguiam conduzir o navio. Enquanto isso, uma flotilha portuguesa comandada por Antônio de Brito andava patrulhando as Molucas, em busca de Magalhães. Quando Brito ouviu falar dos desmoralizados marinheiros espanhóis, despachou um navio para a ilha — não para oferecer ajuda, mas para confiscar a carga, interrogá-los por invadirem a "metade portuguesa" do mundo e, mais importante, para confiscar os diários de bordo e os mapas marítimos do navio. O capitão português ordenou que destruíssem o *Trinidad* e que sua tripulação fosse encarcerada na praia. A maior parte sucumbiu a doenças, apenas uma dezena conseguiu voltar à Espanha.

Enquanto isso, o *Victoria*, agora capitaneado por Juan Sebastián de Elcano, um dos homens que Magalhães havia perdoado por seu papel no motim em Porto San Julián, preparou-se para voltar sozinho pelo oceano Índico. Na divisão papal do mundo, esse território pertencia inequivocadamente a Portugal. Ao empregar um piloto local, Elcano conduziu o *Victoria* para o sudeste com sucesso, com uma tripulação de sessenta homens, inclusive treze indonésios recentemente contratados, através de um labirinto de ilhas indonésias, nos primeiros meses de 1522. Elcano resolveu navegar diretamente pelo oceano Índico para evitar o encontro com navios portugueses. Infelizmente, a comida que a tripulação comprara em Timor não estava suficientemente salgada, e os barris de carne e peixe apodreceram e não puderam ser consumidos. Mais uma vez, a fome e o escorbuto devastaram a tripulação.

Só chegaram à costa da África em 8 de maio, depois de muitas semanas batalhando contra ventos de proa e tempestades. Incapazes de localizar qualquer povo de quem comprar comida, os marinheiros esfomeados lutaram para dobrar o cabo e "navegaram para o norte durante dois meses, continuamente, sem receber qualquer coisa que os fortificasse". Um bando miserável, esfarrapado, de homens

moribundos passou o equador no início de junho. Quase todo dia, mais corpos eram jogados ao mar pela amurada. Ao alcançarem as ilhas de Cabo Verde, 25 homens da tripulação haviam morrido. Como se isso não fosse sofrimento suficiente, as autoridades portuguesas capturaram outros treze marinheiros quando eles desceram a terra e os prenderam por estarem além da linha de demarcação. Os marinheiros restantes a bordo do *Victoria*, vendo seus companheiros capturados, levantaram âncora o mais rapidamente possível e navegaram depressa para o norte. Ao chegarem a Sanlúcar de Barrameda, em 6 de setembro de 1522, apenas dezoito homens, "a maioria deles doente", permaneciam vivos para contar a história de uma viagem que demorou três anos e um mês.

Resumindo a aventura, Pigafetta escreveu, com perfeita simplicidade, que, "do dia em que saímos da baía até o dia presente, navegamos 14.460 léguas e, além do mais, completamos a circum-navegação do mundo, de leste para oeste". Os homens, chorando de alívio, "foram todos de camisa e descalços, cada um segurando uma vela, visitar o santuário de Santa Maria de la Victoria e o de Santa Maria de Antigua". Depois que o relato se completou, ficou determinado que, milagrosamente, o porão do único navio, cheio de cravo, era suficiente para pagar os custos da viagem inteira dos cinco navios e ainda dar lucro, apesar da perda de três navios, da incrível duração da viagem e das condições do *Victoria*.

O mais importante, no entanto, foi o impacto da viagem sobre a psicologia e a conceitualização da geografia do mundo dos europeus, em especial os ibéricos. Agora os europeus sabiam, pela experiência prática, as verdadeiras dimensões do mundo — que a Terra era muito maior do que se tinha suposto, e que era possível navegar completamente ao redor do mundo. Talvez, com um planejamento maior, ou uma correção da rota, isso pudesse ser feito com mais segurança e de modo mais previsível. A viagem de Magalhães provou, além de qualquer dúvida, que a América era um continente cercado de água, e acabou para sempre com a visão ptolomaica do mundo. Esse fato e os registros detalhados de como foi realizada e como poderia ser efetuada outra vez permitiram que se forjasse um diferente conceito do globo e de todas as possibilidades de conquista e comércio. Magalhães e sua tripulação tinham assentado os fundamentos intelectuais de uma nova visão do mundo que ainda iria exigir toda uma geração antes de ser adotada por qualquer outra nação ou povo.

Infelizmente, Carlos I, agora não apenas rei da Espanha, mas também novo imperador do Sacro Império Romano, não foi generoso em suas recompensas aos sobreviventes da incrível viagem. A maior parte dos marinheiros jamais conseguiu receber seus salários atrasados, muito menos as pensões prometidas. Até Magalhães, cuja visão, determinação férrea e liderança tinham conduzido a expedição pela mais desconhecida e misteriosa porção do mundo, se saiu mal. Não apenas morreu longe de casa, como sua mulher e filho morreram enquanto ele estava no mar, e seus herdeiros não conseguiram reivindicar o salário ou qualquer outro benefício por seu serviço ao governo espanhol. Longe de ser celebrado como herói, Magalhães era visto em Portugal como traidor, e na Espanha foi denegrido pelos traiçoeiros amotinados que tinham abandonado a expedição e voltado para casa antes mesmo de navegar pelo estreito de Magalhães.

Sua expedição, no entanto, expôs algumas duras realidades. Como o testemunho dos sobreviventes confirmou, a viagem de Magalhães havia sido tão difícil e perigosa que a rota tinha pouco valor imediato. Até Pigafetta era cético de que a viagem pudesse ser repetida: "Em verdade", escreveu ele, "acredito que essa viagem jamais será refeita". Mesmo assim, muitos aventureiros estavam ansiosos por tentar — tal era o potencial de lucro —, e o rei Carlos I, apesar de seu tratamento cruel aos sobreviventes e herdeiros de Magalhães, estava interessado em enviar outros navios.

Mas a questão da soberania das Molucas ainda não tinha sido resolvida. O rei Manuel I morrera de peste em 1521, para ser sucedido por seu filho, João III. O novo rei português, de dezenove anos, declarou que as especiarias trazidas pelo *Victoria* lhe pertenciam e que queria que os marinheiros sobreviventes fossem punidos por cruzarem a linha de demarcação — alegava que eles a haviam invadido em desafio aos decretos papais.

Claramente, os dois monarcas rivais precisavam negociar. Carlos I concordou em não mandar mais navios espanhóis através do estreito de Magalhães até se ter debatido a situação em uma reunião planejada para a primavera de 1524. Em tal encontro, as complexidades antigas, técnicas e controversas dos argumentos jurídicos seriam esmiuçadas por uma delegação de luminares marítimos e especialistas em cosmologia e leis. Onde, no mundo, ficavam as Molucas? E a quem pertenciam os direitos jurídicos sobre a mais rica rota comercial já descoberta?

8. O comando dos mares

Em 1519, o ano em que Magalhães deixou a Espanha para a sua trágica viagem que viria a alterar o mundo, outro aventureiro saía de Cuba rumo à península de Iucatã, a fim de explorar ainda mais a metade espanhola do mundo. Hernán Cortés, cujo nome passaria a ser sinônimo dos implacáveis e violentos conquistadores da lenda, firmaria as bases para o Império ultramarino espanhol dentro de poucos anos.

Cortés era um nobre castelhano de menor importância que, depois de dois anos na Universidade de Salamanca, estudando direito, entrou para uma expedição a fim de colonizar Hispaniola. Chegou ao porto de Santo Domingo em 1504, aos dezoito anos. Assim como muitos colonizadores em ilhas recém-
-descobertas, ele era um jovem descomprometido, ansioso por aventura e oportunidades, desejoso de ter uma chance para ver pessoalmente um mundo que literalmente se tornara maior desde que nascera. Em Hispaniola, ele recebeu terra para cultivar e, no espírito da época, um contingente de trabalhadores nativos para explorar. Os vários milhares de colonizadores espanhóis em Hispaniola, que a essa altura estavam lá havia uma década, na mineração de ouro de aluvião e no cultivo em estilo latifundiário, usavam trabalhadores nativos ligados por contrato ou escravizados. A população inteira da ilha fora posta sob o controle espanhol, e, dentro de décadas, muitas outras ilhas caribenhas foram despovoadas para satisfazer as necessidades dos cada vez mais numerosos colonizadores.

Os primeiros colonizadores espanhóis moravam em choupanas rudimentares de palha ou de barro, sofriam com a falta de comida e remédios e suportavam as devastações provocadas por doenças desconhecidas. Os nativos tainos encontravam-se em situação muito pior; em 1503, os mercadores espanhóis estavam importando escravos negros dos postos de comércio portugueses ao longo da costa ocidental africana para substituir os tainos mortos pela brutalidade espanhola e pela doença. Em 1530, as ilhas das Grandes Antilhas (Cuba, Hispaniola e Porto Rico) estavam praticamente desprovidas de habitantes nativos.

Os colonizadores espanhóis levaram com eles as culturas europeias que conheciam, mas descobriram que oliveiras, uvas e trigo eram inadequados para o clima tropical do Caribe. Arroz, laranjas, limões e figos, no entanto, floresciam e cresciam em poucos anos. O clima predominantemente quente e úmido se mostrou muito favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, e os primeiros engenhos começaram a operar já em 1508. Em 1520, as plantações de cana-de-açúcar no Caribe prosperavam, começando a longa tradição de fabricação de açúcar e produção de rum a partir da cana-de-açúcar. Bananas, também levadas para as ilhas por colonizadores espanhóis, se adaptaram bem ao novo clima; de fato, diversos cultivos pelos quais hoje são conhecidas as Índias Ocidentais originaram-se no sul da Espanha.

Muitos dos colonizadores, no entanto, não estavam satisfeitos com suas prósperas plantações, tornadas lucrativas pelo trabalho escravo. Dando continuidade à ávida busca de ouro, eles se mudaram de Hispaniola para Cuba, ilha também adequada à agricultura, mas com maior quantidade de ouro no leito de seus rios e riachos. Eles talvez tivessem se inspirado na famosa declaração de Cortés: "Vim aqui para ficar rico, não para cultivar a terra, como um camponês". Certamente concordavam com isso.

Cortés estava entre os guerreiros que saíram de Hispaniola em 1511 com Diego Velázquez, em uma expedição para conquistar a ilha de Cuba. Depois da conquista do povo "simples e gentil" que ali morava, Cortés impressionou Velázquez, o novo governador, com suas habilidades no conhecimento jurídico. Agora, aos vinte e poucos anos, Cortés possuía uma propriedade rural grande, com numerosos escravos e uma mina de ouro aluvião; tinha uma posição de respeito e autoridade em meio à elite colonial. Mas continuava insatisfeito; sua ambição e a sede de aventura eram insaciáveis. Depois de diversos anos na ilha, ele se tornou brigão e arranjou confusão com seu ex-amigo Velázquez, por causa de suas ligações amorosas com a cunhada do governador.

Os navios espanhóis continuavam a explorar as terras a oeste das Grandes Antilhas, ocasionalmente capturando nativos incautos. Uma expedição que explorava o litoral da península de Iucatã em 1518 encontrou um contingente de pessoas pacíficas perto de Tuxpan, que presentearam os europeus com ouro — para eles, um metal mole, fácil de trabalhar, mas, para os espanhóis, uma fonte de

riqueza e poder. Os navios voltaram a Cuba com muitas joias de ouro, habilmente trabalhadas em padrões elaborados, e Velázquez ficou "bem satisfeito" com o tamanho do butim. Em meses organizou uma segunda expedição ao México. Em fevereiro de 1519, ele nomeou o enérgico Cortés como capitão. O bando de Cortés era formado por cerca de quinhentos soldados e treze cavalos, transportados em onze navios levemente armados.

O que aconteceu durante os dois anos seguintes se tornou a base da lenda, alternadamente um triunfo ou um desastre sem paralelo nos anais da história — um desastre que levou ao quase genocídio, aniquilação cultural e saque irrestrito das riquezas de um continente para alimentar as dinastias e disputas fratricidas de outro.

Em março de 1519, Cortés chegou à costa leste do México e fundou a cidade de Villa Rica de La Vera Cruz, ao sul de Tuxpan. O assentamento se tornou a sentinela espanhola da riqueza inexplorada do Império asteca — uma civilização talvez mais avançada que a da Europa e que rivalizava em esplendor com o Egito antigo. Era um Estado-nação com cerca de 25 milhões de habitantes (comparada aos 8 milhões da Espanha) no México central, organizado em uma eficiente hierarquia de Estados subjugados. Era bem familiarizado com a arte da guerra. No entanto, depois de séculos de conflitos constantes com os mouros, os conquistadores espanhóis haviam aperfeiçoado a arte da guerra. Possuíam excelentes navios de transporte, fortes armas feitas com aço de Toledo, armaduras e armas de fogo e uma cultura militar estruturada. Empobrecidos, devastados por doenças, os moradores de bairros miseráveis na Espanha aparentemente estavam desejosos de arriscar qualquer coisa para melhorar de vida.

Começando com força mais branda e o uso de táticas astutas, Cortés penetrou o coração do maior império da América, a capital cercada pelo lago de Tenochtitlán, no vale central do México, de onde o poder asteca se irradiava para as regiões vizinhas. Usando uma combinação de diplomacia, intimidação e logro, Cortés saqueou a cidade e prendeu o imperador Montezuma como refém. Montezuma inicialmente tentou uma política de apaziguamento, esperando pagar para os espanhóis irem embora. Uma riqueza além da imaginação foi apresentada a eles, incluindo, de acordo com um soldado, "um capacete cheio de finos grãos de ouro, exatamente iguais aos que acabam de sair das minas". Mas, longe de apaziguar os conquistadores, o tesouro estimulou-lhes a cobiça. O conquistador prosseguiu: "Esse ouro no capacete valia muito mais para nós do que se tivesse contido [uma

pequena fortuna], porque nos mostrava que havia minas de ouro ali".

"Muitos fatores contribuíram para esse assombroso triunfo", O. H. K. Spate escreve em *The Spanish lake* (O lago espanhol). "Armaduras, cavalos, bestas, armas de fogo, táticas disciplinadas e coragem, tudo o que importa, por si só, não bastaria para dirimir as diferenças numéricas." A expansão opressiva, relativamente recente, do Império asteca e sua supremacia tinham produzido muito ressentimento em clãs, tribos e cidades, estados tributários rebeldes. Eles estavam mais que dispostos a ajudar — direta e indiretamente — em qualquer desafio a esse regime brutal, que enviava guerreiros e escravos capturados, acorrentados, para ter seus corações, ainda batendo, arrancados nos templos, no topo das grandes pirâmides. A história de como Cortés realizou seu feito militar e diplomático é rica, detalhada e sujeita a diversas interpretações; assim como o debate a respeito de Cortés como indivíduo oscila entre declará-lo um herói ou denunciá-lo como cruel vilão. Mas a doença teve um efeito muito mais devastador sobre o povo asteca que a força militar de Cortés.

Os povos da América tinham pouca resistência às doenças europeias. Morriam em números tão grandes de varíola, gripe, sarampo, peste bubônica, febre amarela, cólera e malária que os sobreviventes não conseguiam remover os corpos em decomposição dos fossos e aleias. Simplesmente havia corpos demais para retirar. Em Tenochtitlán havia mortos por toda parte. O cheiro enjoativo das piras funerárias se misturava ao do apodrecimento adocicado da carne em decomposição. A grande praça do mercado estava cheia de cadáveres empilhados como fardos de feno ao lado de avenidas até então livres. Um comentador espanhol notou com tristeza, "os índios morrem tão facilmente que só a visão e o cheiro de um espanhol fazem com que eles expirem". De acordo com Noble David Cook em *Born to die* (Nascido para morrer), a doença chegou a matar 90% da população em algumas regiões e era "a maior catástrofe humana na história, excedendo de longe o desastre da peste negra da Europa medieval".

As comportas da riqueza da América estavam agora inteiramente abertas. Bandos itinerantes de aventureiros financiados por particulares varriam a América, desde a Flórida até o Peru, procurando mais uma fonte de tesouro fácil. As cidades-Estado da península maia de Iucatã e da Guatemala foram subjugadas por Pedro de Alvarado em 1523, e Francisco Pizarro levou seu bando de corsários para o sul do Peru em 1531. Em 1533, Pizarro já tinha derrotado o Império inca e conquistado a

cidade de Cuzco, capturando traiçoeiramente o imperador Atahualpa. Na Flórida, Hernando de Soto liderou uma expedição de busca pela Fonte da Juventude e pelas Sete Cidades de Cíbola em 1539. Em todos esses empreendimentos, os povos nativos da América — escravizados, exauridos, deslocados e devastados por doenças — sofreram horrivelmente. Muitos foram mortos logo de saída, outros foram obrigados ao trabalho escravo, acorrentados em grupos de trabalho ou dobrados sob o chicote nas minas de prata no Peru e no México.

Para acalmar as consciências e justificar suas ações, os conquistadores liam em voz alta o *Requerimiento* — documento concebido durante o reino de Fernando para justificar a conquista com base religiosa. Mas até os clérigos espanhóis, acostumados à intolerância religiosa e condicionados pela crueldade por um conflito de sete séculos com os mouros, não podiam tolerar os crimes brutais dos conquistadores e administradores coloniais em relação aos povos nativos. Os escritos de frei Diego de Landa e Bartolomeu de Las Casas, publicados amplamente por toda a Europa no fim do século XVI, expuseram a crueldade dos conquistadores e contribuíram para a "lenda negra" das atrocidades espanholas no Novo Mundo. Estudiosos modernos calculam que a carnificina provocada por conquista, escravização e doenças por toda a América tenha chegado a dezenas de milhões de mortes.

Cortés assentou as bases do Império espanhol. Nas décadas seguintes, a velocidade e a totalidade da conquista espanhola transformariam completamente a história do mundo, já que a Espanha, sem a oposição de Portugal nem de nenhuma outra potência marítima, consolidou seu império e explorou os recursos da América Central e do Sul, expedindo vastas cargas de barras de ouro e prata para o outro lado do Atlântico e transformando a Espanha não apenas no país mais rico no mundo, como também em um império dotado do mais vasto território desde Gêngis Khan.

A poucos anos do início da conquista, no entanto, um visitante inesperado chegou a Tenochtitlán, que havia sido rebatizada de Cidade do México por seus conquistadores. O visitante, padre Juan de Aréizaga, surpreendentemente vinha do oeste, da direção do oceano Pacífico. Ele tinha uma solicitação pouco comum para Cortés, o conquistador do México.

Nos anos 1520, antes de as conquistas mexicana e peruana estarem concluídas, acreditava-se que a riqueza do mundo estava situada nas ilhas Molucas. Os monarcas de Espanha e Portugal, Carlos I e João III, estavam em meio a uma disputa para saber se Magalhães tinha ou não violado o Tratado de Tordesilhas durante a circum-navegação. Carlos estava planejando uma viagem de acompanhamento para retraçar a rota de Magalhães em torno da América do Sul e através do oceano Pacífico. Em vez de entrarem em guerra atacando os navios uns dos outros nas Molucas, e talvez se arriscando a danificar as bases do tratado que dava à nação de cada um metade do mundo não cristão, os dois monarcas concordaram em fazer uma conferência na qual os maiores cosmólogos, navegadores, cartógrafos e outros cientistas, luminares jurídicos e eclesiásticos dos dois países se encontrariam para debater a divisão do mundo — dilema político e diplomático.

Os especialistas se reuniram em abril e maio de 1524, em uma ponte sobre o rio Guadiana, na fronteira entre os dois reinos. Eles estavam determinados a elaborar um acordo aceitável sobre a localização da linha de demarcação no outro lado do mundo, ou talvez apenas representar durante algum tempo enquanto cada um dos países enviava expedições rivais para as Molucas. A reunião foi chamada de Conferência de Badajoz por causa da ponte que, embora simbolicamente neutra, mostrou-se um lugar pouco apropriado para abrigar uma conferência diplomática internacional, e os delegados passaram a se retirar alternadamente para as cidades fronteiriças de Elvas e Badajoz. Muitos notáveis estavam presentes, inclusive o cartógrafo Diego Ribera (que mais tarde produziu um mapa apresentando as reivindicações conflitantes de Portugal e da Espanha, com uma terra de ninguém colocada entre eles), Sebastián Cabot, Juan Sebastián de Elcano, o capitão que trouxe o *Victoria* para casa depois da morte de Magalhães, e Giovanni Vespúcio, irmão do famoso navegador Américo.

Os trabalhos quase foram sabotados antes de qualquer reunião acontecer. Quando o augusto grupo de negociadores portugueses caminhou pela ponte para se encontrar com suas contrapartes espanholas, um menino que estava secando roupa ao sol com a mãe fez uma pergunta a eles: será que eles iam mesmo dividir o mundo? O distinto Diogo Lopes de Sequeira, até pouco tempo governador das empresas portuguesas na Índia, solenemente respondeu que sim. Com um sorriso

afetado, o garoto tirou as roupas do caminho e mostrou o traseiro para eles, anunciando que deviam "traçar uma linha bem através disso!".

Depois de acalmada a confusão e de os delegados portugueses serem dissuadidos a desistir de sua exigência de que o garoto fosse chicoteado, a conferência começou. Arrastou-se durante quase dois meses. Todos os luminares compareceram fielmente às reuniões e apresentaram seus casos, discutindo suas posições. Não era de surpreender que as opiniões especializadas estivessem divididas segundo as cores nacionais. Os dois lados nem sequer conseguiam concordar com o comprimento-padrão de um grau de longitude em léguas (a localização original da linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas estava expressa como 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde), de modo que grande parte da conferência pouco passou de uma tática de protelação. Não apenas os especialistas não conseguiam chegar a um consenso quanto ao comprimento de um grau, como o verdadeiro tamanho do oceano Pacífico permanecia desconhecido. A distância, na época, era registrada por simples avaliação, o que produzia estimativas vagas e algumas vezes contraditórias.

Os delegados espanhóis fizeram pressão por uma rápida decisão do acordo, baseada em suas estimativas da localização da linha de demarcação que, embora variasse, sempre punha metade, ou a totalidade das Molucas, na parte espanhola do mundo. Os portugueses, que preferiam ter um espaço de tempo maior para tomar uma decisão — durante o qual cada nação ficaria restrita em suas atividades até que fosse feita a determinação —, queriam se basear em cálculos astronômicos a serem ainda aperfeiçoados. Embora ninguém pudesse saber, na época, os portugueses tinham reivindicações mais exatas. Os argumentos deles colocavam quase a região inteira das Molucas dentro da metade portuguesa do mundo, deixando apenas um punhado de ilhas minúsculas — Marianas, Palaus e Micronésia — para a Espanha. Dificilmente elas valeriam uma viagem através do Pacífico, devem ter pensado.

Não só faltava aos delegados qualquer método confiável para calcular a longitude, mas, além disso, eles tinham de debater dúzias de mapas e globos distorcidos e grosseiramente inexatos. Alguns desses mapas foram originalmente projetados para discutir pontos de vista políticos diferentes, como impedir viagens à Índia pela rota portuguesa exagerando a distância — coisa que funcionou muito bem nas mãos dos espanhóis, ao fazer que essa metade do mundo parecesse maior.

Mesmo que as duas nações fossem sinceras em suas tentativas de criar uma teia cosmológica de longitude desinteressada em termos das vantagens políticas e mercantis dos países, a tecnologia e o conhecimento para isso simplesmente não existiam na época. A exatidão em determinar a longitude fora da Europa progrediu devagar e aos poucos, ao longo do século XVI, sobretudo como resultado dos estudos dos missionários jesuítas que seguiam um punhado de eclipses documentados em lugares como Cidade do México, Calicute, na Índia, e China.

Depois de meses de altercações na Conferência de Badajoz, cada lado se recusava a ceder qualquer coisa ao outro, e os dois reivindicavam praticamente a Indonésia inteira. É difícil não ver nisso um exercício divertido: delegados de duas pequenas nações da Europa, que tinham recentemente descoberto um método de navegar grandes distâncias para alcançar essas partes do mundo novas para eles, solenemente apresentando a seus colegas e contrapartes, na maior desfaçatez, argumentos baseados em informações falhas e grosseiramente inexatas (e certamente sabendo muito bem qual era a proveniência duvidosa dos fatos), discutindo sobre a soberania de milhões de pessoas que não tinham ideia de que essa conferência estava sendo feita, e que teriam rido e ido cuidar da vida se soubessem.

Mesmo assim, o fracasso da Conferência de Badajoz em produzir qualquer coisa mutuamente passível de acordo significava que os monarcas espanhóis e portugueses se fiavam no segundo melhor método de obter o que queriam: a ocupação das Molucas à força, se necessário. Carlos I planejava uma expedição de acompanhamento à viagem de Magalhães enquanto os delegados em Badajoz ainda apresentavam seus grandiosos e petulantes argumentos. Ele nomeou García Jofre de Loaísa, um soldado com boas conexões, para chefiar essa expedição, com Elcano como segundo-comandante. Chamando sua pequena flotilha de Segunda Armada de Molucas, Carlos ordenou que construíssem um posto comercial espanhol permanente nas Molucas e que quebrassem o monopólio português — em desafio ao espírito, se não aos preceitos, da Conferência de Badajoz. Ele tinha pouco conhecimento dos grandes riscos que uma viagem dessas ao redor do mundo acarretava e nem avaliava como os portugueses já estavam entranhados na região.

A Segunda Armada de Molucas partiu de Sevilha para retraçar a rota de Magalhães, mas foi tomada pela má sorte desde o início. Diversos de seus navios

foram martelados por violentas tempestades, separados da flotilha e destruídos antes mesmo de entrar no estreito de Magalhães. Um dos navios foi para o norte, subindo a costa do México pelo Pacífico, mas ficou sem provisões e não tentou a travessia. Ao contrário, o capitão enviou o padre Juan de Aréizaga a terra para comprar suprimentos para o pessoal local. O padre acabou por fazer uma viagem por terra até a Cidade do México (Tenochtitlán) e se encontrou com Cortés, então há apenas poucos anos em sua tarefa de consolidar a conquista espanhola do Império asteca. Cortés concordou em construir diversos navios e enviá-los do México em socorro à Segunda Armada.

Dos cinco navios que saíram de Sevilha, e dos dois que de fato se propuseram a atravessar o Pacífico, apenas um, o *Santa Maria de La Victoria*, chegou às ilhas Molucas. Dúzias de membros da tripulação, inclusive o capitão, García Jofre de Loaísa, morreram miseravelmente de escorbuto na vasta extensão do Pacífico. O cronista Andrés de Urdaneta registrou que "as pessoas estavam tão exaustas por trabalhar demais nas bombas, pela violência do mar, por insuficiência de alimento e doença que todo dia alguém morria". O segundo-
-comandante, o indomável Elcano, que deve ter achado que estava revivendo alguns dos piores momentos de sua primeira circum-navegação, também ficou debilitado pela terrível doença. De fato, apenas dias depois de assumir o comando do único navio sobrevivente da antes altiva Segunda Armada de Molucas, ele rabiscou seu testamento oficial antes de morrer, em 4 de agosto de 1526.

Quando o navio e sua escassa tripulação sobrevivente alcançaram a ilha de Tidore, encontraram uma recepção silenciosa. Os portugueses haviam atacado a ilha recentemente, em retaliação pelo fato de os nativos terem ajudado Elcano anos antes. Logo vieram notícias da ilha de Ternate, próxima, onde os portugueses haviam estabelecido um posto avançado fortificado, de que o *Santa Maria de la Victoria* deveria sair imediatamente da metade portuguesa do mundo. Afinal, uma pequena flotilha portuguesa foi reunida e partiu para atacar o navio espanhol. Os navios atiraram um contra o outro durante dias, até que a flotilha portuguesa foi embora, em derrota aparente. Para os espanhóis, foi uma vitória de pirro: o *Santa Maria de la Victoria* estava tão danificado que, quando os navios portugueses voltaram, eles conseguiram capturá-lo, tiraram tudo o que havia de valor nele e o queimaram. Os marinheiros espanhóis fugiram para o interior da ilha.

Assim começou a guerra não oficial entre Espanha e Portugal nas ilhas Molucas, em que cada lado achava, ou pelo menos argumentava, que a linha de demarcação lhe dava o direito exclusivo de comercializar e viajar; portanto, o direito de atacar e matar invasores. Cada nação aliciava aliados locais para sua causa: os portugueses alinharam-se ao sultanato de Ternate; e os espanhóis, aos governantes de Tidore e Halmahera, ali perto, e continuaram em guerra um contra o outro por mais de um ano. A expedição de socorro enviada por Cortés também se mostrou um desastre. Embora um dos três navios mandados tenha realmente conseguido atravessar o Pacífico e alcançar as Molucas, foi logo capturado pelos portugueses. Sua tripulação foi encarcerada, e a carga, confiscada.

Sem se deixar intimidar, Carlos I enviou uma Terceira Armada às Molucas. Essa expedição foi capitaneada pelo maquinador Sebastián Cabot, então o piloto-mor de Sevilha e filho do inescrutável John Cabot. Entretanto, Sebastián logo voltou, admitindo fracasso, depois de cruzar a costa do Brasil até o rio da Prata. Depois disso, o custo para a coroa espanhola foi enorme, uma vez que todas as flotilhas enviadas depararam com desastre e destruição. Carlos I se recusou a admitir a derrota, tão altas eram as apostas, tanto nos interesses comerciais quanto em termos de orgulho pessoal: ele não queria dar ao novo rei português, João III, nenhum sentimento de vitória ou superioridade. Entretanto, os planos de Carlos I para uma nova expedição, consistindo em oito navios armados para atacar os portugueses e expulsá-los das Molucas, não foram adiante. Seus banqueiros, da Casa Fugger, recusaram-se a adiantar os recursos para Carlos, e ele estava endividado demais para reunir o dinheiro na receita real.

A administração de Carlos I na Espanha e os negócios soberanos de seus outros domínios tinham esvaziado os cofres de seus reinos. Particularmente caras eram as constantes batalhas contra Francisco I da França e alto o preço de suas armadas fracassadas. Durante grande parte de uma década, Carlos I contratou quinze navios para as ilhas Molucas, e, durante esse tempo, apenas um navio — o *Victoria*, capitaneado por Elcano, depois da morte de Magalhães — voltou à Espanha. Nenhum navio tinha cruzado ainda o Pacífico de oeste para leste. Já que ninguém descobrira um método de cruzar o Pacífico de volta, nenhuma especiaria poderia alcançar a Espanha navegando exclusivamente na metade espanhola do mundo. Só em 1565 é que a rota do Pacífico, entre Manila e Acapulco, foi feita pela

primeira vez por Andrés de Urdaneta.

Do ponto de vista de Carlos I, as terras conquistadas do México e, mais tarde, do Peru estavam começando a parecer cada vez mais valiosas. De fato, elas estavam rendendo dividendos muito maiores, se não se fizesse vista grossa para o derramamento de sangue e o sofrimento, que qualquer um de seus dispendiosos fracassos para chegar às ilhas Molucas. Qualquer vitória para ele, ali, no outro lado do mundo, seria tão cara a ponto de consumir qualquer lucro. Conformar-se com o fato de que as finanças eram limitadas pode ter sido um golpe para o imperador, que havia crescido acreditando que era todo-poderoso. Foi obrigado a se perguntar: por que se incomodar com as Molucas quando as riquezas vindas de suas próprias terras incontestáveis na América estavam se mostrando ainda mais proveitosas?

Em meados dos anos 1520, Carlos I estava, além disso, se preparando para seu iminente casamento, um casamento que, na longa tradição ibérica, seria com a irmã de João III, Isabel, ligando ainda mais as casas dinásticas das nações em luta. Não pareceria adequado para o rei espanhol se casar com a irmã mais nova do rei português enquanto enviava flotilhas espanholas para batalhar contra os portugueses nas Molucas; e, embora ele estivesse fazendo exatamente isso havia alguns anos, evidentemente achou que era hora de frear o conflito e focar em seus problemas europeus. Talvez a diplomacia pudesse alcançar vitória onde os militares não conseguiam. Depois de seu casamento, Carlos apresentou uma oferta ao novo cunhado, João, para reunir ainda outra conferência, arbitrada por um representante papal, em que eles mais uma vez pudessem apresentar seus casos a respeito de que país tinha direito à soberania sobre as Molucas.

Os dois soberanos acertaram suas reivindicações quanto às Molucas no Tratado de Saragoça, em abril de 1529. Fizeram um acordo em que a linha de demarcação cairia a leste das Molucas, dando-as a Portugal, e combinando que nenhum súdito castelhano iria nelas comercializar, viajar ou explorá-las. Carlos I inseriu uma cláusula que, se um cálculo acurado da longitude fosse algum dia concebido, e se os cálculos mostrassem que as ilhas Molucas ficavam a leste da verdadeira linha de demarcação, o tratado seria anulado, e a Espanha "teria o direito e as ações como tem agora". Em troca, João III, cheio de dinheiro com os lucros no comércio das especiarias e sem o envolvimento dispendioso de Carlos I na política europeia, concordou em adiantar 350 mil ducados de ouro a Carlos, que foram

prontamente usados para financiar suas permanentes lutas contra a França.

O tratado curiosamente não fazia menção às ilhas que mais tarde seriam chamadas de Filipinas, mas o fato de estarem situadas de modo garantido a oeste da nova linha as tornava, tecnicamente, parte da metade portuguesa do mundo. Muitos anos mais tarde, nos anos 1540, Carlos I ainda fez mais uma tentativa de chegar às Filipinas, mas só em 1565, depois de ter sido sucedido por seu filho Filipe II (em homenagem ao qual foi dado o nome ao grupo de ilhas), foi construído o primeiro posto comercial em Cebu, mais tarde mudado para Manila.

O Tratado de Saragoça efetivamente dividia o mundo em dois hemisférios, dominados por duas potências marítimas, embora a "metade" portuguesa fosse agora ligeiramente maior que a "metade" espanhola. O acordo histórico acabou com a primeira batalha épica sobre o controle das mercadorias mais valiosas do mundo e refinou ainda mais as fronteiras jurídicas e geográficas estabelecidas em 1493 pelo papa Alexandre VI. As duas nações europeias favorecidas se tornaram ricas e firmaram seus monopólios. Embora o tratado tenha diminuído a rivalidade marítima entre Espanha e Portugal — levando espanhóis e portugueses às mesmas posições que tinham antes de Magalhães abordar Carlos I com seu ousado esquema inspirado em vingança —, ele resultou num aumento de tensão com a Inglaterra, a República da Holanda e a França.

Ouro: o produto mais valioso na Europa. Símbolo de permanência num mundo em constante mutação, era a única moeda de troca universalmente aceita, usada como tal durante quase dois mil anos. A prata escurece, o ferro enferruja e o cobre se corrói, mas o ouro conserva seu brilho para sempre. Na Europa do século XVI, ouro era poder: poder para criar exércitos e marinhas; poder para construir igrejas; poder para estimular o comércio e a exploração; poder para governar um Estado. "Ouro", exclamou Colombo, "é uma coisa maravilhosa! Quem quer que o possua é senhor de tudo o que quer. Com ouro é possível até abrir o caminho para o paraíso!" Para os aventureiros, o Novo Mundo era um jogo estimulante; para os clérigos católicos, oferecia novos pagãos para conversão e uma oportunidade de expandir a hierarquia da Igreja; para os comerciantes, oferecia novos monopólios nas ricas terras "orientais"; e, para monarcas ambiciosos, era uma nova fonte de barras de ouro para reabastecer os cofres reais — uma nova fonte de poder.

Infelizmente, o ouro é raro. O ouro mais facilmente obtido na Europa já havia sido minerado pelos romanos das montanhas da Espanha e da França até cerca do ano 500 d. C., quando as minas foram esgotadas. As maiores fontes de ouro no mundo não estavam na Europa. No século XVI, estavam localizadas no México e na América do Sul, em regiões notoriamente invadidas por conquistadores espanhóis.

A quantidade de ouro que saía da América para a Espanha aumentou constantemente durante o século XVI, de 52,7 mil pesos, em 1522 (o valor do primeiro carregamento de Cortés), para mais de 800 mil pesos, em 1570. Em 1600, a entrada do tesouro americano na Espanha, que a essa altura incluía prata — extremamente valiosa para comércio com a China —, chegava a uma soma descomunal. Em 1628, um frade chamado Antonio Vázquez de Espinosa calculou que a riqueza que deixou as Índias seria de 1,8 bilhão de pesos. No início do século XVII, a Espanha tinha enviado da América mais de três vezes a quantidade total de ouro que havia na Europa antes da viagem de Colombo, em 1492. Ouro, prata, gemas e pérolas não eram os únicos artigos extraídos da América. Já desde 1550 navios mercantes das frotas espanholas anuais do Tesouro carregavam mercadorias como corante de cochonilha, tabaco, índigo, peles, gengibre, pau-brasil, pau-santo, favas de baunilha, salsaparrilha e muitas drogas raras e valiosas.

Toda essa riqueza era controlada diretamente pela coroa espanhola. Em 1503, Fernando e Isabel criaram a Casa de Contratación em Sevilha, para regulamentar severamente todo o comércio com os novos territórios, exatamente como tinha sido feito anteriormente com o comércio no Mediterrâneo. A Casa ilustra perfeitamente a abordagem espanhola ao comércio com as Índias Ocidentais — seria controlado a qualquer custo pela monarquia. Nenhuma quebra de protocolo era tolerada, nem qualquer alternativa aceita. A Casa evoluiu para um setor do governo dedicado exclusivamente a preservar o controle governamental do comércio privado entre a Espanha e as Índias. Só navios e comerciantes espanhóis podiam atravessar o Atlântico, e assim mesmo com as licenças e os papéis apropriados, depois de terem pago os impostos adequados. Esse monopólio garantia que Sevilha fosse o único destino de todo o tesouro colonial. Desse modo, desde data remota, os monarcas espanhóis tomaram o controle do comércio com as Índias, cortando pela raiz o comércio não regulado (e, portanto, não taxado) e as viagens através do Atlântico.

À medida que aumentava o fluxo de lingotes vindos da América durante os séculos XVI e XVII, também aumentavam regras, impostos e o número de burocratas envolvidos na Casa. O comércio hispano-americano durante essa época provavelmente era o monopólio mais regulamentado na história da Europa ocidental. Entretanto, ao contrário do sistema bancário moderno, com transferências eletrônicas avançadas de dinheiro e cartas de crédito, a riqueza saqueada da América era inútil para a monarquia espanhola enquanto não chegasse de fato a Sevilha. E, à medida que o século XVI avançava, a Espanha precisava dessas barras de ouro — não para obras públicas ou programas de melhoria social, mas para afastar os credores. A Espanha estava em estado crônico de dívidas com os banqueiros europeus, como a Casa Fugger, para financiar guerras imensamente dispendiosas no norte da Europa e alimentar a burocracia central cada vez maior. Sem nenhuma indústria ou rede de comércio, a base de impostos mais significativa da coroa espanhola era o comércio com as Índias, grosseiramente ineficiente, que empregava mais reguladores e funcionários que comerciantes ou marinheiros. No fim do século XVI, barras de ouro e artigos americanos, saqueados e transportados através do Atlântico, contribuíam diretamente com mais de 20% para a receita estatal espanhola.

Já em 1520, os navios do tesouro espanhóis de volta das Índias eram ameaçados por corsários franceses que cruzavam o Atlântico oriental. (A França e a Espanha estiveram envolvidas em guerras quase crônicas durante todo o século XVI.) Em 1521, piratas franceses (navios privados licenciados pelo governador francês para se apossar de navios espanhóis assim que eles entravam nas regiões costeiras da Europa) capturaram dois navios de tesouro da flotilha espanhola. O rei Francisco I da França ficou pasmo com o volume de barras de prata mexicana, pérolas e açúcar: "O imperador [espanhol]", exclamou ele, "pode continuar a guerra contra mim só com as riquezas que ele retira das Índias Ocidentais!". Referindo-se à linha de demarcação, o rei francês também fez uma declaração engraçada, e talvez apócrifa: "O sol brilha sobre mim tanto quanto sobre o outro; eu gostaria de ver a cláusula no testamento de Adão em que sou cortado da minha porção no Novo Mundo". Logo, os mares estavam coalhados de piratas esperando para saquear os pesados e lentos galeões espanhóis, que eram ineficientemente construídos, capitaneados, organizados e defendidos. Para se proteger contra essa nova ameaça à

segurança nacional, a monarquia espanhola rapidamente aprovou leis exigindo que todos os navios para as Índias navegassem em comboio, por segurança, e comprou um esquadrão de galeões fortemente armados para acompanhar o comboio. Para pagar a nova marinha, a Casa lançou mais um imposto sobre os mercadores, chamado *Averia*. Em 1543, a frota do tesouro da Espanha era defendida por seis navios de guerra fortemente armados.

Embora navios solitários pesadamente armados, chamados Navios de Registro, algumas vezes navegassem a rota das Índias Ocidentais sozinhos, e exceções a todas as regras fossem rotina, a partir de 1566 eram enviadas duas flotilhas do tesouro de Sevilha para as Índias todos os anos. A flotilha mexicana, a *Flota*, partia em abril ou maio (ou mais tarde, já que frequentemente havia atrasos inesperados e complicações burocráticas) e desembarcava em Vera Cruz, na Nova Espanha, com os navios se desviando para Honduras, Cuba e Hispaniola durante a rota. As flotilhas do Panamá, os *Galleones*, partiam em agosto e iam até Portobello, no Panamá, e depois para outras cidades ao longo do litoral controlado pela Espanha na América do Sul. Para a viagem de volta para a Europa, as duas flotilhas do tesouro se congregavam em Havana, Cuba, onde eram reabastecidas e organizadas. (Havana era uma fortaleza quase inexpugnável, nunca derrotada até 1762, quando foi pilhada pela Marinha Real Inglesa no fim da Guerra dos Sete Anos.) Levar barras de ouro e prata da América para a Europa mostrou-se uma empreitada cara e perigosa, sempre sujeita a caprichos da natureza e a depredações imprevisíveis de piratas e corsários.

Por fim, a burocracia espanhola começou a regular severamente o número e o tipo de navios, além da quantidade de carga que cada um podia carregar, o número de canhões, o número de oficiais e o número de burocratas exigidos para cada travessia do Atlântico. (Uma quantidade assombrosa de oficiais era exigida por lei para viajar em navios espanhóis, inclusive o *veedor*, cuja única responsabilidade era certificar-se de que outros oficiais estivessem a bordo, que as regras estavam sendo obedecidas e os formulários oficiais, preenchidos.) Todos esses postos oficiais eram comprados do governo e não tinham nada a ver com treinamento, habilidade ou conhecimento. Não é necessário dizer que o comércio das Índias não foi bom para a economia da Espanha a longo prazo; como resultado, o país se tornou supremamente dependente dos carregamentos anuais do ouro americano.

Enquanto outras nações europeias dependiam de um comércio saudável, com a taxação correspondente, para gerar a saúde do Estado, a Espanha dependia das barras mineradas na Nova Espanha. Nenhuma indústria conseguiria gerar lucros maiores do que aquele produzido pelo trabalho escravo nas minas de prata e de ouro. Por fim, em consequência disso tudo, quase a totalidade da indústria espanhola destrinchou.

Legiões de escreventes preenchiam livros de contabilidade sem limites, e havia um exército de coletores de impostos e calculadores, hierarquias de subministros que se reportavam a ministros, que por sua vez se reportavam aos agentes do rei. Havia agentes de expedição, supervisores e seus chefes, emitentes dos formulários apropriados e os que examinavam se esses formulários estavam preenchidos, e os oficiais auxiliares que se certificavam de que os oficiais originais não estavam enganando ninguém. Quando oficiais coloniais cometiam erros honestos, eram suspeitos de traição ou corrupção, e não de incompetência ou falta de atenção, e às vezes eram mandados para a Espanha sob ferros para se defender — uma jornada nada agradável, mesmo que fossem declarados inocentes. O atrito burocrático e a inércia criaram um ambiente em que nenhum funcionário colonial queria ou podia tomar decisões sem primeiro obter permissões por escrito de autoridades mais altas na Espanha, processo que podia durar mais de um ano por navio em viagem.

Inerentes a essa estrutura estavam as sementes de seu declínio. Logo, a maioria dos artigos manufaturados na Espanha e no Caribe era fabricada em algum outro lugar. A Espanha se tornou basicamente o distribuidor não oficial de ouro e prata para o restante da Europa, com pouca indústria que não fosse a extração e o transporte de barras de metais preciosos. Quando a frota do ouro era tocaiada ou destruída, os resultados eram desastrosos. À medida que as colônias espanholas cresciam em sofisticação e população, passaram a demandar luxo e artigos manufaturados europeus e exigiam uma forma confiável de enviar seus produtos locais para o mercado.

A política oficial espanhola depois de 1540 declarava que era ilegal para estrangeiros comerciar nas Índias Ocidentais além da linha de demarcação estipulada no Tratado de Tordesilhas. A punição para a desobediência a essa lei era a morte por enforcamento. Todo o comércio das Índias, portanto, tinha de ser feito com a Espanha e regulado pelo governo espanhol. A maior parte dos artigos

manufaturados tinha de ser importada para a Espanha de outras nações europeias (e pagar imposto de importação), depois transportada para Sevilha e oficialmente certificada para o comércio com o Novo Mundo (e pagar a certificação). Dos armazéns em Sevilha, as mercadorias eram então embarcadas em galeões comerciais oficiais das Índias, pertencentes à anual *Flota* ou *Galleones* (pagando tarifa de exportação, além da *Averia*, o custo da proteção). Lá iam, então, as mercadorias através do Atlântico, sob altos custos e perigos, com muitos escreventes e oficiais supervisionando a certificação apropriada. O carregamento era desembarcado no porto de Vera Cruz ou de Portobello (pagando o imposto do Novo Mundo), vendido para comerciantes nos grandes mercados públicos (pagando imposto de transação) e finalmente enviado para outras colônias mais distantes (pagando tarifas de importação e transferência cada vez que as mercadorias atravessavam fronteiras coloniais).

Nas dispersas colônias espanholas, praticamente qualquer artigo de luxo tinha de ser importado: tecido, pólvora, armas, implementos agrícolas, utensílios de cozinha, óleo para cozinhar, talheres. Quando os artigos alcançavam as colônias e cidades mais distantes, já tinham passado por tantos funcionários de alfândega e repartições de impostos que o custo final para os comerciantes coloniais era excessivamente alto. Por exemplo, comerciantes em Potosí (na costa do Pacífico da América do Sul) pagavam quase quarenta vezes o preço pago na Europa por itens manufaturados semelhantes: se uma vaca local valia aproximadamente dois pesos, então uma bolsa de papel importado com um custo de cerca de cem pesos valia cinquenta vacas locais; uma espada que custasse seiscentos pesos valeria aproximadamente trezentas vacas; e um manto de bom tecido que custasse quinhentos pesos era avaliado em 250 vacas locais. Isso era motivo de insatisfação e incentivava o mercado negro.

Atraídos pela potencial fonte de riqueza, comerciantes ingleses, franceses e holandeses, em vez de enviarem seus artigos para a Espanha, começaram a ir diretamente ao Caribe. Os mercadores coloniais espanhóis estavam mais que dispostos a participar do comércio ilegal, e muitos secretamente contrabandeavam barras de ouro para os estrangeiros, junto com outros artigos, como peles, corante de cochonilha ou índigo. Os intrusos cobravam apenas 25% de margem de lucro. Apesar da crescente necessidade de bens manufaturados nas colônias espanholas, as

encomendas de artigos para a Espanha decaíam a cada ano, à medida que os preços se elevavam. No começo do século XVII, os contrabandistas supriam não apenas quase todos os artigos manufaturados, mas também escravos para as colônias espanholas. A excessiva taxação espanhola e os muitos intermediários na transferência dos artigos criaram um mercado para produtos contrabandeados mais baratos. Uma vez que esse mercado passou a existir, era quase impossível impedir que os fornecedores exercessem seu comércio, mesmo quando ameaçados com punições violentas e, talvez, com a morte.

O governo espanhol estava bastante consciente do dano ao comércio nacional (e perda de receita com os impostos) resultante desses intrusos ilegais. Impunha penas severas aos mercadores coloniais por desatenção às regras do mercado: prisão, pesadas multas e perda do título oficial eram punições comuns. Estrangeiros apanhados navegando no Caribe (na metade espanhola do mundo) sofriam morte por enforcamento ou uma vida de trabalhos forçados nas minas de prata. Mesmo assim, em desafio às declarações do rei da Espanha, no fim do século XVI, marinheiros e comerciantes ingleses, portugueses, holandeses e franceses continuaram a se dirigir em bandos para assentamentos espanhóis no Caribe — se não pudessem fazer comércio legalmente, fariam ilegalmente. Como J. H. Parry escreve em *The Spanish seaborne Empire* (O Império marítimo espanhol):

> A Espanha insistia, diante dos fatos, em um monopólio exclusivo de comércio e na tentativa de fazer cumprir esse monopólio, e achou necessário reivindicar em geral o direito de regular o tráfico por navio no Caribe, de definir os cursos a serem seguidos por comerciantes de boa-fé entre outros países europeus e suas respectivas colônias e de impedir e perseguir navios estrangeiros que se desviassem desses trajetos.

Mas ali havia mais do que apenas comércio. Os contrabandistas franceses, ingleses e holandeses estavam clara e comumente violando a proclamação papal de 1493, aventurando-se na metade espanhola do mundo, na América do Sul e no Caribe, e também na metade portuguesa do mundo, na África. As punições para esse comportamento de cruzar a linha de demarcação estavam declaradas nas doações papais, proclamando a excomunhão da Igreja católica. No entanto, a excomunhão estava se tornando uma punição com limitado poder de persuasão. Grandes parcelas das populações do norte da Europa não estavam mais interessadas em obedecer às palavras de um papa corrupto, palavras que tinham

sido proclamadas gerações antes; de fato, muitas delas não estavam interessadas nas palavras de papa algum, em qualquer tempo.

À medida que o século XVI avançava, França, Inglaterra e Holanda — fosse por sua experiência direta ou por observar os cada vez mais numerosos litorais nos muitos mapas do globo que então eram criados por cartógrafos — perceberam que o mundo era muito maior e muito mais rico do que supunham. Mesmo assim, de acordo com as doações papais e o Tratado de Tordesilhas, esses países não tinham direitos legais a qualquer dos tesouros da América ou às especiarias das Molucas. E Espanha e Portugal estavam determinados a defender seus monopólios sancionados pela Igreja com a força. Os intrusos se defrontaram com uma escolha: ou se tornavam piratas ou desafiavam a autoridade da Igreja católica e se tornavam hereges. Eles fizeram as duas coisas.

9. Os hereges

"Desde que Deus criou o mundo, não houve nele império tão extenso quanto o da Espanha, porque, desde a aurora até o crepúsculo, o sol jamais cessa de brilhar por um instante sobre suas terras." Assim escreveu o espanhol Francisco Ugarte de Hermosa em 1655. Durante cerca de cem anos, desde meados do século xvi até meados do século xvii, a Espanha foi a nação mais poderosa da Europa, comandando um império que, como Hermosa tão orgulhosamente declarou, realmente se estendia ao redor do mundo. Navios espanhóis dominavam o oceano Atlântico e o leste do oceano Pacífico, e seus exércitos ocupavam uma significante porção da Europa. Durante grande parte desse período, Portugal também era uma superpotência: navios portugueses dominavam a costa da África, o oceano Índico e a Indonésia. A riqueza do mundo era transportada numa rede marítima de rotas comerciais que tinha milhares de milhas de comprimento e podia levar meses, ou até um ano, para ser percorrida — tudo para enriquecer as casas reais de Espanha e Portugal.

Em 1581, depois de inúmeras gerações de corrupção e conflito, essas casas reais foram afinal reunidas quando o jovem rei português Sebastião i morreu sem deixar herdeiros, e a coroa foi reivindicada por Filipe ii da Espanha, o filho de Carlos i e Isabel de Portugal. Como Filipe era herdeiro das coroas da Espanha e de Portugal, as duas metades do mundo não cristão, tal como definidas pelas proclamações do papa e pelos tratados de Tordesilhas e de Saragoça, agora estavam sob o controle de um só monarca. Foi sob Filipe ii e sob seu sucessor, Filipe iii, que o Império espanhol atingiu o apogeu, sua idade de ouro — como foi descrita com grande entusiasmo por Francisco Ugarte de Hermosa —, com territórios em quase todos os continentes e poder sobre enormes extensões da Europa. Mas foi também durante esse período de ascendência espanhola e portuguesa que ocorreram as mais sérias ameaças à unidade europeia.

Em 1517, um padre de meia-idade e professor de teologia na cidade alemã de Wittenberg se tornava cada vez mais frustrado com aquilo que acreditava constituir

as práticas corruptas no interior da Igreja católica. O que o incomodava em particular era a venda de indulgências, que absolvia os católicos da necessidade de penitência por seus pecados confessados, e também a prática de simonia, ou venda de postos na Igreja, o que ocorria quase com tanta frequência quanto ocorrera durante os dias do papa Alexandre VI, uma geração atrás. Nessa época, o papa Leão X estava tentando levantar dinheiro para a construção da basílica de São Pedro, em Roma, e enviara agentes à Alemanha para incrementar a venda de indulgências com esse objetivo. Acredita-se que um desses agentes, Johann Tetzel, foi quem exclamou: "Assim que a moeda soar dentro do cofre, as almas pularão do purgatório".

Lutero, ofendido pelo fato de alguém ter a audácia de pensar em vender a liberdade da punição de Deus, escreveu as "Discussões de Martinho Lutero sobre o poder e a eficácia das indulgências". Esse documento, que passou a ser conhecido como as *Noventa e cinco teses*, foi por ele pregado na porta da igreja, na universidade, para todo mundo ver. Nele eram apresentadas muitas questões do tipo: "Por que o papa, cuja riqueza hoje é maior que a riqueza do mais rico dos Crassos, constrói a basílica de São Pedro com o dinheiro dos pobres fiéis, e não com seu próprio dinheiro?". Lutero desafiava, em essência, o que acreditava ser a corrupção arraigada na hierarquia da Igreja, que se estendia até o papa.

As *Noventa e cinco teses* foram rapidamente traduzidas do texto original de Lutero, em latim, para o alemão e outras línguas. Ajudadas pelas máquinas de impressão, essas traduções chegaram, em edições baratas no formato de panfletos, a França, Inglaterra e outros países. As ideias de Lutero foram adotadas por outros, e rápida e popularmente aceitas, refletindo a ira geral diante da corrupção e a frustração com os desvios dos impostos e dízimos locais para Roma, em vez de permanecer perto de casa. O papa Leão X, que era um jovem rapaz de Florença na época de Alexandre VI, e Carlos I, o novo rei da Espanha e imperador do Sacro Império Romano, que havia pouco mandara Magalhães na viagem de circum-navegação ao mundo, ordenaram que Lutero negasse suas teses. Em 1521, ele se recusou a voltar atrás e foi excomungado pelo papa; o imperador o declarou proscrito, tornando crime apoiá-lo ou abrigá-lo, e perfeitamente legal matá-lo. Inabalável, Lutero ampliou suas críticas à Igreja e desafiou a legitimidade do papa para representar os cristãos individualmente. Logo houve novas revoltas e

insurreições, e um número sempre crescente de pregadores esposou doutrinas semelhantes de independência individual para os cristãos. Na Inglaterra, o conflito girou memoravelmente em torno do divórcio de Henrique VIII e Catarina de Aragão (a filha mais nova de Fernando e Isabel).

A Reforma Protestante teve muitas variações regionais, e inúmeras vezes esteve ligada à política, mas, no fim do século XVI, a maior parte da Europa havia entrado em guerra por causa da religião. As nações protestantes do norte (Inglaterra e Holanda) alinhavam-se contra as nações católicas do sul (Espanha e Portugal), com a França, que tinha tanto católicos quanto protestantes, equilibrada no meio. J. H. Parry resumiu a situação em seu abrangente livro *The Spanish seaborne Empire*: "À medida que as nações do noroeste, protestantes, agressivas e dadas à pirataria ameaçavam a Espanha na Europa e na América, era natural que o catolicismo na Espanha e na América se tornasse mais intransigente, mais desconfiado em relação ao empirismo, ao racionalismo e às novas ciências europeias".

Esse questionamento da autoridade da Igreja e da unidade espiritual da Europa não ocorreu sem desafios. Filipe II, que governou de 1556 a 1598, via-se como o principal defensor do catolicismo na Europa. Em vez de tolerar o crescimento do protestantismo em seus territórios, escolheu a supressão militar de opiniões religiosas discordantes e avidamente apoiou a Liga Católica na França, que buscou matar ou pelo menos erradicar todo protestante. Qualquer desvio das crenças e práticas oficiais católicas, resolveu ele, era blasfêmia e heresia, passível de punição por morte. Filipe II tinha muitas barras de ouro e prata da América para respaldar suas convicções: a riqueza que Espanha e Portugal obtiveram com seus monopólios era astronômica, permitindo que as economias desses dois países ofuscassem as de outros países europeus; Filipe canalizava sua riqueza para defender a primazia da Igreja católica. Além disso, ele financiava a Liga Santa do Mediterrâneo e impedia os avanços otomanos na Europa, em particular depois da Batalha de Lepanto, em 1571.

A Reforma e a Contrarreforma levaram a uma série interminável de guerras religiosas entre a Igreja católica e as numerosas seitas protestantes dissidentes. A dinastia dos Habsburgos, da linhagem de Carlos e Filipe, governantes hereditários de Espanha, Portugal e diversas regiões na Europa central, como Áustria, Holanda e partes significativas da Alemanha, era católica convicta e pouco disposta a tolerar

liberdade ou diversidade religiosa em seus reinos. Grande parte da aristocracia local alemã e holandesa era protestante e recebia ajuda financeira e militar de outras regiões simpáticas à sua causa, como Dinamarca, França e Suécia. Em meados do século XVII, essa disputa culminou no terrível conflito conhecido como Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648), quando a devastação e a pilhagem daí resultantes mataram entre um quarto e mais de um terço da população da Europa central. A Guerra dos Trinta Anos só terminou com a Paz de Westfália, quando os países concordaram que os príncipes locais teriam o direito de estabelecer a religião oficial em seus Estados, mas respeitariam as variações de fé. Esse acordo efetivamente acabou com o poder temporal e político do papado na Europa.

Em um corolário não inteiramente coincidente, a Europa ocidental ficou dividida em dois grupos: as nações beneficiárias do Tratado de Tordesilhas e as excluídas desse tratado. Essa divisão coincidia com as afiliações religiosas. Espanha e Portugal permaneceram firmemente católicos, enquanto Holanda, Inglaterra e, em menor grau, França — países que mais se beneficiariam com o rompimento das cláusulas do tratado — inclinaram-se mais fortemente em direção à causa protestante. Ao escolher de modo tão flagrante seus favoritos em 1494, o papa Alexandre VI ajudara a desgastar a unificadora e comum afinidade espiritual entre os países europeus. A divisão do mundo ainda era uma injustiça a bloquear a reconciliação entre as facções religiosas no século XVI. Aceitar a autoridade do papa significava ficar excluído do comércio mundial e aceitar um status de nação de segunda classe.

Antes da Reforma, poucos navios cruzavam a linha de demarcação do Tratado das Tordesilhas. Mas, quando as nações marítimas, a Inglaterra e a República da Holanda, romperam com a Igreja católica, a linha arbitrária passou a ser cada vez mais desconsiderada. Durante o século XVI, havia um crescente movimento a favor do acesso desimpedido às vias aquáticas do mundo, enquanto Espanha e Portugal lutavam por manter essas vias para seu uso exclusivo. No início, os países do norte da Europa resolveram suas brigas internas licenciando piratas com as armas recomendadas, e estes ficavam à espera para pilhar as flotilhas espanholas do Tesouro de volta da América e as caravelas carregadas de especiarias de Portugal. Mas, agora que eles haviam deposto seu antigo líder espiritual, os motivos econômicos para desafiar Espanha e Portugal e navegar para regiões do mundo

antes proibidas a eles pareciam mais viáveis. Por que não comercializar ou pilhar em partes antes proibidas do mundo? Eles desfechariam um golpe sobre o inimigo e, ao mesmo tempo, talvez lucrassem, enquanto estimulavam o crescimento das suas frotas mercantes.

O PRIMEIRO NAVEGADOR INGLÊS a desafiar de fato o monopólio espanhol sobre as Índias Ocidentais foi sir John Hawkins. Filho de um navegante do sudoeste da Inglaterra que já carregara escravos da África para o Brasil, Hawkins ouviu falar da demanda de mercadorias e escravos nas Índias e especulou que muitos proprietários de terras e comerciantes espanhóis estariam dispostos a arriscar quebrar uma lei de seu Estado para conseguir aquilo de que necessitavam. Com o respaldo de um consórcio de ricos comerciantes de Bristol e de Londres, Hawkins partiu da Inglaterra com três navios em 1562.

Seu primeiro destino foi Serra Leoa, onde capturou ou comprou mais de trezentos escravos africanos. Apertando a carga humana nos fedorentos porões de seus navios, ele lançou-se para o oeste através do Atlântico, em direção a Santo Domingo, Hispaniola; entrou no porto, desembarcou um bando de homens armados e exigiu o direito de comercializar. Desde 1540, os oficiais coloniais espanhóis haviam recebido ordens de não fazer comércio com estrangeiros — a punição por comércio ilegal era uma pesada multa, perda do título oficial ou morte por decapitação. Comerciantes e proprietários de terras nas ilhas, no entanto, pressionavam os oficiais para permitir que mercadorias fossem comercializadas secreta e ilegalmente, se fosse necessário. Como precisavam do que os comerciantes ofereciam, inventaram um engenhoso esquema para se livrar das acusações.

Para preservar sua reputação (e sua nomeação oficial), Lorenzo Bernáldez, governador de Santo Domingo, fingiu resistência armada contra a flotilha inglesa. Em relatórios para a coroa espanhola, deu a entender que Hawkins havia ameaçado a colônia de destruição, a não ser que os ingleses pudessem comercializar pacificamente. Parte do acordo entre Bernáldez e Hawkins era que os comerciantes ingleses "dariam" 104 escravos para Bernáldez como pagamento para entrar no mercado, exigindo ostensivamente resgate para os soldados ingleses que haviam sido "capturados" durante o conflito. Bernáldez aceitou o suborno e supostamente vendeu os escravos mais tarde. Depois de doar mais de dois terços de sua carga

para apaziguar os vários oficiais do governo, Hawkins pôde recarregar totalmente seus navios de couro, gengibre, açúcar e pérolas.

Quando Hawkins e sua tripulação foram embora alegremente, os dois lados estavam felizes com seu esquema simples. Embora tivesse feito uma asneira ao tentar vender seu contrabando na Espanha (uma parcela foi confiscada por oficiais desconfiados), o erro não deteve Hawkins. Em outubro de 1564, ele mais uma vez partiu da Inglaterra, dessa vez com quatro navios. Seguiu a mesma rota comercial, com uma mudança: parou sua frota para umas curtas férias nas ilhas Canárias, onde a tripulação inglesa, que jamais estivera nos trópicos, se banqueteou com ameixas e uvas doces, bebeu néctar e vinho e, no geral, se divertiu muito. Depois de deixar com relutância a idílica ilha, os comerciantes navegaram para o sul até a costa africana, onde compraram e capturaram mais seres humanos na Guiné, acomodando tudo nos navios para atravessar o Atlântico. A viagem foi ruim para os ingleses, mas pior para os africanos, acorrentados nos porões úmidos de galeões primitivos, sem ar puro nem água. A brutalidade do comércio é impossível de compreender.

Ao perder o vento durante dezoito dias, os navios ficaram parados na calmaria. A água se tornou extremamente escassa, a comida estragou-se, e o moral despencou. Por sorte, de acordo com John Sparke, o Jovem, que escreveu o único relato da viagem, "Deus Todo-Poderoso, que nunca suportou que seus eleitos perecessem, nos enviou, no décimo sexto dia de fevereiro, a brisa comum, o vento noroeste, que nunca nos deixou, até chegarmos a uma ilha dos Canibais, chamada Dominica, em 9 de março". Desesperados por água potável, Hawkins e seus homens se aventuraram na terra dos caribes, "os guerreiros mais desesperados que há nas Índias". Os caribes eram um povo feroz e violento, notáveis pela recusa de receber estrangeiros em seu território. A violência dos caribes nas Pequenas Antilhas foi um dos principais motivos pelos quais os espanhóis não conseguiram ocupar essas terras. Todas as expedições militares espanholas falharam, e as tripulações dos navios naufragados em suas ilhas frequentemente eram mortas e comidas. Para sorte dos ingleses, uma seca havia expulsado os caribes da costa, evitando um conflito sangrento.

Oficiais espanhóis estavam cientes de que Hawkins chegara às Índias Ocidentais. Ele tentara fazer comércio em Margarita, mas não conseguiu negociar

um acordo — nem todos os governadores espanhóis estavam dispostos a fazer vista grossa às leis. Hawkins também teve má sorte com os soldados espanhóis em Cumana, no litoral espanhol, mas os nativos locais comerciaram com ele frutas, batatas, milho e abacaxis. Navegando ao longo da costa do continente (Venezuela), Hawkins encontrou outros nativos numa pequena ilha, que tentaram atraí-lo para terra exibindo balangandãs de ouro. Ele declinou a oferta, e mais tarde ficou sabendo que se tratavam dos caribes canibais (que conheciam o desejo dos europeus por ouro) e que eles teriam atacado e devorado o grupo, como já tinham feito antes com tripulações espanholas.

Hawkins continuou para o norte ao longo do litoral, acabando por chegar, em 3 de abril, a Borburata, na costa da Venezuela. Apresentou uma carta endereçada a Alonzo Bernáldez, governador da Venezuela. A carta fora escrita pelo sobrinho de Alonzo, Lorenzo Bernáldez, governador de Hispaniola, com quem Hawkins negociara no ano anterior. Lorenzo sugeriu a seu tio que comercializar com a Inglaterra era muito lucrativo e fácil de ser arranjado, apesar da lei espanhola. Mesmo assim, Alonzo recusou-se. Hawkins exigiu o direito de fazer comércio, concordando em pagar uma tarifa. Alonzo, por sua vez, exigiu uma tarifa tão alta que o inglês se recusou a pagar (trinta ducados de ouro por escravo africano — o suficiente para corroer qualquer lucro, mesmo nos inflacionados preços coloniais). Hawkins começou a marchar em direção à cidade com soldados armados, ameaçando a população. Defrontado com um violento "exército" inglês, Alonzo finalmente concordou com os termos de Hawkins.

A demonstração oficial de força, embora fosse uma farsa, era necessária para evitar que rolasse a cabeça do governador. O jogo elaborado tinha de ser feito, a charada representada, mas eles só estavam dispostos a jogar se os preços fossem bons para os dois lados. Hawkins teve um lucro substancial; cidadãos locais podiam comprar seus escravos, e o governador parecia um patriótico mestre negociador, ao "comprar" os violentos mercenários ingleses, que teriam saqueado a cidade. Esse era o padrão dos negócios nas colônias espanholas da América durante o século XVI. E Borburata era aparentemente um porto popular. Antes da partida de Hawkins, um navio francês "ilegal" chegou ao porto, gasto e danificado depois de passar por uma tempestade na costa da África. Naquela noite, um contingente de cerca de duzentos caribes silenciosamente se aproximou em canoas que iam em

direção à cidade, esperando fazer um assalto de surpresa. Contudo, o ataque fracassou, possivelmente pelo estado de alerta ocasionado pelo comércio ilegal. Os caribes foram derrotados e fugiram, com exceção de um, que foi capturado, empalado na praça da cidade e ali deixado para morrer lentamente. Uma estaca afiada foi "enfiada através das nádegas, e saiu pelo pescoço", de acordo com John Sparke. Não se sabe se o navio francês estaria ou não em condições de negociar.

Hawkins continuou com seus negócios por todo o Caribe, primeiro seguindo para Rio de la Hacha , no continente, depois para Santo Domingo. Sua elaborada trama simulando um conflito foi representada em Rio de la Hacha, outros subornos foram pagos e seguiram-se entusiásticas negociações. Sempre atento, Hawkins conseguiu impedir uma séria tentativa de traição, quando soldados espanhóis secretamente tentaram manobrar peças de artilharia perto da entrada do porto, talvez com a esperança de explodir seus navios e reivindicar a carga. O negócio continuou lucrativo, e em junho, com os navios inteiramente carregados, ele partiu para explorar as ilhas e o litoral do mar do Caribe. Seu esquadrão com quatro navios foi sacudido por violentas tempestades, parado por calmarias e desorientado por correntes marítimas estranhas; dois navios quase naufragaram em recifes rasos, na costa do sul da Flórida. Finalmente, ao chegar a Fort Caroline, primitivo assentamento francês no oeste do litoral da Flórida, a flotilha inglesa parou para reabastecer e descansar. Depois de permanecer um tempo com os colonos franceses, Hawkins tomou nota das condições meteorológicas e correntes peculiares da região, mapeou parte da costa e finalmente se dirigiu para o norte, para Terra Nova, onde negociou bacalhau salgado com os pescadores franceses. Todos os quatro navios voltaram triunfantes para a Inglaterra em 20 de setembro. O lucro dessa viagem foi enorme para uma expedição comercial. Hawkins, sua tripulação e os que tinham lhe dado respaldo financeiro ficaram satisfeitos com a aventura e logo montaram outra expedição. Era evidente que os dias de monopólio espanhol inconteste sobre o comércio no Caribe chegavam rapidamente ao fim.

Hawkins liderou uma terceira expedição, saindo de Plymouth em 2 de outubro de 1567, dessa vez com uma esquadra de seis navios equipados tanto para defesa quanto para o comércio. Viajando com ele, dessa vez, estava seu primo, um jovem navegador chamado Francis Drake. Drake, mais tarde chamado *El Draco* pelos espanhóis, já tinha viajado para o Caribe uma vez, em 1566. Sob o comando de

John Lovell, ele tentara vender escravos em Rio de la Hacha (o acordo fora arranjado no ano anterior por Hawkins), mas, pela sua inexperiência, fracassou em levar o esquema a cabo. Em 1567, Drake estava outra vez pronto para se aventurar "além da linha". Saqueadores ingleses viajaram até a Guiné para capturar ou comprar mais escravos africanos, porém encontraram mais dificuldades que o comum. O contato comercial de Hawkins, um líder tribal da África ocidental, não tinha escravos para vender, de modo que propôs um ataque conjunto a uma tribo no interior. Embora Hawkins tenha capturado mais de 450 membros dessa tribo, a resistência foi feroz e resultou na morte de dez de seus marinheiros. Resignado com a morte dos tripulantes (embora nada preocupado com a situação dos africanos), Hawkins saiu da África, cruzou o Atlântico e desembarcou em Santo Domingo, onde trocou seres humanos por panos, alimentos, milho e ferro. Os navios, então, prosseguiram para Borburata, onde já haviam negociado com sucesso em anos anteriores.

Não tiveram tanta sorte dessa vez. O comércio ilegal com as colônias espanholas havia se expandido numa velocidade alarmante. Cinco flotilhas diferentes haviam parado em Borburata para negociar em 1567. Antes da chegada de Hawkins, uma flotilha francesa e uma inglesa, sob o comando de John Lovell, o parceiro de Drake no ano anterior, já tinham desembarcado, negociado e partido. O mercado estava saturado de escravos, de modo que Hawkins continuou ao longo da costa, em busca de comprador para seus artigos. Em Rio de la Hacha, Hawkins "atacou" a cidade, depois que os cidadãos se recusaram a negociar. Durante o assalto, dois de seus homens foram atingidos com "tiros de arcabuzes" e morreram, mas a cidade foi tomada "sem feridos para os espanhóis, porque, depois de uma saraivada, eles todos fugiram".

Ao fazer o relatório para os oficiais na Espanha, as autoridades coloniais escreveram que a força inglesa tinha mais de seiscentos homens, e que trinta haviam morrido tomando a cidade, antes que o governador, em grande inferioridade numérica, fosse obrigado a submeter-se às extorsões. O relatório às autoridades espanholas contava como o governador "tinha prestado serviço tão notável que todos ficaram assombrados com sua coragem, porque foi um negócio que hoje, olhando para trás, enche de temor todos os que estavam presentes e os que o

ouviram contar". Amedrontados como estavam, os cidadãos espanhóis pagaram com ouro, prata e pérolas os escravos e tecidos. O comércio estava florescendo.

Prosseguindo ao longo da costa de domínio espanhol, a flotilha de Hawkins se aproximou de Cartagena em 12 de julho. Ali, a resistência aos comerciantes ingleses era genuína. "Em Cartagena, a última cidade que achamos ter visto na costa, não conseguimos por meio algum negociar com qualquer espanhol, sendo o governador tão severo; e, como nosso comércio estava praticamente terminado, também achamos não ser bom nos aventurar a nenhum desembarque, nem gastar mais tempo, e dali partimos em paz, em 24 de julho." Essa acabou sendo a única cidade a resistir seriamente aos comerciantes ingleses. Com esperança de sair do Caribe antes da temporada de furacões, a flotilha se dirigiu para os estreitos da Flórida. Perto da ponta ocidental de Cuba, no entanto, "uma tempestade extrema, que continuou pelo espaço de quatro dias", atingiu-os. Na esperança de encontrar um refúgio, eles "buscaram a costa da Flórida, onde não encontraram nem refúgio nem abrigo para nossos navios, por causa da pouca profundidade da costa". Danificada e indefesa, a flotilha foi puxada ainda mais para dentro do golfo do México pelas fortes correntes.

O único porto abrigado na região era o de Vera Cruz, na costa leste da Nova Espanha, como era então chamado o antigo Império asteca. Inspirado por seu dom empresarial, Hawkins capturou três navios espanhóis e os mais de cem passageiros ao se aproximar de Vera Cruz. Ele planejava usar os "reféns" como recurso de troca, "para obter maior quantidade de provisões com nosso dinheiro, e um lugar tranquilo para reparar nossa flotilha". A chegada de seis navios ingleses armados a Vera Cruz surpreendeu as autoridades portuárias. Hawkins observou que o porto estava cheio, com "doze navios que tinham neles, por registro, 200 mil libras em ouro e prata". Enquanto seus navios deslizavam para dentro do porto, a frota anual do tesouro (a *Flota*), que carregava as barras coletadas em toda a Nova Espanha durante um ano inteiro, esperava a chegada de um comboio armado para escoltá-la de volta à Espanha.

Hawkins não tinha força nem vontade de assaltar essa enorme frota. Usando seus reféns como segurança, começou a consertar seus navios danificados. Então, os galeões de guerra espanhóis chegaram de Sevilha: treze enormes e bem armadas

caravelas, repletas de soldados e canhões. Hawkins tinha duas escolhas: bloquear o porto para que os navios espanhóis não pudessem entrar, condenando assim seus navios à destruição pelos furacões de setembro, ou permitir que a frota entrasse e arriscar a captura, uma vez que eles estivessem a salvo. "Estou entre dois perigos e obrigado a encarar um deles", anotou ele em seu diário. "Temendo a indignação de sua Majestade a Rainha em uma questão tão importante" (a Inglaterra e a Espanha estavam oficialmente em paz), Hawkins escolheu "seguir pelo caminho da incerteza, em vez da certeza." Resolveu permitir a entrada da frota espanhola, depois de ter garantido a promessa deles para que terminasse os reparos e partisse em paz. Ele manobrou sua pequena frota para o raso quebra-mar da ilha (a barlavento e a favor da corrente em relação ao porto, caso seus cabos de atracação fossem cortados) e trocou dez reféns com os oficiais espanhóis.

Martin Enríquez, o recém-nomeado vice-rei de Nova Espanha que tinha chegado com a frota, prontamente concordou com os termos de Hawkins, comentando:

> Acredito que a chegada de vossa senhoria a esse porto foi forçada pela grande necessidade que vossa senhoria tinha de subsistência e outras coisas. […] Portanto, me contento em aceitar a proposta que vossa senhoria faz em sua carta. […] Eu acredito que, embora as pessoas dessa flotilha entrem sem armas na ilha, elas não serão impedidas de cuidar de seus afazeres nem serão de qualquer modo incomodadas. E estou muito confiante de que, quando nos encontrarmos, a amizade aumentará entre essas flotilhas, já que são ambas tão bem disciplinadas.

Os oficiais coloniais com quem Hawkins havia lidado no passado estavam distantes da corte espanhola, e o interesses deles e os seus próprios não eram tão díspares assim — comércio mútuo. O vice-rei de Nova Espanha, no entanto, tinha seus próprios projetos. Sua carreira, e talvez sua vida, dependia da apreensão dos intrusos ingleses que, pela lei espanhola, não tinham permissão para viajar na metade espanhola do mundo, muito menos para ali negociar ou ditar regras para a entrada no porto de Vera Cruz da frota imperial espanhola e do vice-rei de Nova Espanha. Enríquez não tinha a menor intenção de deixar ir embora os navios ingleses.

O plano do vice-rei era secretamente carregar 150 soldados, bem armados com arcabuzes, espadas e escudos, a bordo de um casco de navio de novecentas toneladas, que seria deixado livre para ser levado à deriva até perto dos navios

ingleses. Quando estivessem lado a lado, os espanhóis avançariam, e a batalha começaria. Enquanto isso, soldados do litoral atacariam a pequena ilha em que Hawkins havia posicionado marinheiros e artilharia. Mas Hawkins suspeitou que havia um plano: "Alguns sinais me chamaram a atenção — como mudança de armas de navio para navio, transferência e desvio de material bélico dos navios para a terra onde nossos homens se abrigavam, a passagem de um lado para outro de companhias de homens, mais do que era exigido por seus afazeres necessários, e muitos outros indícios desfavoráveis, o que fez com que tivéssemos suspeitas veementes". O vice-rei assegurou-lhe que não havia razão para se preocupar. Quando se aproximou a noite, no entanto, o casco deslocou-se para perto dos navios de Hawkins. Temendo uma armadilha espanhola, ele ordenou que seu esquadrão partisse o mais rápido possível. Aí o navio espanhol abriu fogo.

O vice-rei prendeu o enviado de Hawkins e soou o ataque. Hawkins lamentosamente lembrou que:

> nossos homens que se abrigavam na praia, sendo atacados de medo súbito, cederam, fugiram e procuraram recuperar o abrigo dos navios; os espanhóis, de antemão providos para o objetivo, desembarcaram em todos os lugares, em multidões, de seus navios, o que eles podiam fazer facilmente sem botes, e mataram todos os nossos homens na praia, sem piedade. Alguns poucos fugiram a bordo do *Jesus*. O grande navio, que tinha, por estimativa, trezentos homens ali embarcados secretamente, imediatamente abordou o *Minion*.

Seguiu-se uma sangrenta batalha durante a qual a cidade de Vera Cruz foi saqueada por soldados espanhóis descontrolados.

Para sorte de Hawkins, o vice-rei havia dado o sinal de ataque antes de o casco estar perfeitamente alinhado à frota inglesa, conferindo a eles tempo de se preparar para a carnificina. Centenas de soldados espanhóis pularam do casco, lutando para abordar os navios ingleses. Em desespero, os marinheiros ingleses, com armas leves, retaliaram furiosamente, explodindo os espanhóis com canhões pequenos e atacando-os com espadas. Mas era uma causa perdida. Eles estavam em números enormemente desfavoráveis e sem armas. Centenas de comerciantes ingleses foram mortos no primeiro assalto, enquanto outros escorregaram para as lamacentas profundidades do porto e se afogaram, ou foram capturados e mais tarde torturados e mortos.

Contra todas as probabilidades, três dos seis navios de Hawkins escaparam de

suas amarras e fugiram pelos estreitos para o mar aberto, apenas para serem incansavelmente alvejados pela artilharia espanhola da praia. Um dos navios quase explodiu, ficando com as velas esfarrapadas sem possibilidade de conserto, os mastros e as longarinas quebrados por tiros de canhão. Hawkins manobrou o navio para usá-lo como escudo para proteger os outros dois. Então, através da fumaça e do nevoeiro, uma barcaça de incêndio, carregada de piche e óleo, aproximou-se de forma desajeitada na direção do assediado trio de navios de Hawkins. A maior parte dos homens escapou antes do choque com a barcaça, mas alguns ficaram presos a bordo e mais tarde foram feitos cativos, depois do naufrágio incandescente. As nuvens acres de pólvora queimada, a fumaça ondulante de velas e navios incendiados e a aproximação do crepúsculo provavelmente salvaram Hawkins da destruição total.

Durante a noite, Francis Drake tomou o comando do navio menor e fugiu para a Inglaterra. Hawkins e seus compatriotas foram deixados em situação terrível. Ficaram isolados com um navio severamente danificado, quase sem provisões e com dúzias de feridos (cerca de trezentos sobreviventes) numa terra hostil. Por sorte, outra tempestade impediu que a frota espanhola saísse do porto. Depois de repelir a frota inglesa, o vice-rei mandou que seus soldados começassem imediatamente a consertar os navios do tesouro e os galeões danificados para a travessia do Atlântico. Levar o ouro para Sevilha era muito mais importante para o vice-rei do que perseguir dois surrados navios ingleses, fracos demais para apresentar ameaça séria aos interesses espanhóis. Hawkins sobreviveu à tempestade em uma pequena ilha próxima e depois começou a esquadrinhar desesperadamente o litoral em busca de água e alimentos. Depois de duas semanas, encontrou um local de desembarque adequado. Mais da metade dos marinheiros preferiu permanecer na ilha, porque temia mais uma travessia do Atlântico em um navio sem provisões e danificado do que as patrulhas espanholas ou os estranhos índios da Flórida, fonte de muitos boatos assustadores.

Hawkins e seus marinheiros remanescentes seguiram o litoral da Flórida para o norte, esperando ventos favoráveis que os empurrassem para o leste, na direção da Inglaterra. Mas a sorte não estava do lado deles. Hawkins notou que, "aproximando-se o país frio, nossos homens, oprimidos pela fome, morriam sem parar; os que sobraram estavam de tal modo fracos que mal conseguiam manejar

nosso navio; com o vento sempre contra nós, para recobrar a Inglaterra, determinamos ir à Galícia, na Espanha, com a intenção de aliviar a companhia".

Assim, voltando-se para o leste, o bando faminto de comerciantes feridos sobreviveu a uma turbulenta travessia oceânica. Passaram três semanas escondendo-se em enseadas no litoral espanhol, reabastecendo-se de alimento e água. Como infortúnio final, muitos dos marinheiros mortos de fome devoraram a comida tão depressa que, devastados com dores abdominais, morreram. Os afortunados poucos sobreviventes voltaram tristemente à Inglaterra no início de janeiro. Acabrunhado com sua falta de sorte e os infortúnios sofridos pela tripulação durante a jornada, Hawkins observou: "Se todas as misérias e os negócios penosos dessa triste viagem fossem perfeita e inteiramente escritos, haveria necessidade de um homem laborioso com a pena e muito tempo para escrever sobre a vida e a morte dos mártires".

Francis Drake chegou à Inglaterra poucos dias antes de Hawkins, e imediatamente buscou cartas de represálias do governo contra os espanhóis em nome de Hawkins e dele mesmo. Podemos apenas imaginar o que Hawkins achou de Drake abandoná-lo em Vera Cruz, mas ele não deixou que seus sentimentos interferissem na busca de vingança. Drake era um orador eloquente e apaixonado, com muitas chances de garantir apoio para uma viagem de retaliação. Embora a rainha Elizabeth tenha negado à dupla sua vingança "oficial", Drake tinha empreendido pelo menos duas viagens às Índias Ocidentais antes de ser oficialmente sancionado pela rainha. Apesar do temor de Elizabeth de enraivecer a poderosa nação espanhola pelos ingleses terem se aventurado além da linha de demarcação, seu desejo de ver comerciantes ingleses negociando no Caribe incentivou-a a fazer vista grossa diante das expedições financiadas por particulares em retaliação contra a marinha mercante espanhola.

À medida que o comércio estrangeiro aumentava por todas as Índias Ocidentais, também aumentavam os esforços da Espanha em suprimi-lo. Irritada com os comerciantes "ilegais", que eram hereges e ansiosos por defender a divisão do mundo, a marinha espanhola atacou e destruiu Fort Caroline, fortificação francesa, no litoral da Flórida, e massacrou os colonos que ali estavam em 1562 (poucos meses depois de Hawkins ter visitado a colônia). Embora sua agressão ao defender a santidade da linha de demarcação tivesse criado um estado de guerra não

oficial com França e Inglaterra, a Espanha tinha poucas alternativas se quisesse manter o monopólio justificado pelo decreto papal.

Conforme avançava o século XVI, a autoridade papal declinava no norte da Europa. Os países da região rejeitavam cada vez mais a autoridade da Igreja católica em favor das Igrejas protestantes, "cultivadas em casa" (algumas vezes com base estatal). Esse desvio na afiliação religiosa tinha fundamento, em grande parte, na política e na religião. Depois de 1569, os comerciantes e os corsários ingleses, franceses e holandeses tornaram-se mais agressivos, mais violentos e politicamente mais motivados. Ficaram para trás os dias em que um pequeno negócio ilícito era suficiente para satisfazer os estrangeiros, e a pilhagem direta se tornou a nova indústria dos corsários ingleses. Em 1571, Francis Drake atacava navios espanhóis no litoral do Panamá, perto do rio Chagres. Em coalizão com os corsários franceses, Drake desenvolveu uma técnica que mais tarde foi copiada com grande sucesso por outros piratas na região. Ele escondia seu navio principal em uma enseada discreta e usava uma pinaça a remos para piratear. A pinaça era rápida, difícil de detectar e podia navegar próximo à praia, onde os navios maiores não conseguiam se aventurar com segurança. Desse modo, Drake e seus piratas assolaram comunidades litorâneas e frotas mercantes costeiras. Em menos de três meses, eles haviam capturado "doze ou treze barcaças do rio Chagres, carregadas com fardos de roupas, mercadorias e caixas, e as levaram embora". Drake voltou à Inglaterra com um carregamento principesco antes do fim do verão. E estava de volta à metade espanhola do globo outra vez no ano seguinte, agora com um plano ainda mais audacioso.

Os *cimarrons*, escravos negros fugidos que moravam nas selvas do Panamá, pilhavam os trens de mulas espanhóis, tanto para sobreviver quanto por vingança. Eles podiam ser implacáveis e violentos, muitas vezes matando bandos inteiros de viajantes entre o Panamá e Nombre de Diós. Para alívio dos espanhóis, os *cimarrons* não tinham interesse em ouro ou prata — metais valiosos, mas macios, sem qualquer utilidade na selva. Eles despojavam suas vítimas de roupas, armas, alimentos ou vinho, mas raramente se incomodavam com barras de ouro ou prata. Isso mudou depois de 1572, quando eles se encontraram pela primeira vez com Francis Drake.

Drake navegou da Inglaterra diretamente para Hispaniola, a fim de se

abastecer de água e comida, e depois prosseguiu para o "forte Phesant", uma baía abrigada na costa caribenha do Panamá. Ali ele construiu um imenso forte com paliçadas de cerca de dez metros de altura, abrangendo aproximadamente 4 mil metros quadrados de terreno. Em duas semanas, Drake levou piratas de sua base diretamente a Nombre de Diós, planejando pilhar a cidade. À noite, atacantes ingleses se esgueiraram para terra, surpreendendo a milícia. Ao se aproximarem da praça da cidade, os piratas começaram uma atordoante cacofonia de trompetes e tambores e acenderam grandes archotes que

> serviram não tanto para assustar o inimigo quanto para iluminar nossos homens, que por esse meio puderam discernir cada local muito bem, como se fosse quase dia; enquanto os habitantes ficaram assombrados com essa visão tão estranha, admirando o que poderia ser aquilo e imaginando, por causa dos nossos tambores e trombetas soando em lugares tão diversos, que estávamos em número muito maior do que éramos.

Depois de uma breve escaramuça no mercado central, onde a milícia espanhola despejou "uma saraivada bastante quente de tiros" de mosquetes que feriu alguns ingleses e matou um dos músicos, os espanhóis fugiram, acreditando que as forças de Drake eram muito maiores.

Drake liderou os soldados momentaneamente vitoriosos pelas ruas estreitas, rumando direto para a casa do governador. Entraram à força, e, lá, à frente deles, de acordo com o testamento de Drake, havia "um imenso monte de prata […] (pelo que podíamos calcular) com mais de vinte metros de comprimento, três metros de largura e três metros e meio de altura, empilhados contra a parede". Atônito, mas deixando a prata para mais tarde, Drake levou o pequeno grupo de guerreiros na direção da casa do tesouro do rei "perto do lago das águas", onde alegou que havia (talvez para incitar seus homens a praticar maiores atos de coragem) "mais ouro e pedrarias do que nossas quatro pinaças podiam carregar".

Então, sem aviso, quando Drake pulou para a frente, "sua força, visão e fala falharam, e ele começou a desmaiar por falta de sangue, que, como então percebemos, tinha, em grandes quantidades, se derramado na areia, de um ferimento na perna feito no primeiro embate". Temendo pela vida de seu comandante (e sabendo que, se ele morresse, provavelmente jamais veriam seu país outra vez), os soldados, "que não acreditavam que um homem pudesse perder tanto sangue e viver", voltaram depressa ao porto arrastando Drake ferido, puseram-no

em uma pinaça e fugiram para uma ilha próxima para ele se recuperar. Os voluntários de Drake tiveram a precaução de levar com eles um navio espanhol carregado com barris de vinho para prover "mais o conforto de nossa companhia".

Frustrado com o fracasso e temendo uma baixa de moral entre seus homens, Drake planejou um rápido assalto sobre outra das principais cidades do Novo Mundo espanhol, Cartagena. Ao navegarem para o sul ao longo do litoral espanhol, souberam que notícias do assalto que haviam feito tinham viajado pela região. Drake rapidamente abortou o ataque a Cartagena, quando notou que a cidade estava pesadamente defendida e atenta a intrusos. Os ingleses então se voltaram para pilhagens menores, a fim de satisfazer sua ânsia de vingança e apanhar provisões. Atacaram uma pequena cidade ao norte de Cartagena, ao longo da costa (subindo o rio Magdalena), e capturaram seis pequenas fragatas carregadas de gado, milho e outros alimentos. Agora estavam muito bem supridos para uma longa permanência nas Índias Ocidentais.

Drake preparou-se para esperar a estação das chuvas passar, e então atacar secretamente o comboio de mulas do tesouro na primavera seguinte. O comboio com as barras de ouro e prata nunca saía da cidade do Panamá antes da chegada da frota espanhola, os *Galleones*, a Cartagena. Quando a frota chegou, começou a feira anual de Nombre de Diós, uma feira famosa por altos preços, corrupção, sujeira, acomodações insalubres e doenças. Drake achou melhor evitar a feira e capturar o carregamento de barras quando estivesse a caminho. Com a ajuda dos *cimarrons*, os saqueadores ingleses se mantiveram ocupados durante a estação chuvosa explorando a região e planejando a emboscada. Drake estava impressionado com a eficiência, a organização e a limpeza da aldeia *cimarron* que visitou, escondida nas profundezas da selva panamenha.

Foi uma longa espera. Apesar de bem provida, a tripulação sofria não de fome ou escorbuto, mas de febre amarela. Dez piratas, inclusive um dos irmãos de Drake, Joseph, sucumbiram à doença, morrendo horrivelmente nos pântanos sujos. Em um esforço para entender como o irmão morrera, Drake, em desespero, ordenou a vivissecção do corpo inchado. O cirurgião "encontrou o fígado inchado e suas entranhas todas bem". A ciência médica não progrediu, no entanto, com essa experiência grosseira, e o cronista de Drake observou que "essa foi a primeira e

última experiência de anatomia que nosso capitão fez nessa viagem". Na primavera seguinte, Drake e seus piratas estavam ansiosos por sair de seu forte improvisado. Encontraram-se com os aliados *cimarrons* em um local escondido. A partir de então, os *cimarrons* organizaram toda a operação: viagem, provisões, abrigo, até sapatos (que os ingleses não tinham, mas que eram de vital importância no terreno acidentado), tudo, com exceção da emboscada, que seria feita por Drake e seus homens em fevereiro. O seleto grupo de guerreiros e mais quinze *cimarrons* fechando a retaguarda (para o caso de os ingleses se perderem na selva) marcharam "pelas florestas muito frescas e agradáveis, porque aquelas boas e altas árvores que crescem ali tão densamente tornam mais fresco viajar sob elas, naquela região que é mais quente que a maior parte da Inglaterra durante o verão".

Ouvindo rumores sobre o grande mar do sul contados pelos *cimarrons*, Drake subiu na árvore mais alta em uma colina elevada. Através das densas folhagens, conseguiu avistar o oceano Pacífico, o lendário "lago espanhol", passando a ser o primeiro inglês a avistar aquele corpo de água ainda proibido para seus compatriotas — de fato, para qualquer viajante não espanhol. Drake ardeu de desejo por navegar aquelas águas, pedindo discretamente: "Deus Todo-Poderoso, em sua bondade, dê-me vida e oportunidade de navegar uma vez em um navio inglês naquele mar". Seu sonho de navegar em torno do mundo nasceu naquele dia.

Os guerreiros *cimarrons* lideraram os piratas ingleses até a planície ondulada perto da costa do Pacífico, no Panamá, e esperaram sua presa. Dessa vez, a espera foi curta: um comboio de mulas era esperado do Panamá no dia seguinte. Apesar dos competentes esforços dos *cimarrons*, que patrulharam as estradas e capturaram uma sentinela espanhola, o grande esquema foi estragado por um dos próprios homens de Drake, John Pike: "Tendo bebido demais *aqua vitae* sem água, [Pike] esqueceu-se de quem era e, atraindo um *cimarron* com ele, avançou" e atacou o comboio de mulas. Foi um ato de insensatez, e os espanhóis foram alertados para a emboscada.

Os *cimarrons* escondidos investiram contra os espanhóis, disparando seus mosquetes e brandindo outras armas, mas sem sucesso. Embora muitos espanhóis tenham sido mortos (o que agradou aos *cimarrons*), e vários suprimentos deixados para trás (o que também agradou aos *cimarrons*), as mulas que transportavam o ouro,

a prata e as pedrarias espanholas deram a volta e, como estavam pesadamente carregadas, apressaram-se em retornar para a pequena cidade próxima de Venta Cruz. Mas Drake não se frustrava tão fácil assim. "Sabendo que não adiantava lamentar coisas passadas", Drake resolveu tomar a carga de ouro e, "considerando as longas e cansativas marchas que tínhamos feito, principalmente naquela última noite e no dia anterior, decidiu tomar o caminho mais curto e mais fácil".

Enquanto os homens banqueteavam-se com as provisões capturadas, Drake examinava Venta Cruz, calculando sua capacidade defensiva. Logo os piratas ingleses e os *cimarrons* atacavam a cidade, com Drake incentivando-os. Ao se aproximarem da cidade, tropeçaram num grupo de soldados e frades espanhóis que imediatamente dispararam seus mosquetes, matando um dos homens de Drake. No sangrento combate corpo a corpo que se seguiu, um *cimarron* ferido por um pique avançou para o soldado espanhol que o ferira, matando o inimigo antes de morrer. Seis espanhóis morreram, inclusive um frade. Os outros espanhóis fugiram. Na cidade, o tesouro mais uma vez foi negado a Drake; não conseguiram encontrá-lo. Os *cimarrons*, no entanto, apanharam os itens práticos que eram valiosos para eles. Finalmente, o desmoralizado grupo se arrastou desanimado de volta pela selva, rumo ao litoral do Atlântico. Levaram três semanas se deslocando. Se os espanhóis estavam alarmados e frustrados, os homens de Drake também estavam. O elusivo ouro espanhol tinha escapado mais uma vez. Drake os incentivou a sonhar com a riqueza que certamente teriam dentro de um mês, caso se mantivessem firmes em seus planos. Drake, que sabia "que nenhuma doença era mais nociva para impedir um empreendimento que atraso e ócio", manteve seus homens ocupados consertando as pinaças, praticando com as armas e explorando o litoral.

Enquanto estavam na costa, encontraram-se com piratas franceses que os informaram do massacre do dia de são Bartolomeu, na França, em 1572, quando protestantes franceses foram mortos em massa. Ao ouvir as notícias, os homens de Drake se inflamaram de ódio contra os espanhóis e começaram a planejar novo ataque. Os franceses uniram-se a eles em seu grande projeto, muito embora não se saiba se por patriotismo ou por cobiça. Os inestimáveis *cimarrons* também concordaram em se juntar ao ataque. Dois meses depois de sua fracassada emboscada perto de Venta Cruz, os piratas estavam mais uma vez em marcha.

Planejavam interceptar o comboio do tesouro antes que ele entrasse em Nombre de Diós, na costa leve, para evitar a difícil caminhada de três semanas em meio à selva.

Dessa vez, a trupe multinacional de bandidos se abaixou, escondendo-se nas folhagens à margem da estrada, silenciosamente à espera do tesouro espanhol. No dia seguinte, batedores *cimarrons* ouviram o clamor de um comboio de mulas se aproximando. E dessa vez o ataque foi bem-sucedido (talvez Drake tenha diminuído a ração de *aqua vitae*). Os "aproximadamente 45 soldados […] provocaram trocas de balas e flechas durante um tempo, […] mas no fim os soldados [espanhóis] acharam melhor deixar suas mulas conosco, para ir buscar ajuda fora dali". Em poucas horas, Drake e sua tripulação despojaram as mulas de seus tesouros mais valiosos, como lingotes e barras de ouro, enterraram "por volta de quinze toneladas de prata" e fugiram da cena, tropeçando pela selva sob o peso arrasador de seu fabuloso tesouro recém-conquistado.

Estavam ricos e em segurança. Descansando em seu forte à beira-mar, os exaustos sobreviventes regozijaram-se com o sucesso e contemplaram o progresso de sua aventura de todo um ano: primeiro, desilusão; depois, desastre; depois, desesperança; mas, finalmente, um retumbante sucesso. O tesouro foi dividido entre os piratas ingleses e franceses, e os navios em "excesso" foram desmontados e queimados para que os *cimarrons* pudessem recuperar os ferros e pregos. Antes de partir para a Inglaterra, Drake estava tão contente com suas realizações que deu a seus valorosos aliados *cimarrons* todo o tecido extra e vários outros artigos comerciais tirados do porão de seu navio — talvez porque esses artigos não valessem seu peso em ouro. Drake registrou que "se despediram daquele povo" com "amor e estima".

Um ano e três meses depois de sair da Inglaterra, a frota de corsários voltou. Odiado pelos espanhóis, Drake era um herói na Inglaterra. Tinha apanhado ouro espanhol diretamente na fonte, ameaçando de forma patente a reivindicação da Espanha sobre as terras além da linha de demarcação. Um novo precedente fora estabelecido. Depois de sua volta, o número de piratas ingleses pilhando no Caribe aumentou consideravelmente. A Espanha e a Inglaterra, no entanto, não estavam oficialmente em guerra. Embora estivessem em paz na Europa, as mesmas leis não se aplicavam a oeste da linha de Tordesilhas. Em 1577, Drake mais uma vez singrou

águas espanholas, agora contornando o cabo Horn em direção ao oceano Pacífico, o secreto "lago espanhol", que ele vislumbrara desde o ataque ao comboio de mulas no Panamá, em 1574. Saqueou navios espanhóis e cidades do Peru ao Panamá, antes de seguir os passos de Magalhães para oeste, através do oceano Pacífico e ao redor do mundo. Depois de uma viagem de três anos, um remanescente muito deteriorado de seus navios voltou à Inglaterra com uma quantidade fabulosa de butim tirado de navios espanhóis no Pacífico. Por seus serviços, foi sagrado cavaleiro pela rainha Elizabeth.

Durante os anos 1570 e 1580, os piratas ingleses, inspirados pelo sucesso de Drake, intensificaram seus ataques contra as remessas espanholas nas Índias Ocidentais. As retaliações espanholas, de modo nada surpreendente, também se tornaram mais comuns. Mesmo assim, os monarcas europeus não prestavam atenção à situação, pelo menos não publicamente. O rei Filipe II enredava-se com Maria, rainha dos escoceses, e com os católicos ingleses, enquanto a rainha Elizabeth I esforçava-se por impedir uma guerra total denunciando publicamente piratas ingleses. Em sigilo, no entanto, a coroa inglesa raramente processava ou punia até o mais flagrante dos piratas, desde que ele restringisse sua pilhagem aos navios espanhóis. Aquela era uma situação precária, não poderia durar muito tempo. Apresentando um desafio intelectual à linha de demarcação, Elizabeth alegou que "o uso do mar e do ar é comum a todos; concomitantemente, o direito a qualquer oceano não pode pertencer a um só povo ou pessoa". Seu conselheiro, William Cecil, informou ao embaixador espanhol em Londres que "o papa não tinha o direito de dividir o mundo e de dar e tomar reinos a quem quisesse".

Nos anos 1580, a guerra parecia inevitável. Em 1585, a rainha Elizabeth I enviou tropas inglesas em ajuda à República da Holanda, que lutava por sua independência da Espanha. Talvez como retaliação, navios ingleses atracados em portos espanhóis foram confiscados com sua carga, e as tripulações foram aprisionadas. O clamor que disso decorreu na Inglaterra era previsível: os comerciantes exigiram indenizações. Dentro de dois meses, o lorde almirante da Marinha britânica examinava as reivindicações dos comerciantes; se elas parecessem legítimas, recebiam Cartas de Represália, permitindo legalmente que equipassem

navios para a guerra e fossem buscar a indenização pela pirataria. Isso não era uma declaração oficial de guerra. Afinal, eram reivindicações privadas, não políticas. Durante o ano de 1585, piratas enxameavam-se nas Índias Ocidentais. O governo inglês ficou cada vez mais liberal na emissão de Cartas de Represália; por uma pequena taxa e uma participação nos lucros, quase qualquer pessoa conseguia obter os papéis desejados.

Embora alguns mercadores tivessem ressentimentos legítimos, muitos inventavam perdas para obter os papéis e alguns navios dispensaram as formalidades e navegaram como piratas sem nenhum tipo de legalidade. De todo modo, a distinção era formal, já que os oficiais espanhóis tratavam todos os piratas — com ou sem papéis — do mesmo modo: eram enforcados ou mortos de alguma outra forma. Sem se deixar intimidar, o aparentemente destemido Drake navegou outra vez para as Índias Ocidentais em setembro de 1585, agora com uma frota de vinte navios, tripulados por mais de 2,3 mil soldados e marinheiros, para atacar Santo Domingo e Cartagena. Mas foram abalados pelo desastre. Setecentos dos homens foram atingidos pela febre amarela no caminho, e a frota voltou.

Durante o restante do século XVI, centenas de expedições particulares contra as remessas espanholas no Caribe foram financiadas por mercadores entusiasmados e aventureiros inspirados pelo notável sucesso de Drake. O próprio Drake partiu outra vez em 1587, 1589 e 1595 (quando enfim morreu de doença ao largo da costa de Nombre de Diós). John Hooker, um navegador inglês, escreveu nos anos 1580 que as viagens de Drake "de tal modo inflamaram o país inteiro com um desejo de aventuras nos mares, na esperança de obter sucessos semelhantes, que grande número de pessoas preparou navios, marinheiros e soldados e viajou para qualquer lugar onde pudesse haver lucro". Muitos navegantes ingleses empobrecidos, sem nada a perder e tudo a ganhar, de boa vontade enfrentaram grandes riscos para melhorar de vida. "Predação" é a palavra que melhor descreve a situação.

Apesar das crescentes hostilidades, Inglaterra e Espanha ainda não tinham declarado guerra em 1587. Filipe II pacientemente conspirava com os católicos ingleses para destronar Elizabeth I e colocar em seu lugar Maria Stuart, rainha dos escoceses, herdeira potencial do trono da Inglaterra. Os católicos romanos, tanto na Inglaterra quanto no continente europeu, não reconheciam a reivindicação de

Elizabeth ao trono inglês, porque, de acordo com a doutrina católica, ela era filha ilegítima do segundo casamento de seu pai. Se Elizabeth fosse morta, teorizavam eles, sua prima Maria seria a rainha da Inglaterra. Maria era católica devota, simpatizava com os interesses espanhóis e presumivelmente poria um ponto final nas agressivas expedições piratas inglesas na metade espanhola do mundo. Mas, com uma protestante no trono, dificilmente poderia haver qualquer reconhecimento da divisão do mundo promovida pelo papa Alexandre VI, ou qualquer legitimidade nas reivindicações espanholas de um monopólio das águas no Atlântico.

Em 1586, no entanto, um plano para o assassinato de Elizabeth I foi descoberto, e Maria foi executada por traição em fevereiro de 1587. A Espanha finalmente declarou guerra à Inglaterra. No ano seguinte, a "Armada Invencível" espanhola partiu para o norte, até a Inglaterra, com resultados desastrosos. Ferozes tempestades e ágeis manobras marítimas inglesas destruíram a maior parte da frota espanhola. A guerra oficial entre as duas nações continuou durante quinze anos, até 1603, quando a rainha Elizabeth I morreu e foi sucedida pelo rei Jaime I, que negociou uma trégua.

Embora os conflitos da Espanha com a Inglaterra no outro lado da linha de demarcação tenham se tornado famosos pelo heroico individualismo — sem mencionar o fato de que eram histórias de aventuras bem documentadas —, as lutas europeias de Filipe II não se limitavam à Inglaterra, nem como batalha por procuração, por causa das revoltas maiores, culturais e religiosas, pela Europa ocidental. Como vimos, a Reforma Protestante e a Contrarreforma de Felipe II arrasaram a Europa ocidental com guerra e destruição das províncias durante gerações. É difícil evitar a conclusão de que a riqueza extraída por Felipe da América era usada sobretudo para alimentar as guerras religiosas na Europa; que o baú do tesouro que pagava esses conflitos era cheio de ouro e prata americanos e de lucros das especiarias portuguesas — de fontes que foram estabelecidas pela divisão do mundo pelo papa Alexandre VI.

Embora as políticas externas e as estratégias de Filipe II fossem inspiradas por seu fervor católico e pelo futuro de sua dinastia europeia, a guerra ideológica é um passatempo caro. A fundação espiritual, social e administrativa do conflito religioso

europeu foi estabelecida sobre um grupo diferente de ressentimentos e identidades nacionais em competição; mas o fluxo do tesouro das Américas era vital para a agressiva política externa de Filipe. O rei espanhol canalizou a receita vinda das terras conquistadas na América para guerrear contra os invasores islâmicos otomanos na Europa oriental e tentar promover a pureza e a unidade espiritual — acabar com a heresia protestante — na Europa ocidental.

A contestação inglesa à divisão do mundo ocorreu no oceano Atlântico sob a forma de ataques de corsários. O desafio de outra nação marítima em crescimento, a República da Holanda, foi lançado no outro lado do mundo e se dirigia contra os portugueses, e não os espanhóis (embora a essa altura Filipe fosse o monarca dos dois países). Navegantes holandeses brigaram pelo seu ingresso na economia global em expansão navegando em torno da África, a metade portuguesa do mundo, com o objetivo de fazer comércio e atacar. Mas a Holanda, ao contrário dos ingleses, avançou com um plano muito mais organizado e coordenado.

10. A liberdade dos mares

Em um retrato formal de 1608, o jovem advogado holandês Hugo Grotius olha de esguelha, como se observasse alguma coisa, mas não se digna a virar a cabeça nem a dedicar atenção plena ao assunto. Seu belo e inteligente rosto de ossos finos distingue-se por um nariz aquilino e é adornado com um cavanhaque meticulosamente aparado e um longo e lustroso bigode acima de uma boca fina, séria. Os mantos pretos são formais e sóbrios, e a cabeça está meticulosamente ajeitada — talvez uma concessão ao estilo da época —, complementada por uma extravagante gola franzida que lhe rodeia o pescoço. Sua expressão é maliciosa, inteligente e um tanto desdenhosa, como se ele tivesse um desprezo levemente complacente, mas benigno, pelas frivolidades do mundo ao seu redor — traço não incomum naqueles que alcançam um sucesso extraordinariamente precoce nos negócios ou na política. Nas mãos, segura um pequeno livro, como se representasse todo o poder do mundo. A impressão geral é de um felino bem cuidado, exigente, confortável em seu lugar e satisfeito consigo mesmo. Um retrato posterior mostra-o talvez um pouco mais humilde, cordialmente acadêmico.

Conhecido até hoje nas comunidades jurídicas como o pai do Direito Internacional, Grotius nasceu em Delft, no domingo de Páscoa de 1583. Era o primeiro filho de pais com posição social medíocre, mas de grande instrução. Sua família estendida incluía advogados, homens de negócios, funcionários públicos e professores universitários. O tio de Grotius era professor de direito na Universidade de Leiden quando o jovem se matriculou ali, para estudar artes liberais, filosofia, línguas e retórica, aos onze anos. Prodígio celebrado em sua cidade natal, Grotius publicou poesias em grego e latim e traduziu e publicou textos nessas línguas. Depois de estudar com inúmeros dos principais intelectuais humanistas, foi-lhe concedido um doutorado honorário em direito pela Universidade de Orleans, na França, em 1598, aos quinze anos. O rei Henrique iv deu-lhe um medalhão de ouro comemorando essa realização pouco comum e o proclamou "o milagre da

Holanda".

Em 1599, Grotius tornou-se advogado do tribunal e alto conselho da Holanda, iniciando uma carreira meteórica. Dois anos mais tarde foi nomeado historiógrafo latino oficial dos Estados da Holanda e, graças à sua associação com Johan van Oldenbarnevelt, primeiro-ministro dos Países Baixos Unidos, serviu como promotor público em 1607. Outros postos prodigiosos seguiram-se, incluindo o de advogado-geral das províncias da Holanda, da Frísia e da Zelândia. Antes dos trinta anos, era um dos advogados mais bem pagos e respeitados nas Províncias Unidas e mais tarde tornou-se funcionário público sênior, membro do Parlamento e conselheiro político do mais alto nível.

Além disso, casou-se bem, com uma jovem politicamente bem relacionada, Marie van Reigersbergh, e fez bons investimentos. Escreveu poesia, peças teatrais e tratados jurídicos aclamados, diversos dos quais tiveram enorme influência durante sua vida e, depois, no desenvolvimento e na evolução do pensamento jurídico europeu. Grotius era o modelo de prudência e respeitabilidade calvinista. Mas, se a sua ascensão foi rápida, ela obedeceu a uma trajetória que despencou com igual velocidade. Em 1618, ele viu-se em meio à disputa entre Maurício de Nassau, príncipe de Orange, que era governador da província homônima, e seu amigo e benfeitor, Johan van Oldenbarnevelt, a respeito das diferenças de doutrina entre seitas religiosas protestantes. Grotius e Oldenbarnevelt foram presos em 1618. Quando se recusaram a pedir desculpas pela suposta conspiração, Oldenbarnevelt foi decapitado, e Grotius condenado à prisão perpétua no castelo de Loevestein depois de ter seus bens confiscados. Durante o período de prisão, ele lia vorazmente e continuou a escrever um de seus famosos tratados, *De Jure Belli ac Pacis* (Sobre a lei da guerra e da paz).

Fugiu da prisão depois de quase dois anos, com a ajuda da mulher, que se fez passar por Grotius, enquanto ele se evadia do castelo dentro de um baú de livros. Fugiu para Paris, seguido pela mulher e pelos filhos, onde supervisionou a publicação de sua obra monumental, que esperava poder serenar as guerras religiosas (ou mesmo cessá-las de todo) que estavam devastando a Europa. Recusando-se, por princípio, a converter-se ao catolicismo, era inelegível para um posto na corte francesa, mas acabou servindo como embaixador da Suécia na

França durante muitos anos. Em diversas ocasiões, tentou voltar à sua terra natal, mas foi expulso, porque se recusou a admitir que tinha feito alguma coisa errada em 1618, de modo que permaneceu no exílio. Na derradeira viagem à Suécia, em 1645, o navio onde seguia naufragou devido a uma tempestade, e ele morreu de exaustão depois de chegar à praia. Sua mulher e quatro de seus filhos sobreviveram a ele. Tanto durante a vida quanto depois de morto, Grotius foi respeitado como um dos principais pensadores humanistas da Europa.

A maior contribuição de Grotius para a filosofia e o direito provavelmente ocorreu quando ele mal tinha 25 anos, antes de ter atingido o auge de sua ascensão política. Em 1604, seu amigo Jan Grootenhuys pediu ao rapaz que produzisse um tratado polêmico e um argumento jurídico para a então recém-fundada Companhia Holandesa das Índias Orientais, a VOC (Vereenigde Oost-Indische Compagnie). Em 1609, parte dessa obra foi anonimamente publicada como *Mare liberum* (O mar livre). Dirigido aos "governantes das nações livres e independentes do mundo cristão", *Mare liberum* estabelecia o primeiro argumento jurídico que debatia o direito de Portugal e Espanha reivindicarem o domínio do monopólio das águas navegáveis do mundo. Originalmente concebido como uma justificativa para um assalto de piratas holandeses a um galeão português nas Índias, de acordo com David Armitage, organizador de uma reimpressão moderna da antiga tradução inglesa do Tratado de Grotius, "poucas obras de tal brevidade provocaram argumentos de longevidade tão geral e impressionante". Embora a arena da disputa fosse local, as implicações dos argumentos do *Mare liberum* eram globais. "Teve implicações, tanto nas águas costeiras como o alto-mar, nas Índias Ocidentais e nas Índias Orientais, nas disputas intraeuropeias, bem como nas relações entre potências europeias e povos exteriores à Europa." Grotius alegava que, enquanto o Tratado de Tordesilhas tivesse legitimidade, os oceanos do mundo estariam fechados e seriam fonte de lutas intermináveis.

Durante gerações, depois que Vasco da Gama contornou o cabo da Boa Esperança, chegou ao oceano Índico e, por meio de astuta diplomacia, garantiu para Portugal um lugar preeminente no comércio do oceano Índico, o Império ultramarino português tinha a supremacia. Por meio de implacáveis táticas de ataques piratas, chantagem e intimidação, combinadas à tecnologia naval e militar

superiores, Portugal estabeleceu uma série de bases fortificadas ao longo das costas atlânticas e índicas africanas, e também por toda a Índia e a Indonésia. No intervalo de uma única geração, os portugueses dominaram e controlaram uma parcela significativa da rede de comércio no oceano Índico, tornando-se uma das mais ricas nações europeias, em decorrência de um monopólio protegido pelas cláusulas do Tratado de Tordesilhas. Em meados do século XVI, o comércio português era verdadeiramente global.

Mas, na época, como agora, Portugal era um país relativamente pequeno, tanto em termos de geografia quanto de população. Talvez fosse habitado por 2 milhões de pessoas, e sua poderosa rede de comércio custava muito caro para os homens e para os recursos naturais necessários para fabricar e equipar as numerosas frotas de navios mercantes e militares exigidos para manter e defender o monopólio. Naufrágios, doenças e batalhas marítimas devastaram a população masculina. Como consequência, na segunda metade do século XVI, a máquina comercial portuguesa passou a empregar estrangeiros, em especial holandeses, nas profissões marítimas. Em 1581, um monopólio mundial do comércio oceânico seria o resultado natural do fato de que a coroa portuguesa passou a Filipe II. Mas a Reforma Protestante solapava a autoridade do papa para promover divisões no comércio.

Além disso, em meados do século XVI, as políticas dinásticas europeias levaram à consolidação dos reinos. O novo soberano do Sacro Império Romano, Carlos V (também conhecido como Carlos I da Espanha, o mesmo governante que tinha financiado Fernão de Magalhães mais de três décadas antes), se tornou rei da Espanha, além de herdar o ducado de Borgonha e as províncias dos Países Baixos (correspondendo praticamente às atuais nações da Bélgica, da Holanda e de Luxemburgo). Em 1549, essas províncias se tornaram um Estado independente, as Dezessete Províncias da União dos Países Baixos, sob seu governo. Em 1555, Carlos V abdicou do trono de imperador, querendo passar seus últimos dias em preces e contemplação espiritual. Acreditando que seu império era vasto e ingovernável demais para ser controlado apenas por um rei, dividiu-o entre seu irmão, Fernando, e seu filho, Filipe II. Enquanto Fernando I ficou com o reinado sobre o velho Sacro Império Romano, Filipe II se tornou rei da Espanha e da recém-declarada União dos Países Baixos. Foi Filipe II quem orientou as riquezas do México e da América do Sul para financiar guerras dinásticas e a Contrarreforma na

Europa. A riqueza e as florescentes cidades licenciadas da União dos Países Baixos eram quase tão vitais para a prosperidade da coroa espanhola quanto as barras de ouro e prata do Novo Mundo.

Enquanto piratas ingleses e franceses — a quem foram negadas as oportunidades de negociar e viajar para oeste da linha de demarcação de Tordesilhas — atacavam as remessas espanholas no Caribe, as guerras religiosas na Europa, se tornavam cada vez mais brutais e dogmáticas. Em 16 de fevereiro de 1568, a Inquisição declarou que a população das Províncias Unidas, que tinham adotado o calvinismo com vigor — todos os seus 3 milhões de pessoas —, era herege e, portanto, estava condenada à morte. Filipe II deu ordens a um exército espanhol, comandado pelo implacável duque de Alva, para extinguir revoltas locais e impor uma série de novos impostos sobre seus recalcitrantes súditos. Além disso, ordenou a Alva que fizesse valer o decreto da Inquisição, de matar seus súditos hereges quando eles não reconhecessem o desvio religioso. Logo a região inteira estava revoltada contra seus governantes ibéricos. "Os rebeldes holandeses", escreve Martine Julia van Ittersum em *Profit and principle: Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies* (Lucro e princípio: Hugo Grotius, teorias dos direitos naturais e a ascensão do poder holandês nas Índias Orientais), "estavam convencidos de que as maquinações diabólicas do Santo Ofício eram destinadas a reduzir os Países Baixos ao mesmo estado miserável dos territórios espanhóis conquistados na América."

A reação do duque de Alva à resistência dos holandeses a seus soldados foi selvagem e cruel. Alva e o exército espanhol, de acordo com os argumentos listados em um panfleto da época, estavam empenhados em violar todas as leis e costumes locais e "pilhar, roubar, assolar, despejar, desolar, apreender, intimidar, banir, expulsar e confiscar bens, queimar e arrasar, enforcar, picar, cortar, quebrar na roda, torturar e assassinar com tormentos pavorosos e nunca antes vistos os súditos holandeses". Alva estava injuriado como se estivesse tomado por "fúria insana e loucura".

Não foi um tipo de revolta fácil de apaziguar. Durante anos, exércitos marchavam em torno dos Países Baixos, as batalhas se multiplicavam e muitas cidades e portos que eram centros comerciais foram fechados. Durante o caos, a Antuérpia, que tinha fornecido aos portugueses acesso comercial a grande parte da

Europa, foi fechada. Como o exército espanhol e o apoio à Espanha eram maiores no sul, os comerciantes holandeses e os principais cidadãos protestantes fugiram para o norte como refugiados econômicos e religiosos do domínio espanhol e católico. Amsterdã recebeu grande parte desse capital humano e monetário. Comerciantes de Amsterdã começaram a equipar navios e a navegar para Lisboa para trazer especiarias e tecidos portugueses e outros luxos orientais para o norte da Europa.

Em 1595, Filipe II fechou Lisboa aos navios holandeses; ato que prejudicava a economia portuguesa e dava aos comerciantes de Amsterdã — que agora se tornava um dos maiores centros comerciais na Europa — motivos financeiros, além de patrióticos, para se espalhar pelo globo numa invasão comercial da rota das especiarias portuguesa. Comerciantes holandeses podiam enriquecer e ao mesmo tempo prejudicar a economia e as finanças de seus inimigos políticos e religiosos. Era esse o ambiente em que o jovem Hugo Grotius cresceu e entrou para a Universidade de Leiden.

De forma irônica, os navegantes holandeses que haviam sido empregados pelos portugueses tornaram possível esse ataque comercial. Especialmente valiosas foram as informações coletadas e apresentadas em 1596 por Jan Huygen van Linschoten, navegador e viajante holandês que passou quase onze anos viajando no oceano Índico e nas Índias Orientais sob as ordens de portugueses. Seu diário de bordo, *Itinerário*, era sobretudo um relato de suas muitas aventuras, misturado a conselhos patrióticos para os comerciantes e navegadores holandeses sobre como desafiar com sucesso o monopólio português e entrar no mundo comercial do oceano Índico e da Indonésia. Ele descreveu as fortificações portuguesas, seus navios, os artigos com maior probabilidade de interessar aos comerciantes orientais, os costumes dos reinos nativos. Além disso, incluiu observações de onde a resistência portuguesa era mais forte ou mais fraca, onde os navios holandeses poderiam ser bem recebidos, além de conselhos sobre onde se poderiam obter os melhores carregamentos de noz-moscada, macis, cravo, canela e pimenta-do-reino. Bernard Vlekke escreve em *Nusantara: a history of Indonesia* (Nusantara: uma história da Indonésia) que "Linschoten também declarou […] que o Império português no Oriente estava em decadência, podre e balançando, uma estrutura que desabaria a

um pequeno golpe, ou, para fazer uma metáfora, era uma ameixa madura para ser colhida".

Ao contrário das aventuras comerciais portuguesas, dirigidas e patrocinadas pela coroa, as novas viagens holandesas eram empreendimentos independentes, financiados por investidores particulares. Os primeiros nove comerciantes holandeses a organizar uma expedição local às Molucas, em desafio ao monopólio português e aos decretos papais que respaldavam o Tratado de Tordesilhas, fizeram isso sob o nome romântico de "Companhia dos Lugares Longínquos".

A expedição consistia em quatro navios comandados por Cornelis de Houtman, comerciante que fora para Portugal e lá passara a residir, e que, talvez mais importante, era parente de um dos investidores originais. Embora fosse um líder incompetente, que com decisões equivocadas levou sua frota ao desastre, resultando na morte de mais da metade da tripulação de 249 pessoas e na perda de um navio, Houtman foi, em todos os lugares por onde passou, recebido com entusiasmo pelos comerciantes malaios. Apesar de insultar muitos de seus clientes e ter um suprimento pobre de artigos comerciáveis, gozava de recepção positiva apenas pela possibilidade de abrir a competição. Os comerciantes portugueses e espanhóis ganharam fama de intolerantes em relação aos costumes locais, em especial às religiões locais. Embora a viagem de Houtman não tenha conseguido alcançar seu potencial comercial ou diplomático, os lucros com os pequenos carregamentos de especiarias que ele trouxe de volta a Amsterdã pagaram a expedição e saciaram o apetite dos investidores, que se decidiram por novas aventuras.

Os investidores, negociantes empedernidos que operavam em tempos perigosos, logo souberam que lucrariam muitíssimo se um carregamento pleno de especiarias pudesse ser assegurado. Formaram depressa uma nova companhia e escolheram um novo comandante, Jacob Corneliszoon van Neck, pondo-o na direção de uma frota de sete navios. Dessa vez, iniciando uma nova tradição, os navios estavam bem armados contra ataques portugueses. Sob a liderança e a habilidade diplomática de Van Neck, os holandeses começaram a ganhar fama de confiabilidade e honestidade. Eram bem recebidos em Banten e por todas as ilhas Molucas onde quer que os navios de Van Neck parassem. Ao navegar de volta para

Amsterdã, as naus estavam recheadas de especiarias valiosas, especialmente pimenta-do-reino, que, quando posta no mercado, rendia aos investidores estonteantes 400% de retorno de capital. Com alegria e cobiça patrióticas, os holandeses organizaram outras viagens e, em poucos anos, pelo menos cinco companhias comerciais lançaram 22 navios às ilhas Molucas.

Por todas as Índias, os novos comerciantes holandeses garantiram uma recepção amigável, proclamando que eram inimigos dos portugueses. Em 1601, diversas companhias lançaram 56 navios de Amsterdã para a metade portuguesa do mundo, e logo as expedições holandesas haviam visitado praticamente cada costa ou porto na região, estabelecendo uma sólida rede de bases e feitorias de comércio. Os aventureiros holandeses talvez tenham sido bem-sucedidos demais: depois de inundar os mercados da região com seus artigos vindos do norte da Europa, começaram a subir o preço das especiarias e a diminuir o valor de seu carregamento.

Em 1602, para restringir a competição entre as empresas holandesas e dirigir a energia delas contra seus inimigos comuns — Portugal e Espanha —, a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) foi formada sob pressão do Parlamento dos Países Baixos Unidos. A primeira frota da VOC partiu de Amsterdã em 18 de dezembro de 1603, com a orientação de não apenas comerciar especiarias, mas também atacar navios e fortes portugueses. Os ataques contínuos da VOC aos portugueses progrediram com relativa facilidade e rapidez, já que a empresa perseguia o comércio e a guerra com igual vigor. Como Philip D. Curtin comentou em *Cross-cultural trade in world history* (Comércio intercultural na história do mundo), "a VOC começou com uma força militar mais importante que os artigos comerciais. Era menos uma firma de comércio capitalista que um sindicato para pirataria, orientada para ameaçar o poder dos portugueses na Ásia e dominada por interesses governamentais, mas financiada pelos investidores, e não pelos pagadores de impostos".

Como os ingleses no Caribe, tanto o governo holandês quanto os principais comerciantes holandeses sabiam que, se quisessem participar do comércio global, teriam de lutar. Antes da adoção, por parte da VOC, de uma política semioficial de agressão contra os portugueses, os ataques contra remessas portuguesas (muitas vezes em retaliação a ataques portugueses contra holandeses) eram fortuitos e não

oficiais, adotados ao sabor do capricho dos capitães, individualmente. Uma viagem dessa época pré-VOC, em particular, viria a ter ramificações políticas, filosóficas e jurídicas — muito além daquilo que seu capitão imaginara.

NOS RETRATOS, Jacob van Heemskerck é um homem de aparência dura, com a fisionomia sulcada e o cabelo cortado curto. Ele exibe os distintivos comuns dos homens de sua época: um cavanhaque e um bigode extravagante. Para seu retrato formal, empreendimento dispendioso e demorado, escolheu a incongruente e excêntrica junção da palaciana gola franzida — talvez para anunciar seu status ou como uma deferência à moda da classe média alta — com uma armadura completa de metal, em reconhecimento à natureza de sua profissão como capitão do mar no violento e perigoso comércio das Índias, onde a guerra e as negociações marchavam lado a lado.

Van Heemskerck era um comerciante veterano, que tinha partido de Amsterdã na primavera de 1601, no comando de uma frota de sete navios, e prosseguiu para o porto javanês de Bantam em fevereiro de 1602. No caminho, foi atacado por uma frota maior, de doze galeões espanhóis, perto das ilhas Canárias, onde um de seus navios foi danificado e diversos de seus homens foram mortos, o que inflamou o ódio dos sobreviventes contra os espanhóis e os portugueses. Nas Molucas, cinco de seus navios conseguiram ser carregados e voltar a Amsterdã com um rico suprimento de artigos exóticos, como seda e porcelana.

Enquanto viajava para encontrar carga para os dois navios restantes, Van Heemskerck ouviu falar da execução de dezessete marinheiros holandeses por funcionários espanhóis em Macau. Ficou sabendo, além disso, de uma ofensiva portuguesa recentemente lançada para atacar e bloquear os principais portos de comércio de especiarias, a fim de evitar que os navios holandeses entrassem neles. Já estava difícil encontrar um carregamento de especiarias de valor, de modo que, quando ele ouviu os boatos de que os navios mercantes portugueses provavelmente iriam atravessar o estreito perto de Cingapura, pôs-se a caminho com seus navios. Estava convencido de que, sem qualquer força policial universal ou conjuntos de leis nos mares orientais, a imposição dos princípios básicos de justiça cabia aos indivíduos. Para obter justiça pela matança dos marinheiros holandeses e pelo ataque a navios holandeses, ele teria de tomar a questão em suas mãos. "Já que nos

faltam navios de guerra holandeses para manter o inimigo sob controle", proclamou ele, "nós mesmos temos de cuidar disso." E, se no processo ele e sua companhia enriquecessem, tanto melhor. Cedo, na manhã de 23 de fevereiro, ele avistou uma carraca que avançava lentamente de Macau para Melaka e precipitou-se ao ataque. Depois de várias horas de luta, a tripulação do navio português *Santa Catarina* rendeu-se e suas vidas foram poupadas, mas a carga foi confiscada. No porão, havia fardos de seda chinesa, além de outros artigos de valor. A nau e sua carga saqueada foram levadas para Amsterdã e acabaram avaliadas em mais de 3 milhões de florins, soma inimaginável, paga por ordem da corte a Van Heemskerck, sua tripulação e ao diretor da Companhia Unida de Amsterdã.

Nem todo mundo ficou satisfeito. Os portugueses, naturalmente, exigiram a devolução de seu navio e da carga, alegando que o ataque era pouco mais que pirataria, o que, apesar da guerra, ainda era ilegal. Mais importante e inesperada, todavia, foi a reação adversa de um bando de investidores importantes da companhia, que a essa altura se tornara parte do monopólio da VOC. Os investidores, menonitas holandeses, consideravam imoral para a empresa, patenteada como empreendimento comercial para negócios, envolver-se em ataques violentos a carregamentos estrangeiros. Eles pareciam não levar em conta o fato de que os navios holandeses estavam sob ataque nas Índias por violar o monopólio papal, e que a União dos Países Baixos se encontrava em meio a uma luta sangrenta, prolongada, pela independência em relação à Espanha. A companhia, argumentavam eles, não era uma extensão da Marinha holandesa; desse modo, não deveria guerrear contra os espanhóis e portugueses e reivindicar para si os artigos saqueados. Esse pequeno grupo de investidores denunciou publicamente as ações de Van Heemskerck, se recusou a entregar sua parcela nos lucros e ameaçou estabelecer uma companhia rival, que, graças ao recém-sancionado monopólio da VOC, teria base na França. Os diretores da VOC ficaram preocupados: talvez estivessem em jogo as próprias bases da empresa; então, como poderia a jovem República continuar financiando sua guerra de independência? A VOC abordou Hugo Grotius, que na época tinha apenas 21 anos, para elaborar uma breve justificativa para o ataque passado e para qualquer futuro ataque a seus inimigos. A VOC julgava que havia chegado a hora de assegurar maior apoio público para suas ações e maior aceitação internacional da França e da Inglaterra.

A pirataria, é claro, não era algo novo ou inesperado na Indonésia; de fato, em sua maior parte, os navios mercantes da época, em algum grau, eram armados. Aqueles que navegavam da Europa, rodeavam a África, atravessavam o oceano Índico e acabavam chegando ao arquipélago indonésio estavam sob maior risco que os demais. Os ataques podiam vir de outros saqueadores de mares europeus — árabes, indianos, indonésios ou até chineses. A pirataria era um meio de vida em alguns desses países havia gerações. Por exemplo, piratas ingleses e franceses no Caribe, e ocasionalmente na Indonésia, muitas vezes atacavam e prendiam navios espanhóis ou portugueses. Mas esses ataques europeus eram defensáveis, de acordo com os costumes da época, porque os capitães estavam de posse de licenças oficiais para piratear — eles podiam apontar para um pedaço de papel aprovado pelo governo, autorizando-os a atacar a remessa comercial de determinadas nações estrangeiras com as quais seu país estava em guerra no momento. A viagem de Van Heemskerck era um empreendimento comercial privado, e os diretores de sua empresa o tinham autorizado a usar força apenas em autodefesa, o que podia ser razoavelmente esperado na época. Sem esse verniz de legitimidade, seria possível argumentar que Van Heemskerck tinha excedido sua autoridade e, portanto, não passava de um simples pirata que se aproveitou para tomar o carregamento de um inocente mercador europeu. É claro que o bom senso e o sentimento público na União dos Países Baixos estavam ao lado dele, em particular, já que a República da Holanda ainda estava em guerra com Espanha e Portugal, e que as atrocidades sanguinárias cometidas por Alva estavam havia poucos anos no passado.

Entre outubro de 1604 e novembro de 1606, Grotius trabalhou em seus argumentos, usando documentos dados a ele pela VOC. Esses papéis incluíam uma coleção de relatórios autenticados de viajantes holandeses nas Índias Orientais, intitulados "Livro sobre os procedimentos cruéis, traiçoeiros e hostis dos portugueses nas Índias Orientais". Ninguém esperava um discurso neutro sobre a aplicação técnica e regional dos costumes marítimos em águas extraeuropeias; em vez disso, Grotius deveria redigir uma feroz polêmica orientada diretamente contra as pretensões espanholas e portuguesas ao monopólio sobre comércio e viagens globais. No entanto, o trabalho dele se mostrou filosófico e ponderado, e não polêmico. Grotius usou a captura do *Santa Catarina* como exemplo sobre o qual construiu seu argumento geral e universal. A captura, escreveu ele, deveria ser "o

episódio representativo de todas as capturas desse tipo".

Mas ele foi ultrapassado pelos eventos antes mesmo de completar seu tratado: o sucesso comercial crescente da VOC e seus contínuos assaltos a navios portugueses e bases do outro lado do mundo asseguraram que os sentimentos públicos e governamentais virassem fortemente em favor da companhia, e com ela permanecessem, diminuindo a necessidade urgente da polêmica.

Mesmo assim, Grotius continuou intrigado pela complexidade e universalidade das questões, e continuou a trabalhar em seu tratado durante anos. Embora a maior parte de sua obra sobre o tema não tenha vindo a público até séculos depois, um capítulo que foi publicado anonimamente em 1609 — o mesmo ano em que a República da Holanda conseguiu uma trégua de doze anos com a Espanha — viria a ter profunda influência sobre os negócios e o pensamento globais. O essencial do capítulo havia sido concluído anos antes, mas sua publicação foi adiada em razão das negociações da trégua. Seria imprudente publicar um tratado polêmico justificando os ataques de piratas holandeses contra os carregamentos portugueses e espanhóis na Indonésia enquanto os dois lados discutiam as condições para o cessar-fogo.

O documento era intitulado *Mare liberum*, ou, em inglês, *The free sea; or, A discourse concerning the right which the Hollanders ought to have to the Indian merchandise for trading* (O mar livre; ou um discurso acerca do direito que os holandeses deveriam ter às mercadorias das Índias para comercializar). Nele, Grotius confrontava as alegações espanholas e portuguesas por suas exclusivas jurisdições sobre os oceanos, derivadas do Tratado de Tordesilhas, com a ideia grandiosa da liberdade internacional de navegação nos altos-mares, baseada no conceito daquilo que ele chamou de "lei natural". Um conjunto de princípios de bom senso que deveriam governar os relacionamentos entre indivíduos e Estados, com base nos fundamentos de que autonomia e direitos não podem ser arbitrariamente tomados de pessoas ou Estados. O alicerce moral e jurídico da argumentação de *Mare liberum* era que o mar aberto era o coração das comunicações; nenhuma nação poderia ter monopólio sobre os mares por causa de seu vasto tamanho, dos limites e de sua composição em constante transformação. Se uma coisa não pode ser ocupada ou transferida para outra, argumentava Grotius, então não pode ser possuída. Grande parte de seu argumento não se baseava em raciocínio jurídico concreto nem em

princípios da tradição europeia; ao contrário, pautava-se em uma série de metáforas e exemplos axiomáticos, inteligentes e um tanto divertidos, como "navegar pelo mar não deixa atrás de si mais direitos legais que caminhar por uma trilha", respaldados por citações judiciosas de antigos filósofos gregos e romanos. *Mare liberum* era uma declaração de princípios em geral autoevidentes, e não um argumento jurídico específico. Propunha uma nova filosofia jurídica que estabelecia a existência de determinados direitos inalienáveis para toda a humanidade — como o uso do mar para a navegação — e propugnava que tentar dividir os oceanos ia de encontro à lei divina.

O argumento de Grotius está dividido em aproximadamente três categorias: o direito de posse de territórios, o direito de navegação de novas vias marítimos fora da Europa e o direito de comércio sem interferência em terras fora da Europa. "Há controvérsias entre nós e os espanhóis", escreveu Grotius, "se o enorme e vasto mar pode ser extensão de um reino (e não necessariamente do maior reino); se é legal para qualquer pessoa proibir que outros que estejam dispostos a vender, comprar ou trocar, ou ainda juntar-se; se qualquer homem pode dar aquilo que nunca foi seu, ou encontrar aquilo que era de outro antes." Em uma série de capítulos curtos, persuasivos e cuidadosamente fundamentados, Grotius percorreu todos os argumentos possíveis em favor do direito espanhol e português de monopolizar viagem e comércio internacionais; e minuciosamente derrubou a todos. Seu objetivo era provar que os holandeses e, por extensão lógica, qualquer outra nação tinham o direito de viajar em torno do mundo, em especial às Índias, e então "navegar até os índios, como fazem, e envolver-se em comércio com eles. Assentaremos essa regra certa da lei das nações como o fundamento, a razão da qual é clara e imutável: que é legal para qualquer nação ir para qualquer outra e comerciar com ela".

O conceito que ele defendia, de que os oceanos e mares não eram propriedade de nenhuma nação e deveriam estar abertos a navios, independentemente de sua nacionalidade — uma coisa que hoje parece perfeitamente natural —, era uma ideia radical para a época. (Os mesmos princípios têm sido aplicados desde então às viagens aéreas: imagine Espanha ou Portugal declarando ilegal que jatos voem entre Londres e Nova York porque eles tinham um monopólio anterior, por exemplo.) Até meados do século XVI, no entanto, teria sido uma questão um tanto irrelevante,

porque a economia global estava na infância, e as longas viagens oceânicas eram dominadas por espanhóis e portugueses. Nenhuma outra nação tinha a tecnologia naval ou o conhecimento de navegação necessários para realizar viagens com essa distância e duração.

Um tema de particular clareza para Grotius era que as reivindicações de Espanha e Portugal sobre suas respectivas metades do mundo não tinham fundamentos jurídicos ou espirituais. O papa Alexandre VI, declarou ele, não tinha autoridade temporal para mandar em pessoas que não pertencessem à sua religião; de fato, a fundamentação inteira dos impérios coloniais espanhol e português não tinha validade ou legitimidade. "O papa", declarou ele,

> a não ser que seja senhor temporal do mundo inteiro (o que homens sensatos negam), não pode dizer que o direito universal de negociação também está sob sua autoridade. […] E mais, caso o papa dê esse direito apenas aos portugueses e tire o mesmo de outros homens, ele cometeria dupla ofensa. Primeiro, aos índios, que, como foram postos fora [ou seja, não fazem parte] da Igreja, não estariam de modo algum submetidos ao papa […]. Segundo, a todos os outros homens cristãos e infiéis, dos quais ele não poderia tirar esse direito sem causa.

Em seu argumento, Grotius também incluiu a beligerante assertiva que justificava a captura holandesa do *Santa Catarina*: "Aquele que impedir a passagem e tolher o carregamento de mercadorias pode ser obstado por vias de fato, como dizem, mesmo sem esperar qualquer autoridade pública". Ele argumentava que qualquer navio holandês tinha o direito de atacar quem interferisse em seu uso natural das vias aquáticas comuns do mundo, e em sua livre associação comercial com outros povos. Os piratas, de fato, eram os que tentavam interferir nesse direito natural de viagem e comércio.

A totalidade e a sutileza dos argumentos de Grotius podem ser apreciadas por estudantes de história jurídica ou de direito internacional, mas algumas passagens adicionais do *Mare liberum* ilustram a clareza de sua lógica e de seu raciocínio, especificamente quando se aplicam ao desafio das cláusulas do Tratado de Tordesilhas. O capítulo 3, intitulado "Que Portugal não tem o direito de domínio sobre os índios por título de doação do papa", declara que, "se eles forem usar a divisão do papa Alexandre VI, acima de tudo isso deve-se considerar em particular se o papa apenas deveria decidir as controvérsias entre portugueses e espanhóis, que certamente ele pode fazer como árbitro escolhido entre eles, os próprios reis, e

fazer determinados pactos entre eles em relação ao assunto, e, se for assim, quando a coisa for feita entre outros, não pertence ao resto das nações".

No capítulo 6, intitulado "O mar ou o direito de navegação não é privativo dos portugueses por título de doação do papa", Grotius sucintamente observa que

> a doação do papa Alexandre, que pode ser alegada em segundo lugar pelos portugueses que desafiam o mar ou o direito de navegar apenas para eles próprios, […] não tem força nas coisas que estão fora do alcance das mercadorias, portanto o direito de navegar no mar não pode ser propriedade de ninguém; e daí se segue que tampouco pode ser dado pelo papa ou recebido pelos portugueses. […] Portanto, devemos dizer que esse pronunciamento não tem força, ou, o que não é menos crível, que o significado do papa era tal que ele queria que a briga entre os castelhanos e os portugueses fosse mediada, mas em nada dos direitos dos outros diminuído.

Outros capítulos lidam com questões e assuntos como "Que o comércio com os índios não é próprio dos portugueses por título de doação do papa" e "Que pela lei das nações qualquer homem pode navegar livremente para onde quiser".

Embora o objetivo de Grotius ao escrever *Mare liberum* fosse muito estrito — promover os interesses comerciais holandeses, especificamente os interesses do monopólio da VOC que estavam tão estreitamente ligados aos interesses políticos nacionais —, seus argumentos eram em estilo imponente e moralmente superior, de modo que adquiriram mais importância do que o autor podia ter intencionado. "Seu enquadramento mais amplo dos argumentos", escreve David Armitage em sua introdução à tradução de Richard Hakluyt do *Mare liberum*, "garantia também que o *Mare liberum* fosse entendido como uma declaração geral do direito de liberdade de comércio e navegação. Desse modo, desencadeou uma controvérsia mais ampla e mais duradoura sobre os fundamentos das relações internacionais, os limites da soberania nacional e os relacionamentos entre soberania e posse, que garantiria sua duradoura fama e notoriedade". Que os mares e oceanos do mundo fossem território internacional, e não submetidos aos caprichos e regras de qualquer nação individualmente, isso não foi imediata ou universalmente aceito. Naturalmente, o próprio conceito provocou contestações ultrajadas — não apenas podia ser usado para justificar o desmantelamento do império marítimo colonial espanhol/português, mas podia também ser aplicado a navegações e direitos de comércio puramente locais. Em janeiro de 1610, somente meio ano depois das publicações latinas de *Mare liberum* na República da Holanda, o Vaticano colocou o

tratado, com seus desmontes seculares e filosóficos das alegações papais, no *Index* de obras proibidas e banidas.

A obra universal de Grotius logo começou um animado debate entre conceitos conflitantes de *mare liberum* e *mare clausum* ("mar fechado"), no que ficou conhecido como "a batalha dos livros". Durante gerações, muitos tinham alegado que a divisão do mundo empreendida pelo papa Alexandre VI era injusta, no entanto, foi Grotius quem deixou sem fôlego todos os argumentos a favor dessa divisão e abriu o debate sobre o direito de uma nação impor arbitrariamente regras para todas as outras. A ideia do mar fechado vinha desde o Império romano, quando os governos patrulhavam, cobravam taxas de passagem e outras formas de impostos, ou proibiam navios de determinadas nacionalidades de entrar no que consideravam suas águas territoriais. A demanda por controle de águas locais era comum nas nações marítimas. Ocorreu uma mudança significativa, no entanto, na esteira da descoberta portuguesa de uma rota marítima para a Índia e da viagem transatlântica de Colombo.

Essas descobertas — não especificamente de novas terras, mas de métodos confiáveis de navegação de ida e volta às novas terras — começaram o processo de abertura das vias aquáticas do mundo à navegação e à exploração. Em épocas anteriores, a maior parte das viagens marítimas era costeira, e os navios permaneciam próximos ao litoral enquanto se ocupavam de seu comércio. As viagens oceânicas, longe da terra, ou muito mais próximas a terras estrangeiras que dos países de origem, e com muitos meses de duração, apresentavam um conjunto inteiramente diferente de questões técnicas e jurídicas. O conceito de *mare clausum* foi solidificado pelo papa Alexandre VI em 1493, mantido e defendido com sucesso por portugueses e espanhóis durante o século XVI e filosoficamente contestado por Grotius em 1609. Os motivos de Grotius, no entanto, não eram inteiramente altruísticos, e sua posição era extrema: nenhuma água, não importa quão perto do litoral de uma nação, devia estar, sob qualquer aspecto, sob a direção ou controle nacional.

A contestação ao *Mare liberum* por parte de teóricos ibéricos veio pela primeira vez de Serafim de Freitas, professor de direito português na Universidade de Valladolid, que escreveu *Imperio Lusitanorum Asiatico* refutando-o (embora não fosse publicado até 1625). Freitas simplesmente implicou com o uso um tanto seletivo de

Grotius de citações antigas que sustentavam o conceito de *mare liberum* e chamou a atenção para determinadas falhas no raciocínio jurídico de Grotius. Ele alegava que os portugueses de fato tinham descoberto o caminho pelo cabo africano para alcançar a Índia. Será que essa descoberta pioneira não valeria alguma coisa, considerando a grande despesa, a incerteza de sucesso e o tempo envolvidos? Além disso, Freitas indicou um aspecto: se as pessoas quisessem um monopólio exclusivo com os portugueses, por que não lhes seria permitido entrar num acordo exclusivo? Eram argumentos práticos que poderiam ter sido recebidos mais favoravelmente fora de Portugal caso o monopólio português não tivesse sido imposto com armas, ameaças de violência e intimidação, tudo isso respaldado pela inabalável crença portuguesa de seu direito moral ao monopólio, e não numa transação comercial livremente negociada. O escritor espanhol Juan Solorzano Pereira continuou nessa linha de defesa ao justificar o monopólio e o controle espanhóis sobre o Atlântico ocidental e o oceano Pacífico em seu tratado *De Indiarum Jure*, publicado em 1629.

A primeira refutação direta ao *Mare liberum* que teve influência na ideia de direito internacional em evolução veio da Escócia. Em 1613, William Welwood, professor de direito civil e matemática na Universidade de St. Andrews, publicou *Abridgement of all sea-lawes* (Resumo de todas as leis marítimas), uma contestação direta ao *Mare liberum*. Embora Welwood concordasse com o conceito de liberdade para "mar principal ou grande oceano", ele afirmava que as vias marítimas adjacentes à terra deveriam ficar sob a jurisdição nacional. Certamente, questionava ele, se uma pessoa pode possuir um açude ou um riacho, um rei não deveria ter jurisdição sobre a água que rodeia seu reino?

O desafio mais eficaz à universalidade de *Mare liberum* veio da Inglaterra, em 1618, quando John Selden, um dos principais juristas ingleses, escreveu sua clássica refutação a Grotius em *Mare clausum* (embora só fosse amplamente publicado em 1635). Ele expôs seu argumento de que o mar, do mesmo modo que a terra, formava uma parte do território nacional e poderia ter domínio sobre a água. "Que o mar, pela lei da natureza ou das nações, não é comum a todos os homens, mas capaz de domínio privado ou propriedades, do mesmo modo que as terras. […] Que o rei da Grã-Bretanha é senhor do mar que corre em torno, como um apêndice inseparável e perpétuo do Império britânico." De forma semelhante a Grotius em *Mare liberum*, Selden apresentava seu próprio panteão de filósofos

antigos para respaldar suas asserções acerca do mar fechado — embora ele, como Welwood, fosse cuidadoso em preservar a validade do caso de Grotius contra espanhóis e portugueses. Tanto Welwood quanto Selden estavam especialmente preocupados com a profusão de barcos holandeses de pesca do arenque em águas "inglesas" e "escocesas". O motivo para rejeitar as alegações de Grotius de que toda água deveria ser aberta ao uso universal era que os pescadores holandeses supostamente pilhavam os estoques de peixe ingleses e escoceses sem ter nenhuma obrigação de pagar impostos locais. "É incrível", afirmava Selden, "a vasta soma de dinheiro que os holandeses ganham pescando em nossa costa."

A crescente disputa entre a Inglaterra e a República da Holanda — especialmente entre o monopólio de suas duas empresas comerciais, a holandesa VOC e a inglesa Companhia das Índias Orientais — levaria a três guerras, depois, no século XVII; e estava refletida na retórica do *Mare liberum* e seus contestadores. A primeira dessas disputas militares começou no início dos anos 1600, com o surgimento da Companhia das Índias Orientais e o crescente conflito entre ela e a VOC pelo domínio das ilhas Molucas. Ao escrever *The Dutch seaborne Empire* (O Império marítimo holandês), C. R. Boxer observa que, "como governantes de uma nação comerciante cujos mercadores labutaram pelos sete mares, de Archangel à Cidade do Cabo e de Nova Amsterdã a Nagasaki, o Parlamento dos Países Baixos naturalmente gostava da paz em teoria; no entanto, durante a maior parte do século XVII, eles se viram envolvidos em guerras em uma ou outra região do globo". Na Indonésia e ao redor do mundo, os holandeses lutaram contra espanhóis e portugueses, e também com diversos reinos e sultanatos nativos, para ganhar acesso a mercados na Ásia. Na Europa, enquanto isso, disputavam uma série de guerras contra a Inglaterra e a França para defender o monopólio holandês sobre determinadas especiarias da mesma região. Aliados durante gerações por ódio mútuo à Espanha e a Portugal, os ex-aliados agora se viam com uma pouco velada hostilidade ao competir comercialmente nos recém-abertos oceanos do mundo. A VOC, além de dar seguimento à sua permanente guerra contra as remessas espanholas e portuguesas nas Índias, ameaçava abordar e atacar qualquer navio francês que encontrasse, e começou não só a ameaçar a Companhia Inglesa das Índias Orientais, como também a atacar seus navios e a prender o carregamento, além de aprisionar ou matar marinheiros e comerciantes.

Grotius viajou para a Inglaterra em 1613 para a primeira de duas reuniões a fim de tentar resolver essas crescentes tensões entre os antigos aliados. No verdadeiro estilo de advogado contratado, Grotius, em sua capacidade como conselheiro jurídico da VOC, defendeu as ações da companhia para impor seu próprio monopólio sobre o comércio de especiarias, argumentando que os produtores nativos tinham assinado "contratos" com a VOC para a entrega de seu produto, e que, em seu agora mais refinado entendimento e interpretação da "lei natural", um contrato deve ser obedecido mesmo quando solapado pela soberania de um povo. (Grotius sabia que muitos dos contratos da VOC eram assinados sob pressão e intimidação.) Em sua opinião, era defensável para a VOC excluir à força e expulsar navios da companhia inglesa porque os nativos já tinham feito contratos com a VOC para todas as especiarias que eles produzissem num dado ano.

Grotius era escorregadio como uma enguia ao torcer seus argumentos a fim de favorecer os interesses da VOC e o crescente Império comercial marítimo holandês. Ele sabia o que estava fazendo, destruindo as próprias bases de sua obra-prima pelo ganho comercial de curto prazo de sua companhia e seu país. Como Martine Julia van Ittersum escreve em *Profit and principle*, "a parceria política e intelectual entre Grotius e os diretores da VOC explicita o lado escuro do liberalismo moderno. As teorias de direitos e contratos de Grotius não eram apenas circunjacentes com o aumento de impérios comerciais globais nos séculos XVII e XVIII, mas, para começar, os tornou possíveis".

Talvez a maior ironia do fato de Grotius assumir papéis múltiplos e conflitantes como advogado viesse do fato de que, nas reuniões em Londres, os negociadores da Companhia Inglesa das Índias Orientais fizessem citações do *Mare liberum* ao apresentar seus argumentos de que os oceanos deveriam ser abertos a todas as nações e povos, e não apenas aos holandeses — ao mesmo tempo que continuavam sem saber que Grotius era o autor anônimo do famoso tratado. Deve ter sido irritante, ou talvez divertido ou lisonjeador, para ele ter seus próprios poderosos e universais argumentos, anonimamente publicados, repetidos de volta para ele; certamente veio-lhe à ideia a justiça poética. Não sabemos o que Grotius sentiu ou achou de discutir os princípios quase opostos aos expressos em *Mare liberum*, mas isso levanta dúvidas quanto às suas convicções. Era talvez um caso de nacionalismo e interesse próprio aparentemente sobrepujando a lógica dos

argumentos universais ou a "justiça".

De qualquer modo, os fundamentos citados da legalidade de um monopólio holandês estavam baseados no fato de que os holandeses tinham gasto muito dinheiro e tempo desenvolvendo a rota comercial, atacando os portugueses e estabelecendo sua própria rede mercantil; portanto, era injusto que a Inglaterra agora viesse e se aproveitasse de seu sucesso, especialmente depois que o pessoal local já tinha assinado contratos de exclusividade — o mesmo gasto argumento apresentado por Serafim de Freitas em defesa das reivindicações portuguesas. É interessante que, em 1625, quando ele publicou sua mais conhecida obra jurídica, *De Jure Belli ac Pacis* (Sobre a lei da guerra e da paz), Grotius tinha passado a aceitar a validade de águas territoriais sob o controle de nações.

Mas questões essenciais permaneceram sem resposta nesses posicionamentos polarizadores e claramente partidários. As leis de quem deveriam prevalecer sobre as águas distantes, longe da terra? As das sociedades locais ou as da nação original de um navio? Dos portugueses e espanhóis? Guerra e pirataria intermináveis não eram viáveis nem produtivas para ninguém. As exigências opostas acabaram ficando mais moderadas à medida que nações e teóricos perceberam que nenhum extremo era solução viável num mundo cada vez mais globalizado. Em 1702, o jurista holandês e escritor Cornelius Bynkershoek publicou um tratado com o título de *De Domino Maris*, em que argumentava que as nações deveriam ter controle sobre pelo menos parte de suas águas costeiras, que a liberdade dos mares defendida por Grotius deveria ficar restrita ao alto-mar e que esse controle nacional deveria se estender para fora do território soberano até o alcance de um tiro de canhão — a distância na qual uma nação poderia razoavelmente defender seu território marítimo. (Conhecida como a regra do tiro de canhão, foi o conceito original do limite de três milhas.) Além desse limite, as vias marítimas do mundo estariam abertas a qualquer navio, como Grotius argumentou em *Mare liberum*.

A partir desses fundamentos, muitas gerações de aprimoramentos acabaram produzindo outras ideias, como as de passagem inocente e de direitos de pesca e de extração de minerais dentro de uma "exclusiva zona comercial", que é nos dias de hoje baseada na plataforma continental, com limite de doze milhas ou de duzentas milhas, dependendo da região. Os princípios filosóficos concebidos no início do século XVII por pensadores como Grotius, a fim de fornecer a base intelectual para

uma contestação ao absolutismo que respaldava o Tratado de Tordesilhas, se tornaram o fundamento para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Epílogo
O fantasma desaparece

Depois de os fundamentos espirituais do Tratado de Tordesilhas terem sido demolidos pela Reforma Protestante, sua base intelectual passou a ser cada vez mais contestada nos sofisticados tratados jurídicos e filosóficos do século xvii. Não demoraria muito até que Espanha e Portugal admitissem sua derrota. Nesse ínterim, a capacidade dos dois reinos de monopolizar a viagem e o comércio global entrava em sério declínio. Mas a morte foi lenta. Permaneceu apenas o poder militar; mas era difícil apossar-se da superioridade moral sem as convicções ou a honradez que justificassem o uso da força quando o único motivo era declaradamente o interesse próprio.

Uma série de tratados dos séculos xvii e xviii destruiu lentamente os pilares do direito da Espanha e de Portugal sobre a metade do mundo. Pelos termos dos Tratados de Münster, primeiro com a Holanda, em 1648, e depois com a Inglaterra, em 1667, esses países concordaram que "não navegariam nem fariam comércio em qualquer dos portos, locais, fortes, campos ou castelos de propriedade do rei da Espanha nas Índias Ocidentais". Esse tratado estabelecia, além disso, que continuaria a ser "ilegal desembarcar, entrar ou permanecer nos portos, baías e litorais de qualquer um com navios de guerras e soldados em números suspeitos sem a autorização da pessoa a quem os portos, baías e litorais pertençam, exceto no caso de serem obrigados a fazer isso por tempo tempestuoso, ou por necessidade, ou para evitar os perigos do mar". No Tratado Americano de 1670, entre a Inglaterra e a Espanha, os espanhóis concordaram em reconhecer a legitimidade das colônias britânicas na América do Norte, ao mesmo tempo que reafirmavam a exclusividade dos territórios espanhóis, estando vetados o comércio e a passagem de todos os navios ingleses. O governo espanhol simplesmente não tinha navios em número suficiente para incomodar intrusos estrangeiros e guardar suas frotas do tesouro anual. Em 1750, o Tratado de Madri reconheceu a soberania portuguesa

sobre a grande área do Brasil que se estendia para oeste além da linha de demarcação, e essencialmente substituiu o Tratado de Tordesilhas como acordo internacional significativo entre os dois países; não havia necessidade de discutir os territórios do outro lado do mundo, porque eles já tinham sido expulsos desses lugares por ingleses e holandeses. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que reafirmava e aprimorava o Tratado de Madri entre Espanha e Portugal na definição de seus respectivos territórios globais, foi muito menos pretensioso, já que nenhum dos países procurou incluir cláusulas que tentassem controlar o comportamento ou os direitos de outros países.

Mas, enquanto a Espanha abandonava sua reivindicação sobre a América do Norte, os tratados assinados na Europa raramente tiveram qualquer impacto no caos e na crescente instabilidade política do Caribe. Em meados do século XVII, a Espanha tinha perdido o controle da região. Em uma época famosa pelos piratas do Caribe — os bucaneiros e Henry Morgan —, as autoridades coloniais espanholas não conseguiam garantir a segurança de seus cidadãos, não importando regulamentos ou decretos governamentais ou proclamações do papa. Os navios de guerra espanhóis se dedicavam quase exclusivamente a proteger as barcaças de tesouro e o comércio marítimo foi quase destruído — comerciantes espanhóis não tinham possibilidade de competir com os contrabandistas. As colônias espanholas não conseguiam que os artigos fossem enviados para eles da Europa, nem podiam encontrar um mercado para peles, índigo, açúcar, cacau, tabaco e madeiras. Reduzidos à bancarrota, muitos colonos abandonaram as cidade coloniais e foram para outro lugar. Enquanto os grandes portos coloniais (Santo Domingo em Hispaniola e San Juan em Porto Rico) ainda progrediam, a maior parte do interior das ilhas e vastas extensões de terra no litoral estavam completamente vazias de habitantes espanhóis.

Enquanto isso, colônias inglesas, holandesas e francesas progrediam em todas as ilhas das Pequenas Antilhas e outras ilhas no Caribe. Em 1655, forças inglesas capturaram a Jamaica, que se tornou então a base não oficial para milhares de piratas ingleses, holandeses e franceses, que ocasionalmente se tornavam piratas licenciados quando estourava uma guerra. A ilha jamais foi devolvida à Espanha, apesar da linguagem erudita dos muitos tratados e documentos que atestavam a exclusividade espanhola no Caribe; os documentos na Europa eram uma coisa,

ações do outro lado do oceano eram inteiramente outra. Àquela altura, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais também acelerava suas atividades, fundando Manhattan como base para os assaltos às remessas espanholas no Caribe.

À medida que o poder naval espanhol declinava, outras colônias europeias ficavam mais prósperas. As vastas montanhas de barras de ouro e prata que pagavam a proeminência da Espanha na Europa eram tão seguras quanto os navios que as carregavam por milhares de milhas através do Atlântico, por águas cheias de recifes perigosos, infestadas de piratas, oficiais ou não, e propensas a tempestades desastrosas e imprevisíveis. No mínimo, o saque de navios espanhóis e o comércio ilegal nas Índias Ocidentais se tornaram mais comuns durante o século XVII, uma vez que se soube que a mais poderosa nação europeia era também a mais vulnerável. Mesmo enquanto reinava a paz na Europa, os bucaneiros não davam muita importância a convenções e tratados; eles simplesmente saqueavam os carregamentos espanhóis. E os governos europeus não davam a mínima importância a essas atividades, desde que os saques ficassem restritos aos espanhóis.

O século XVIII foi quase tão sangrento quanto o XVII, com uma série quase contínua de guerras. As lutas intestinas na Europa foram exportadas para o mundo todo: guerra por política, sucessões dinásticas, comércio, religião e as lutas pelo poder de construir impérios. Mas o Tratado de Tordesilhas, embora tivesse lançado a base cultural e política desses conflitos, deixara de os justificar, de modo que passou para a história como inspiração e motivação direta para ações bélicas. O mundo tinha avançado. Já não fazia sentido o fato de que, dois séculos antes, o chefe de uma das muitas facções da Europa cristã tivesse dividido o mundo entre duas nações favorecidas. Como uma patente moderna, a força da proclamação papal era apenas tão valiosa quanto a disposição dos beneficiários e sua capacidade de defendê-la. Com o declínio dos impérios espanhol e português, o tratado perdeu seus defensores, enquanto ganhava muitos inimigos.

A única notável exceção, no entanto, ocorreu quando a Espanha citou a doação papal como uma das bases para sua reivindicação ao direito de soberania à posse exclusiva e ao controle sobre a América do Pacífico e suas vias marítimas, nos anos 1790. Quando um funcionário espanhol cerimoniosamente reivindicou a ocidental ilha de Vancouver, em 1789, ele leu em voz alta o documento oficial dado a ele por seus chefes políticos, que baseavam a reclamação espanhola à soberania

sobre a costa da Califórnia até o Alasca "por motivo de doação e da bula *Expedio Notu Proprio* de nosso muito santo padre Alexandre VI, pontífice de Roma, pela qual ele doava ao mui alto e católico monarca Fernando V e Isabel, sua esposa, […] metade do mundo por escritura feita em Roma no 4º dia de maio no ano de 1493, por virtude da qual essas presentes terras pertencem à dita coroa real de Castela e Leão". As nações com as quais a Espanha brigava pela soberania sobre a América do Pacífico — Grã-Bretanha, Rússia e a nova nação dos Estados Unidos —, não surpreende, simplesmente franziram a testa diante dessa concepção de pretensa autoridade.

Mais original ainda foi a invocação, tempos depois, do poder do Tratado de Tordesilhas para espúrias reivindicações territoriais por parte de países que não eram Espanha ou Portugal. No século XX, o tratado foi desencavado pelo Chile como justificativa para a soberania sobre a Antártida, com linhas traçadas diretamente ao sul das fronteiras orientais e ocidentais do país, numa pretensão triangular sobre essas terras distantes e inabitáveis. A Argentina também evocou o Tratado de Tordesilhas como base para sua reivindicação sobre as ilhas Malvinas (Falkland) como parte de seu território soberano, porque estas se encontravam na metade espanhola do mundo. As duas nações lançaram afirmativas sem precedentes de que teriam herdado da Espanha os benefícios e direitos concedidos pelo tratado, depois de suas guerras de independência.

Embora o Tratado de Tordesilhas tenha declinado no discurso público e poucas pessoas tenham ouvido falar dele, seu prolongado impacto ainda está evidente no mundo atual. Fora seu óbvio papel de estabelecer as bases para os impérios espanhol e português durante o século XVI, a divisão do mundo coincidiu com a Reforma Protestante, uma importante força política que combinada à força religiosa incentivou os países do norte da Europa, como a Inglaterra e a República da Holanda, a rejeitar a autoridade do Vaticano para determinar questões seculares. Bloqueou uma possível reconciliação entre as facções religiosas europeias, porque aceitar a autoridade secular e espiritual do papa seria negar a outras nações um papel na exploração, nas viagens e no comércio internacionais. Os argumentos intelectuais inspirados pelo Tratado de Tordesilhas, começando com o famoso *Mare liberum* de Hugo Grotius, deram início ao progresso filosófico em direção a conceitos modernos de liberdade dos mares e relações internacionais; por fim,

levou à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. De um modo mais prosaico, durante séculos, o tratado dirigiu as ações coloniais de países e traçou a geografia política do mundo como o conhecemos hoje.

O tratado de 1494 teve um impacto significativo na forma colonial, cultural e político do mundo, ao determinar o padrão de colonização europeia não apenas na América Central e do Sul, mas também na América do Norte e no sudeste asiático. Enquanto Espanha e Portugal exploravam e colonizavam os territórios indicados a eles pelo papa Alexandre VI, e preferiam permanecer, sobretudo, dentro de regiões e águas equatoriais, a Inglaterra, a França e a Holanda foram obrigadas a estender seu comércio e viajar para regiões distantes dos interesses espanhóis e portugueses. Até que essas nações estivessem prontas para desafiar a Igreja e contestar a divisão que ela impunha ao mundo, Espanha e Portugal tinham se entrincheirado e imprimido sua cultura, religião e língua às sociedades que conquistaram nas suas respectivas metades do mundo. A França, portanto, foi para o vale de São Lourenço, no Canadá; a Inglaterra foi para Nova Inglaterra e Virgínia; a Holanda ocupou o centro-leste da América do Norte e, eventualmente, a Indonésia, onde atacou e assumiu o controle de grande parte do Império ultramar português.

O Brasil é o único país de língua portuguesa nas Américas porque sua massa oriental se projetava além da linha de demarcação. As Filipinas, embora tecnicamente na metade portuguesa do mundo, foram conquistadas e colonizadas pela Espanha durante a época em que Portugal estava sob a União Ibérica, e antes de os navegadores conseguirem calcular com exatidão a longitude, dando à nação-ilha sua distinta cultura e religião. Se os portos e as cidades do mundo não europeu não tivessem sido seletivamente localizados em 1494, mas houvessem permanecido abertos para os navios de qualquer país europeu, a história colonial e mercantil do mundo, para melhor ou para pior, teria sido bem diferente. É difícil conceber outra decisão política que tenha tido impacto tão grande sobre a formação do mundo atual que as bulas de Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas.

Os contos mais fascinantes, incomuns e importantes na história são passíveis de múltiplas interpretações. Elas não necessariamente cabem nas fronteiras distintas, compartimentalizadas, dos períodos ou lugares. A história do Tratado de Tordesilhas provê percepções para a mente humana e para as políticas que ainda são válidas nos dias de hoje. Os eventos mais monumentais da história muitas vezes

têm origem nos comportamentos mais rústicos, prosaicos e domésticos. A Guerra de Troia começou por causa da beleza apócrifa de Helena, esposa do poderoso rei de Esparta, Menelau. Ela foi raptada por Páris e levada para o leste, pelo mar Egeu, para a poderosa cidade-Estado de Troia. A batalha para defender a honra do rei e recapturar Helena jogou milhares de guerreiros dos estados gregos contra os exércitos de Troia e envolveu o antigo mundo egeu numa conflagração terrível e destrutiva que durou uma década e deu origem a muitos mitos e personagens famosos.

É interessante pensar que, do mesmo modo, a divisão do mundo no século xv tenha sido motivada por brigas mesquinhas de um grupo seleto de aristocratas poderosos e privilegiados, intensificadas pelo sucesso inesperado de um aventureiro velhaco — para não falar do papel de uma jovem princesa ao desafiar seu meio-irmão, o rei, recusando-se a se casar com seu idoso tio por afinidade, e, em vez disso, fugir com seu príncipe e paladino de dezesseis anos. A batalha pela sucessão castelhana que lançou Isabel, Fernando e seus seguidores contra a supostamente ilegítima meia-irmã de Isabel e o rei de Portugal — e a consequente animosidade entre Espanha e Portugal – foi uma das forças-chave que levaram o papa Alexandre vi a dividir o mundo em 1493, deitando as bases para as muitas guerras que viriam a seguir. Crescendo a partir de uma semente tão minúscula e mundana, a divisão do mundo tem influenciado diretamente a ação de gerações de reis e imperadores, exploradores e papas, piratas e estadistas. Tem afetado indistintamente a geografia política, religiosa e cultural do mundo e dado forma à vida de milhões de pessoas até hoje.

O Tratado de Tordesilhas começou na ignorância e na simonia, mas, mesmo assim, o desafio físico à sua imposição e a luta intelectual contra um absolutismo tão injusto e arbitrário levaram ao início de alguma coisa mais universalmente imparcial: o afrouxamento do monopólio sobre o uso das vias marítimas do mundo; o aumento na comunicação mútua e no comércio entre povos; e o desenvolvimento de leis universais para orientar as relações entre Estados na arena internacional. Essas diretrizes e acordos internacionais foram, e esperamos que continuem a ser, a base para o maior desenvolvimento de acordos, costumes e regras responsáveis e civilizados, que desmontem potenciais querelas internacionais e reduzam a probabilidade de animosidade pessoal entre um pequeno grupo de

pessoas que possam levar o mundo à guerra.

Se nos for dada a escolha, não temos nenhum desejo de voltar a um mundo em que o comércio e a viagem eram privilégios concedidos aos caprichos de um só Estado ou dois, incluindo toda a pirataria, contrabando e guerra que, sem dúvida, resultaram disso. Ao contrário, devemos dirigir nossas energias para preservar e aprimorar a estrutura global e promover a evolução de regras para governar espaços internacionais comuns — uma estrutura que represente a verdadeira sabedoria que herdamos da saga épica da divisão do mundo em 1494.

Fontes

Uma observação a respeito das fontes:

Dediquei-me a este projeto como um generalista interessado com conhecimento em história. O livro foi escrito para outros generalistas interessados, e seu foco está na interação de personalidades muitas vezes conflitantes e na ideia abrangente da mudança não intencional ao longo do tempo. Meu objetivo aqui não é contestar interpretações em geral aceitas sobre esses indivíduos e suas ações, mas colocá-las em um contexto diferente, e até agora inexplorado — seu papel no desenvolvimento de um conceito-chave moderno, o fundamento do princípio de liberdade no mar e o direito internacional.

1494 conta uma história que abarca séculos e cruza as fronteiras do estudo convencional segundo os períodos históricos. Não sou especialista em história da Espanha, de Portugal ou da Holanda, não li as fontes primárias em suas línguas originais. Este livro — como muitos outros sobre "grandes ideias" ou conceitos que tecem uma rota tortuosa ao longo de diversas épocas e lugares — não se baseia na descoberta de algum "fato" negligenciado a fim de ampliar o conhecimento de um período em particular, mas, ao contrário, oferece uma nova interpretação: ligar esses acontecimentos aparentemente díspares e envolvê-los numa ideia e num tema maiores, para mostrar como uma ação doméstica aparentemente sem importância pode pôr em movimento eventos que reverberam ao longo de séculos; e, ao fazer isso, como eles influenciam as políticas e filosofias globais que, fundamentalmente, alteraram a ordem mundial.

Este livro liga vários períodos diferentes da história e fatos que normalmente não seriam apresentados juntos. Acredito que a polinização cruzada desses eventos, e a união deles num tema compartilhado, oferece uma janela nova e inexplorada para observar o modo como a história do mundo evolui e muda ao longo do tempo e lugar, influenciando o desenvolvimento da sociedade de modo não premeditado e inesperado. Meu objetivo é apresentar o grande teatro desses acontecimentos

grandiosos a pessoas que possam saber pouco a respeito deles, para mostrar como estão ligados e incentivar uma discussão de ideias.

1494 é uma visão "abrangente" do panorama de uma floresta inteira, e não um exame dos troncos de árvores individuais, de modo que grande parte dos detalhes biográficos e técnicos foi condensada para contar a história. Este é um relato em volume único da história de séculos sobre o Tratado de Tordesilhas, e encorajo os leitores a pesquisar mais profundamente os aspectos dessa história que mais os fascinarem. Em seguida, apresento sugestões de algumas leituras sobre temas específicos.

Ainda mais leituras

Sobre Cristóvão Colombo, eu recomendaria a obra de Felipe Fernández-Armesto, *1492: The year the world began* (1492: o ano em que o mundo começou), para uma boa visão geral do mundo no ano de 1492; depois, sugiro que procurem *The Christopher Columbus encyclopedia* (A enciclopédia de Cristóvão Colombo), de Silvio Bedini, e *Admiral of the Ocean Sea* (Almirante do Mar Oceano), de Samuel Eliot Morison.

Sobre a península Ibérica medieval e as monarquias castelhana e portuguesa, proponho começar com o abrangente *Spain's road to empire: the making of a world power, 1492-1763* (O caminho da Espanha para o império: a formação do poder mundial, 1492-1673), de Henry Kamen, e o extremamente acessível *Isabella of Castile: the first Renaissance queen* (Isabel, a católica: a primeira rainha da Renascença), de Nancy Rubin.

Sobre o papado de Alexandre vi, começaria com o divertido e chocante *The Borgias and their enemies, 1431-1519* (Os Bórgias e seus inimigos, 1431-1519), de Christopher Hibbert. Para uma visão mais ampla da história dos papas em geral, *Saints and sinners: a history of the popes* (Santos e pecadores: uma história dos papas), de Eamon Duffy.

Como outros exploradores famosos, Fernão de Magalhães tem prateleiras de livros dedicados a ele. Eu recomendo *Magellan* (Magalhães), de Tim Joyner, para uma ambientação concisa, e *Over the edge of the world: Magellan's terrifying circumnavigation of the globe* (Além do fim do mundo: a aterrorizante circum-navegação de Magalhães), de Laurence Bergreen, para um relato popular brincalhão.

Uma boa base da história do comércio global pode ser encontrada em *A splendid exchange: how trade shaped the world* (Uma mudança extraordinária: como o comércio revolucionou o mundo), de William J. Bernstein.

Para informações adicionais sobre Hernán Cortés e a conquista espanhola das Américas, comece com *Conquistador: Hernán Cortés, king Montezuma, and the last stand*

of the Aztecs (Conquistador: Hernán Cortés, Montezuma e a epopeia da resistência dos astecas), de Buddy Levy.

A pirataria no Caribe é um tema amplo e popular, que abarca mais de um século e meio. *Sir Francis Drake: the queen's pirate* (Sir Francis Drake: o pirata da rainha), de Harry Kelsey, é um relato sólido, legível, dos dias iniciais do século XVI, quando a luta em decorrência do Tratado de Tordesilhas ainda estava na linha de frente.

O colonialismo e a expansão colonial das potências europeias, do mesmo modo, são temas que englobam literalmente centenas de livros. Há muitos livros excelentes, mas acho que *Empires and colonies* (Impérios e colônias), de Jonathan Hart, oferece uma boa visão detalhada. Sobre a expansão marítima portuguesa, veja *A history of Portuguese overseas expansion, 1400-1668* (Uma história da expansão portuguesa ultramarina, 1400-1668), de Malyn Newitt, e *A history of Portugal and the Portuguese Empire* (Uma história de Portugal e do Império português), de A. R. Disney.

Uma visão de leitura fácil e interessante sobre a história da cartografia é *The mapmakers* (Os fazedores de mapas), de John Noble Wilford.

Sobre a história de Hugo Grotius e as origens do direito internacional, infelizmente, há pouca coisa para o público em geral. *Profit and principle: Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies, 1595-1615* (Lucro e princípios: Hugo Grotius, teorias dos direitos naturais e o surgimento do poder holandês nas Índias Orientais, 1595-1615), de Martine Julia van Ittersum, é abrangente e detalhado, mas exige um esforço de leitura significativo, exatamente por esses motivos.

Bibliografia selecionada

Anand, R. P. *Origins and development of the law of the sea: history of international law revisited*. Haia: Nijhoff, 1983.

Andrews, Kenneth R. *English privateering voyages to the West Indies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

_____. *Ships, Money and politics: seafaring and naval enterprise in the reign of Charles* I. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Arciniegas, Germán. *Caribbean: sea of the New World*. Trad. por Harriet de Onis. Nova York: Knopf, 1946.

Bedini, Silvio (org.). *The Christopher Columbus encyclopedia*. 2 v. Nova York: Simon & Schuster, 1992. Reeditado em um só volume como *Christopher Columbus and the age of exploration: an encyclopedia*. Nova York: Da Capo Press, 1998.

Bergreen, Laurence. *Over the edge of the world: Magellan's terrifying circumnavigation of the Globe*. Nova York: HarperCollins, 2004.

Bernstein, William J. *A splendid exchange: how trade shaped the world*. Nova York: Grove Press, 2008.

Blake, John W. *Europeans in West Africa, 1450-1560: documents to illustrate the nature and scope of Portuguese enterprise in West Africa*. Londres: Hakluyt Society, 1942.

_____. *West Africa: Quest for God and gold, 1454-1578*. Londres: Curzon Press, 1977.

Boorstin, Daniel. *The discoverers*. Nova York: Random House, 1983.

Bown, Stephen R. *Scurvy: how a surgeon, a mariner and a gentleman solved the greatest medical mystery of the age of sail*. Nova York: Thomas Dunne Books, 2004.

Bradley, Peter T. *The lure of Peru: maritime intrusion into the South Sea, 1598-1701*. Basingstoke, uk: Macmillan, 1989.

Brito Vieira, Mónica. Mare liberum vs. Mare clausum: Grotius, Freitas, and Selden's Debate on Dominion over the Seas. *Journal of the History of Ideas*, v. 64, 2003.

Boxer, C. R. *The Dutch seaborne Empire, 1600-1800*. Nova York: Knopf, 1965.

_____. *The Portuguese seaborne Empire, 1415-1825*. Nova York: Random House, 1969.

Burchard, Johann. *Pope Alexander* vi *and his court. Extracts from the latin diary of the papal master of ceremonies, 1484-1506*. Org. por F. L. Glaser. Nova York: N. L. Brown, 1921.

_____. *Liber Notarum*. Trad. por Geoffrey Parker como *At the court of the Borgia*. Londres: Folio Society, 1963.

Catz, Rebecca. *Christopher Columbus and the Portuguese, 1476-1498*. Westport, ct: Greenwood Press, 1993.

Colón, Fernando. *The life of the admiral Christopher Columbus*. Trad. por Benjamin Keen. New Brunswick, nj: Rutgers University Press, 1992.

Columbus, Christopher. *The four voyages of Christopher Columbus: being his own log-book, letters and dispatches with connecting narrative drawn from the life of the admiral by his son Hernando Colon and others*. Trad. e org. por J. M. Cohen. Londres: Penguin, 1969.

Cook, Noble David. *Born to die: disease and New World conquest, 1492-1650*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Crane, Nicholas. *Mercator: the man who mapped the planet*. Londres: Weidenfield & Nicolson, 2002.

Crow, John A. *The epic of Latin America*. 4ª ed. Berkeley: University of California Press, 1992.

Curtin, Philip D. *Cross-cultural trade in world history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Davenport, Frances Gardiner (org.). *European treaties bearing on the history of the United States and its dependencies*. Gloucester, ma: Peter Smith, 1967.

Davidson, Miles. *Columbus then and now: a life reexamined*. Norman, ok: University of Oklahoma Press, 1997.

Dawson, Samuel Edward. *The line of demarcation of pope Alexander* vi*, in* a. d.*1493 and That of the Treaty of Tordesillas in* a. d. *1494: with an Inquiry concerning the metrology of ancient and Mediaeval times. Toronto*: Copp Clark, 1980 (microforma do original de 1899).

Disney, A. R. *A history of Portugal and the Portuguese Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Drake, Francis. *Sir Francis Drake's West Indian voyage, 1585-1586*. Londres: Hakluyt Society, 1981.

Duffy, Eamon. *Saints and sinners: a history of the popes*. New Haven, ct: Yale University Press, 2002.

Earle, Peter. *The sack of Panamá: sir Henry Morgan's adventures on the Spanish main*. Nova York: Viking Press, 1981.

Edwards, John. *The Spain of the catholic monarchs, 1474-1520*. Nova York: Blackwell, 2000.

Ferrara, Orestes. *The Borgia pope: Alexander the sixth*. Trad. por F. J. Sheed. Londres: Sheed & Ward, 1942.

Fernández-Armesto, Felipe. *Ferdinand and Isabella*. Nova York: Taplinger,1975.

_____. *Columbus on himself*. Indianapolis: Hackett, 2010.

_____. *1492: The year the world began*. Nova York: HarperOne, 2009.

Gellinek, Christian. *Hugo Grotius*. Boston: Twayne, 1983.

Granzotto, Gianni. *Christopher Columbus: the dream and the obsession*. Garden City, ny: Doubleday, 1985.

Grotius, Hugo. *The free sea*, *Translated by Richard Hakluyt, with William Welwood's Critique and Grotius's Reply*. Org. e introdução por David Armitage. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.

Hakluyt, Richard. *Voyages of Drake and Gilbert: select narratives from the principal navigations of Hakluyt*. Oxford: Clarendon Press, 1909.

_____. *The principal navigations, voyages, traffiques & discoveries of the English Nation-Made by sea or overland to the remote and farthest distant quarters of the Earth at any time within the compasse of these 1600 years*. Londres: J. M. Dent & Sons, 1926 (reedição).

Hanke, Lewis. *The Spanish struggle for justice in the conquest of America*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1949.

Hart, Jonathan. *Comparing Empires: european colonialism from Portuguese expansion to the Spanish-American war*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

_____. *Empires and colonies*. Cambridge: Polity, 2008.

Hawthorne, Daniel. *Ferdinand Magellan*. Garden City, ny: Doubleday,1964.

Hibbert, Christopher. *The Borgias and their enemies, 1431-1519*. Nova York: Harcourt, 2008.

Johnson, Marion. *The Borgias*. Londres: Macdonald Futura, 1981.

Joyner, Tim. *Magellan*. Camden, nj: International Marine, 1992.

Kamen, Henry. *Inquisition and society in Spain in the sixteenth and seventeenth centuries*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1985.

_____. *Spain's road to Empire: the making of a world power, 1492-1763*. Nova York: Penguin Books, 2003.

_____. *Golden age Spain*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

_____. *Spain, 1469-1714: a society of conflict*. Nova York: Pearson Longman, 2005.

Kelsey, Harry. *Sir Francis Drake: the queen's pirate*. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

_____. *Sir John Hawkins: queen Elizabeth's slave trader*. New Haven, CT: Yale University Press, 2003.

Las Casas, Bartolomeu de. *History of the Indies*. Trad. e org. por Andrée Collard. Nova York: Harper & Raw, 1971 (reedição).

Levy, Buddy. *Conquistador: Hernán Cortés, king Montezuma, and the last stand of the Aztecs*. Nova York: Bantam, 2008.

Ley, Charles David (org.). *Portuguese voyages 1498-1663*. Nova York: E. P. Dutton, 1947.

Linden, H. Vander. "Alexander VI and the Demarcation of the Maritime and Colonial Domains of Spain and Portugal, 1493-1494". *The American historical review*, out. 1916.

Maquiavel, Nicolau. *The prince*. Trad. por George Bull. Harmondsworth, UK: Penguin, 1961.

Markham, Clements (org. e trad.). *The letters of Amerigo Vespucci*. Londres: Hakluyt Society, 1894.

_____. (org. e trad.). *Early Spanish voyages to the strait of Magellan*. Londres: Hakluyt Society, 1911.

Martyr, Peter. *Selections from Peter Martyr*. Trad. e org. por Geoffrey Eatough. Bruxelas: Brepols, 1998.

McAlister, Lyle N. *Spain and Portugal in the New World, 1492-1700*. Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

Miller, Townsend. *The castles and the crown: Spain 1451-1555*. Nova York: Coward McCann, 1963.

_____. *Henry IV of Castile, 1425-1474*. Nova York: J. B. Lippincott, 1972.

Morison, Samuel Eliot. *Journals and other documents on the life and voyages of Christopher Columbus*. Nova York: Heritage Press, 1963.

_____. *Admiral of the Ocean Sea: a life of Christopher Columbus*. Boston: Little, Brown, 1970.

_____. *The European discovery of America: the southern voyages, A. D. 1492-1616*. Nova York: Oxford University Press, 1974.

Newitt, Malyn. *A history of Portuguese overseas expansion, 1400-1668*. Londres: Routledge, 2005.

Nowell, Charles E. (org.). *Magellan's voyage around the world: three contemporary accounts*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1962.

Parry, J. H. (org.). *The European reconnaissance: selected documents*. Nova York: HarperTorch, 1969.

_____. *The Spanish seaborne Empire*. Nova York: Knopf, 1970.

Pigafetta, Antonio. *Magellan's voyage around the world*. Londres: Arthur A. Clark, 1906.

Phillips, William D. *Enrique IV and the crisis of fifteenth-century Castile, 1425-1480*. Cambridge, MA: Medieval Academy of America, 1978.

Pohl, Frederick. *Amerigo Vespucci, pilot major*. Nova York: Octagon, 1966.

Randles, W. G. L. "Spanish and Portuguese Attempts to Measure Longitude in the 16th Century". *The Mariners Mirror*, nov. 1995.

Reston, James. *Dogs of God: Columbus, the Inquisition, and the defeat of the moors*. Nova York: Doubleday, 2005.

Rogozinski, Jan. *A brief history of the Caribbean: from the arawak and the Carib to the present*. Nova York: Facts on File, 1992.

Rubin, Nancy. *Isabella of Castile: the first Renaissance queen*. Nova York: St. Martin's Press, 1991.

Russell, P. E. *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490*. Brookfield, VT: Ashgate, 1995.

Spate, O. H. K. *The Spanish lake*. Londres: Croom Helm, 1979.

Thomas, Hugh. *Conquest: Montezuma, Cortés, and the fall of Old Mexico*. Nova York: Simon & Schuster, 1993.

_____. *Rivers of Gold: The rise of the Spanish Empire, from Columbus to Magellan*. Nova York: Random House, 2003.

Turner, Jack. *Spice: The history of a temptation*. Nova York: Random House, 2004.

Van Ittersum, Martine Julia. *Profit and principle: Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies, 1595-1615*. Leiden, Holanda: Brill, 2006.

Vicens Vives, Jaime. *Approaches to the history of Spain*. Trad. e org. por Joan Connelly Ullman. Berkeley: University of California Press, 1967.

Vlekke, Bernard. *Nusantara: a history of Indonesia*. Chicago: Quadrangle Books, 1960.

Wilford, John Noble. *The mapmakers*. Nova York: Knopf, 2000.

Williams, Eric. *From Columbus to Castro: the history of the Caribbean, 1492-1969*. Nova York: Harper & Row, 1969.

Winston, Alexander. *No man knows my grave: sir Henry Morgan, captain William Kidd, captain Woodes Rogers in the great age of privateers and pirates, 1665-1715*. Boston: Houghton Mifflin, 1969.

Wright, Irene A. (org.). *Further voyages to Spanish America, 1583-1594*. Londres: Hakluyt Society, 1951.

Zurara, Gomes Eanes de. *The chronicle of the discovery and conquest of Guinea*. Trad. por Charles Raymond Beazley e Edgar Prestage. Nova York: Burt Franklin, 1963 (reedição).

Cronologia

1418-1420 Navegadores portugueses descobrem e colonizam as ilhas da Madeira no oceano Atlântico.

1425 Nasce Henrique de Castela.

1434 Gil Eanes navega para o sul ao longo da costa africana, além do cabo Bojador, iniciando a exploração naval portuguesa da África e o comércio de escravos sob o reinado de Henrique, o Navegador.

1439 Navegantes portugueses descobrem e colonizam os Açores.

1440 Data provável da primeira prensa de Gutenberg.

1451 Nasce Isabel de Castela; nasce Cristóvão Colombo.

1452 O papa Nicolau V emite a bula *Dum Diversas*, que confere autoridade moral ao comércio de escravos.

1453 Constantinopla cai sob os exércitos invasores de Mehmet, o Conquistador.

1454 Henrique se torna rei de Castela.

1455 O papa Nicolau V emite a bula *Romanus Pontifex*, estabelecendo o monopólio português ao longo da costa africana. O rei Henrique se casa com Joana de Portugal.

1462 Nasce Joana, La Beltraneja.

1464-1468 Guerra pela sucessão castelhana.

1469 Isabel e Fernando casam-se secretamente em Toledo.

1474 O rei Henrique IV morre em Madri; Isabel é proclamada rainha de Castela; guerra com Portugal.

1476 Batalha do Toro. Cristóvão Colombo é lançado à praia em Portugal, depois de um naufrágio.

1477 Uma nova tradução da *Geografia* de Ptolomeu é publicada em Bolonha.

1478 Bula papal de Sisto IV estabelece a Inquisição em Castela.

1479 Tratado de Alcáçovas põe fim à guerra entre Castela e Portugal.

1480 Nasce Fernão de Magalhães.

1481 Morre o rei Afonso v de Portugal; seu filho João é coroado rei. O papa Sisto iv emite *Aeterni Regis*, sancionando os termos do Tratado de Alcáçovas e afirmando as reivindicações portuguesas ao sul e ao leste do oceano Atlântico.

1484 Colombo propõe sua Empresa das Índias pela primeira vez a João ii.

1486 Rejeitado em Portugal, Colombo vai a Castela para convencer Isabel e Fernando.

1488 Bartolomeu Dias contorna a ponta sul da África a serviço de Portugal.

1492 Rodrigo Bórgia se torna papa. Queda do reino de Granada. Cristóvão Colombo atravessa o oceano Atlântico a serviço de Isabel e Fernando. Começa a expulsão, dos judeus de Castela.

1493 O papa Alexandre vi emite a bula *Inter Caetera* e outras bulas, dividindo o mundo entre Espanha e Portugal.

1494 O Tratado de Tordesilhas é assinado entre Portugal e Espanha.

1497 O rei Henrique vii financia a viagem de John Cabot.

1504 Morre a rainha Isabel.

1506 Morre Colombo.

1513 Vasco Nuñez de Balboa atravessa o istmo do Panamá e avista o oceano Pacífico.

1517 Martinho Lutero prega suas *Noventa e cinco teses* na porta da igreja em Wittenberg.

1519 Fernão de Magalhães parte para circum-navegar o mundo a serviço de Carlos i da Espanha. Hernán Cortés lança expedição para conquistar o México.

1521 Martinho Lutero é excomungado.

1523 Pedro de Alvarado subjuga os maias em Iucatã.

1524 Conferência de Badajoz para determinar a linha de Tordesilhas no Pacífico.

1529 Tratado de Saragoça; a Espanha cede as ilhas Molucas a Portugal.

1533 Francisco Pizarro conquista o Império inca.

1537 O papa João ii rescinde o apoio papal à escravatura.

1558 Elizabeth se torna rainha da Inglaterra.

1562 Sir John Hawkins e a primeira viagem inglesa de pirataria ao Caribe.

1565 Andrés de Urdaneta faz pela primeira vez a rota no Pacífico, de Manila a Acapulco.

1568 A Inquisição declara que os 3 milhões de pessoas da União das Províncias, que adotaram fortemente o calvinismo, são hereges e estão condenados à morte.

1571 Batalha de Lepanto; destruição do poder naval otomano no Mediterrâneo.

1570-1580 Piratas ingleses são inspirados pelas famosas viagens de sir Francis Drake.

1581 Filipe II da Espanha se torna rei de Portugal, como Filipe I, unindo os países e criando um quase monopólio no comércio oceânico para a Europa.

1583 Hugo Grotius, "o Pai do Direito Internacional", nasce em Delft.

1588 A Armada espanhola não consegue conquistar a Inglaterra.

1600 É fundada a Companhia Inglesa das Índias Orientais.

1602 É fundada a Companhia Holandesa das Índias Orientais; é fundada a bolsa de valores de Amsterdã, para lidar com as ações da companhia. O navio português *Santa Catarina* é capturado por um pirata holandês.

1609 Henry Hudson sobe o rio Hudson a serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Hugo Grotius publica anonimamente *Mare liberum*, (O mar livre).

1610 O Vaticano põe o *Mare liberum* em seu *Index* de livros proibidos e banidos.

1613 Contestação escocesa ao *Mare liberum* por William Welwood: *Abridgement of all sea-lawes.*

1618 John Selden escreve *Mare clausum.*

1618-1648 A Guerra dos Trinta Anos arrasa a Europa central.

1620 Peregrinos do *Mayflower* chegam a cabo Cod e Plymouth Rock.

1623 Funcionários da Companhia Holandesa das Índias Orientais matam empregados da Companhia Inglesa das Índias Orientais durante o Massacre de Amboyna.

1625 Serafim de Freitas publica *Imperio Lusitanorum Asiatico*, como contestação a Grotius.

1655 Forças inglesas capturam a Jamaica e a transformam num refúgio bucaneiro.

1670 No Tratado Americano, a Espanha reconhece a legitimidade das colônias britânicas na América do Norte.

1702 Cornelius Bynkershoek publica *De Domino Maris*, estabelecendo o conceito de águas territoriais e a regra do tiro de canhão.

1750 O Tratado de Madri entre Espanha e Portugal reconhece a soberania portuguesa sobre o Brasil e efetivamente anula o Tratado de Tordesilhas.

1757 A Batalha de Plassey; começa o domínio da Companhia Inglesa das Índias Orientais na Índia.

1768-1771 O capitão James Cook lidera sua primeira viagem de descobrimento no Pacífico.

1775-1783 Guerra da Independência norte-americana.

1776 Adam Smith publica *A riqueza das nações*.

1994 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Agradecimentos

Transformar um manuscrito em um belo livro não é tarefa que se realize sozinho. Requer o trabalho criativo e talentoso de um grupo com habilidades diversas. Mais uma vez, tive o benefício da equipe entusiasmada e profissional da Douglas & McIntyre. Obrigado especialmente a Scott McIntyre por seu interesse contínuo em minhas ideias um tanto incomuns.

Pela terceira vez, agora, tive a sorte de partilhar do perceptivo e sensível trabalho de editoração de John Eerkes-Medrano. Peter Norman fez um bom e completo copidesque, suportando a interminável busca da consistência de nomes existentes há séculos e traduzidos de outras línguas. Naomi MacDougall criou a intrigante arte da capa.

Tanto pelos meus livros anteriores quanto por este, gostaria de reconhecer o trabalho de marketing e publicidade de Emiko Morita e Corina Eberle. Gostaria também de agradecer ao Canada Council for The Arts e à Arts and Alberta Foundation for the Arts pelo apoio e pelo projeto trabalhoso, além da equipe da Canmore Public Library, por lidar com tantos pedidos de empréstimo entre as bibliotecas.

Muito antes de o autor começar a redigir o manuscrito, há apenas uma ideia. Minha mulher, Nicky Brink, sempre tem muito a contribuir quando se trata de transformar uma ideia em conceito viável. Ela merece especiais agradecimentos por suportar muitas discussões de "novas ideias", a maior parte das quais termina na cesta de reciclagem intelectual. Além disso, ela lê meus manuscritos antes de eu os enviar, oferecendo muitas sugestões valiosas para melhorias. Quem teria pensado que ao longo dos anos ela ficaria tão envolvida em dar forma a livros enraizados em história, algo em que, certa vez, ela admitiu ter pouco interesse?

Índice remissivo

(Termos para pesquisa de assuntos e personalidades)

Açores

Aeterni Regis (bula)

Afonso v (rei de Portugal):
abdicação do trono; invasão de Castela; morte; noivado com Joana, La Beltraneja; patrocinador de viagens atlânticas; plano para se casar com Isabel

Albuquerque, Afonso de

alcácer de Madrid

Alexandre vi (papa). *Ver* Bórgia, Rodrigo (papa Alexandre vi)

Alfonso de Coca, frade

Alfonso de Palencia

Almeida, Francisco de

Alonso de Aragão

Alvarado, Pedro de

Anghiera, Pietro Martire d'

Arana, Beatriz Enríquez de

Aristóteles

Armada espanhola

Arquimedes

Atahualpa, imperador dos incas

Asteca, Império

Badajoz, Conferência de

Balboa. *Ver* Nuñez de Balboa

Barbosa, Beatriz

Barbosa, Diego

Barros, João de

Bermudas

Bernáldez, Alonzo

Bernáldez, Lorenzo

Bojador, cabo

Bórgia, Alonso

Bórgia, César

Bórgia, Lucrécia

Bórgia, Rodrigo (papa Alexandre VI):
aparência; apoio aos judeus; carreira inicial; corrupção e imoralidade; filhos; *Inter Caetera* (divide o mundo); morte; nascimento e infância; personalidade; relações com Fernando e Isabel; torna-se papa;
Brasil
Burchard, Johann
Bynkershoek, Cornelius

Cabot, John
Cabot, Sebastián
Cabral, Pedro Álvares
Cadamosto, Alvise
Calisto III (papa)
Canárias, ilhas
Canibais
Cão, Diogo
Cabo da Boa Esperança
Carillo de Acuña, Alfonso (arcebispo de Toledo)
Cartagena, Juan de
Casa de Contratacíon
Castela:
economia, geografia e população; guerra civil; invasão portuguesa
Catai (China)
Ceuta, Marrocos
Carlos I (rei da Espanha). *Ver* Charles V
Carlos V (imperador do Sacro Império)
Carlos VIII (rei da França)
Cimarrons, os
Cipango (Japão)
Coca, Alfonso de
Colombo, Bartolomeu
Colombo, Cristóvão:
aparência; descobertas geográficas; nascimento e infância; personalidade; postura frente aos povos nativos; primeira chegada a Castela; primeira chegada a Portugal; relações com Isabel e Fernando; relações com João II; sai para a primeira viagem; teorias geográficas;
Colombo, Fernando
Comércio de escravos
Comércio de especiarias
Comércio de ouro
Companhia Holandesa das Índias Orientais (Vereenigde Oost-Indische Compagnie) (VOC)
Companhia Holandesa das Índias Ocidentais
Companhia Inglesa das Índias Orientais

Constantinopla
Corte-Real, Gaspar
Cortés, Hernán
Contrarreforma
Cuba
Cueva, Beltrán de la. *Ver* La Beltraneja, Joana

Da Gama, Vasco
D'Ailly, Pierre
Dias, Bartolomeu
Díaz de Solís, Juan
Douro, rio
Drake, Francis
Drake, Joseph
Dudum Siquidem (bula)
Dulmo, Fernão

Eanes, Gil
Ea Quae (bula)
Elcano, Juan Sebastián de
Elizabeth (rainha da Inglaterra)
Enríquez, Martin
Eratóstenes
Estados papais

Faleiro, Ruy
Filipe II (rei da Espanha)
Fernando (rei de Aragão e Castela):
aparência; casamento com Isabel; expulsão dos judeus; lidera exércitos; morte; torna-se rei; Tratado de Alcáçovas. *Ver também* Isabel (rainha de Aragão e Castela)
Filipinas
Freitas, Serafim de

Gama, Vasco da. *Ver* da Gama, Vasco
Girón, Pedro
Gomes, Fernão
Gonçalves, Antão
Granada, reino mouro
Grootenhuys, Jan
Grotius, Hugo:
aparência; *Mare liberum*; nascimento e início de carreira

Guerra dos Trinta Anos
Guiné, costa da

Hawkins, John
Heemskerck, Jacob van
Henrique (rei de Castela):
arranjo de casamento para Isabel; desentronização simbólica; impotência; morte; sobe ao trono
Henrique VIII (rei da Inglaterra)
Henrique, o Navegador (infante)
Herrera, Lope de
Hispaniola
Holanda. *Ver* República da Holanda
Hostilio, Tulio
Houtman, Cornelis de
Humabon (rajá de Cebu)

Ibérica, península
inca, Império
Indigenous Law Institute (Instituto de Direito Indígena)
Inocêncio VIII (papa)
Inquisição
Inter Caetera (bula)
Isabel (rainha de Aragão e Castela):
aborto de feto masculino; aparência; apoio a Colombo; apoio à Inquisição; casamento com Fernando; derrota da invasão portuguesa; expulsão dos judeus; filha, Catarina; morte do irmão; nascimento e juventude; negocia o Tratado de Tordesilhas; personalidade; perspectivas de casamento; princesa das Astúrias; relações com Henrique; relações com João II; relações com Rodrigo Bórgia; torna-se rainha; tratamento de povos nativos. *Ver também* Fernando (rei de Aragão e Castela)

Jamaica
Joana (princesa e rainha)
Joana, La Beltraneja. *Ver* La Beltraneja, Joana
João II (rei de Portugal):
aparência; brutalidade; doença e morte; negocia o Tratado de Tordesilhas; patrocinador de viagens atlânticas; personalidade; relações com Colombo; relações com Fernando e Isabel;
João III (rei de Portugal)
João II (papa)
João II (rei de Aragão)
João II (rei de Castela)
Júlio II (papa)

La Beltraneja, Joana

La Navidad
Landa, Diego de
Lapu-Lapu, Datu
Las Casas, Bartolomeu de
Leão X (papa)
Leonor
Lepanto, Batalha de
Linha de demarcação. *Ver também* Tratado de Tordesilhas
Linschoten, Jan Huygen van
Lisboa
Lovell, John
Lucas de Iranzo, Miguel
Luís XI (rei de França)
Luna, Álvaro de
Lutero, Martinho

Macau
Magalhães, Fernão de:
aparência; circum-navegação do mundo; escorbuto; estreito de Magalhães; início de carreira; morte; nascimento; Patagônia; preparações para a viagem; sai de Portugal para Castela; tentativas de motim; teorias geográficas; Terra do Fogo; travessia do Pacífico
Maias, cidades-Estado
Malaca
Manuel I, rei de Portugal
Maquiavel, Nicolau
Mare clausum
Mare liberum. *Ver* Grotius, Hugo
Martel
Martyr, Peter
Massacre do dia de São Bartolomeu
Medina Sidonia, duque de
Medinaceli, duque de
Mehmet, o Conquistador
Montezuma, imperador dos astecas
Morgan, Henry
Münster, Tratados de

Neck, Jacob Corneliszoon van
Nicolau V (papa)
Nombre de Dios

Nuñez de Balboa, Vasco

Oldenbarnevelt, Johan
Ortiz, Diogo

Pacheco Pereira, Duarte
Países Baixos Unidos. *Ver* República da Holanda
Panamá
Pereira, Juan Solorzano
Perestrelo e Moniz, Felípa
Pigafetta, Antonio
Pina, Rui de
Pirataria (Caribe)
Pio II (papa)
Pizarro, Francisco
Platão
Porto San Julián
Polo, Marco
Protestante, Reforma
Pulgar, Fernando de
Ptolomeu, Cláudio

Quesada, Gaspar

Reconquista
Reforma. *Ver* Reforma Protestante
Reigersbergh, Marie van
Renascimento
República da Holanda
Ribera, Diego
Rio da Prata
Rio de Janeiro
Romano, Império
Romanus Pontifex (bula)

Sande, Rui de
São Salvador
Santa Catarina
Saragoça, Tratado de
Sargaços, mar de

Sebastião I (Portugal)
Selden, John
Serrano, Francisco
Sevilha
Sforza, Ascanio
Sierra Nevada
Sisto IV (papa)
Soto, Hernando de

Tejo, rio
Tainos (povo nativo)
Talavera, Hernando de
Tariq, o Caolho
Terra Nova
Tetzel, Johann
Toro, Batalha do (1476)
Toros de Guisando
Torquemada, Tomás de
Toscanelli, Paolo del Pozzo
Tratado de Alcáçovas
Tratado de Madri
Tratado de Santo Ildefonso
Tratado de Tordesilhas, *Ver também* linha de demarcação
Troia, Guerra de
Tuareg, povo

Urdaneta, Andrés de

Valderrama, padre
Vasconcellos, bispo
Velázquez, Diego
Verrazzano, Giovanni de
Vespúcio, Américo
Vespúcio, Giovanni
Vinland
Vizinho, José
VOC (Vereenigde Oost-Indische Compagnie). *Ver* Companhia Holandesa das Índias Orientais

Waldseemüller, Martin
Welwood, William

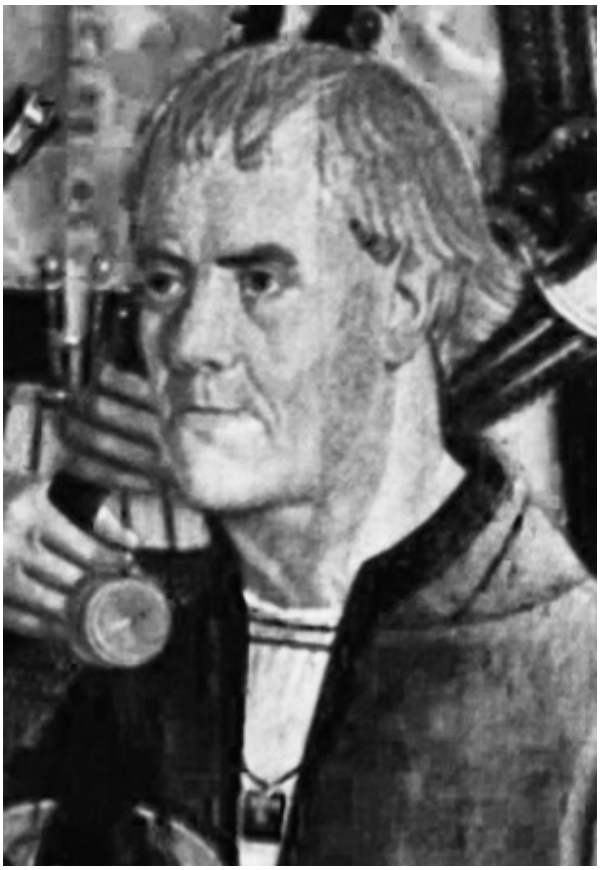
Zurara, Gomes Eanes de



Rei Fernando de Aragão e Castela parece severo e autoritário nesta gravura estilizada do século XIX, baseada em pinturas do século XV e início do XVI.



Com aparência serena e sábia, a rainha Isabel é mostrada na meia-idade, por volta da época da viagem de Colombo, nesta gravura do século XIX. Ela desafiou o rei Henrique e fugiu para se casar com Fernando de Aragão quando ainda era uma adolescente, em 1469, levando a uma briga de família e à guerra civil na península Ibérica.



Um dos retratos que se acredita ser do príncipe Henrique, o Navegador, a quem foi dado o crédito de orquestrar a exploração naval portuguesa da costa ocidental africana em meados do século xv.



A fisionomia pesarosa de Joana, "La Beltraneja", é retratada neste esboço contemporâneo da jovem filha do rei Henrique de Castela e Joana de Portugal. Ela foi compelida a entrar para um convento em 1480, depois de Isabel e Fernando derrotarem a invasão portuguesa liderada por Afonso v.



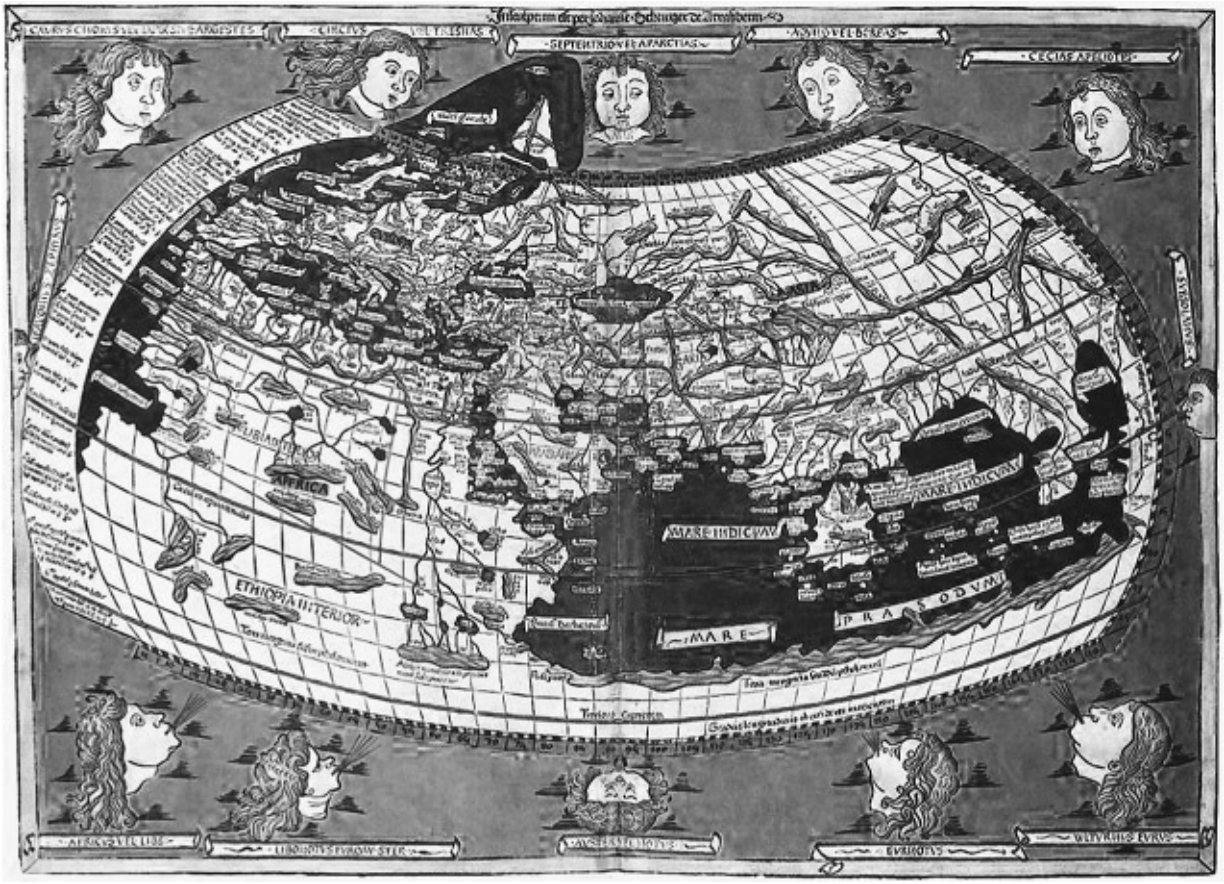
Rei Afonso v, um dos mais famosos reis guerreiros, é mostrado neste retrato contemporâneo. Afonso tentou, durante muitos anos, casar-se com a jovem Isabel de Castela e ordenou que exércitos portugueses marchassem quando suas investidas foram rejeitadas.



Este retrato de uma das famosas batalhas por Granada é representado pelo famoso ilustrador francês do século XIX Paul Gustave Doré.



O antigo astrônomo egípcio-romano Cláudio Ptolomeu é mostrado nesta gravura do século xv.



O mundo ptolomaico é descrito neste mapa de 1482 feito por Johannes Schnitzer, compilado de acordo com as coordenadas de Ptolomeu. Note a não existência das Américas do Norte e do Sul e a curta distância de navegação da Europa ocidental para a Ásia.



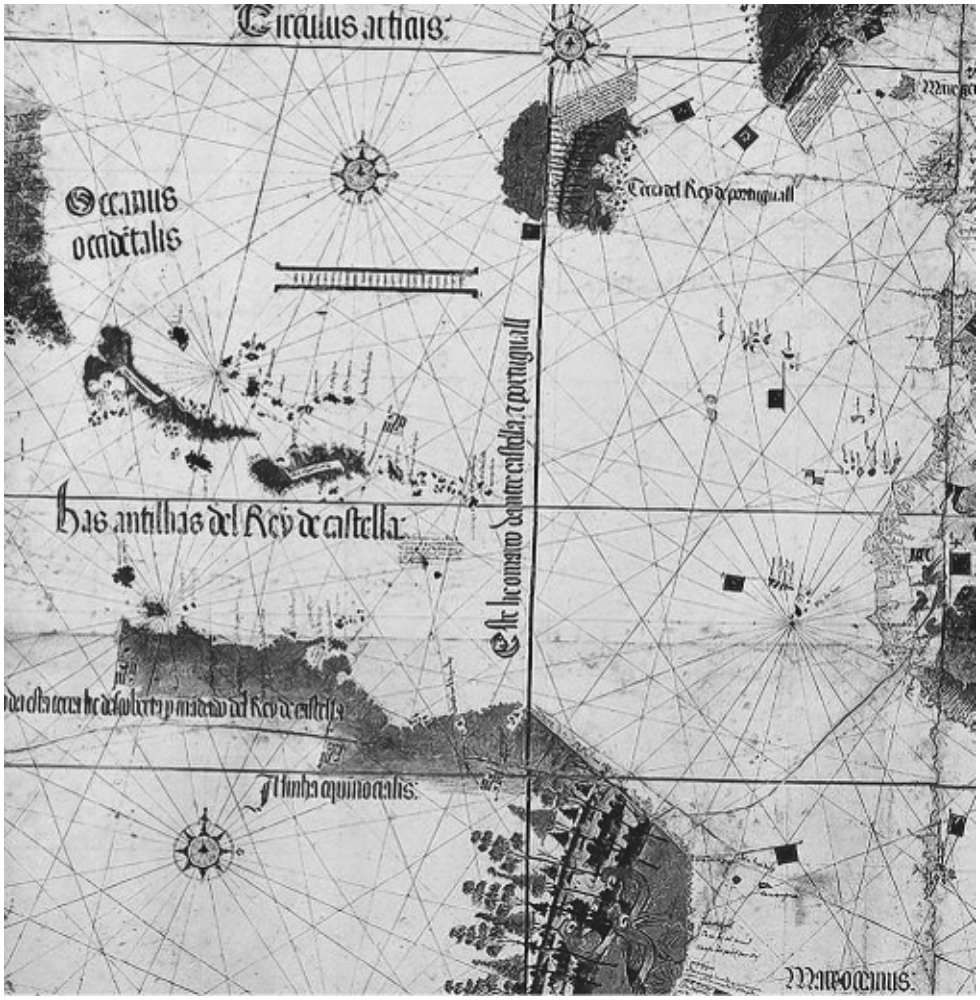
Colombo suplica ante Isabel e Fernando depois de sua primeira viagem memorável, neste quadro um tanto fantasioso e idealizado.



O notório Rodrigo Bórgia, papa Alexandre VI, é mostrado neste quadro dos anos 1490 de Cristofano dell'Altissimo. O mais famoso corrupto dos papas da Renascença, Bórgia, em 1493, emitiu uma bula papal que dividia o mundo ao meio.



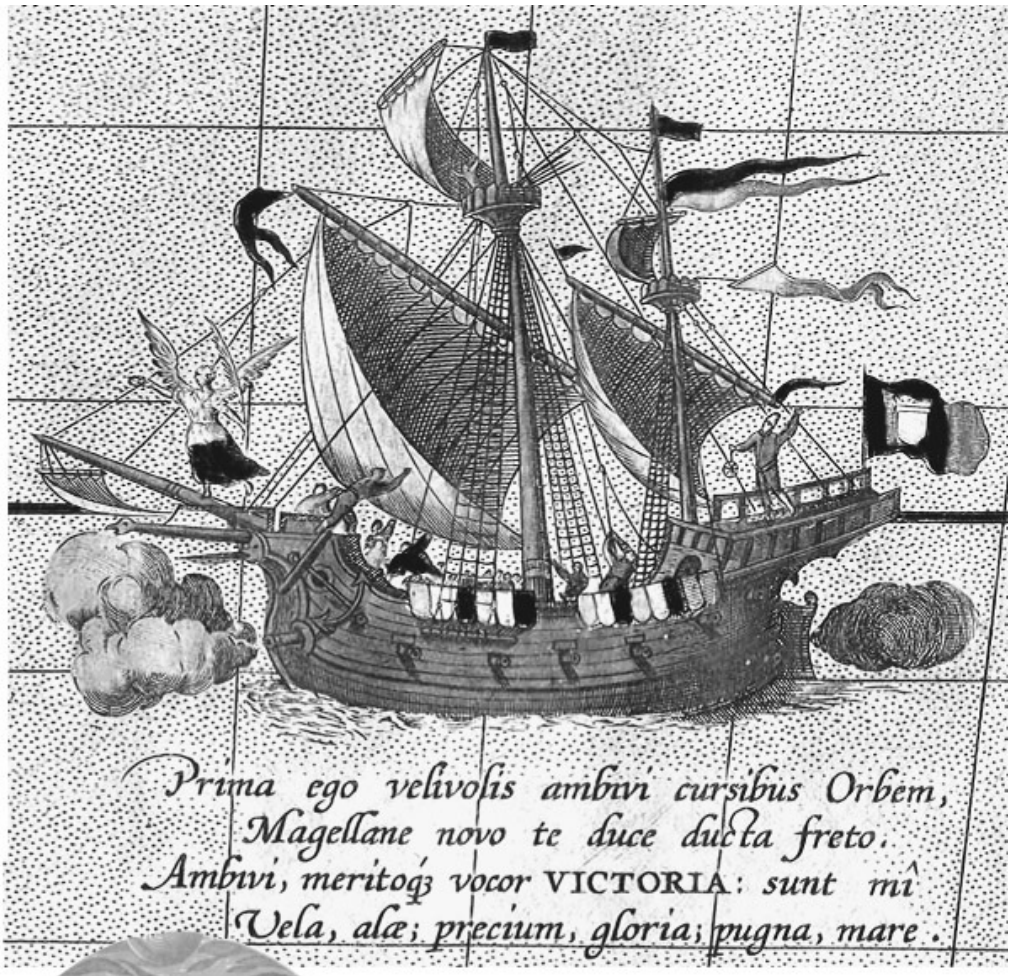
A página de título do Tratado de Tordesilhas, de 1494, escrito em latim.



O famoso mapa Cantino, de 1502, mostra a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas descendo pelo meio do oceano Atlântico, além da linha costeira das recém-descobertas terras na América do Sul e no Caribe.



O rei João II de Portugal em retrato anônimo dos anos 1500. Grande patrono das explorações marítimas portuguesas, ele se recusou a patrocinar a viagem de Colombo, mas depois colaborou na negociação do Tratado de Tordesilhas.



Prima ego velivolis ambivi cursibus Orbem,
Magellane novo te duce ducta freto.
Ambivi, meritoq; vocor VICTORIA: *sunt mî*
Vela, alæ; præcium, gloria; pugna, mare.



Fernão de Magalhães, em gravura do século XIX, liderou a primeira circum-navegação do mundo, de 1519 até sua morte, em 1521, buscando uma rota para as ilhas Molucas que caísse na metade espanhola do mundo, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Seu navio *Victoria* é mostrado aqui em detalhe de um mapa feito pelo cartógrafo flamengo do século XVI Abraham Ortelius.



A conquista espanhola de Tenochtitlán, no México, brutalmente representada nesta gravura da época.



Hernán Cortés liderou a força expedicionária contra o Império asteca. Usando uma combinação de diplomacia, intimidação e astúcia, ele atacou Tenochtitlán e tomou o imperador Montezuma como refém, levando à fundação do Império espanhol nas Américas.



O navegante inglês sir John Hawkins, em retrato do século XVI, conduziu a primeira expedição comercial para o Caribe desafiando a lei da Espanha, na metade espanhola do mundo segundo o Tratado de Tordesilhas.



O porto espanhol de Nombre de Dios, em gravura do século XVI. A cidade era o destino das tropas de mulas carregadas de barras de prata vindas da cidade do Panamá, que então eram embarcadas na flotilha anual *Galleones* e enviadas à Espanha. Frequente alvo de piratas e corsários, foi atacada pela primeira vez por Francis Drake, em 1572.



O padre e professor de teologia Martinho Lutero, aqui em retrato do século XVI, desafiou o que acreditava serem práticas corruptas da Igreja católica quando pregou na porta da igreja da cidade alemã de Wittenberg suas famosas *Noventa e cinco teses*, em 1517.



O imperador Carlos v é mostrado em armadura de batalha cerimonial e condecorações, em retrato do século xvi. O rei da Espanha e imperador do Sacro Império Romano contratou a viagem de Fernão de Magalhães em 1519 e declarou Martinho Lutero proscrito.



O advogado e filósofo holandês Hugo Grotius, pai do Direito Internacional, em gravura do início do século XVII.


HVGONIS GROTI

MARE LIBERVM

SIVE

De iure quod Batavis competit ad Indicana commercia

DISSERTATIO.

Vltima Editio.

LVGDVNI BATAVORVM

Ex Officinâ ELZEVIRIANÂ

ANNO CIↃ. IↃ. C.XVIII

Grotius foi autor anônimo de *Mare liberum* (O mar livre), publicado em 1610, um desafio filosófico e jurídico ao Tratado de Tordesilhas e às bulas papais que lhe davam sustentação.

[1]. Rio do Infante. (N. T.)
[2]. Comercialização de coisas espirituais e religiosas, como indulgências, bênçãos, cargos eclesiásticos, itens sagrados etc. (N. E.)